

Adriano Picoli

**LINGUAGEM UNIVERSAL E UNIVERSALIDADE DA LÍNGUA:  
DOIS MODOS DE DAR-SE DE SENTIDO**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Filosofia.

**Área de Concentração:** Ontologia.

**Linha de Pesquisa:** Ontologia e Método.

**Orientador:** Prof. Celso Reni Braidá, Dr.

Florianópolis  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Picoli, Adriano

Linguagem universal e universalidade da língua :  
Dois modos de dar-se de sentido / Adriano Picoli ;  
orientador, Celso Reni Braida, 2018.  
265 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis,  
2018.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Língua. 3. Linguagem. 4.  
Universalidade. 5. Sentido. I. Braida, Celso Reni.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Adriano Picoli

**“LINGUAGEM UNIVERSAL E UNIVERSALIDADE DA LÍNGUA:  
DOIS MODOS DE DAR-SE DE SENTIDO”**

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Filosofia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2018.



Prof. Roberto Wu, Dr.  
Coordenador do Curso

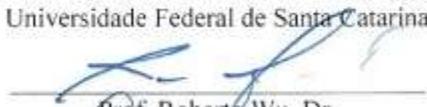
**Banca Examinadora:**



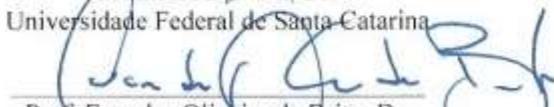
Prof. Celso Ratti Branda, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Nazareno Eduardo de Almeida, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Roberto Wu, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Eyandro Oliveira de Brito, Dr.  
Universidade Estadual do Centro-Oeste



## Dedicatória

Dedico este trabalho a uma das poucas pessoas que desde a primeira conversa nunca deixou de acreditar em meus esforços; estando presente nos momentos de desmate do terreno, de preparação do solo, do plantio, de cuidados na fase de crescimento, poda, amadurecimento e colheita, e, mesmo assim, sempre me possibilitou a liberdade de escolha do caminho a ser seguido, às vezes deixando-me atômico com a numerosa quantidade de vias, ao meu orientador: ***Celso Reni Braida.***



## AGRADECIMENTOS

Agradeço à **CAPES** e aos seus servidores pela concessão de recursos públicos na forma de 43 meses de bolsa de doutorado, sem a qual esta investigação não teria sido executada.

A todos os servidores e professores do Departamento de Filosofia e da UFSC que de uma forma ou de outra colaboraram para a viabilização desta oportunidade de financiamento, em particular, à **Ângela**, à **Irma** e à **Jacinta** pela sempre gentil atenção à resolução das questões burocráticas.

Aos membros da banca de qualificação e de defesa: Prof. Dr. **Roberto Wu** e Prof. Dr. **Nazareno Eduardo de Almeida**, os quais com suas observações e críticas possibilitaram-me a realização de muitos cortes, ganho de clareza, correções e reforços a minha interpretação.

Ao Prof. Dr. **Evandro Oliveira de Brito** por ter aceitado participar da banca de defesa e pelas questões e sugestões.

Ao Prof. Dr. **Cláudio Reichert do Nascimento** e à Profa. Dra. **Claudia Pellegrini Drucker** por terem aceitado as suplências da banca.

Aos meus pais pela essencial contribuição financeira nos períodos difíceis da graduação e enquanto eu estava sem bolsa no início do doutorado.

Ao meu orientador **Celso R. Braida** por ter-me guiado por mais esta etapa da vida acadêmica.



É impossível, poderia ser dito, que através de uma conceitografia se possa fazer progredir a ciência, pois a invenção da primeira já pressupõe a realização desta última. Com a língua também se dá a mesma dificuldade aparente. Com efeito, supõe-se que ela tenha tornado possível o desenvolvimento da razão; mas como poderia o homem ter criado a língua sem a razão? Para descobrir as leis da natureza há que se utilizar instrumentos físicos; mas estes apenas podem ser produzidos mediante uma tecnologia avançada que, por sua vez, se apóia sobre o conhecimento das leis da natureza. Em todos esses casos o círculo se resolve da mesma maneira: um progresso em física resulta num progresso em tecnologia, e esta torna possível a construção de novos instrumentos mediante os quais a física por sua vez progride. A aplicação ao nosso caso é evidente.<sup>1</sup>

Mas a teoria da filosofia é ela própria um problema para a filosofia; e não apenas um possível problema, mas um problema inevitável, um que mais cedo ou mais tarde ela será obrigada a levantar.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> FREGE, LFL, p. 65. FBB, p. 75. “Unmöglich, sagt man, kann durch eine Begriffsschrift die Wissenschaft gefördert werden; denn die Erfindung der ersteren setzt die Vollendung der letzteren schon voraus. Ganz dieselbe Scheinschwierigkeit erhebt sich schon bei der Sprache. Diese sol die Entwicklung der Vernunft möglich gemacht haben; aber wie konnte der Mensch die Sprache schaffen ohne Vernunft? Zur Erforschung der Naturgesetze dienen die physikalischen Apparate; diese können nur durch eine fortgeschrittene Technik hervorgebracht werden, welche wieder auf der Kenntnis der Naturgesetze fußt. Der Kreis löst sich in allen Fällen auf dieselbe Weise. Ein Fortschritt in der Physik hat einen solchen in der Technik zur Folge, und dieser macht es möglich, neue Apparate zu bauen, mittels deren wieder die Physik gefördert wird. Die Anwendung auf unseren Fall ergibt sich von selbst.”

<sup>2</sup> COLLINGWOOD, R. G. *An Essay On Philosophical Method*, p. 2. Tradução minha. “But the theory of philosophy is itself a problem for philosophy; and not only a possible problem, but an inevitable problem, one which sooner or later it is bound to raise.”



## RESUMO

O ponto de partida desta investigação filosófica é a insatisfação gerada pela unificação de língua e linguagem de fórmulas através do uso do conceito de *linguagem como medium universal* por Jaakko Hintikka (a partir de “Frege’s hidden semantics”, de 1979) e por Martin Kusch (*Linguagem como cálculo versus linguagem como meio universal*, de 1989) para subsumir as distintas concepções filosóficas de linguagens desenvolvidas tanto por Frege (*Conceitografia*, de 1879) quanto por Gadamer (*Verdade e Método*, de 1960) sob a alegação principal da inefabilidade da semântica, esta pensada como impossibilidade de uma semântica completa. Analisamos os respectivos conceitos de linguagens defendidos nessas concepções, o da linguagem de fórmulas como linguagem universal a partir de Frege, e o da língua como *medium* universal da experiência hermenêutica a partir de Gadamer, explicitando como cada uma dessas perspectivas dá conta da expressabilidade de sentido. Constatamos que, para essas concepções de linguagens, o conceito de *linguagem como medium universal* torna-se vago para abarcá-las como um mesmo tipo, pois em ambas se separa nitidamente língua e linguagens lógicas. Em cada uma delas se busca a expressabilidade de sentido via modos distintos, na gadameriana concebendo a língua como condição indispensável do próprio plano humano, característica que se sustentaria na constante produtividade e inabarcabilidade da língua, o que a torna semanticamente inefável em seu todo, mas não parcialmente; e na concepção fregeana tanto a língua quanto a linguagem de fórmulas são concebidas como instrumentos limitados, a última apenas se caracteriza como um meio incrementável, aqui a inefabilidade da semântica se dá quando entendemos o conceito de inefabilidade da semântica como impossibilidade da autorreferência das fórmulas e também quando a compreendemos como inefabilidade conteudística devido ao caráter inexpressável em palavras de uma língua ou de outra linguagem instrumental de parte dos conteúdos com os quais lida o lógico. Como uma alternativa à submissão realizada por J. Hintikka e por Kusch, indicamos que caso quisermos encontrar um ponto de contato entre estas concepções filosóficas de linguagens temos que perceber que ambas operam com o mesmo conceito de fundo, o de sentido, e sob o pressuposto de sua expressabilidade intersubjetiva. Por mais que o viés metafísico de linguagem universal seja rechaçado por Gadamer, vimos através de Frege que uma linguagem universal como um construto humano na verdade é, em certo sentido, complementar às línguas, à proporção que uma linguagem de fórmulas apenas pode ser introduzida direta ou indiretamente a partir de uma língua, sendo aquela criada para corrigir as lacunas e limites desta para a expressão de pensamentos. Tanto as concepções fregeanas de língua e linguagem de fórmulas quanto a gadameriana de língua se sustentam na tese de que *ser compreendido é ser expressável por via de uma linguagem*, sendo a expressabilidade de sentido a condição mínima de uma linguagem, chegamos assim na defesa de um conceito minimal de linguagem como *modo de dar-se de sentido, de doação de sentido*.

**Palavras-chave:** Língua. Linguagem. Universalidade. Expressabilidade. Sentido.



## ABSTRACT

The point of departure for this philosophical inquiry is the dissatisfaction generated by the unification of tongue and language of formulas through the use of the concept of language as universal medium by Jaakko Hintikka (from "Frege's hidden semantics", of 1979) and Martin Kusch (*Language as calculus vs. language as universal medium*, of 1989) to subsume the different philosophical conceptions of languages developed by both Frege (*Begriffsschrift*, 1879) and by Gadamer (*Truth and Method*, 1960) under the main claim of the ineffability of semantics, this thought as the impossibility of a complete semantics. We analyze the respective concepts of languages defended in these conceptions, the language of formulas as universal language from Frege, and that of tongue as universal medium of the hermeneutic experience from Gadamer, explaining how each of these perspectives gives account of the expressibility of meaning. We find that for these conceptions of languages the concept of language as universal medium becomes vague to encompass them as one and the same type, since tongue and logical languages are clearly separated in both. In each one of them the expressibility of meaning is sought through different modes, in the Gadamerian tongue being conceived as an indispensable condition of the human plane itself, a characteristic that would be sustained in the constant productivity and inabarcability of the tongue, which makes it semantically ineffable in its entirety, but not partially; and in the Fregean conception both the tongue and the language of formulas are conceived as limited instruments, the latter is only characterized as an incremental means, here the ineffability of semantics occurs when we understand the concept of ineffability of semantics as impossibility of self-reference of formulas and also when we understand it as content ineffability due to the inexpressible character in words of a tongue or other instrumental language of part of the contents with which the logician deals. As an alternative to the submission by J. Hintikka and Kusch, we indicate that if we want to find a point of contact between these philosophical conceptions of languages we have to realize that both operate with the same background concept, meaning, and under the assumption of its intersubjective expressibility. As much as the metaphysical bias of universal language is rejected by Gadamer, we have seen through Frege that a universal language as a human construct in truth is in a sense complementary to tongues, to the extent that a language of formulas can only be introduced directly or indirectly from a tongue, the one created to correct the gaps and limits of this for the expression of thoughts. Both the Fregean conceptions of tongue and language of formulas as well as the tongue Gadamerian are based on the thesis that to be understood is to be expressible through a language, the expressiveness of meaning being the minimum condition of a language, we thus arrive at the defense of a minimal concept of language as a way of giving meaning.

Keywords: Tongue. Language. Universality. Expressibility. Sense.



## ABREVIACÕES<sup>3</sup>

### ABREVIACÕES UTILIZADAS PARA OBRAS DE FREGE

#### *Originalis:*

**BEG** – *Begriffsschrift und andere Aufsätze*

**FBB** – *Funktion, Begriff, Bedeutung*

**GGA** – *Grundgesetze der Arithmetik I/II*

**GLA** – *Die Grundlagen der Arithmetik*

**KS** – *Kleine Schriften*

**LU** – *Logische Untersuchungen*

**SLS** – *Schriften zur Logik und Sprachphilosophie*<sup>4</sup>

#### *Traduções:*

**FA** – *Os Fundamentos da Aritmética*

**IL** – *Investigações Lógicas*

**LFL** – *Lógica e Filosofia da Linguagem*

**OPE** – *Os primeiros escritos lógicos de Gottlob Frege*

**PLB** – *Prólogo às “Leis Básicas da Aritmética”*

**SP** – *Scritti Postumi*

---

<sup>3</sup> \* Para as obras de Frege, com o intuito de alargar o número de companheiros de conversa, referenciou-se sempre que possível conforme o exemplo: FREGE, **IL**, p. 10. **LU**, p. 12, respectivamente, uma versão e o original. Para facilitar a localização de passagens em diferentes edições das obras fregeanas divididas em parágrafos, acrescentou-se o número do parágrafo.

<sup>\*\*</sup> Para as obras dos demais autores citados, restringi-me à menção referencial do: AUTOR. *Obra*, p. x.

<sup>4</sup> Para os trechos citados de: **SLS**, p. 35-73 referente ao ensaio “Logik”, servi-me de tradução em andamento de Celso R. Braidá.

## ABREVIACÕES UTILIZADAS PARA OBRAS DE GADAMER<sup>5</sup>:

### *Originais:*

- GW1** – *Gesammelte Werke 1: Wahrheit und Method 1.*
- GW2** – *Gesammelte Werke 2: Wahrheit und Method 2.*
- GW5** – *Gesammelte Werke 5: Griechische Philosophie I.*
- GW8** – *Gesammelte Werke 8: Ästhetik und Poetik I.*
- GW9** – *Gesammelte Werke 9: Ästhetik und Poetik II.*
- GW10** – *Gesammelte Werke 10: Hermeneutik im Rückblick.*

### *Traduções:*

- EDT** – *Elogio da teoria.*
- EFO** – *El inicio de la filosofía occidental.*
- HOA** – *Hermenêutica da obra de arte*
- HR** – *Hermenêutica em Retrospectiva.*
- PDE** – *Plato's Dialectical Ethics: Phenomenological Interpretations Relating to the Philebus*
- PH** – *Philosophical Hermeneutics.*
- QSE** – *Quem sou eu, quem és tu?*
- VM1** – *Verdad y Metodo. Fundamentos de una hermenéutica filosófica.*
- VME** – *Verità e metodo*
- WM1** – *Verdade e Método I.*
- WM2** – *Verdade e Método II.*

---

<sup>5</sup> \* Convencionamos a partir daqui que toda a numeração – apenas números – indicada entre colchetes refere-se à paginação dos correspondentes volumes em língua alemã de *Verdade e Método I e II* (paginação lateral destes).

\*\* Para os ensaios espalhados nas *Gesammelte Werke* de Gadamer, por questão de praticidade e uso já convencional, preferimos referenciar a obra e não fazer uma sigla para cada ensaio que usamos; mencionaremos, sempre que relevante, o nome do ensaio no corpo de nosso texto.

## TÁBUAS DE EQUIVALÊNCIAS DE TERMOS<sup>6</sup>

### TÁBUA DE EQUIVALÊNCIAS DE TERMOS DE FREGE

*Art des Gegebenseins* – modo de ser dado  
*Bedeutend* – significar/referir  
*Bedeutung* – significado  
*Behaupten* – asserir  
*Behauptender Kraft* – força assertiva  
*Behauptung* – asserção  
*Bezeichnen* – designar  
*Beurtheilbarer Inhalt* – conteúdo asserível  
*Darlegungssprache* – linguagem de apresentação  
*Denken* – pensar  
*Formelsprache* – linguagem de fórmulas  
*Gedanke* – pensamento  
*Hilfsmittel* – meio de auxílio  
*Hilfssprache* – linguagem auxiliar  
*Satz* – frase  
*Sinn* – sentido  
*Sprache* – língua, linguagem  
*Sprache des Lebens* – língua da vida  
*Vorstellung* – representação  
*Zusammenhang* – contexto, conexão

### TÁBUA DE EQUIVALÊNCIAS DE TERMOS DE GADAMER

*Andersheit, Anderssein* – outridade.  
*Anspruch* – pretensão.  
*Darstellung* – apresentação.  
*Das Denken* – o pensar.  
*Der Gedanke* – o pensamento.  
*Dialog* – diálogo.  
*Einverständnis* – consentimento.

---

<sup>6</sup> Nesta pesquisa, com exceção das passagens em língua espanhola, todas as demais citações em língua estrangeira são seguidas pela passagem correspondente do texto original (sempre que tivemos acesso aos originais) fora reproduzida em nota de rodapé (pois em muitos casos foram feitas correções e alterações em nome da manutenção da uniformidade terminológica); exceção feita às passagens utilizadas provenientes já de tradução, das quais não tivemos acesso aos textos originais, estas foram citadas em língua estrangeira no corpo do texto e receberam uma tradução em nota de rodapé.

*Gebilde* – configuração.  
*Gedanke* – pensamento.  
*Gespräch* – conversa.  
*Gleichzeitigkeit* – concomitância.  
*Horizontverschmelzung* – fusão de horizonte (quando referente à coisa),  
entrelace de horizonte (quando referente à relação eu-tu)  
*Rede* – discurso.  
*Sachlage* – condição da coisa.  
*Sachverhalt* – comportamento da coisa.  
*Sein, das Sein* – ser.  
*Seinssinn* – sentido de ser.  
*Sinn* – sentido.  
*Spiel* – jogo.  
*Spielen, das Spielen* – jogar.  
*Spielende* – jogante.  
*Spieler* – jogador.  
*Sprache* – língua, linguagem.  
*Sprachlich* – linguístico(a).  
*Sprachlichkeit* – linguisticidade.  
*Sprechen, das Sprechen* – falar.  
*Übereinkunft, Übereinkommen* – acordo, pôr-se de acordo.  
*Urteil* – juízo.  
*Verständigung* – entendimento.  
*Verständnis* – compreensão.  
*Verstehen des Sinnes, Verstehen von Sinn* – compreender de sentido.  
*Verstehen, das Verstehen* – compreender.  
*Vorstellung* – representação.  
*Vorurteil* – pré-juízo.  
*Wirklichkeit* – realidade.  
*Wortsprache* – língua discursiva.  
*Zusammenhang* – conexão, coesão.

## LISTA DE SÍMBOLOS LÓGICOS E LETRAS

### NOTAÇÃO CONTEMPORÂNEA

$\neg$	negação
$=$	identidade
$\rightarrow$	condicionalidade
$\forall$	quantificador universal
$\exists$	quantificador existencial
$\wedge$	conjunção
$\wp$	disjunção

### NOTAÇÃO FREGEANA UTILIZADA

—	barra de conteúdo
	barra de juízo
	barra de negação
┌—	conteúdo afirmativo asserido como verdadeiro
└—	conteúdo negativo asserido como verdadeiro
	barra de implicação

### REPRESENTAÇÃO DAS LETRAS USADAS

**Letras latinas maiúsculas:** expressam uma frase.

**Letras latinas minúsculas em itálico:** indicam a generalidade da fórmula, marcam o lugar para o(s) argumento(s)/ nome(s) de objeto(s).

**Letras latinas minúsculas:** expressam argumentos.

**Letras gregas minúsculas:** expressam funções/conceitos.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO:</b> .....	<b>23</b>
1.1 RECONSTRUINDO O PROBLEMA .....	25
1.2 ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO .....	48
<b>2 LÍNGUA E LINGUAGEM UNIVERSAL VIA FREGE</b> .....	<b>51</b>
2.1 A CRÍTICA À LÍNGUA .....	54
2.2 LINGUAGEM DE FÓRMULAS COMO LINGUAGEM UNIVERSAL .....	61
2.3 O PRINCÍPIO DO CONTEXTO E A QUESTÃO DA SIGNIFICAÇÃO .....	103
2.4 A EXPRESSABILIDADE UNIVERSAL .....	118
2.5 OS SENTIDOS DE UNIVERSALIDADE DA LINGUAGEM DE FÓRMULAS .....	126
<b>3 A UNIVERSALIDADE DA LÍNGUA VIA GADAMER</b> .....	<b>149</b>
3.1 LÍNGUA .....	151
3.2 A LÍNGUA COMO <i>MEDIUM</i> DO PROCESSO DE COMPREENDER .....	159
3.3 A VIGÊNCIA DA PRÓPRIA COISA NA CONVERSA HERMENÊUTICA .....	171
3.3.1 “SER, QUE PODE SER COMPREENDIDO, É LÍNGUA” ....	188
3.4 UNIVERSALIDADE DA LÍNGUA, UNIVERSALIDADE DA HERMENÊUTICA E LINGUAGEM UNIVERSAL .....	202
<b>4 INDICAÇÕES PARA REFINAMENTOS CONCEITUAIS</b> ....	<b>217</b>
4.1 REAVALIANDO A CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM COMO <i>MEDIUM</i> UNIVERSAL .....	217
4.2 LINGUAGEM UNIVERSAL, UNIVERSALIDADE DA LÍNGUA E EXPRESSÃO E ARTICULAÇÃO DE SENTIDO .....	222
4.3 LINGUAGEM COMO MODO DE DAR-SE DE SENTIDO ....	237
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>243</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>249</b>



## 1 INTRODUÇÃO

*“Há uma medida para as coisas; afinal,  
existem certos limites!”<sup>7</sup>*

Com esta investigação como um todo, buscamos nos contrapor à subsunção de uma concepção específica de linguagem universal e outra de universalidade da língua ao conceito de linguagem como *medium* universal. Com nossa contraposição, visamos fornecer um conceito que melhor apreenda as perspectivas de linguagem universal e universalidade da língua enquanto o novo conceito nos proporcione marcar com mais nitidez o que elas possuem de comum e de diferente do que é possível evidenciarmos por meio do conceito de linguagem como *medium* universal. Esta tarefa nos exigiu, primeiramente, uma explicitação dos três conceitos de linguagem para mostrarmos de que modo cada um deles é dito universal. Para, então, num quarto momento, propormos um refinamento metodológico-conceitual que proporcione a apreensão dos conceitos de linguagem universal e de universalidade da língua sob um conceito de fundo que será alcançado através da nossa explicitação de ambas as concepções. Com a aclaração desse conceito de fundo, pensamos vir a esclarecer que os conceitos de linguagem universal e universalidade da língua apreendem concepções distintas de reivindicações de universalidades para o *plano linguístico* (num sentido amplo, mas apenas humano<sup>8</sup>), o que é ofuscado pelo conceito de linguagem como *medium* universal.

O nosso pressuposto de saída é que, num sentido amplo, o que denominamos de plano linguístico humano se realiza de modos múltiplos e, de certo modo, complementares, no sentido de terem partes sobrepostas e partes singulares. Por isso, teremos em consideração tanto a diversidade quanto os elementos comuns da língua e da concepção de linguagem lógica adiante explicitada, pois a cada dia cresce para nós mais a convicção de que o papel do filósofo, e ainda mais do filósofo hermeneuta, consiste em ser o elemento articulador entre os vários discursos contemporâneos quer científicos quer não. Todos estes discursos requerem dele a percepção de que seu complexo ‘objeto’ de

---

<sup>7</sup> HORÁCIO *apud* FREGE, GLA, p. 20. FREGE, FA, p. 206. “*Est modus in rebus, sunt certi denique fines!*”

<sup>8</sup> Chamamos de plano linguístico aqui a totalidade das línguas e das linguagens instrumentais.

estudo, o linguístico em sentido amplo, é constituído por um plexo de relações reflexivas, no qual o desenvolvimento de uma determinada característica conduz ao desenvolvimento de outra característica correlacionada e vice-versa (seguindo Frege<sup>9</sup>); se estas características forem estudadas por áreas distintas do saber, cabe ao filósofo hermenêuta perceber que, deste modo, o próprio assunto em questão requer este diálogo interdisciplinar mesmo no âmbito filosófico.

O que estará em questão adiante também consistirá numa avaliação de métodos em filosofia centrados em partes distintas do plano linguístico. Dentre outros existentes, adiante tentamos jogar luzes sobre o método hermenêutico-descritivo que se baseia na análise do dito a partir das línguas, e no método lógico-semântico de análise de linguagens instrumentais e inclusive das próprias línguas. Ou seja, aqui, em termos de métodos filosóficos de análise centrados nas linguagens, está em questão a suficiência ou não das línguas como meios para fazermos filosofia e ciência; veremos que, para aqueles que chegaram a uma resposta negativa, emergiu a questão de que tipo de concepção de linguagem então é mais apropriada para o fazer filosófico e científico. Adiante, pelo menos minimamente desenvolvidas, veremos três propostas de conceitos de universalidade linguística, a de Jaakko Hintikka e Martin Kusch; a de Frege; e a de Gadamer.

Nas páginas que se seguem, teremos que lidar com o estado terminológico impreciso com relação às diferentes concepções e às acepções de linguagens, sobretudo de Jaakko Hintikka (daqui por diante J. Hintikka) e de Kusch. De nossa parte, como já indicamos no próprio título desta investigação, teremos aqui certos cuidados terminológicos com a polissemia das palavras “linguagem”, “*Sprache*”, “*language*” etc. Com a palavra “língua”, a usaremos como sinônimo de idioma, o que comumente também é chamado de linguagem natural, histórica, materna, comum, ordinária, cotidiana etc. Com o uso da palavra “*linguagem*” sem qualificá-la, o faremos de modo genérico como é geralmente utilizada nos contextos das concepções apresentadas, num sentido amplo, como ocorre nos usos, que veremos a seguir, de “*language*” realizados por nossos interlocutores J. Hintikka e Kusch. A “linguagem, no sentido de Hintikka, é uma entidade muito elusiva e

---

<sup>9</sup> Cf. FREGE, *LFL*, p. 65. **FBB**, p. 75. Passagem citada na primeira epígrafe desta tese, cf. p. 11.

obscura, e nós não podemos falar sobre ela”<sup>10</sup>; e também no sentido genérico de “*Sprache*” muitas vezes empregado por Gadamer. Os usos adjetivados que faremos da palavra linguagem se tornarão claros por si mesmos.

Cientes dessas diretrizes gerais, nesta introdução, damos dois passos: primeiro, reconstruímos a problemática norteadora desta investigação de maneira conteudístico-conceitual e cronológica, o que significa aclarar o conceito de linguagem como *medium* universal forjado por J. Hintikka e usado por Kusch; e, por fim, apresentamos a estrutura dos desenvolvimentos que se seguirão.

## 1.1 RECONSTRUINDO O PROBLEMA

Nas últimas décadas, J. Hintikka, propôs-se a estabelecer novos conceitos metodológicos na tentativa de melhor compreender as realizações da filosofia contemporânea em seus pressupostos. É a aplicação de um desses conceitos revisores que será nosso ponto de partida. Mais especificamente esta investigação filosófica foi motivada pela problemática da não-distinção entre as concepções de linguagem de fórmulas e de língua, mais precisamente enquanto estas perspectivas são subsumidas na aplicação generalizada do conceito revisor de linguagem como *medium* universal sem o devido refinamento do que se está entendendo com a pretensão de universalidade em cada caso. A proposta de revisão iniciada por J. Hintikka culmina na aplicação do conceito de *linguagem como medium universal* a teorias acerca de concepções universalistas de linguagens muito distintas, as quais podem ser denominadas, a nosso ver, a princípio, pelo conceito de *linguagem universal* e pelo conceito de *universalidade da língua*, pelo menos para o percurso principal de cada uma das concepções linguísticas dos autores que nos apropriaremos.

E o que estamos entendendo pelos conceitos de *linguagem universal* e *universalidade da língua*?

Por uma linguagem universal não estamos compreendendo a uma linguagem originária adâmica, uma linguagem primeva, a qual

---

<sup>10</sup> LEGRIS, J. “Chateaubriand on symbolism and logical form”, 214. Tradução minha. Grifo do autor. “*the language*, in Hintikka’s sense, is a very elusive and obscure entity, and we cannot talk about it.”

estaria por base de todas as línguas; nem consiste na defesa de uma língua primeira genealógicamente constatável cientificamente ou suposta; também não se trata de uma língua (idioma) que é dita universal por ser a mais falada e escrita como língua comercial; tampouco se trata de uma ‘língua’ criada conscientemente como é o caso do esperanto; muito menos se trata de universais linguísticos – padrões sintáticos supostamente encontrados em *todas* as línguas. Também não caracterizamos uma linguagem universal como se ela fosse uma lógica elaborada apenas sintaticamente de forma a ser internamente apenas manipulação de signos providos de sentidos<sup>11</sup>, mas sem significados; a qual, com isso, seria dependente de modelos externos para a atribuição de uma semântica completa condizente com cada domínio científico a ser expresso.

Antes, sob o rótulo provisório de linguagem universal, queremos caracterizar a um tipo singular de *linguagem lógica*. E, com isso, não estamos compreendendo a uma aplicação específica de uma linguagem lógica, mas antes estamos indicando a uma base de princípios lógico-filosófico-semânticos que permite a construção de linguagens regimentadas para várias tarefas em domínios científicos particulares e onde quer que o ser verdadeiro de um conteúdo tenha relevância. Base esta que tem de incluir: um modo de análise de conteúdos expressados por meio das línguas e de outras linguagens científicas; regras para a construção rigorosa de expressões que mostrem esse conteúdo sem ambiguidade; leis lógicas para lidar com as relações desses conteúdos quando expressos numa linguagem formularizada, permitindo a construção de linguagens lógicas para diferentes tarefas que visem expressar todo e qualquer conteúdo judicável, analisado de um determinado modo, de maneira que aclare suas relações e propriedades lógicas.

Quanto a nossa caracterização provisória de *universalidade da língua*, estamos buscando indicar às propriedades virtual (o estar em obra), produtiva, plástica, adaptativa das línguas que permitem dizermos o mesmo de outro modo na mesma língua ou em outra; ou seja, com o conceito de universalidade da língua, estamos nomeando as propriedades de uma língua que possibilitam a ela virtualmente estar em condições de vir a perpassar quaisquer conteúdos semânticos expressados, principalmente, por outra língua qualquer e até de parte dos

---

<sup>11</sup> O sentido dado pelas regras sintáticas de construção da linguagem.

conteúdos semânticos expressados através de uma linguagem instrumental; trata-se das condições de uma língua de estar em estado iminente, aberto, de permitir que tudo o que seja dito de um modo com e por meio dela (e de outras línguas) também possa ser dito de outros modos. Elas consistem nas propriedades das línguas que nos permitem dizer pelo menos quase o mesmo, quando não se dá o caso de podermos dizer o dito preso à letra<sup>12</sup>, de dizer exatamente o mesmo. Estas propriedades das línguas pelo menos fornecem a possibilidade mínima da traduzibilidade, ou seja, a de dizermos nos colocando na direção de sentido daquilo que foi dito. Deste modo, pelo menos como hipótese, seria correto defendermos que a universalidade da língua consistiria na arguição de que talvez a língua esteja virtualmente aberta para vir a poder dar expressabilidade a qualquer sentido dito em outra língua. No entanto, esse estar na iminência de expressar de outro modo quaisquer conteúdos semânticos expressos através dela mesma ou por meio de outra língua não significa que as línguas estejam em condições de expressar qualquer conteúdo das linguagens científicas, tal como os conteúdos das linguagens matemáticas. Apesar de cada linguagem científica e de cada língua terem um escopo comum de conteúdos expressados, há conteúdos semânticos expressáveis numa língua que não são expressáveis nas linguagens científicas (metáforas, expressões idiomáticas etc.). Por outro lado, há conteúdos semânticos expressáveis numa linguagem universal científica que não são expressáveis nas línguas, os conteúdos matemáticos, por exemplo, não são traduzíveis, apesar de podermos dizer um cálculo em língua portuguesa, não o podemos fazê-lo nela. Estes últimos foram a causa da criação de linguagens instrumentais como as linguagens matemáticas e linguagens lógicas como a linguagem de fórmulas fregeana.

Para melhor explicitar os conceitos de linguagem universal e universalidade da língua, tomamos como ponto de partida crítico a insatisfação gerada pelo uso do mesmo conceito de *linguagem como medium universal* realizado pelo filósofo alemão Martin Kusch para abarcar as distintas concepções filosóficas de linguagens desenvolvidas tanto na tradição da filosofia analítica como as de Frege, Russell, Quine etc. quanto na tradição da dita filosofia continental como as de Heidegger, Gadamer etc. Assim, partimos da obra *Linguagem como cálculo versus linguagem como medium universal: Um estudo sobre*

---

<sup>12</sup> Como no caso paradigmático da tradução de expressões idiomáticas.

*Husserl, Heidegger e Gadamer*, de 1989, na qual encontramos a tentativa de realizar a aproximação entre analíticos e continentais sob o conceito de *linguagem como medium universal* através da transferência de conceitos metodológicos utilizados até então apenas para analisar concepções de linguagens da tradição da filosofia analítica para serem aplicados a algumas das concepções de linguagens da tradição continental<sup>13</sup>. A elaboração da obra de Kusch culmina na aproximação de teorias sobre linguagens pertencentes às concepções analíticas e continentais de um modo um tanto estranho e, mesmo assim, ela não tem recebido as críticas que lhe cabem. Pelo contrário, ela vem sendo aceita como bem posta e disseminada principalmente em sua vagueza, salvo poucas críticas parciais e breves, das quais tratamos adiante em 4.1. A elas viemos a somar uma avaliação com mais algumas críticas em pelo menos dois enfoques.

No parágrafo de abertura da primeira parte da referida obra de Kusch, podemos constatar o objetivo norteador dela na passagem seguinte:

Costuma-se distinguir dois tradicionais ramos do pensamento filosófico contemporâneo, que, muitas vezes, são denominados de *pensamento continental* e *filosofia analítica*. Já foi sugerido e defendido durante as últimas décadas, em uma série de influentes estudos, que essas duas tradições partilham diversos problemas e preocupações importantes. O presente ensaio é uma tentativa de reforçar ainda mais a tese de que há um terreno comum partilhado pelas duas tradições. As diferenças e os paralelos entre a fenomenologia de Edmund Husserl, o *pensamento do ser* de Martin Heidegger e a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer serão aqui interpretados com o auxílio de uma estrutura conceitual, que, até agora, somente foi aplicada aos clássicos da tradição analítica, tais como Frege, Russell e Wittgenstein.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Projeto de Kusch que já tinha sido esboçado publicamente no ano anterior no ensaio "Husserl and Heidegger on meaning".

<sup>14</sup> KUSCH, M. *Language As Calculus Vs. Language As Universal Medium*, p. 1. "It is customary to distinguish two traditions of contemporary philosophical thought, often referred to as 'continental thought' and 'analytical philosophy'. That these two traditions share several

É graças ao trabalho de Kusch que nossa investigação foi desenvolvida. Não se trata de dizer que a aplicação do conceito de linguagem como *medium* universal seja completamente errônea em todos os casos, mas antes certamente seja correto dizer que ela é, de modo geral, vaga, requerendo refinamentos. Em vez de encontrar uma base comum por via explicitativa das concepções de linguagem universal e de universalidade da língua, a obra de Kusch já as pressupõe de saída como possuindo essa dimensão comum (pelo menos presume parte da qual o conceito de análise exige) enquanto tenta abarcá-las via um molde conceitual pré-dado, a saber, através do conceito de linguagem como *medium* universal. Por um lado, graças a sua generalidade, o conceito de linguagem como *medium* universal fornece poder de amplitude para “abarcá-las” parcialmente muitas concepções de linguagem; por outro lado, esta amplitude é a causa de vagueza e de muitos pontos incomensuráveis entre as concepções subsumidas através dele.

Aqui, faremos estas explicitações enquanto almejamos realizar a indicação de uma base comum de outro modo para além dos limites daquilo que comumente se denomina de filosofia analítica e filosofia continental. Como primeiro procedimento teórico, não tentaremos enquadrar o conteúdo conceitual de uma concepção de linguagem da tradição continental nas já consagradas distinções conceituais metodológicas de análise aplicadas à tradição analítica ao modo que foi realizado na obra de Kusch<sup>15</sup>. Se seguissemos este procedimento de Kusch seria como se tentássemos fazer com que um bolo já pronto feito numa forma retangular se adequasse a uma forma triangular – no sentido do instrumento – sem descaracterizá-lo, sem deixar muitos restos. Por mais que o procedimento kuschiano de submissão se mostre frutífero,

---

important problems and concerns has been suggested and defended in the last couple of decades in a number of influential studies. This essay is an attempt to vindicate further the thesis that there is a common ground shared by the two traditions. The differences and parallels between Edmund Husserl's phenomenology, Martin Heidegger's "thought of Being" and Hans-Georg Gadamer's hermeneutics will be interpreted here with the help of a conceptual framework that has so far been applied only to the classics of the analytical tradition, such as Frege, Russell, and Wittgenstein.”

<sup>15</sup> Isso é válido para a obra de Kusch, pois nela se aceita a divisão entre filosofia analítica e filosofia continental; no entanto, não vale para as obras de J. Hintikka, porque nestas se pensou poder fazer filosofia para além desta divisão, o que motivou a introdução dos conceitos de linguagem como *medium* universal e linguagem como cálculo.

não parece ser o modo de proceder mais adequado – como mostraremos adiante. Antes, pretendemos indicar para conceitos e concepções de fundo que ambas as tradições *compartilham*, pelo menos nas perspectivas filosóficas que aqui visamos esclarecer. Assim, procederemos utilizando o método de análise explicitativa dos conceitos, argumentos e teses das concepções escolhidas referentes à nossa problemática para somente depois disso virmos a indicar seus pontos de aproximação. Por motivos de tempo, organização estrutural e, principalmente, de espaço para a execução da presente pesquisa, vamos nos limitar em nossa contraposição à obra de Kusch a investigar apenas duas perspectivas linguísticas dentre daquelas que nela encontramos subsumidas sob o conceito de *linguagem como medium universal*, quais sejam, a desenvolvida por Frege e a elaborada por Gadamer.

Na obra de Kusch, encontramos o apontamento para diferentes concepções de teorias sobre linguagens por meio do uso dos dois conceitos metodológicos inseridos por J. Hintikka (1979) e, até então, apenas aplicados a concepções de linguagens de autores da tradição da filosofia analítica. Conceitos estes que compõem o título da obra de Kusch, a saber, os de *linguagem como cálculo* e *linguagem como medium universal*. Na mencionada obra de Kusch, encontramos a explicitação e aplicação desses conceitos com o fim de aclarar diferentes concepções filosóficas de linguagens no interior das filosofias de Husserl e Heidegger: na filosofia de Husserl sob o conceito de linguagem como cálculo e na de Heidegger sob o conceito de linguagem como *medium universal*; focando, principalmente a questão da dizibilidade da semântica na primeira e a da inefabilidade (indizibilidade) da semântica na segunda. Na parte concluinte do trabalho de Kusch, encontramos a exposição da concepção gadameriana (apresentada, principalmente, em *Verdade e Método I*, de 1960) como, em certa medida, uma concepção que congrega vínculos entre aquelas duas concepções<sup>16</sup>, a qual, apesar disso, é caracterizada como uma perspectiva de linguagem sob o viés de *medium universal*. Entretanto, ali há algo de não tematizado na obra de Kusch; mas, antes de adentrarmos neste ponto, refaçamos, cronologicamente, neste introito, de modo mais detalhado do que encontramos nela, alguns passos centrais sob os quais foi orientado e se orientou o desenvolvimento de Kusch, principalmente acerca dos pressupostos da concepção de inefabilidade da linguagem

---

<sup>16</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 10.

defendida nas obras dos Hintikkas (1979, 1986, 1986, 1997, 2000). Estes passos são fundamentais para compreendermos o feito teórico da obra de Kusch, bem como para já apontarmos consequências dela, e, com isso, para começarmos a traçar o caminho reconstrutivo que permitirá efetivar a nossa justificação à crítica à teoria que encontramos nela e à concepção universalista de linguagem dos Hintikkas.

*Linguagem como cálculo versus linguagem como meio universal* partiu indiretamente de um ensaio de Jean van Heijenoort (1967) e diretamente de trabalhos de J. Hintikka e do próprio J. Hintikka. Dizemos diretamente porque além de Kusch ter adotado a generalizada distinção terminológica exposta em diversos ensaios de J. Hintikka, a qual veremos a seguir, Kusch foi orientado por ele em seu supracitado livro (tese de doutoramento)<sup>17</sup>.

Em 1967, Heijenoort publicou um pequeno ensaio intitulado “Logic as calculus and logic as language”. Nele, a partir da distinção encontrada nas obras de Frege entre as concepções de lógicas como *calculus ratiocinator* e lógica como *lingua characterica*, respectivamente, o ensaio de Heijenoort explora minimamente distintas concepções de lógicas modernas que tinham sido desenvolvidas até aquele momento sob os conceitos de: *lógica como cálculo*, a qual seria desprovida de conteúdos fixos, tendo como representantes os feitos teóricos de Boole, Schröder<sup>18</sup>, Löwenhein etc.; e *lógica como linguagem*, que lida com conteúdos fixos, viés que tem como seus expoentes os trabalhos de Frege, Russell etc. A partir desta distinção, que, no ensaio de Heijenoort, é caracterizada como oposta, porém não exclusiva, encontramos a defesa da universalidade da lógica quando esta é concebida como uma linguagem que lida com conteúdos fixos, ou seja, como uma *lógica como linguagem*. Um exemplo dentre os melhores de uma lógica desse tipo é a desenvolvida por Frege, pois como recorda Heijenoort, na lógica de Frege,

---

<sup>17</sup> Apesar de ser de nacionalidade alemã (\*1959, Leverkusen), a formação acadêmica de Martin Kusch deu-se fora da Alemanha, a qual consiste em: bacharel em filosofia pela Universidade de Jyväskylä (Finlândia), mestrado e doutoramento em teorias das ideias pela Universidade de Oulu (Finlândia), e doutorado em filosofia pela Universidade de Boston, em 1989. Cf. KUSCH, M. “Curriculum Vitae: Professor Dr. Martin Kusch”.

<sup>18</sup> Para uma caracterização da lógica de Schröder como um exemplo de lógica como cálculo cf.: LEGRIS, J. “On Universality and Formality in 19th Century Symbolic Logic: The Case of Schröder’s “Absolute Algebra””.

Com a introdução de letras predicativas, variáveis e quantificadores, a proposição torna-se articulada e pode expressar um significado. A nova notação permite a transcrição simbólica de regiões inteiras do conhecimento científico, talvez de sua totalidade, uma tarefa que está completamente fora do alcance do cálculo proposicional.<sup>19</sup>

Posteriormente, a partir dessa distinção conceitual opositiva de *lógica como linguagem* e *lógica como cálculo* do ensaio de Heijenoort, J. Hintikka a generalizou, também de forma opositiva, reformulando, segundo ele, em matizes mais apropriados, o conceito de *lógica como cálculo* para *linguagem como cálculo* (“language as calculus”) e o de *lógica como linguagem* para *linguagem como o medium universal* (“Language as the Universal Medium”) em seu artigo “Frege’s hidden semantics”<sup>20</sup>, de 1979. *É sobre a aplicação desta última reformulação generalizada que se fixa o enfoque deste nosso esforço investigativo*, pois com ela J. Hintikka inclui sob o mesmo conceito uma linguagem de fórmulas como a de Frege e uma língua como a alemã – se a primeira reformulação generalizada é *problemática* ou *não*, este não é nosso objetivo aqui investigar<sup>21</sup>. Esta distinção conceitual de J. Hintikka alguns anos depois foi aplicada com fins metodológicos por ele e sua esposa Merrill Hintikka à análise interpretativa do legado de Wittgenstein na obra *Investigating Wittgenstein*, de 1986. Para a concepção dos Hintikkas, o que possibilitaria este alargamento do

---

<sup>19</sup> HEIJENOORT, J. v. “Logic as calculus and logic as language”, p. 325. Tradução minha. “With the introduction of predicate letters, variables, and quantifiers, the proposition becomes articulated and can express a meaning. The new notation allows the symbolic rewriting of whole tracts of scientific knowledge, perhaps of all of it, a task that is altogether beyond the reach of the propositional calculus.” Estranhamente, Heijenoort usa a expressão “*propositional calculus*” para referir-se à lógica anterior a Frege, no entanto, apesar de certa forma os estoicos terem feito certo esboço dele com o desenvolvimento da lógica proposicional (cf. MATES, B. *Stoic Logic*.), é apenas a partir da *Conceitografia* de Frege que o cálculo proposicional foi desenvolvido e, posteriormente, com Russell e Wittgenstein. Nesta investigação, substituímos o que Heijenoort denomina deste modo pela expressão “lógica proposicional tradicional”. No entanto, Heijenoort tinha, corretamente, dito um ano antes (1966), no “Preface” de *From Frege to Gödel (De Frege a Gödel)* que a *Conceitografia* “apresentou ao mundo, de forma completamente desenvolvida, o cálculo proposicional e a teoria da quantificação” (“presented to the world, in full-fledged form, the propositional calculus and quantification theory.” HEIJENOORT, J. v. *From Frege to Gödel*, p. vi).

<sup>20</sup> Cf. HINTIKKA, J. “Frege’s hidden semantics”, p. 716.

<sup>21</sup> Dresner aponta para a existência de problemas, cf.: DRESNER, E. “‘Hintikka’s ‘Language as Calculus vs. Language as a Universal Medium’ Distinction”.

conceito de *lógica como linguagem* para o de *linguagem como o medium universal* consiste na constatação de que

o ponto principal dessa visão da linguagem como o medium universal assenta-se na tese da *inefabilidade da semântica*, pois é precisamente a semântica que lida com as relações linguagem-mundo. Sob essa perspectiva, as conseqüências da visão da linguagem como o medium universal são particularmente próximas às da doutrina mais restrita da lógica como linguagem, pois (como observou Van Heijenoort) não há possibilidade de qualquer semântica lógica (teoria de modelo), se estiver correta a concepção da linguagem como o medium universal.<sup>22</sup>

Notemos que a preocupação central, mas não única, das obras dos Hintikkas continua sendo o escopo das lógicas – a qual fora a única do ensaio de Heijenoort –, neste caso, o viés de lógica do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein; escopo este que, antes da obra de Kusch, foi expandido pelos Hintikkas até então no máximo para a concepção epistemológica dos jogos de linguagem do próprio Wittgenstein. Aparentemente, não haveria o que questionar a respeito do valor da atualização explicitativa realizada por Heijenoort da distinção terminológica de dois tipos de lógicas, visto que faz todo sentido ele ter atribuído o conceito de *lógica como linguagem* à lógica fregeana, porque esta foi elaborada para lidar com conteúdos fixos. Por isso, ao contrário do que encontramos num ensaio de Hartimo<sup>23</sup>, nesta investigação Heijenoort já está, em partes, absoldido de antemão de

---

<sup>22</sup> HINTIKKA, M; HINTIKKA, J. *Uma investigação sobre Wittgenstein*, p. 20. Grifo do autor. “the gist of this view of language as the universal medium lies in the thesis of the *ineffability of semantics*, for it is precisely semantics that deals with those language-reality relationships. In this respect, the consequences of the view of language as the universal medium are especially close to those of the narrower doctrine of logic as language, for (as van Heijenoort noted) all logical semantics (model theory) is impossible if the view of language as the universal medium is correct.” Ver também: HINTIKKA, J. *Lingua universalis vs. calculus ratiocinator*, p. x.

<sup>23</sup> Cf. HARTIMO, M. “Logic as a Universal Medium or Logic as a Calculus? Husserl and the Presuppositions of ‘the Ultimate Presupposition of Twentieth Century Philosophy’”. Infelizmente, no artigo de Hartimo não encontramos apenas contribuições positivas, ela também contribui para piorar ainda mais a bagunça terminológica, ela usou a expressão “Logic as Language” (lógica como linguagem) de Heijenoort uma única vez, substituindo-a pela expressão “Logic as a Universal Medium” (lógica como um medium universal).

nossas acusações, pois este ficou concentrado no âmbito de dois modos teóricos sobre lógicas formais desenvolvidas até aquele momento, mantendo de modo claro a distinção no que diz respeito às concepções de Frege e de Russell entre linguagens de fórmulas e língua, onde esta é preservada fora daquela<sup>24</sup>. A introdução heijenoortiana dos conceitos de lógica como cálculo e lógica como linguagem tinha como fim o de aclarar teoricamente os termos latinos (de origem leibniziana) utilizados nos trabalhos fregeanos enquanto ela explicita as duas concepções de lógica em termos mais claros, pretendendo, com isso, mostrar a tese da universalidade da lógica como linguagem. No entanto, também vemos problemas na interpretação heijenoortiana, o ponto questionável dela diz respeito à suposta oposição atribuída à concepção lógica fregeana entre *calculus ratiocinator* e *lingua characterica*. Outro aspecto questionável diz respeito à concepção de semântica como se nela apenas estivesse em consideração a questão do significado<sup>25</sup>, deixando de lado a questão do sentido.

Por vezes, J. Hintikka é injusto ao atribuir a distinção generalizada de linguagem como cálculo e linguagem como *medium* universal, a qual ele próprio fez em suas obras, ao ensaio de Heijenoort; atribuição que vem sendo tomada como certa, apesar de ser equívoca, pois os conceitos generalizados que encontramos nas obras de J. Hintikka não são mais os conceitos do ensaio de Heijenoort. Os problemas dessa generalização começam a surgir graças à vagueza do conceito de linguagem como *medium* universal dos trabalhos de J. Hintikka. Certamente que os conceitos generalizados de J. Hintikka também são o resultado da interpretação heijenoortiana, enquanto nesta se demarcou a oposição entre *calculus ratiocinator* e *lingua characterica*.

Nas obras dos Hintikkas, encontramos a seguinte caracterização do conceito de linguagem como *medium* universal, o qual pressupõe que existiria apenas um sistema de relações semânticas. Estas se dariam “em um conjunto universal fixado de relações de significado” (“in a fixed universal set of meaning relations”), o que inviabilizaria a possibilidade da estipulação de interpretações e da metalinguagem, ou seja, não poderíamos variar a semântica da linguagem, tampouco sair da linguagem. Isto culminaria num formalismo em lógica, já que não

<sup>24</sup> Cf. HEIJENOORT, J. v. “Logic as calculus and logic as language”, p. 327.

<sup>25</sup> Cf. HEIJENOORT, J. v. “Logic as calculus and logic as language”, p. 325.

poderíamos falar das relações semânticas, apenas nos restaria a possibilidade de dizer algo sobre os próprios símbolos e as palavras da linguagem lógica, mas não da relação entre estes e o mundo<sup>26</sup>. Esta caracterização do conceito de linguagem como *medium* universal tem origem no conceito de místico do primeiro Wittgenstein, no *Tractatus*. Trata-se da tese de que não podemos expressar na própria linguagem a forma lógica da linguagem e do mundo, forma lógica que espelharia o mundo descrito por nós. Ou seja, existiria uma isomorfia entre linguagem e realidade (mundo), a qual nos seria dada *a priori*, portanto, a universalidade referente à relação entre linguagem e realidade se sustentaria *a priori*, e nossa tarefa seria descobrir na linguagem a forma lógica da realidade, já que a linguagem nos imporá os limites de nossa realidade, pois apenas poderíamos conhecer algo da realidade se este algo estivesse espelhado na nossa linguagem. Diante disso, a tarefa da lógica seria introduzir uma linguagem formal de sinais com o intuito de evitar as ambiguidades que a linguagem natural permite na expressão da forma lógica<sup>27</sup>.

O problema que surge é: dada a modelagem do conceito de linguagem como *medium* universal a partir dessa concepção wittgensteiniana de linguagem, até que ponto a concepção de universalidade linguística, como foi defendida através do conceito de linguagem como *medium* universal, pode subscrever concepções de linguagem como a linguagem de fórmulas de Frege e a concepção de universalidade da língua da filosofia gadameriana, tendo em vista que na teoria fregeana a forma lógica não é descoberta como é na wittgensteiniana, mas imposta racionalmente a partir de um método de análise linguística, e na concepção gadameriana de língua nem sequer se trata de forma lógica?

Inicialmente, *não pareceria* haver algum problema com a aplicação realizada do conceito de linguagem como *medium* universal nos trabalhos do casal Hintikka antes do trabalho de Kusch surgir; pois, afinal das contas, até ali os Hintikkas apenas tinham aplicado esta distinção conceitual a concepções lógicas (como a de Frege) e a concepções epistemológicas de linguagem, nas quais a linguagem é

---

<sup>26</sup> Cf. HINTIKKA, M.; HINTIKKA, J. *Uma investigação sobre Wittgenstein*, p. 31. Cf. HINTIKKA, M.; HINTIKKA, J. *Investigating Wittgenstein*, p. 10.

<sup>27</sup> Cf. WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, principalmente: §§ 4.12, 4.121. Cf. WITTGENSTEIN, L. “Algumas observações sobre a forma lógica”. Cf. MARGUTTI, P. R. “O *Tractatus de Wittgenstein* como obra de iniciação”.

tratada como objeto de análise, portanto, como instrumento (meio) e não como *medium* (condição, não-aleatoriedade), apesar dos Hintikkas a qualificarem, inadequadamente, como *medium*<sup>28</sup>. Já não podemos dizer o mesmo a respeito do que assumem Kusch e J. Hintikka a partir e depois da obra de Kusch da qual partimos (1989). É a extrapolação realizada na obra de Kusch da aplicação do conceito de linguagem como *medium* universal para concepções continentais que vai deixar mais claro que há alguma coisa de errado ali, pois as concepções de linguagens de Frege, Heidegger, Russell, Wittgenstein, Gadamer etc., todas são pré-julgadas sob uma mesma concepção generalizada de linguagem, que a primeira vista poderiam ser dadas como exemplos de teorias qualificadas como linguagem como *medium* universal por, supostamente, adotarem a tese central da inefabilidade da semântica por ela ser inacessível, devido a seu estudo nunca poder ser pleno, por ser inexaurível (“inexhaustible”)<sup>29</sup>, porque a linguagem seria inescapável, uma vez que seu uso seria uma condição mínima para termos mundo; esta decorrência de teses apenas pode ser aceita quando entende-se linguagem ao modo de J. Hintikka e de Kusch; não separando línguas e linguagens lógicas. Adiante, veremos se as teorias de Frege e de Gadamer subscrevem a tese central da inefabilidade da semântica conforme forjada por J. Hintikka e usada por Kusch e, na medida do possível, também as teses diretamente decorrentes dela.

De saída, parece-nos que o conceito de inefabilidade da semântica moldado por J. Hintikka e usado por Kusch, sustentado sobre a impossibilidade de uma semântica completa, não se aplica à linguagem de fórmulas de Frege, mas somente à concepção gadameriana

---

<sup>28</sup> A mesma confusão terminológica é feita por Haaparanta, cf.: HAAPARANTA, L. “Introduction”, p. 4. Em outro lugar, ela sugere que “uma linguagem fregeana de primeira ordem – adequadamente complementada, por exemplo, por adicionar-lhe alguma lógica de ordem superior, como fez Frege – é um *medium* universal de comunicação no sentido fregeano” (“a Fregean first-order language – suitably supplemented, for instance, by adding to it some higher-order logic, as Frege does – is a universal *medium* of communication in the Fregean sense”. HAAPARANTA, L. “Frege on existence”, p. 159. Tradução minha.). Seria produtivo caso Haaparanta mostrasse pelo menos uma passagem em que Frege defenderia que sua lógica de primeira ordem “é um *medium* universal de comunicação em sentido fregeano”, pois aí, como já é considerado na *Conceitografia*, não se trata de dizer, mas de mostrar, que sentido é este de *medium* universal de comunicação? Antes não será um meio estrito e altamente desenvolvido de comunicação para uma determinada tarefa? Por sua vez, Legris denomina a relação entre o símbolo e o significado na lógica fregeana como *medium*. Cf.: LEGRIS, J. “On Universality and Formality in 19th Century Symbolic Logic: The Case of Schröder’s “Absolute Algebra””, p. 352.

<sup>29</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 109.

de língua; se esta hipótese estiver correta, então surge a necessidade de explicitar um conceito de inefabilidade da semântica fundado sobre outra tese que não a da inexorabilidade (inesgotabilidade) da semântica para explicarmos a relação entre mundo e a linguagem de fórmulas fregeana.

Antecipando-se à presente investigação com relação ao uso dos conceitos generalizados de J. Hintikka para a análise da concepção de linguagem de Husserl, Hartimo no seu ensaio “Logic as a Universal Medium or Logic as a Calculus? Husserl and the Presuppositions of ‘the Ultimate Presupposition of Twentieth Century Philosophy’” argumenta que:

Husserl compartilha características de ambos os lados da divisão. Isto adverte a reflexão sobre a natureza e a aplicabilidade da distinção. Será arguido que enquanto a distinção é frequentemente valiosa, ela não é sempre expressamente aplicável. Problemas surgem em situações onde a lógica teórica-modelar não é usada como um método para fazer filosofia e onde linguagem não é considerada como a fundação para perspectivas metafísicas.<sup>30</sup>

De início, a lógica fregeana pode ser indicada como um exemplo do primeiro caso de problemas levantados por Hartimo, por não se reger por uma teoria de modelos; e a concepção gadameriana de língua pode ser dada como exemplo para o segundo caso, por ela não ter uma base metafísica. No primeiro caso, fica evidente já em “Frege’s hidden semantics” que a teoria de J. Hintikka, seguindo a teoria de Tarski, admite a possibilidade da semântica apenas como teoria de modelos, ou seja, como teoria semântica completamente dada externamente à linguagem. Segundo este viés, todas as relações entre signos e objetos são determinadas antes de entrarmos na linguagem formal; assim,

---

<sup>30</sup> HARTIMO, M. “Logic as a Universal Medium or Logic as a Calculus? Husserl and the Presuppositions of ‘the Ultimate Presupposition of Twentieth Century Philosophy’”, p. 571. Tradução minha. “Husserl shares characteristics of both sides of the divide. This prompts reflection about the nature and applicability of the distinction. It will be argued that while the distinction is often valuable, it is not always straightforwardly applicable. Problems arise in situations where model-theoretical logic is not used as a method for doing philosophy and where language is not considered to be the foundation for metaphysical views.”

podemos dar uma nova interpretação para os signos quando formos aplicar a linguagem a um novo domínio de objetos; quando entramos na linguagem já dominando a semântica basta procedermos com os cálculos. Diante deste viés teórico de uma linguagem formal, de saída, no recém-referido ensaio de J. Hintikka, Frege é rotulado como “um semanticista que não acreditava na semântica”<sup>31</sup>. O que isso significa, J. Hintikka esclareceu em “Semantics: A revolt against Frege”, de 1981. Ali está a argumentação de que “Frege não poderia pensar as relações semânticas, estritamente falando, como explicitamente formuladas e discutidas. Consequentemente, um estudo sistemático e teórico da semântica é impossível na concepção de Frege”<sup>32</sup>; em outras palavras, para o viés de J. Hintikka, isso quer dizer que a semântica apenas poderia ser realizada de modo claro e explicitamente discutida como construto *a posteriori* à linguagem de fórmula, ou seja, apenas como teoria de modelos, i.e., somente sob o conceito de linguagem como cálculo, no qual podemos sugerir *n* interpretações para uma linguagem. O que significa que:

o desenvolvimento de toda séria semântica de condições de verdade (teoria de modelo) obviamente pressupõe a adoção da concepção de linguagem como cálculo. Semântica é o estudo das relações representativas (relações de significado) entre linguagem e realidade. Consequentemente, nós podemos praticar semântica sistemática apenas se nós podemos discutir a significatividade dessas relações, como nós não podemos fazer no viés de linguagem como o medium universal.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> HINTIKKA, J. “Frege’s hidden semantics”, p. 716. Tradução minha. “a semanticist who did not believe in semantics”. Bem como em: HINTIKKA, J. “Semantics: A revolt against Frege”, p. 57.

<sup>32</sup> HINTIKKA, J. “Semantics: A revolt against Frege”, p. 58. “Frege did not think semantical relations could, strictly speaking, be explicitly formulated and discussed. Hence a systematic theoretical study of semantics is impossible in Frege’s view.”

<sup>33</sup> HINTIKKA, J. “Semantics: A revolt against Frege”, p. 59. Tradução minha. “the development of all serious truth-conditional semantics (model theory) obviously presupposes adopting the conception of language as calculus. Semantics is the study of the representative relations (meaning relations) between language and reality. Hence we can practice systematical semantics only if we can meaning-fully discuss these relationships as we cannot do on the view of language as the universal medium.”

Para o caso da lógica fregeana, veremos que a determinação da semântica se dá na própria operacionalização da linguagem de fórmulas, no uso da linguagem de fórmulas; isto é, apenas quem lida com ela que poderá vir a alcançar a sua semântica, é o que podemos ver a partir da segunda parte da *Conceitografia*; o que é qualificado por J. Hintikka como *semântica oculta*. A teoria fregeana não almeja ser semântica sistemática, pois o objetivo dela não é dar conta da relação entre linguagem e realidade no todo, mas ser um instrumento inequívoco de expressão dos conteúdos semânticos exatos de determinados âmbitos científicos.

Posteriormente à obra de Kusch da qual partimos, J. Hintikka utilizou seus conceitos generalizados ainda em alguns dos ensaios de seu livro *Lingua Universalis vs. Calculus Ratiocinator. An Ultimate Presupposition of Twentieth-Century Philosophy*, de 1997. Ali, o que os conceitos de *lingua universalis* e *calculus ratiocinator* significam para J. Hintikka já está explícito no ambicioso subtítulo da obra<sup>34</sup>, conceitos estes que, alguns anos depois, são propostos como mais claros para a realização de um corte enviesado para a divisão de águas entre as concepções contemporâneas de linguagem do que os superficiais conceitos de filosofia analítica e filosofia continental<sup>35</sup>. Na obra de Kusch, não encontramos a manifesta percepção de que o enfoque da generalização conceitual entre linguagem como cálculo e linguagem como *medium* universal de J. Hintikka tinha uma pretensão revisora; nela, antes, encontramos a aposta na busca de uma dimensão comum entre as teorias analíticas e as continentais. De forma clara e assumida, encontramos na generalização de J. Hintikka dos conceitos do ensaio de Heijenoort a busca pela possibilidade de fornecer para a filosofia contemporânea uma resposta à exigência de Collingwood de explicitarmos os pressupostos inquestionáveis da filosofia<sup>36</sup>.

Na “Introdução” de *Lingua Universalis vs. Calculus Ratiocinator*, J. Hintikka celebra *Linguagem como cálculo versus linguagem como meio universal* como um indicador de que Gadamer o teria precedido na formulação da mesma ideia com o conceito de

---

<sup>34</sup> Cf. HINTIKKA, J. *Lingua universalis vs. calculus ratiocinator*, p. ix, xvii, 3, 20, 21.

<sup>35</sup> Cf. HINTIKKA, J. “Gadamer: Squaring the hermeneutical circle”, p. 488.

<sup>36</sup> Cf. HINTIKKA, J. “Gadamer: Squaring the hermeneutical circle”, p. 488. Exigência que Collingwood elabora em *An Essay on Metaphysics*, de 1939.

universalidade da linguagem<sup>37</sup>, como podemos constatar no excerto seguinte, em contexto acerca do conceito de linguagem como o *medium* universal:

Apenas depois de eu ter começado a usar esta expressão Martin Kusch apontou-me que Hans-Georg Gadamer a tinha usado anteriormente no mesmo sentido. Um rótulo alternativo e talvez mais descritivo para a mesma ideia seja a *universalidade da linguagem*. O que van Heijenoort mostrou é que ela é uma das ideias fundamentais de Frege. Não é de se admirar, consequentemente, que o projeto da *característica universalis* era o ponto central de seus interesses.<sup>38</sup>

Diante disso, a questão que emerge é a seguinte: será que tanto a concepção fregeana de linguagem de fórmulas quanto a gadameriana de língua realmente tinham em vista a mesma ideia de universalidade e, sobretudo, pensada no mesmo sentido, apesar das formulações conceituais distintas, apesar de estarem lidando com perspectivas distintas de linguagem como seus focos principais dos labores filosóficos que assumiram? Será que podemos dizer que as concepções fregeanas de linguagem de fórmulas e língua (“*Sprache*”) podem ser caracterizadas com o conceito de *universalidade da língua* defendido pela hermenêutica gadameriana? Em vez disso, a linguagem de fórmulas fregeana não seria melhor caracterizada com a ideia de uma *linguagem universal* num sentido, em partes, aproximado ao modo de Leibniz? Nesta investigação, pretendemos mostrar que a resposta é *não* para as duas primeiras perguntas e, obviamente, *sim* para a terceira. Para a segunda pergunta, mostrar-se-á que a concepção fregeana de língua corrobora em certos aspectos a concepção de língua dos hermeneutas, mas nos textos fregeanos jamais encontramos uma defesa da

---

<sup>37</sup> Diante do sentido amplo que é abarcado pela concepção de “*language*” de J. Hintikka e de Kusch, vamos traduzir “*language*” sempre como linguagem.

<sup>38</sup> HINTIKKA, J. *Lingua universalis vs. calculus ratiocinator*, p. x. Tradução minha. “Only after I had begun to use this locution [*language as the universal medium*] did Martin Kusch point out to me that Hans-Georg Gadamer had used it earlier in the same sense. An alternative and perhaps more descriptive label for the same idea is the universality of language. What van Heijenoort showed is that it is one of Frege's fundamental ideas. No wonder, accordingly, that the project of *característica universalis* was the focal point of his interests.”

universalidade da língua (tampouco no ensaio de Heijenoort) ao modo que nos deparamos na concepção hermenêutica de Gadamer.

Além disso, devemos perguntar se J. Hintikka até o momento (1997) da redação da última supracitada passagem tinha lido alguma obra de Gadamer diretamente sem o intermédio da leitura de Kusch. A primeira evidência indica para uma resposta negativa, já que tanto na bibliografia da “Introdução” quanto na totalidade da referida obra de J. Hintikka não é encontrada sequer a referência de uma obra de Gadamer, apenas a de Kusch. Apenas temos evidência da leitura de J. Hintikka de obras de Gadamer, por via de tradução<sup>39</sup>, no ensaio “Gadamer: Squaring the hermeneutical circle”, de 2000.

E, ademais, surge-nos a pergunta se, na citação acima, J. Hintikka não teria acrescentado palavras ao que está dito no ensaio de Heijenoort que não estão lá, pois no artigo de Heijenoort não encontramos o uso do conceito de *universalidade da linguagem* como lhe é atribuído por J. Hintikka, mas apenas o uso dos conceitos de *universalidade da lógica* e *universalidade da lingua characterica*, ou seja, o que se defende no ensaio de Heijenoort é a universalidade da lógica pensada como linguagem. Nele, através do conceito de *lógica como linguagem*, linguagem está restritamente nomeando a *uma* linguagem de fórmulas (“*Formelsprache*”)<sup>40</sup>, enquanto na hermenêutica gadameriana “*Sprache*” está pelas línguas, as quais Frege denomina de *língua da vida* ou simplesmente também de língua (“*Sprache*”).

Ainda sobre a mesma confusão acerca das distintas reivindicações de universalidade, em um momento ambíguo, ainda encontramos a seguinte afirmação:

Gadamer também mencionou (em comentário pessoal) que sempre permaneceu comprometido com a noção de verdade como correspondência, apesar de nunca ter abordado esta noção de forma explícita. Aqui, a posição de Gadamer lembra a de Frege, que também acreditava tanto na

---

<sup>39</sup> J. Hintikka referencia apenas: GADAMER, Hans-Georg, *Philosophical Hermeneutics*, University of California, Press, Berkeley, 1976. GADAMER, Hans-Georg, *Truth and Method*, Continuum, New York, 1975.

<sup>40</sup> Não seguimos a mais comum opção de tradução para “*Formelsprache*” como *linguagem formal*, uma vez que, enquanto foca a generalidade dos pensamentos, a lógica de Frege não consiste meramente numa linguagem formalizada. Faremos uma explicação melhor disso adiante.

universalidade da linguagem (lógica) quanto na verdade como correspondência. O silêncio de Gadamer sobre a noção clássica de verdade teria, assim, seu paralelo na frase de Frege: ‘O que é verdadeiro considero ser indefinível’.<sup>41</sup>

Nosso foco aqui não é a ambiguidade da frase que dá a entender que a teoria gadameriana defenderia uma universalidade da linguagem lógica (via a hermenêutica gadameriana sequer poderíamos defender uma universalidade da linguagem formulada sob este amplo conceito de linguagem como *medium* universal da filosofia de J. Hintikka), quando a lemos em seu contexto, percebemos que esta ambiguidade não passa de um descuido de redação, pois Kusch diz, de forma clara, o contrário no parágrafo seguinte. Essa passagem kuschiana torna claro que por não haver a distinção entre linguagens enquanto línguas e enquanto uma linguagem de fórmulas surgiu a necessidade de qualificar o conceito de universalidade da linguagem, supostamente defendido pela concepção fregeana, com o qualitativo “lógica”. Ao final desta pesquisa, pretendemos apresentar um conceito que em sua generalidade basilar apreenda tanto a concepção fregeana de linguagem de fórmulas quanto a gadameriana de universalidade da língua sem necessitarmos do acréscimo de um qualitativo para uma delas. Faremos isso não por via da submissão aplicativa de conceitos abarcadores como encontramos nos escritos de J. Hintikka e de Kusch, mas por meio de um conceito que está nas bases das concepções de linguagens de Frege e de Gadamer; conceito que se revelará durante nossas explicitações delas.

Com tudo isso, percebemos que não podemos aqui confundir um viés de *linguagem universal* como o fregeano com o conceito gadameriano de *universalidade da língua* como nos deparamos na obra de Kusch ao subsumir a lógica fregeana com o conceito de “universalidade da linguagem” (“universality of language”)<sup>42</sup>. O que a filosofia gadameriana nomeia por “*Sprache*”, língua, não abarca tudo o

---

<sup>41</sup> KUSCH, M. *Linguagem como cálculo versus linguagem como meio universal*, p. 266; KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 242. “Gadamer has also mentioned (in pers. comm.) that he has always remained committed to the notion of truth as correspondence, even though he has not dealt with this notion explicitly. Here Gadamer's position reminds one of Frege, who believed equally in both the universality of (logical) language, and in truth as correspondence. Gadamer's silence with respect to the classical notion of truth would thus have its parallel in Frege's ‘what true is, I hold to be indefinable’.”

<sup>42</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 27.

que encontramos na obra de Kusch sob a denominação de “*language*”, linguagem. Uma das fontes da confusão de Kusch certamente é ter seguido a interpretação de J. Hintikka. Este no primeiro parágrafo de “Frege’s hidden semantics”, diz, injustamente, que o ensaio heijenoortiano descreveria duas concepções, uma de linguagem e outra de lógica (“two conceptions of language and logic”). Esta interpretação de J. Hintikka é uma exposição distorcida do que o ensaio de Heijenoort apresenta. No artigo em questão, em momento algum se diz estar tratando de uma concepção de linguagem, mas de duas concepções de lógica, de lógica como cálculo e de lógica como linguagem. A expressão *como linguagem* se justifica porque não se trata de um mero formalismo, mas de uma lógica em que sua simbólica já possui a determinação de parte de sua semântica dada de antemão através de pistas e/ou dada pelo uso operacional da linguagem de fórmulas. Este aspecto da linguagem de fórmulas de Frege assemelha-se ao modo como aprendemos uma língua qualquer, ou seja, por imersão na língua; mas este aspecto não elimina a grande diferença entre a linguagem de fórmulas de Frege e uma língua. Nós sim vamos marcar esta diferença como a encontramos nos trabalhos de Frege, a qual não encontramos nos desenvolvimentos de J. Hintikka e de Kusch. Neste sentido, a generalização de J. Hintikka realizada através do conceito de linguagem como *medium* universal pode ser evidenciada como um obscurecimento da distinção heijenoortiana explicitada para a dimensão das lógicas.

Outra fonte de confusão de J. Hintikka, seguida por Kusch, pode ter sido o fato de que a língua alemã se refere tanto às línguas quanto à linguagem enquanto capacidade humana de expressão, bem como para as linguagens lógicas em geral, com a mesma palavra, “*Sprache*”, assim como nós o fazemos na língua portuguesa com a palavra “linguagem”. O dicionário eletrônico *Langenscheidt Standard German-Portuguese* (Versão: 7.5) fornece para o verbete “*Sprache*” os seguintes significados: “‘**Sprache** [ʃpra:xə] *f* língua *f* (auch *Sprachfähigkeit*<sup>43</sup>); idioma *m*; (*Ausdrucksweise*<sup>44</sup>) linguagem *f*; (*Sprechart*<sup>45</sup>) fala *f*.”. Nos discursos filosóficos, “*Sprache*” é usada intercaladamente para expressar a todas essas acepções, uso que favorece a mal-entendidos, pois poucos são os que, como Frege, têm a

---

<sup>43</sup> Literalmente: “também capacidade [faculdade] linguística”.

<sup>44</sup> Literalmente: “modo de expressão”.

<sup>45</sup> Literalmente: “modo de falar”.

preocupação de demarcar as diferenças; nós superamos estas dificuldades polissêmicas em partes (pois nem sempre é completamente claro em qual sentido os autores usaram as palavras “*language*”, “*Sprache*” etc.) aproveitando-se da oportunidade que a língua portuguesa oferece de traduzir “*Sprache*” e “*language*” como *língua* quando são usadas na acepção de idioma e como *linguagem* quando são usadas na acepção de *faculdade linguística* dos humanos e na acepção de *modo de expressão* instrumental.

Se os desenvolvimentos de Kusch e ainda mais os de J. Hintikka tivessem considerado a distinção entre linguagem de fórmulas e língua teriam superado parte das confusões geradas pela polissemia de “*Sprache*”. E não se tratava de marcar teoricamente esta distinção, pois bastava tê-la em conta, uma vez que a diferença entre línguas e uma linguagem de fórmulas está completamente sinalizada nos escritos de Frege. Neles jamais foi usada apenas a palavra “*Sprache*” de forma descontextualizada sem algum qualitativo para fazer menção ao instrumento criado por Frege ou para se pronunciar diante de outra linguagem de fórmula, mas apenas para referir acerca das línguas (salvo raras vezes em contextos nos quais fica claro que “*Sprache*” está pela linguagem de fórmulas<sup>46</sup>), mais propriamente à língua alemã. Nos escritos fregeanos, na maioria das vezes, foi usada a expressão “*Formelsprache*” (linguagem de fórmulas) para nomear o instrumento lógico. A seguir, manteremos esta distinção terminológica nos contextos de nossa apresentação da perspectiva fregeana. Distinção que também poderia ter sido mantida em língua inglesa através da qual Kusch e J. Hintikka redigiram seus textos, pois ela também oferece a possibilidade da tradução distinta, oferecendo a palavra “*tongue*” para a acepção de língua.

Se quisermos chegar a uma aproximação como se pretendeu na obra de Kusch, quando se trata das concepções linguísticas de Frege e de Gadamer, com relação às de Frege, temos dois caminhos: o primeiro é pela via principal de Frege, a da sua linguagem de fórmulas, através da explicitação de seu conceito basilar; o segundo caminho é por meio de uma leitura positiva da crítica fregeana à língua, a fim de explicitar sua concepção desta, e através de suas principais contribuições para a filosofia da linguagem posterior, a saber, o princípio do contexto e a distinção entre sentido e significado. Sendo a universalidade de uma

---

<sup>46</sup> Como em: FREGE, **BEG**, p. 4.

linguagem lógica como a de Frege um tipo de universalidade instrumental, assim torna-se evidente a necessidade de demarcarmos as fronteiras entre linguagens de fórmulas e linguagens que não o são. Com relação ao viés linguístico gadameriano, a vereda principal tem de ser a das línguas.

Além disso, almejamos tornar claro que a aproximação entre as concepções fregeana e gadameriana pode ser realizada, entretanto não pela via da *inefabilidade da semântica*, mas antes de outro modo, a saber, em última instância, sob a perspectiva da expressibilidade de sentido, o qual parece ser o conceito de fundo tanto da filosofia de Frege quanto da de Gadamer. A nosso ver, o conceito de sentido emerge das concepções fregeanas de língua e de linguagem universal e da gadameriana de língua como um candidato muito melhor a uma pressuposição última, talvez não de toda filosofia do século XX como o quis J. Hintikka abarcar com seus conceitos generalizados de linguagem como cálculo e de linguagem como *medium* universal, mas pelo menos de boa parte dela.

Não é de hoje que já temos evidência disso, pois o quanto as filosofias de Frege e de Husserl possuem de comum vem rendendo um longo debate de décadas<sup>47</sup>, que, não por acaso, é conduzido pelo conceito central de sentido. O certo é que as filosofias de Frege e de Husserl são o marco inicial, ou pelo menos pertencem ao marco inicial de duas das três tradições envolvidas nesta investigação, a filosofia fregeana da dita filosofia analítica da linguagem e a husserliana da parte fenomenológica da tradição da filosofia fenomenológico-hermenêutica. Esta na qual está imersa a filosofia gadameriana<sup>48</sup>, a qual é posicionada na complexa rede de cruzamentos entre fenomenologia (Husserl, Heidegger), dialética (Platão, Hegel, Schleiermacher), hermenêutica (Schleiermacher, Dilthey, Heidegger) e a filosofia prática de Aristóteles.

Adiante, justificaremos o apontado anteriormente nas explicitações conceituais que realizamos nos ensaios investigativos que se seguem. Estes também servirão de base para irmos para além do afirmado nesta introdução. Neles possuímos como um dos intentos principais o de vir a analisar como *a problemática do conceito de universalidade da língua* foi e pode ser tratada a partir da tradição

<sup>47</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 11, 78.

<sup>48</sup> Talvez “está imerso” seja uma expressão forte demais para referir-se à posição gadameriana diante da tradição fenomenológica, mas certamente podemos dizer que pelo menos a filosofia gadameriana foi influenciada de forma muito significativa por ela.

hermenêutica que, desde sua origem filosófica, recusou tanto a possibilidade de uma gramática universal quanto a possibilidade de uma linguagem universal. Recusas estas que foram inicialmente realizadas na filosofia de Schleiermacher e desenvolvidas, principalmente, na virada linguístico-ontológica da filosofia hermenêutica gadameriana.

Quando elegemos as concepções linguísticas fregeanas e a gadameriana, inevitavelmente, como já indicamos acima, percebemos que a aproximação destas envolve a explicitação do basilar conceito de sentido, o qual surge de imediato como o conceito de fundo compartilhado por ambas. Apesar da ambiguidade do conceito de sentido nos escritos gadamerianos, a questão do sentido está por trás das duas concepções de linguagens. Não somos os primeiros a perceber a fundamental primariedade do conceito de sentido: Braida<sup>49</sup>, Porta<sup>50</sup> e Rueda já o fizeram. Rueda argumenta que

A la vista de las semejanzas entre las filosofías de Husserl y Frege, y dado que ambas pueden ser situadas en el margen «fundacional» de las tradiciones continental y analítica, respectivamente, de la filosofía actual, un análisis comparativo arroja argumentos a favor de la tesis según la cual es posible situar en el problema del «sentido» la clave de encuentros y desencuentros entre esos dos territorios del pensamiento.<sup>51</sup>

Ante este estado da questão e cientes dessas indicações, como foco principal, nossos esforços serão dirigidos à explicitação e à reconstrução semântico-conceitual da abordagem da lógica como *lingua characterica* (linguagem de fórmulas, lógica como linguagem, linguagem auxiliar, linguagem universal) a partir da tradição de Frege e da perspectiva da universalidade da língua na concepção da filosofia hermenêutica gadameriana. Esta, a nosso ver, pode ser endossada em algumas percepções pela concepção fregeana de língua. Ademais, tratar-se-á de mostrar como meta principal como a filosofia gadameriana tenta assegurar o conceito de universalidade da língua. Com isso, pretendemos mostrar o quanto é produtivo fazermos a distinção entre

<sup>49</sup> Cf. BRAIDA, C. R. *Filosofia da Linguagem*, p. 51.

<sup>50</sup> Cf. PORTA, M. A. G. *A Filosofia a partir de seus problemas*, p. 172-3.

<sup>51</sup> RUEDA, L. S. *Movimientos filosóficos actuales*, p. 25; cf. p. 249-255.

línguas e linguagens de fórmulas (*lingua characterica*) que a análise de Kusch negligenciou.

Deste modo, nossa hipótese central consistirá em mostrar que tanto nas concepções de linguagem de fórmulas e de língua de Frege como no viés de língua de Gadamer encontramos a tese de fundo de que *o que é compreendido é sentido expressado quer por via de uma língua quer por meio de um instrumento, uma linguagem de fórmulas*; isso na filosofia gadameriana foi formulado em sua tese máxima como “*Ser, que pode ser compreendido, é língua*”, e na filosofia fregeana em seu princípio do contexto na formulação de que “*deve-se perguntar pelo significado das palavras no contexto da frase, e não isoladamente*”<sup>52</sup>. Se este princípio é um dos principais marcos da virada da filosofia para o plano linguístico, ele já havia sido precedido pelo segundo cânon de Schleiermacher: “*O sentido de cada termo em determinada passagem precisa ser definido segundo sua composição com os que o rodeiam*”<sup>53</sup>, este indubitavelmente aceito na filosofia hermenêutica gadameriana<sup>54</sup>. A tese máxima desta se consolida como a efetivação quase extremada da virada linguística.

Até aqui já deve ter ficado claro que não pretendemos refazer o percurso feito por Kusch reaplicando os dois conceitos utilizados por ele. Ou seja, não queremos rever a análise kuschiana em sua totalidade, mas apenas rever a aproximação que surge meio que de modo secundário nela, porém não menos importante, entre as concepções de linguagens de Frege e de Gadamer sem maiores refinamentos por abarcá-las sob o mesmo conceito de *linguagem como medium universal*. Classificamos essa aproximação de secundária na análise de Kusch porque nela é aceita sem questionamentos a já elaborada submissão do pensamento fregeano sob o conceito de linguagem como *medium universal* feito por seu mestre J. Hintikka. Kusch, por ver contrastes<sup>55</sup> entre a concepção de linguagem de Husserl com a de Heidegger, a de Gadamer e a de Frege, de maneira inconsequente e sem demoras, aproxima as concepções de linguagens dos três últimos sob o conceito

---

<sup>52</sup> FREGE, FA, p. 208. “Nach der Bedeutung der Wörter muß im Satzzusammenhange, nicht in ihrer Vereinzelung gefragt werden”. FREGE, GLA, p. 23.

<sup>53</sup> Cf. SCHLEIERMACHER, F. D. E. *Hermeneutik und Kritik*, p. 116. „Der Sinn eines jeden Wortes an einer gegebenen Stelle muß bestimmt werden nach seinem Busammensein mit denen die es umgeben.“ Cf. SCHLEIERMACHER, F. D. E. *Hermenêutica e crítica*, p. 140.

<sup>54</sup> Cf. GADAMER, WMI, p. 591; [462].

<sup>55</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 9.

de *linguagem como medium universal*. Na obra kuschiana se fixou como base dessa aproximação a questão da infabilidade da semântica, confusão esta que foi aceita por J. Hintikka e continua a ser aceita por outrem<sup>56</sup>.

## 1.2 ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO

Assim, para dar conta dos mencionados propósitos, nesta investigação, propomos realizar os seguintes passos: O capítulo 1 corresponde à nossa introdução. No capítulo 2, visando elencar os motivos da impossibilidade de subsumir sob o conceito de linguagem como *medium* universal tanto a visão fregeana de língua quanto a de linguagem de fórmulas, elencamos, inicialmente, as principais críticas fregeanas à língua quando ela é tomada como base para a tarefa do lógico. Num segundo momento, buscamos explicitar em que sentidos a *lingua characterica* de Frege pode ser vista como uma linguagem com pretensão de universalidade, conforme indicado por Heijenoort, explicitando como ela se concretiza como uma linguagem universal. Numa terceira etapa, esclarecemos o princípio do contexto de Frege enquanto este princípio coloca sempre um plano linguístico como *o lugar* de explicitação de sentido e doação de significado. Num quarto passo, buscamos explicitar o que significa a busca pela expressabilidade universal. Para finalizar esta parte da investigação, explicitamos a visão fregeana acerca da língua, a língua de trato entre interlocutores; perspectiva esta que quase sempre foi apresentada de modo negativo ou implícito por ele, tendo em vista sua pretensão de uma linguagem de fórmulas, e, por isso, uma leitura da concepção fregeana de língua desvinculada dos objetivos lógicos foi praticamente negligenciada até os dias hodiernos. Quando ela é recordada é de modo negativo ou é vista apenas de uma perspectiva naturalista que não a distingue das linguagens de fórmulas. Os dois primeiros passos são executados, principalmente, com o fim de avaliar a subsunção da linguagem de fórmulas de Frege sob o conceito de linguagem como *medium* universal realizado por J. Hintikka e por Kusch; os passos referentes à

---

<sup>56</sup> Como constatamos em Wischin, para quem Frege “mantuvo toda su vida la fe en el lenguaje como medio universal con la consiguiente imposibilidad de establecer, vía una teoría semántica, externamente las referencias de nuestros términos.” (WISCHIN, K. “Sentido, significado y el principio de contexto en Frege”, p. 94).

explicitação do princípio do contexto e à aclaração das línguas foram necessários para fornecermos a base de justificação de nosso modo de aproximar os conceitos de linguagem universal e universalidade da língua no capítulo 4 desta investigação. No capítulo 3, visando avaliar a aplicação do conceito de linguagem como *medium* universal à concepção de universalidade da língua defendida pela filosofia gadameriana, de modo geral, tratamos da aclaração de como nela se pretendeu trazer à luz o conceito de universalidade da língua, o que consiste na tentativa de justificação da concepção da universalidade da hermenêutica, ou seja, trata-se da análise da validade da tese máxima de que “Ser, que pode ser compreendido, é língua”. Assim se fez necessário o esclarecimento de conceitos-chave para essa tese como os de língua, linguisticidade, universalidade da língua, compreender, sentido etc. Os esclarecimentos acerca dos conceitos de compreender e sentido se deram com a finalidade de ser a base de aproximação das concepções fregeanas com a gadameriana. No capítulo 4, tendo em vista o que será exposto nos capítulos anteriores, a hipótese defendida será a de que podemos recusar a aplicação da conceituação utilizada na obra de Kusch para subsumir as distintas concepções de conceitos de universalidades defendidos pelas vias linguísticas, a gadameriana e a fregeana – esta enquanto linguagem de fórmulas. Em suma, enquanto a análise de Kusch se apropriou de uma distinção metodológica-conceitual aplicando-a, num movimento de cima para baixo, e tirando seus resultados de acordo com ela, nossa investigação primeiramente analisa as elegidas concepções de linguagens com o objetivo de esclarecer seus conceitos mais basilares, para depois, a partir deles, indicar um caminho que possibilite uma melhor compreensão delas por meio de seus fundamentos para assim erigir uma aproximação entre elas.



## 2 LÍNGUA E LINGUAGEM UNIVERSAL VIA FREGE

Em Kusch (1989), encontramos a caracterização da lógica fregeana como pertencente à tradição universalista por ter sido desenvolvida tanto como *calculus ratiocinator* quanto *lingua characterica*. Para a interpretação kuschiana, este segundo tipo seria primário<sup>57</sup>; por ser ambos, a lógica fregeana seria o reflexo da crença de Frege “na lógica como um *medium universal*.”<sup>58</sup> Apesar das concepções de *calculus ratiocinator* e *lingua characterica* serem admitidas como podendo ser inclusivas, o viés kuschiano, baseado no ensaio de Heijenoort, segue a caracterização da concepção fregeana de *lingua characterica* como se esta fosse oposta (“*opposed*”) à concepção de cálculo por dois aspectos: 1) por não ficar apenas no cálculo proposicional enquanto o complementa com o cálculo de predicados com quantificação; 2) e por a *lingua characterica* ter suas relações semânticas fixas, e, com isso, não possibilitar interpretações variadas, já que seu universo de discurso seria um e único, o que implicaria três consequências:

Primeiramente, funções deveriam ser definidas para todos os seus argumentos possíveis, i.e., para Frege, definido para todos os objetos. Em segundo lugar, questões metasistemáticas são descartadas pela razão de nada poder ser dito fora do sistema. Em terceiro lugar, a linguagem da lógica deveria ser aprendida de um modo não sistemático por meio de pistas e dicas porque ela não pode ser explicada naquela mesma linguagem.<sup>59</sup>

Entendida “como um *medium universal*” (“*as a universal medium*”), esta universalidade da lógica (“*universality of logic*”) implicaria em absolutidade (“*absoluteness*”), o que teria como

<sup>57</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 2.

<sup>58</sup> KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 29. “in logic as a universal medium.”

<sup>59</sup> KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 2. “First, functions must be defined for all their possible arguments, i.e., for Frege, defined for all objects. Second, metasystematic questions are ruled out on the ground that nothing can be said outside the system. Third, the language of logic must be learnt in an unsystematic way by means of hints and clues because it cannot be explained in that language itself.”

consequência a exclusão de qualquer possibilidade de um relativismo em lógica<sup>60</sup>, pois a teoria fregeana estaria amparada na crença da universalidade da “noção de linguagem ou lógica como um medium universal”<sup>61</sup>. Em outro momento do texto de Kusch é dito que se está operando sob o conceito de “lógica como linguagem” (“logic as language”<sup>62</sup>). Essas terminologias distintas provocam certas dúvidas quanto à concepção kuschiana de linguagem.

Diante dessa visão da teoria fregeana, nosso interesse aqui será aclararmos minimamente a concepção fregeana de linguagem de fórmulas e seus refinamentos em termos sintáticos e semânticos, bem como explicitarmos a perspectiva de língua tanto quando ela é posta diante das tarefas científicas quanto das não-científicas.

Justificando em termos da teoria fregeana, no presente capítulo, através de esclarecimentos conceituais, tentamos mostrar, de modo geral, o porquê encontramos os seguintes ditos ao longo do projeto logicista de Frege: primeiramente, na *Conceitografia* (1879), onde deparamo-nos com o dito de que ele havia encontrado “um obstáculo na inadequação da língua”<sup>63</sup>; em “Lógica”, de 1897, a tarefa da lógica como ciência é posta como consistindo na de “livrar o pensar das amarras da língua”<sup>64</sup>. Em carta a Husserl, em 1906, Frege arguiu que “A tarefa principal do lógico consiste na liberação da língua e em uma simplificação. A lógica deve ser juíza sobre as línguas.”<sup>65</sup> Em 1918-9, em “A negação. Uma investigação lógica”, é dito que “as línguas não são confiáveis em questões lógicas. De fato, ainda não é uma das tarefas menores do lógico indicar que ciladas a língua prepara ao pensador.”<sup>66</sup> E, num dos últimos ensaios de Frege, deparamo-nos com a constatação de que “uma parte considerável do trabalho do filósofo consiste, ou deveria consistir, numa luta contra a língua.”<sup>67</sup> Deste modo, a medida

<sup>60</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 8.

<sup>61</sup> KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 11. “notion of language or logic as a universal medium”.

<sup>62</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 44.

<sup>63</sup> FREGE, OPE, p. 47. BEG, p. X. „ein Hindernis in der Unzulänglichkeit der Sprache“

<sup>64</sup> FREGE, SLS, p. 69. “das Denken von den Fesseln der Sprache zu befreien”.

<sup>65</sup> FREGE *apud* ANGELELLI, I. “The topics of the ‘Frege-Husserl’ texts”, p. 41. Tradução minha. “Die Hauptaufgabe des Logikers besteht in einer Befreiung von der Sprache und in einer Vereinfachung. Die Logik soll Richterin sein über die Sprachen.”

<sup>66</sup> FREGE, IL, p. 53. LU, p. 62. “die Sprachen sind in logischen Fragen unzuverlässig. Ist es doch nicht eine der geringsten Aufgaben des Logikers, auf die Fallstricke hinzuweisen, die von der Sprache dem Denkenden gelegt werden.”

<sup>67</sup> FREGE, LFL, p. 218.

mais drástica a ser tomada é a do lógico que tem de livrar-se da língua no âmbito de sua linguagem, enquanto ao filósofo resta ter de lutar com a língua. Nos textos fregeanos, a língua é, principalmente, referida através da palavra “*Sprache*”, com ela se quer indicar àquilo que nos nossos dias geralmente chamamos através dos termos dicotômicos de *linguagem natural* ou *linguagem histórica* ou ainda de idiomas como o latim e o português quer escrito quer falado.

Para explicitarmos a visão fregeana acerca das línguas diante das exigências científicas, focamos principalmente a análise do pequeno artigo “Sobre a justificação científica de uma Conceitografia” para reconstruir explicitamente os esclarecimentos acerca dos reais motivos que conduziram Frege à construção da linguagem de fórmulas. Ademais, este artigo também é importante porque fornece a visão fregeana de fundo que levou à redação da *Conceitografia*<sup>68</sup>, enquanto nele encontramos esclarecimentos acerca das características dos sinais escritos, apesar de ter sido redigido depois dela. Em seguida, explicitamos quase que apenas por via descritiva (pensamos que isso seja suficiente para dar conta de nossos objetivos) no que consiste a linguagem de fórmulas e em que sentidos ela pode ser vista como uma linguagem universal.

Isso se faz necessário porque confusões se tornam visíveis na literatura filosófica em geral diante da variedade de acepções conceituais dadas à expressão “linguagem universal”. Uma delas, por exemplo, dá-se quando vemos o latim sendo posto como linguagem universal ou atualmente o inglês<sup>69</sup>, enquanto o primeiro idioma é dito universal devido à dominância do pensamento católico, o segundo o é por causa do imperialismo econômico, político e bélico americano. Nestes casos, estamos a dizer simplesmente que estas eram as línguas mais usadas em um determinado período. Nestes casos, o ser ‘universal’ está pela maior quantidade de falantes (pelo menos para o mundo

---

<sup>68</sup> Nas obras de Frege, a palavra “*Begriffsschrift*” é usada tanto para referir-se à obra de 1879 quanto para referir-se à linguagem de fórmulas contida na obra; nesta investigação, com a palavra “*Conceitografia*” sempre estaremos nos referindo à obra de Frege. A linguagem construída nela foi referida sempre com as expressões “*linguagem de fórmulas*”, “*linguagem auxiliar*”, “*lingua caracterica*” ou como “*instrumento*” ou “*linguagem instrumental*”, querendo designar exatamente o mesmo com qualquer uma dessas expressões. Mantemos o termo “*Begriffsschrift*” apenas em passagens citadas em que Frege está se referindo a sua linguagem de fórmula.

<sup>69</sup> Sobre os diferentes usos da expressão *linguagem universal* e sobre sua história prévia ao projeto de Frege cf.: SALMON, V. “The universal language problem”.

ocidental) e pelas suas correlações de poder político, econômico etc. Na verdade, estas línguas não são universais, antes foram tomadas como instrumentos impostos por concepções dominantes de mundos. Não é isso que se quer dizer por universalidade quando se está tratando de um instrumento como uma linguagem de fórmulas, pois nesta a universalidade não diz respeito à quantidade de falantes, mas a certas propriedades e capacidades de expressão. Para aclarar que propriedades e capacidades são estas, analisamos as obras de Frege e de alguns de seus comentadores com o intuito de explicitar teoricamente a linguagem de fórmulas encontrada na *Conceitografia* como um exemplar paradigmático, sintetizador e executor de certas perspectivas que a antecederam em lógica e de seu próprio contexto intelectual de redação; e, bem como, tentamos esclarecer, como, de certo modo e num certo sentido, ela é um feito revolucionário, o que nos ajudará a nos posicionarmos diante da submissão dela sob o conceito de linguagem como *medium* universal.

A seguir, damos o primeiro passo, enquanto iniciamos a expor a fundo as causas que conduziram Frege à elaboração de uma linguagem de fórmulas como base para desenvolver seu projeto em vez de elaborá-lo por meio da língua alemã ou outra qualquer.

## 2.1 A CRÍTICA À LÍNGUA

Daqui em diante, vamos nos aprofundar nas consequências das características das línguas para os objetivos científicos de Frege, isso nos auxiliará a deixarmos claro, contra os desenvolvimentos de J. Hintikka e os de Kusch, de início, a necessidade de demarcarmos os limites entre língua e linguagem de fórmulas na teoria fregeana.

Até 1879, as posturas de lógicas eram constituídas de uma linguagem semiformal, ou seja, de uma notação mesclada composta de sinais convencionados e de palavras de uma língua, como a lógica booleana que possui palavras da própria língua inglesa como “*and*”, “*or*”, “*not*” etc. como seus operadores; enquanto nas lógicas que seguem a teoria do silogismo fazem o uso de partes estilizadas e padronizadas de uma língua. A partir do pensamento fregeano nos deparamos com a constatação de que o rigor de expressão proporcionado pela língua é insuficiente para tornar claras as leis do pensar e para o fazer científico; um bom exemplo para isso será a explicitação que faremos mais adiante

– em outro subcapítulo deste capítulo – dos diferentes sentidos do ambíguo verbo “ser” desmembrados rigorosamente em cinco operações distintas representadas com símbolos específicos na linguagem de fórmulas fregeana.

Na *Conceitografia*, a problemática da língua é pouco mencionada. Para sermos precisos, apenas oito vezes (no “Prefácio”, § 3 e § 9). Nestas breves passagens, pouco é dito. Ali é ressaltada a inadequação da língua como meio (“*Mittel*”) rigoroso de expressão devido à sua amplitude e à conseqüente vagueza, características estas que representaram até então um prejuízo para a lógica enquanto esta permaneceu atrelada a uma língua e, conseqüentemente, a sua respectiva estrutura gramatical. Uma língua se caracteriza muito diversa da linguagem de fórmulas fregeana, já que naquela se leva em conta fatores subjetivos, interativos etc., os quais estão para além do conteúdo conceitual, que é o que importa no âmbito da lógica para a seqüência das inferências<sup>70</sup>.

É apenas quando analisamos o pequeno artigo de Frege intitulado “Sobre a justificação científica de uma Conceitografia” (1882) que a crítica à língua torna-se mais clara. Este foi publicado três anos após a *Conceitografia* como a segunda tentativa<sup>71</sup> de ajudar a esclarecer a complexidade dela. Nele, pela primeira vez após a *Conceitografia*, encontramos uma justificação de modo mais concentrada e clara aos motivos que levaram à elaboração de uma linguagem de fórmulas, de uma *lingua characterica* na *Conceitografia* como o primeiro passo básico para o desenvolvimento do programa logicista<sup>72</sup> fregeano, motivos que mal haviam sido listados naquela obra. Estes motivos dizem respeito à percepção da inadequação e das ambigüidades que a língua permite quando esta é tomada como a base para o desenvolvimento dos pilares da ciência, i.e., da matemática, mais propriamente da aritmética. Diante destas constatações, uma das missões fregeanas foi a de explicitar os fetiches enganosos da língua quando temos o objetivo de expressar um pensamento com rigor.

---

<sup>70</sup> Cf. FREGE, OPE, p. 60-61. BEG, p. 2, 3, 4; § 3.

<sup>71</sup> A primeira foi o pequeno artigo “Aplicações da Conceitografia” publicado ainda em 1879, entretanto ali nada se diz sobre a língua, nele apenas se fornece exemplos da aplicabilidade da linguagem de fórmulas nos âmbitos da aritmética e da geometria.

<sup>72</sup> Sobre o surgimento da concepção logicista e as relações de Frege com este movimento cf.: SILVA, J. J. da. *Filosofias da matemática*, 123-134.

O desenvolvido no mencionado artigo poderia ser tomado como uma introdução à *Conceitografia* ou, pelo menos, como um complemento ao prefácio dela, porque nele é esclarecido o valor da dimensão da escrita, o qual mostra seu mais alto nível de forma instanciada na linguagem de fórmulas da *Conceitografia*. Em “Sobre a justificação científica de uma Conceitografia”, argumenta-se em defesa da tese de que nosso processo representativo não é totalmente livre, pois estamos presos à necessidade de sinais sensíveis para pensar, uma vez que “Nossa atenção é naturalmente voltada para o exterior.”<sup>73</sup> Assim, como para os outros animais, o humano tem suas representações iniciais determinadas *quase* exclusivamente pelas impressões sensíveis, as quais são a base inicial de todo pensar<sup>74</sup>; elas, num primeiro momento, parecem mais nítidas do que as imagens de nossa memória. No entanto, com os sinais nos alçamos para além do poder de nossa memória. Essa exclusividade apenas não se dá porque uma representação (subjetiva) é provocada por uma percepção de algo externo a essa subjetividade. Apesar da necessidade das impressões sensíveis, nós (humanos) temos a capacidade de influir nas nossas impressões sensíveis num grau bem maior do que os demais animais; mas isto não torna o nosso processo representacional totalmente livre. Este grau de complexidade adquirido pelos humanos se deu pela invenção dos sinais, pois sua importância não é pouca; tendo em vista que esse instrumento possibilitou desde então pensar em âmbitos para além do sensível e efetivo, permitindo pensarmos de forma objetiva, isso quer dizer intersubjetiva. Pois quando criamos um sinal para um significado cria-se assim uma base sólida para designar uma multiplicidade de representações, de objetos e do próprio conceito que apreende estes objetos. O sinal se torna o elemento comum e fixo entre as representações, os objetos e o conceito. Por exemplo, a sequência de sinais que formam a palavra “caneta” além de designar a multiplicidade de objetos que caem sobre o conceito também designa o próprio conceito; ela ainda designa a multiplicidade de representações mentais que diferentes indivíduos têm desses objetos, quando de alguma forma alguém se depara com este sinal.

À luz da concepção fregeana, ante a existência dos sinais, o pensar tem a possibilidade de se utilizar da língua como meio para

---

<sup>73</sup> FREGE, LFL, p. 59. FBB, p. 70. “Unsere Aufmerksamkeit ist von Natur nach außen gerichtet.”

<sup>74</sup> Cf. *Conceitografia*, primeira nota.

construir instrumentos, os quais tornarão viável a análise e expressão rigorosa de parte do conteúdo das frases de uma língua, superando as dificuldades apresentadas pela língua quando a usamos em âmbitos científicos que visam o rigor de expressabilidade. Isto é o que está indicado na seguinte analogia: “Os sinais têm para o pensar a mesma importância que para a navegação teve a descoberta de como usar o vento para navegar contra o vento.”<sup>75</sup> Sem fazermos uso de nossa inteligência, o vento leva-nos a seu bel-prazer para lugares desconhecidos, pondo-nos, por vezes, em situações perigosas. De modo análogo ao vento, a língua, por vezes, tende a nos conduzir para o que não queríamos dizer. Eis a percepção de toda análise linguística: “utilizar o vento para velejar contra o vento”. Em outras palavras, assim como o saber posicionar as velas do barco permite escolhermos a direção para a qual queremos ir, mesmo que esta nos exija o esforço e a paciência extra para ziguezaguear sobre o mar, algo semelhante nos permite os sinais linguísticos. Isto acontece enquanto usamos a possibilidade da utilização dos sinais com o fim de analisar e pôr no prumo os próprios sinais, ou seja, de utilizarmos de parte da língua escrita e de usos semelhantes aos da linguagem de fórmulas da aritmética a fim de alcançarmos a construção de uma ferramenta por meio da qual possamos vir a nos aproveitarmos das vantagens bidimensionais da escrita para apontar e superar – respectivamente – os problemas de expressão da língua e de outras linguagens de fórmulas. Isso se faz necessário porque

Nas partes mais abstratas da ciência torna-se cada vez mais inequívoca a falta de um meio que permita, ao mesmo tempo, evitar incompreensões quanto ao pensar de outrem, e também equívocos sobre nosso próprio pensar. Tanto um como o outro têm sua causa na imperfeição da língua<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> FREGE, **LFL**, p. 60. **FBB**, p. 70. “Die Zeichen sind für das Denken von derselben Bedeutung wie für die Schifffahrt die Erfindung, den Wind zu gebrauchen, um gegen den Wind zu segeln.”

<sup>76</sup> FREGE, **LFL**, p. 59. **FBB**, p. 70. “In den abstrakteren Teilen der Wissenschaft macht sich immer aufs neue der Mangel eines Mittels fühlbar, Mißverständnisse bei anderen und zugleich Fehler im eigenen Denken zu vermeiden. Beide haben ihre Ursache in der Unvollkommenheit der Sprache. Denn der sinnlichen Zeichen bedürfen wir nun einmal zum Denken.”

Na passagem anterior, podemos perceber que mesmo a construção de uma linguagem instrumental como a linguagem de fórmulas de Frege tem como meta a de facilitar o próprio pensar e o entendimento intersubjetivo, evitando os mal-entendidos. Assim, este instrumento surge como uma alternativa corretiva ao uso da língua para determinadas aplicações específicas e reger a explicitação de conteúdos semânticos em proveito da busca do entendimento com o outro; se, por um lado, uma linguagem de fórmulas perde amplitude aplicativa, por outro lado, ela ganha rigor demonstrativo, ou seja:

As próprias propriedades que fazem com que o escrito se afaste tanto do curso de nossas representações são também as mais adequadas para remediar alguns defeitos de nossa constituição. Portanto, quando não mais se trata de expor o pensar natural, tal como ele se organiza em sua ação recíproca com a língua discursiva, mas de superar as limitações que resultam de seu estreito relacionamento com o sentido da audição, então o sinal escrito é preferível ao sinal sonoro. Uma escrita, para explorar as vantagens peculiares dos sinais visíveis, deve ser totalmente distinta de todas as línguas discursivas. Não é necessário dizer que essas vantagens têm pouca valia no âmbito da escrita de palavras. A posição relativa das palavras que se encontram sobre a superfície escrita depende em grande parte do comprimento das linhas escritas e, por tal razão, carece de relevância.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> FREGE, **LFL**, p. 63-64. **FBB**, p. 74. “So sind gerade die Eigenschaften, durch welche sich die Schrift von dem Vorstellungsverlaufe weiter entfernt, am meisten geeignet, gewissen Mängeln unserer Anlage abzuhefen. Wenn es sich nicht darum handelt, das natürliche Denken darzustellen, wie es sich in Wechselwirkung mit der Wortsprache gestaltet hat, sondern dessen Einseitigkeiten zu ergänzen, die sich aus dem engen Anschluß an den einen Sinn des Gehörs ergeben haben, so wird demnach die Schrift dem Laute vorzuziehen sein. Eine solche Schrift muß, um die eigentümlichen Vorzüge sichtbarer Zeichen auszunutzen, von allen Wortsprachen gänzlich verschieden sein. Daß diese Vorzüge in der Wortschrift fast gar nicht zur Geltung kommen, bedarf kaum der Erwähnung. Die gegenseitige Lage der Wörter auf der Schreibfläche hängt zum großen Teile von der Länge der Zeilen ab und ist insofern bedeutungslos.”

Com a utilização prática que realizamos no decorrer do tempo, os sinais deixaram de ser necessários como sinais efetivos, pois passamos a pensar sem necessitar de sinais materiais, graças a este processo, chegamos ao “pensar conceitual”<sup>78</sup>. Atingimos este nível de abstração quando fornecemos “o mesmo sinal a diferentes coisas”<sup>79</sup>. Assim, passamos a expressar o que é comum entre muitos singulares através de um conceito, o qual é designado materialmente por esse determinado sinal. O sinal, por sua vez, designa particulares que apresentam determinadas características que os fazem cair sob o mesmo conceito, por exemplo, a sequência de sinais “caneta” designa os mais variados tipos de canetas, mas cada um desses particulares *caneta* têm em comum algumas propriedades. Estas propriedades comuns – ou seja, o que faz com que uma caneta seja uma caneta –, as quais encontramos na multiplicidade dos particulares, que são designados pelo mesmo sinal, formam as notas do conceito designado pelo sinal.<sup>80</sup>

Para Frege, nem tudo é claro quando dependemos da língua. O principal problema da língua consiste nos erros que ela permite no pensar, uma vez que não satisfaz o critério de univocidade dos sinais, possibilitando pequenas diferenças de significação das palavras que podem levar a produção de ambiguidades, tais como: designar ao mesmo tempo um indivíduo e um conceito. Tal como, por exemplo, na frase seguinte: “O homem é culpado”. Analisando esta frase, podemos levantar a seguinte questão: o termo “homem” está desempenhando o papel de quê? Estaria se referindo a um homem em particular ou ao conceito de homem enquanto espécie humana? Estas questões surgem porque na língua acabamos intercambiando o artigo definido, indicador de um nome próprio, com o artigo indefinido, caracterizador do conceito, sendo esta uma das falhas produtoras de dificuldades, pois provoca a tomada de um conceito como um objeto e vice-versa.<sup>81</sup>

Outro exemplo é uma frase como: “Esta frase é falsa”. Ela enuncia, paradoxalmente, algo sobre si mesma. Se a afirmarmos, então, segundo seu enunciado ela é falsa. Se a negarmos, então, segundo seu

<sup>78</sup> FREGE, **LFL**, p. 60. **FBB**, p. 71. “begrifflichen Denken”.

<sup>79</sup> FREGE, **LFL**, p. 60. **FBB**, p. 71. “ähnlichen Dingen dasselbe Zeichen geben”.

<sup>80</sup> Isto foi formulado, anos depois no prólogo das *Leis Básicas da Aritmética*, do seguinte modo: “o grupo ou agregado sempre está determinado por um conceito, quer dizer, pelas propriedades que deve ter um objeto para pertencer ao grupo”. FREGE, **PLB**, p. 18. **GGA**, p. IX. “die Gruppe oder das Aggregat immer durch einen Begriff bestimmt ist, d. h. durch die Eigenschaften, die ein Gegenstand haben muss, um zu der Gruppe zu gehören”.

<sup>81</sup> FREGE, **LFL**, p. 120.

enunciado, é verdade o que ela expressa sobre si mesma. Outros exemplos seriam: “Esta maçã é muito esperta”, e “O leite bebeu o gato”.

Não se tratando de ficção, estas frases se mostram sem sentido, apesar de estarem gramaticalmente estruturadas. Estes exemplos de sentenças ambíguas são exemplos claros de que a gramática não é suficiente para nos mantermos no prumo da lógica<sup>82</sup>. Em outras palavras, nem sempre podemos levar a sério o cumprimento de uma exigência gramatical como garantia do estabelecimento de um conteúdo que possa ser asserido. Estes defeitos ocorrem porque a língua é mutável e maleável<sup>83</sup>. Estas características possibilitam que em deduções venhamos a utilizar premissas que posteriormente serão rejeitadas “quando forem enumeradas as condições necessárias para a validade da conclusão”<sup>84</sup>. Se isso acontecer, parecerá que as premissas que foram listadas possuem uma generalidade mais ampla do que elas têm na realidade, pois receberão sobre si a amplitude daquelas que não foram elencadas, mas foram utilizadas implicitamente. Segundo a concepção fregeana, isto se dá porque

Na língua não se encontra um grupo bem delimitado de formas de inferência, de modo que, tendo por base a forma lingüística, não se pode distinguir uma seqüência sem lacunas de uma que omite passos intermediários. Pode-se mesmo dizer que o primeiro caso quase nunca ocorre na língua, já que repugna à sensibilidade desta a prolixidade que decorre do fato de nada querer omitir. Na língua, as relações lógicas são quase sempre apenas sugeridas, insinuadas, e não propriamente expressas.<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> Cf. FREGE, **LFL**, p. 61. **FBB**, p. 71.

<sup>83</sup> Cf. FREGE, **LFL**, p. 62. **FBB**, p. 72.

<sup>84</sup> FREGE, **LFL**, p. 61. **FBB**, p. 71. “dann bei der Aufzählung der notwendigen Bedingungen für die Gültigkeit des Schlußsatzes übergangen werden.”

<sup>85</sup> FREGE, **LFL**, p. 61-2. **FBB**, p. 72. “Ein streng abgegrenzter Kreis von Formen des Schließens ist in der Sprache eben nicht vorhanden, so daß ein lückenloser Fortgang an der sprachlichen Form von einem Überspringen von Zwischengliedern nicht zu unterscheiden ist. Man kann sogar sagen, daß ersterer in der Sprache fast nicht vorkommt, daß er dem Sprachgeföhle widerstrebt, weil er mit einer unerträglichen Weitschweifigkeit verbunden wäre. Die logischen Verhältnisse werden durch die Sprache fast immer nur angedeutet, dem Erraten überlassen, nicht eigentlich ausgedrückt.”

Ante estes problemas da língua, a lógica emergiu como o caminho seguro, por isso apenas ela teria a possibilidade da expressão dos pensamentos livre de ambiguidades. A flexibilidade e a mutabilidade da língua não permite mantê-la distante dos problemas referentes à falta de univocidade dos sinais, já que a língua não é suficiente para nos livrarmos das ambiguidades, assim “necessitamos de um sistema de sinais, carente de toda ambigüidade, e cuja forma rigorosamente lógica não deixe escapar o conteúdo.”<sup>86</sup> Por outro lado, é graças à flexibilidade de uma língua que podemos criar linguagens auxiliares, utilizando-se de parte daquela para a construção de sistemas referenciais. Utilizamos-nos da língua para fazermos a apresentação da linguagem lógica, i.e., como um nível mais básico do linguístico que permite a introdução sintático-semântica de uma linguagem de fórmulas. Ante esta explicitação da língua pela concepção fregeana, a língua restou como universal apenas no sentido de ser necessária como ponto de partida para a introdução de linguagens instrumentais.

Diante disso, em “Sobre a finalidade da Conceitografia” encontramos expressado o objetivo do desenvolvimento lógico da *Conceitografia*, qual seja, o da construção de um meio auxiliar que possibilitasse “expressar um conteúdo mediante sinais escritos de maneira mais clara e precisa do que seria possível mediante palavras.”<sup>87</sup> Com isso, ao contrário da concepção de linguagem como *medium* universal de J. Hintikka e de Kusch (proveniente de Wittgenstein), fica-nos claro que o primeiro passo do lógico consiste em manter rigorosamente a separação de papéis entre língua e linguagem de fórmulas.

## 2.2 LINGUAGEM DE FÓRMULAS COMO LINGUAGEM UNIVERSAL

Neste subcapítulo, dedicamo-nos a explicitar como é possível a construção de uma linguagem lógica sem a presença interna de partes de uma língua. Bem como, dedicamo-nos a esclarecer quais os traços de universalidade da linguagem de fórmulas de Frege com o intuito de

---

<sup>86</sup> FREGE, **LFL**, p. 62. **FBB**, p. 73. “Wir bedürfen eines Ganzen von Zeichen, aus dem jede Vieldeutigkeit verbannt ist, dessen strenger logischer Form der Inhalt nicht entschlüpfen kann.”

<sup>87</sup> FREGE, **OPE**, p. 181. **BEG**, p. 97. “einen Inhalt durch geschriebene Zeichen in genauerer und übersichtlicherer Weise zum Ausdruck bringen, als es durch Worte möglich ist.,,

mostrar que estes traços não são abarcados pelas teses pressupostas pelo conceito de linguagem como *medium* universal.

Quando queremos compreender a concepção fregeana de linguagem de fórmulas temos que começar pela sua primeira obra, a *Conceitografia*, de 1879, a qual é reconstruída em *As Leis Básicas da Aritmética* – de 1893, volume 1; e de 1903, volume 2 –, obra esta que culmina na revisão de sua linguagem de fórmulas através dos refinamentos elaborados entre os anos de publicação entre uma e outra. Para os presentes propósitos, vamos nos manter na explicitação do primeiro sistema de lógica de Frege, aquele apresentado na *Conceitografia*, fazendo uso das outras obras apenas de forma complementar à explicitação dela.

Apesar do projeto fregeano de redução da aritmética à lógica ter fracassado<sup>88</sup>, este fracasso não se deu por causa de sua linguagem de fórmulas, mas por causa de um de seus postulados contido no primeiro volume de *As Leis Básicas da Aritmética* que foi demonstrado como não-lógico. No entanto, nosso objetivo aqui não é a explicitação do projeto lógico-matemático de Frege e a razão de seu fracasso, mas a explicitação das características de sua concepção de lógica, as quais regeram a construção da linguagem de fórmulas; bem como os traços desta que a tornam um tipo de linguagem universal. É claro que, para isso, às vezes, teremos que situar minimamente os pontos interessantes para nós, trazendo-os à luz diante do projeto fregeano como um todo.

---

<sup>88</sup> Enquanto movimento, esta busca pelos fundamentos lógicos em matemática foi denominada de *logicista* ou *logicismo*, suas preocupações centrais ficaram em torno de questões de cunho metamatemático (proposições primitivas) de caráter lógico e filosófico; além de Frege, este movimento teve como seus principais membros Giuseppe Peano (1858–1932), Bertrand Russell (1872-1970), David Hilbert (1862-1943) etc. Seu término possui como marco o nome de Kurt Gödel (1906-1978), pois este foi o responsável pelo encerramento da pretensão dos logicistas quando ele demonstrou os teoremas da incompletude, ou seja, o que significa dizer que, *grosso modo*, a matemática não pode ser reduzida a proposições primitivas e a leis lógicas, uma vez que não há como um sistema ser ao mesmo tempo completo e consistente, uma exigência repele a outra, pois para ser completo um sistema teria de fundar a si mesmo o que o tornaria inconsistente, pois cairia num círculo vicioso, portanto, para ser consistente um sistema tem de ser incompleto. Sobre a teoria fregeana e o logicismo cf.: SILVA, J. J. da. *Filosofias da matemática*, p. 123-142. DA COSTA, N. C. A. *Introdução aos fundamentos da matemática*, p. 15-31; e sobre os teoremas da incompletude de Gödel ver nos dois últimos autores, respectivamente: pp. 204-206; pp. 55-61. Sobre os objetivos de Frege para efetuar sua redução cf. o “Prefácio” da *Conceitografia*, a “Introdução” de *Os fundamentos da Aritmética*, e o fragmento de ensaio “Appunti per Ludwig Darmstaedter” em: FREGE, SP, p. 397-402; e, FREGE, LFL, p. 93.

A pretensão de uma lógica como linguagem universal já tinha sido meta de esforços muito antes de Frege. A mais famosa delas é a do racionalismo metafísico de Leibniz, apesar desta ter sido apenas mais uma entre as várias tentativas que foram realizadas no século XVII<sup>89</sup>; entretanto, ela tornou-se a mais famosa. Em menção à linguagem universal de Leibniz, Frege escreveu que “Sua ideia [a de Leibniz] de uma característica universal [<sup>90</sup>], de um *calculus philosophicus* ou *rationator*, era tão ambiciosa que a tentativa de realizá-la não poderia ultrapassar as meras preliminares.”<sup>91</sup> A busca fregeana por uma *característica universal* apenas compartilha com a de Leibniz a meta de não ter visado fazer da lógica uma lógica abstrata<sup>92</sup>, um mero cálculo formal; pois o projeto leibniziano de uma *lingua characterica* tinha implicações religiosas, epistemológicas e até políticas<sup>93</sup>. No projeto de Leibniz, a implementação de uma linguagem universal significava que “el nuevo lenguaje no sólo sería capaz de salvar la impenetrable barrera entre las lenguas sino que, además, podría evitar las confusiones y equívocos a las que están sujetas las mismas.”<sup>94</sup> Portanto, o que se almejou construir em ambos os projetos não tinha a intenção de ser um instrumento para analisar a língua, mas um instrumento que substitui a língua diante de fins específicos (pelo menos no projeto fregeano) que

<sup>89</sup> Cf. MÁRQUEZ, V. M. H. “Leibniz y la *lingua characterica*”.

<sup>90</sup> Peckhaus, corretamente, alerta que “There is no ‘lingua characterica’ in Leibniz’s works. Leibniz spoke of ‘lingua generalis’, ‘lingua universalis’, ‘lingua rationalis’, ‘lingua philosophica’, the terms all meaning basically the same. He also introduces the terms ‘characteristica’ viz. ‘characteristica universalis’ representing his general theory of signs. Frege obviously took the term ‘lingua characterica’ from Friedrich Adolf Trendelenburg who uses the expression ‘lingua characterica universalis’ (1857, reprinted 1867, 6).” PECKHAUS, V. “Schröder’s Logic”, 599. Frege faz referência em nota de rodapé ao volume 3 da obra *Historische Beiträge zur Philosophie* de Trendelenburg na “Introdução” da *Conceitografia* (FREGE, **BEG**, p. XI). Segundo Heijenoort, também foi numa obra de Trendelenburg que Frege deparou-se pela primeira vez com a palavra *Begriffsschrift* (Cf.: HEIJENOORT, J. v. *From Frege to Gödel*, p. 1, nota b), ela encontra-se justamente no terceiro volume (página 4, linha 2) citado por Frege na *Conceitografia*. Ainda acerca da dívida fregeana com a obra de Trendelenburg cf.: PORTA, M. A. G. “‘Zurück zu Kant’”. (Adolf Trendelenburg, la superación del idealismo y los orígenes de la filosofía contemporánea)”.

<sup>91</sup> FREGE, **OPE**, p. 49. “Sein Gedanke einer allgemeinen Charakteristik, eines *calculus philosophicus* oder *rationator* war zu riesenhaft, als dass der Versuch ihn zu verwirklichen über die blossen Vorbereitungen hätte hinausgelangen können.” FREGE, **BEG**, p. XI.

<sup>92</sup> MÁRQUEZ, V. M. H. “Leibniz y la *lingua characterica*”, p. 58. “los escritos de Frege representan un renacimiento del proyecto leibniziano de una *característica universal* solo en la medida en que Leibniz identifica esa *característica* con una lógica no abstracta.”

<sup>93</sup> Cf. MÁRQUEZ, V. M. H. “Leibniz y la *lingua characterica*”, p. 35.

<sup>94</sup> MÁRQUEZ, V. M. H. “Leibniz y la *lingua characterica*”, p. 35.

requerem um modo de expressão livre de problemas de expressão. As queixas não pouco frequentes, com as quais nos deparamos nos textos fregeanos, foram as responsáveis por conduzir Frege a pensar e elaborar uma linguagem universal. Elas indicam para os mesmos fatores motivadores de Leibniz, aos quais no projeto de Frege agregam-se outros específicos às pretensões ali elaboradas; projeto fregeano este muito mais sereno quando comparado às pretensões do de Leibniz.

Apesar de Frege assumir sua dívida com Leibniz, nenhuma obra deste é citada na *Conceitografia*, tampouco nos seis trabalhos que a antecederam. O único autor com obra referenciada nela é Friedrich Adolf Trendelenburg (1802-1872), a saber, o terceiro volume de *Historische Beiträge zur Philosophie* [*Contribuições históricas à filosofia*], de 1867. Isto não se dá por acaso, pois os trabalhos de Trendelenburg foram os responsáveis pelo renascimento da lógica clássica esquecida pela modernidade e pela revalorização das concepções de lógica e matemática de Leibniz<sup>95</sup>. A contribuição da obra de Trendelenburg não é esgotada pelo fato de Frege ter encontrado ali, muito provavelmente pela primeira vez, a palavra *Begriffsschrift*<sup>96</sup>. Gabriel, Hülser e Schlotter sugerem que Frege também deve a Trendelenburg a ideia de uma *Begriffsschrift*<sup>97</sup>, visto que basta constatarmos que o primeiro capítulo com suas 47 páginas dessa obra de Trendelenburg se intitula *Ueber Leibnizens Entwurf einer allgemeinen Charakteristik* [*Sobre o projeto leibniziano de uma característica universal*].<sup>98</sup>

Ao contrário da busca de implementação leibniziana de uma linguagem de fórmulas, a fregeana teve a princípio um âmbito de aplicação bem estrito no interior de sua epistemologia das ciências lógico-formulares, restringindo o escopo à tentativa de demonstrar que as leis fundamentais da aritmética poderiam ser reduzidas às leis fundamentais de sua lógica<sup>99</sup>. Concordando com a concepção de Leibniz

<sup>95</sup> Cf. ORELLANA, R. L. “El juicio en Franz Brentano y Gottlob Frege”, p. 32.

<sup>96</sup> Segundo Korte, a palavra *Begriffsschrift* já havia sido usada por Franz B. Květ na obra *Leibnizens Logik* (1857). Cf. KORTE, T. “Frege’s *Begriffsschrift* as a *lingua characteristica*”.

<sup>97</sup> Cf. GABRIEL, G.; HÜLSER, K.; SCHLOTTER, S. “Zur Miete bei Frege – Rudolf Hirzel und die Rezeption der stoischen Logik und Semantik in Jena”, p. 372.

<sup>98</sup> Cf. TRENDELENBURG, A. *Historische Beiträge zur Philosophie*, p. 1-47. Cf. KORTE, T. “Frege’s *Begriffsschrift* as a *lingua characteristica*”.

<sup>99</sup> Em termos fregeanos mais tardios, a aritmética não passaria de “lógica desenvolvida” (“entwickelte Logik”). (FREGE, **PLB**, p. 16. **GGA**, p. VII. Cf. também: **LFL**, p. 93. **KS**, p. 133.). Com isso, buscava-se mostrar a analiticidade da aritmética, o que isso significa no

de que as leis lógicas gerais seriam impossíveis sem a sensibilidade, enquanto a sensibilidade seja a base inicial de todo conhecimento; na visão fregeana, por mais que esta tese esteja correta, a razão humana com a invenção dos sinais escritos se elevou para além desse passo inicial do conhecimento humano<sup>100</sup>.

A *Conceitografia*, como o próprio subtítulo elucida, consiste em “Uma linguagem de fórmulas modelada aritmeticamente para o pensar puro” (“*eine der arithmetischen nachgebildete Formelsprache des reinen Denkens*”<sup>101</sup>). Esta modelagem da linguagem de fórmulas fregeana pelo modelo da linguagem da aritmética se deu principalmente pelo “modo de utilizar as letras”<sup>102</sup>. Um dos fatores mais importantes foi a convenção de letras diferenciadas através das quais podemos marcar a

projeto fregeano foi, posteriormente à *Conceitografia*, melhor explicado no seguinte trecho de *Os Fundamentos da Aritmética*: “Importa então encontrar sua demonstração e nela remontar até as verdades primitivas. Se neste caminho esbarra-se apenas em leis lógicas gerais e definições, tem-se uma verdade analítica, pressupondo-se que sejam também levadas em conta as proposições sobre as quais se assenta a admissibilidade de uma definição. Se não é possível, porém, conduzir a demonstração sem lançar mão de verdades que não são de natureza lógica em geral, mas que remetem a um domínio científico particular, a proposição é sintética. Para que uma verdade seja a posteriori requer-se que sua demonstração não se possa manter sem apelo a questões de fato, isto é, a verdades indemonstráveis e sem generalidade, implicando enunciados acerca de objetos determinados. Se, pelo contrário, é possível conduzir a demonstração apenas a partir de leis gerais que não admitem nem exigem demonstração, a verdade é a priori.” Assim, a intuição fregeana de partida visualizava que a aritmética poderia ser edificada “apenas em leis lógicas gerais e definições”. Definições estas conquistadas a partir das leis lógicas gerais.

<sup>100</sup> Num escrito atribuído ao penúltimo ano de vida de Frege, encontramos uma caracterização do que seja um conhecimento na seguinte passagem: “Um conhecimento se dá quando um pensamento é reconhecido como verdadeiro. Desse modo, o pensamento deve antes de mais nada ser apreendido. Contudo, não considero a apreensão do pensamento como conhecimento, mas apenas o reconhecimento de sua verdade, o juízo propriamente dito. Por fonte de conhecimento entendo o que justifica o reconhecimento da verdade, o juízo.” (FREGE, *LFL*, p. 215.) Como bem observa Alcoforado numa nota para esta passagem, neste trecho fica claro os três estágios para chegarmos a um pensamento que signifique um conhecimento: “apreender’ (*erfassen*), ‘reconhecer’ (*anerkennen*) e ‘julgar’ (*urteilen*).” Logo em seguida, há a menção dos três âmbitos em que estes processos se realizam: no da percepção – domínio físico –, no da lógica, no da geometria e do tempo – domínios intersubjetivos –, ainda haveria um quarto domínio, mas a partir deste não parece ser possível fazer ciência, o domínio da consciência individual, este referente à psicologia (Cf. PORTA, M. A. G. “¿Cuál es propiamente la pregunta que Frege remite a la psicología?”).

<sup>101</sup> Subtítulo de difícil tradução: na versão mexicana de Hugo Padilla foi vertido como “Un lenguaje de formulas, semejante al de la aritmética, para el pensamiento puro”, na inglesa de Heijenoort como “a formula language, modeled upon that of arithmetic, for pure thought” e na portuguesa brasileira de Alcoforado, Duarte e Wyllie como “Uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a aritmética”.

<sup>102</sup> FREGE, *OPE*, p. 48. “Verwendungsweise der Buchstaben”. FREGE, *BEG*, p. X.

expressão da universalidade da frase e a particularidade do conteúdo; no primeiro caso, fazendo uso de letras indeterminadas, no segundo, utilizando-se de letras determinadas que designam um único conteúdo.

Nosso foco de análise serão principalmente o prefácio e as duas primeiras partes (“Definição dos símbolos” e “Apresentação e derivação de alguns juízos do pensar puro”), visto que, para nossos propósitos, basta explicitar no que consiste em termos teóricos o advento da linguagem de fórmulas de Frege, sem aplicá-lo a conteúdos de uma área específica, mas apenas fornecendo exemplos elucidativos para explicitarmos em quais sentidos a linguagem de fórmulas de Frege pode ser dita universal.

Iniciemos posicionando a concepção filosófica fregeana diante da tradição filosófica. Um dos pontos em que a concepção fregeana distoa da tradição já na *Conceitografia* refere-se ao posicionamento fregeano de que a meta ali não consistia em buscar a “caracterização do conceito como a soma de suas notas”<sup>103</sup>, ou seja, o objeto é sempre designado de modo incompleto pelo conceito conquistado através do modo de análise fregeana, por um modo de designação por vez. O pensamento fregeano não possuía a pretensão explicitativa de esgotamento dos conceitos que a antecedente tradição filosófica tinha<sup>104</sup>.

<sup>103</sup> FREGE, *OPE*, p. 48. *BEG*, p. X. “Begriffs als Summe seiner Merkmale”.

<sup>104</sup> Na “Introdução” de *Os Fundamentos da Aritmética*, deparamo-nos com o motivo de o porquê não se visou buscar conceitos sob a exigência de mostrar todas as suas notas características, pois esta tarefa de lapidação de um conceito é um processo histórico coletivo que pode levar séculos (Cf. FREGE, *FA*, p. 206. *GLA*, p. 20-21.), a preocupação científica fregeana era a da designação rigorosa e não a do esgotamento conceitual. Em “*Conceito e objeto*”, no decorrer de respostas às críticas de Kerry, há uma melhor explicitação deste posicionamento fregeano a respeito do que se estava entendendo por conceito e de que modo temos que proceder diante daquilo que é logicamente simples: “Antes de mais nada, gostaria de observar que minha explicação não deve ser tomada como uma definição propriamente dita. Não se pode exigir que tudo seja definido, da mesma maneira que não se pode exigir do químico que decomponha todas as substâncias. O que é simples não pode ser decomposto, e o que é logicamente simples não pode ter uma definição propriamente dita. O logicamente simples não nos é dado logo de início, tal como ocorre também com a maioria dos elementos químicos. Pelo contrário, este só é alcançado por meio do trabalho científico. Ao se descobrir algo que é simples, ou que, pelo menos por enquanto, deva ser tomado como simples, deve-se forjar-lhe uma denominação, já que a língua não contém originalmente uma expressão que lhe corresponda exatamente. Mas não é possível recorrer a uma definição para introduzir o nome do que é logicamente simples. Para isto, só resta levar o leitor ou o ouvinte, por meio de sugestões, a entender o que se quer dizer com essa palavra.” FREGE, *LFL*, p. 112. *FBB*, p. 47-48. “Da möchte ich nun zunächst bemerken, daß meine Erklärung nicht als eigentliche Definition gemeint ist. Man kann auch nicht verlangen, daß alles definiert werde, wie man auch vom Chemiker nicht verlangen kann, daß er alle Stoffe zerlege. Was einfach ist, kann

Segundo a concepção fregeana, tanto as provas das verdades científicas fundadas em fatos empíricos quanto as provas das verdades puramente lógicas ganham legitimidade por várias etapas, diante das quais devemos ter a perseverança necessária para avançar lentamente se assim exigir a complexidade do assunto. Para estabelecer a divisão entre os tipos de verdades, a teoria fregeana recusou qualquer psicologismo como fundamento dela, uma vez que esta divisão tem de estar fundada n“o melhor método de prova”<sup>105</sup>. Isto significa dizer que as verdades ganham solidez por estarem fundadas em fatos empíricos ou por serem os resultados obtidos a partir de verdades já estabelecidas, quer por meio empírico, quer por meio lógico, através de cadeias de inferências dedutivas. São estas cadeias de inferências na esfera da lógica um dos principais focos de Frege. Assim, “O método de prova mais seguro consiste, obviamente, em seguir estritamente a lógica, que abstraído as características particulares das coisas, apoia-se exclusivamente nas leis sobre as quais se baseia todo o conhecimento.”<sup>106</sup> Com uma lógica construída com uma fundamentação filosófico-sintático-axiomática sólida então se pode solicitar a justificação de qualquer série de inferências entre frases asseridas. Esta primariedade da fundamentação filosófico-sintático-axiomática marca a grande diferença entre o desenvolvimento fregeano com relação aos seus antecedentes e contemporâneos. É importante percebermos os dois distintos momentos, o de fundação e o de justificação sem confundi-los; momentos estes que estão entrelaçados nas pretensões matemáticas e filosóficas da teoria fregeana. A maior parte do que foi desenvolvido na *Conceitografia*, em *Os Fundamentos da Aritmética* e nos ensaios é a fundamentação, demonstração e aplicação do aparato lógico-semântico, o qual é reconstruído em *As Leis Básicas da Aritmética* com o fim de subordinar justificadamente a aritmética à lógica através do meio de expressão da

---

nicht zerlegt werden, und was logisch einfach ist, kann nicht eigentlich definiert werden. Das Logischeinfache ist nun ebensowenig wie die meisten chemischen Elemente von vornherein gegeben, sondern wird erst durch wissenschaftliche Arbeit gewonnen. Wenn nun etwas gefunden ist, was einfach ist oder wenigstens bis auf weiteres als einfach gelten muß, so wird eine Benennung dafür zu prägen sein, da die Sprache einen genau entsprechenden Ausdruck ursprünglich nicht haben wird. Eine Definition zur Einführung eines Namens für Logischeinfaches ist nicht möglich. Es bleibt dann nichts anderes übrig, als den Leser oder Hörer durch Winke dazu anzuleiten, unter dem Worte das Gemeinte zu verstehen.”

<sup>105</sup> FREGE, **OPE**, p. 47. “die vollkommenste Art der Beweisführung”. FREGE, **BEG**, p. IX.

<sup>106</sup> FREGE, **OPE**, p. 47. “Die festeste Beweisführung ist offenbar die rein logische, welche, von der besondern Beschaffenheit der Dinge absehend, sich allein auf die Gesetze gründet, auf denen alle Erkenntnis beruht.” FREGE, **BEG**, p. IX.

linguagem de fórmulas, a qual foi pensada como modo de dar rigor euclidiano a condução de provas. Com isso, pretendia-se mostrar que na aritmética poder-se-ia proceder apenas utilizando-se de leis lógicas e do procedimento de inferências, melhor dito, de cadeias de inferências que poderiam ser justificadas a partir dos axiomas. Deste modo, almejava-se ter controle total de tudo o que é considerado em qualquer cadeia de inferência, eliminando a possibilidade de uso inconsciente de qualquer axioma não-lógico e não previsto, isto possibilita que

Pela ausência de lacunas nas cadeias dedutivas consegue-se explicar cada axioma, pressuposição, hipótese, ou como se queira chamar, sobre as quais transcorre a demonstração; e assim obtemos um fundamento para o julgamento da natureza epistemológica da lei demonstrada.<sup>107</sup>

Com este propósito em vista, a língua se mostra insuficiente quando necessitamos atingir esse máximo de exatidão e rigor científico, pois com ela não é possível extinguir todas as lacunas. Ela se distingue completamente da linguagem de fórmulas; para o viés fregeano, a língua não teria correspondência alguma com a linguagem de fórmulas<sup>108</sup>, porque através desta apenas se transcreve o que há de objetivo, impessoal, público, “o conteúdo conceitual” (“*begrifflichen Inhalt*”). Este é explicitado como “aquilo que encerra o que” é julgado como relevante<sup>109</sup> de exame numa frase de uma cadeia de inferência, o qual pode ser expresso como o mesmo conteúdo em frases de linguagens diferentes.

Com este objetivo, na *Conceitografia* visou-se construir uma linguagem similar às linguagens da aritmética, química e geometria, com o intuito de vir aplicá-la nestas correspondentes áreas como forma de sanar as lacunas existentes nas linguagens de fórmulas delas, mas a ambição de Frege não parava por aí. Ele almejava fazer de seu instrumento uma linguagem que servisse de meio, de plano comum, a

---

<sup>107</sup> FREGE, **PLB**, p. 16. “Durch die Lückenlosigkeit der Schlussketten wird erreicht, dass jedes Axiom, jede Voraussetzung, Hypothese, oder wie man es sonst nennen will, auf denen ein Beweis beruht, ans Licht gezogen wird; und so gewinnt man eine Grundlage für die Beurtheilung der erkenntnisstheoretischen Natur des bewiesenen Gesetzes.” **GGA**, p. VII.

<sup>108</sup> Cf. FREGE, **BEG**, p. 3.

<sup>109</sup> FREGE, **OPE**, p. 48. “Ich habe das, worauf allein es mir ankam, in § 3 als *begrifflichen Inhalt* bezeichnet.” FREGE, **BEG**, p. X.

partir do qual pudéssemos permitir a interação entre as mais diversas áreas da ciência em que se exige o rigor da exatidão da demonstração, pois “a demonstração não tem apenas a finalidade de colocar a verdade de uma frase acima de qualquer dúvida, mas também a de propiciar a compreensão da dependência das verdades umas em relação às outras”<sup>110</sup>, via cadeias de inferência, como na física, na mecânica etc.<sup>111</sup> Além das ciências, a linguagem de fórmulas é posta também como uma contribuição para os filósofos, pois

Se uma das tarefas da filosofia for romper o domínio da palavra sobre o espírito humano, desvendando os enganos que surgem, quase que inevitavelmente, em decorrência do uso da língua para expressar as relações entre os conceitos, ao liberar o pensamento dos acréscimos indesejáveis a ele associados pela natureza dos meios linguísticos de expressão, então minha conceitografia, desenvolvida sobretudo para esses propósitos, poderá ser um valioso instrumento para os filósofos.<sup>112</sup>

Este instrumento pode ajudar os filósofos porque suas principais características de base são a clareza, a ordem e a simplicidade ao extremo. Estas metas foram cumpridas fazendo uso de apenas um modo de inferência, o chamado *modus ponens*, expresso por meio do uso do operador de condicionalidade (apresentado na notação fregeana através de um traço vertical que conecta os traços de conteúdo de duas expressões) que faz a inferência entre as letras que estão por frases asseridas, em notação contemporânea:

---

<sup>110</sup> FREGE, FA, p. 210. GLA, p. 26; § 2. „Der Beweis hat eben nicht nur den Zweck, die Wahrheit eines Satzes über jeden Zweifel zu erheben, sondern auch den, eine Einsicht in die Abhängigkeit der Wahrheiten von einander zu gewähren.“

<sup>111</sup> Cf. FREGE, OPE, p. 49. FREGE, BEG, p. XI-XII.

<sup>112</sup> FREGE, OPE, p. 50. “Wenn es eine Aufgabe der Philosophie ist, die Herrschaft des Wortes über den menschlichen Geist zu brechen, indem sie die Täuschungen aufdeckt, die durch den Sprachgebrauch über die Beziehungen der Begriffe oft fast unvermeidlich entstehen, indem sie den Gedanken von demjenigen befreit, womit ihn allein die Beschaffenheit des sprachlichen Ausdrucksmittels behaftet, so wird meine Begriffsschrift, für diese Zwecke weiter ausgebildet, den Philosophen ein brauchbares Werkzeug werden können.” FREGE, BEG, p. XII-XIII.

Premissa 1:  $A \rightarrow B$

Premissa 2:  $A$

Conclusão:  $B$

A primeira premissa diz que *se A ocorrer então se segue B*, a segunda premissa diz que *A ocorre, logo se conclui que B ocorre*.

Ademais, na primeira parte da *Conceitografia*, os símbolos são definidos ao modo dos da aritmética, distinguindo duas classes de sinais. A primeira classe é constituída pelas letras que não possuem sentidos determinados<sup>113</sup>, por isso, elas são o meio pelo qual se expressa a generalidade de um pensamento puro, permitem expressar assim seu *status* de ser uma lei. Em uma determinada aplicação, cada letra deste tipo deverá ser substituída pelo mesmo significado em cada uma de suas ocorrências na linguagem de fórmulas, significado este que deverá ser usado de forma fixa no contexto aplicativo; ali todas as letras expressoras da generalidade serão escritas sob um mesmo padrão de configuração, como, por exemplo, *a, b, c, ... z*. Para não correremos o risco de vir a confundir fórmula com conteúdo e para não confundirmos as representações simbólicas de argumento e função, na linguagem de fórmulas fregeana fez-se uso de três tipos de letras para o cálculo de predicados.

Os outros sinais formam a segunda classe de sinais. Estes têm seus sentidos específicos completamente determinados enquanto são sinais que determinam operações que se realizam na linguagem de fórmulas. Na *Conceitografia*, são introduzidos símbolos para as operações primitivas de: condicionalidade  $\rightarrow$ , negação  $\neg$ , identidade de conteúdo  $=$ , função (letras gregas minúsculas) e generalidade  $\forall$ ; aqui apresentados em simbologia contemporânea. Note-se que na *Conceitografia* apenas foi introduzido o símbolo para o quantificador universal – na simbologia dela: a concavidade na barra de conteúdo. O quantificador existencial foi designado através do uso do quantificador universal e da negação, conforme a seguinte fórmula:  $\neg\forall a \neg\beta a$ , onde lê-se que nem todo *a* não cai sob a função  $\beta$ , ou seja, o que equivale a dizer que existe pelo menos um *a* que cai sob  $\beta$ ; numa fórmula com quantificador existencial:  $\exists a\beta a$ . Na *Conceitografia*, encontramos de modo explícito apenas os conectivos de condicionalidade e negação, o

---

<sup>113</sup> Letras estas também chamadas de variáveis nos âmbitos da matemática e da lógica, Frege não as denominou assim.

conectivo da disjunção (inclusiva e exclusiva) é expresso em termos de equivalência formulados a partir do uso da condicionalidade e da negação. Tomando como base os quatro casos de operacionalidade referentes às possibilidades deirmos a negar ou afirmar as frases no caso da conjunção foi construída a demonstração de todos os casos da condicionalidade, para dentre eles se apropriar apenas daqueles que mantêm a verdade.

Na segunda parte da *Conceitografia*, encontramos seus nove axiomas, os quais representam a unificação da lógica proposicional estoica com a lógica de predicados de origem na Silogística de Aristóteles sob um mesmo modo de inferência e utilizando-se dos mesmos símbolos e operadores. Os axiomas de 1 a 7 representam a parte da lógica proposicional, neles as letras latinas maiúsculas estão por asserções afirmativas ou negativas. Por sua vez, os axiomas 8 e 9 representam a lógica de predicados, neles as letras latinas minúsculas representam argumentos – conteúdos de objetos –; as letras gregas minúsculas representam funções – conteúdos de conceitos –; e as letras latinas minúsculas em itálico representam a generalidade da fórmula. Estes axiomas são o núcleo do cálculo inferencial desenvolvido na *Conceitografia* e a expressão máxima da base racionalista da linguagem de fórmulas de Frege, a qual, incluindo os 9 axiomas, é composta de 133 fórmulas. Em notação contemporânea<sup>114</sup>, estes axiomas podem ser apresentados assim:

1. (1)  $A \rightarrow (B \rightarrow A)$
2. (2)  $(C \rightarrow (B \rightarrow A)) \rightarrow ((C \rightarrow B) \rightarrow (C \rightarrow A))$
3. (8)  $(C \rightarrow (B \rightarrow A)) \rightarrow ((B \rightarrow (C \rightarrow A))$
4. (28)  $(B \rightarrow A) \rightarrow (\neg A \rightarrow \neg B)$
5. (31)  $\neg \neg A \rightarrow A$
6. (41)  $A \rightarrow \neg \neg A$

---

<sup>114</sup> RAUL NETO, F. “O *Begriffsschrift* de Frege”, p. 9-10. As 68 proposições que compõem o cálculo inferencial da *Conceitografia* são transcritas em simbologia moderna por: MENDELSON, R. L. *The Philosophy of Gottlob Frege*, p. 187-201. Bem como em: FREGE, OPE, p. 201-218

$$7. (52) (A = B) \rightarrow (\varphi(A) \rightarrow \varphi(B))$$

$$8. (54) A = A$$

$$9. (58) (\forall x) \varphi(x) \rightarrow \varphi(a) \text{ }^{115}$$

Apesar de geralmente a lógica da *Conceitografia* ser considerada o segundo marco na história do desenvolvimento da lógica, sendo o primeiro a lógica de Aristóteles, muita coisa foi desenvolvida neste grande período de mais de vinte séculos, principalmente, nas décadas que antecederam a publicação da *Conceitografia*, sobretudo, em solo inglês. Diante dessa tradição, a teoria fregeana sobre a lógica se posicionou de forma muito crítica principalmente diante daquilo que é tomado como logicamente simples. Pois, segundo ele, ante a sua linguagem de fórmulas,

Os desvios de tradição se justificam pelo fato de a lógica ter seguido, até aqui, muito proximamente a língua e a gramática. Em particular, creio que a substituição dos conceitos de *sujeito* e *predicado* pelos de *argumento* e *função* resistirá ao tempo. É fácil perceber como o fato de considerar um conteúdo como função de um argumento leva à formação de conceitos. Mais ainda, a análise de como se correlacionam entre si os significados das palavras: se, e, não, ou, existe, alguns, todos, etc., merecem toda a atenção.<sup>116</sup>

Na própria *Conceitografia*, Frege admite ter iniciado a esboçar a construção da sua linguagem de fórmulas através dos moldes que o antecederam, mas, diante dos problemas de expressão da língua, senti-

<sup>115</sup> Esta notação foi retirada de: RAUL NETO, “O *Begriffsschrift* de Frege”, p. 9-10; no entanto, fizemos modificações no uso das letras para torná-la adequada e mais próxima ao modo das distinções da notação de Frege.

<sup>116</sup> FREGE, **OPE**, p. 50. Grifo do autor. No original: “Diese Abweichungen vom Hergebrachten finden ihre Rechtfertigung darin, dass die Logik sich bisher immer noch zu eng an Sprache und Grammatik angeschlossen hat. Insbesondere glaube ich, dass die Ersetzung der Begriffe *Subject* und *Praedicat* durch *Argument* und *Function* sich auf die Dauer bewähren wird. Man erkennt leicht, wie die Auffassung eines Inhalts als Function eines Argumentes begriffbildend wirkt. Es möchte ferner der Nachweis des Zusammenhanges zwischen den Bedeutungen der Wörter: wenn, und, nicht, oder, es giebt, einige, alle u.s.w. Beachtung verdienen.” FREGE, **BEG**, p. XIII.

se forçado a encontrar outro modo de expressão. E esse outro modo já começa pelos conceitos lógicos básicos de análise dos conteúdos. Na *Conceitografia*, os conceitos de argumento e de função são explicitados de forma detida no § 9<sup>117</sup>, os quais formam a base do aparato de análise lógica e de expressão. Nela se torna claro como a substituição da análise sob a estrutura sujeito/predicado pelo de argumento/função (objeto/conceito) é produtiva para a formação de conceitos; assim, essa estrutura é também um método de formação de conceitos. Esta distinção entre argumento e função é independente do conteúdo conceitual de uma frase, “ela é apenas uma questão de ponto de vista”<sup>118</sup>, ou seja, uma questão de método – de visada –, de uma escolha até certo grau arbitrária de decomposição da expressão, onde “uma possível decomposição é sugerida pela estrutura mesma da expressão.”<sup>119</sup> Deste modo, o conceito de conceito está sendo caracterizado já na *Conceitografia* do mesmo modo pelo qual o foi delineado posteriormente em *Os Fundamentos da Aritmética*. Ali é explicitado que “Conceito é, [...], um predicado possível de um conteúdo judicável singular, objeto um sujeito possível de tal conteúdo”<sup>120</sup>, ou seja, um conceito se caracteriza por sua natureza predicativa, e o objeto como um possível sujeito (termo nominal) para o conceito. Isto se tornará claro com os exemplos que fornecemos nos próximos parágrafos. É bem verdade que Frege teria sido mais claro se tivesse formulado a supracitada passagem usando dos seus próprios termos de argumento/função em vez da estrutura sujeito/predicado, do seguinte modo: “Conceito é uma *função* possível de um conteúdo judicável singular, objeto um *argumento* possível de tal conteúdo.” Além de ser um novo método de formação de conceitos, a estrutura de argumento/função deu fim ao velho problema da cópula para as linguagens de fórmulas, o qual veremos mais adiante. Por ora, vamos explicitar como a estrutura de argumento/função funciona.

Haaparanta argumenta que esta divisão fregeana entre argumento e função ganha uma posição central na lógica moderna,

---

<sup>117</sup> Cf. FREGE, **OPE**, p. 72-74.

<sup>118</sup> FREGE, **OPE**, p. 72. **BEG**, p. 15; § 9. “Diese Unterscheidung hat mit dem begrifflichen Inhalte nichts zu thun, sondern ist allein Sache der Auffassung.”

<sup>119</sup> FREGE, **LFL**, p. 86. **KS**, p. 128. “eine solche mögliche Zerlegung wird durch seine Bildung nahe gelegt.”

<sup>120</sup> FREGE, **FA**, p. 256; nota 93. **GLA**, p. 98; § 66; nota 87. “Begriff ist für mich ein mögliches Prädikat eines singulären beurtheilbaren Inhalts, Gegenstand ein mögliches Subjekt eines solchen.”

enquanto permitiu a demarcação clara na linguagem de fórmulas entre o que é objeto e o que é conceito<sup>121</sup>. Este modo de análise através do par argumento/função possibilitou um evento novo na história da lógica, qual seja, a já pretendida por Leibniz e Boole unificação das lógicas aristotélica e estoica, i.e., a lógica de predicados e a lógica de proposições, respectivamente. Enquanto a lógica aristotélica estava preocupada com o enunciado acerca de substâncias e seus atributos, a lógica estoica focava o enunciado acerca de fatos; por sua vez, a lógica fregeana articulou as duas de forma a colocar a lógica proposicional como base para a lógica de predicados, a qual na teoria fregeana foi desenvolvida como lógica de primeira ordem, i.e., como lógica de operação sob designadores de propriedades de objetos; e de segunda ordem, ou seja, como operação sob designadores de propriedades de conceitos; portanto, com a linguagem de fórmulas de Frege temos um instrumento tanto para expressarmos enunciados acerca de fatos – com a lógica proposicional – quanto a possibilidade de desmembramento das partes do conteúdo de frases que designam propriedades de indivíduos e, assim como, a operação sob conceitos que apreendem os conceitos que apreendem essas propriedades – com a lógica de predicados de primeiro nível e de níveis superiores. Mesmo fazendo distinção entre lógica proposicional e lógica quantificacional, a lógica fregeana usa em seu todo os mesmos conceitos, a mesma linguagem de fórmulas (símbolos e operadores) e o mesmo modo de inferência. Em termos de lógica quantificacional, a linguagem de fórmulas fregeana une os feitos de Aristóteles e Euclides, ou seja, tanto expressa um raciocínio discursivo quanto um matemático, respectivamente. Seguindo as influências de seu tempo, Frege almejou fazer matemática a partir de uma base lógica juntando a lógica dos filósofos, a lógica aristotélica, com a lógica da matemática, a de Euclides, e também com a dos algebristas.

Ademais, além de superar a lógica aristotélica e estoica, a lógica fregeana se contrapõe: às concepções de lógica com bases intuicionistas, enquanto nela se buscou “evitar que nessa tentativa se intrometesse inadvertidamente algo de intuitivo”<sup>122</sup>; aos fisicalistas, enquanto se almejou buscar “a expressão de tais relações que

---

<sup>121</sup> Cf. HAAPARANTA, L. “Introduction”, p. 5.

<sup>122</sup> FREGE, **OPE**, p. 47. “sich hierbei nicht unbemerkt etwas Anschauliches eindringen könnte”. FREGE, **BEG**, p. X.

independem das propriedades particulares das coisas”<sup>123</sup>, levantando-se contra principalmente à lógica indutiva de Mill tão aclamada no contexto alemão da época de Frege pelos psicologistas e pelos próprios fisicalistas<sup>124</sup>; aos psicologistas<sup>125</sup>, enquanto evitou a todo custo o apelo às representações subjetivas; e aos formalistas, ao se contrapor à concepção de lógica como mero *calculus ratiocinator* (ou “*abstracte Logik*”) vazio de conteúdo (de significado) como a lógica de Boole e Schröder composta de “formas lógicas abstratas” (“*abstracten logischen Formen*”<sup>126</sup>) que requerem conteúdos externos.

A lógica fregeana não é um mero cálculo, mesmo não sendo possível abdicar do cálculo dedutivo, ela é também uma *lingua characterica*, e enquanto tal não pode renunciar de também ser cálculo dedutivo. A *lingua characterica* não representa algo novo que descartaria o cálculo dedutivo, mas sim um acoplamento ao *calculus ratiocinator*, formando um todo que possibilita novos feitos de expressão para uma lógica. Este acoplamento consiste num desenvolvimento do poder da lógica como cálculo. Portanto, a lógica pensada como mero cálculo e como *lingua characterica* não se trata de concepções opostas que, por vezes, poderiam ser inclusivas (como é defendido nos textos de Heijenoort, J. Hintikka e Kusch), antes uma *lingua characterica* consiste em uma complementação acoplada de um novo recurso ao cálculo dedutivo<sup>127</sup>.

No início de “Função e conceito” (1891) se torna claro que o diferencial da lógica fregeana foi o ponto de partida da noção de função. Essa inovadora aplicação dessa noção pela primeira vez foi transferida

---

<sup>123</sup> FREGE, **OPE**, p. 48. “Da ich mich für erste auf den Ausdruck solcher Beziehungen beschränkt habe, die von der besonderen Beschaffenheit der Dinge unabhängig sind”. FREGE, **BEG**, p. X.

<sup>124</sup> Sobre este desacordo entre as concepções de Frege e de Mill, não elaborado na *Conceitografia*, mas posteriormente em *Os Fundamentos da Aritmética*, cf.: PRADO, L. L. “Aspectos do antipsicologismo e da crítica ao empirismo milliano em Frege”.

<sup>125</sup> Na *Conceitografia* não é fornecido nomes a respeito de quem seriam estes psicologistas. Eles começam a ser nomeados em *Os Fundamentos da Aritmética*, ali surgem nomes como: Stricker, Lipschitz, Schloemilch, Kant, Hankel, e no *Prólogo às leis básicas da aritmética*, onde a teoria de Erdmann é atacada veementemente. Sobre o viés fregeano acerca da psicologia cf.: PORTA, M. A. G. “¿Cuál es propiamente la pregunta que Frege remite a la psicología?” e acerca do antipsicologismo de Frege cf.: PORTA, M. A. G. “Frege y Natorp: Platonismos, Antipsicologismos y Teorías de la Subjetividad”.

<sup>126</sup> FREGE, **BEG**, p. 104.

<sup>127</sup> Cf. O artigo “*Sobre a finalidade da Conceitografia*” em: FREGE, **BEG**, p. 97-106; FREGE, **OPE**, p. 181-192. Bem como, o artigo de: HEIJENOORT, J. v. “Logic as calculus and logic as language”.

como método de particionamento de uma frase em argumento e função de uma expressão do âmbito matemático para o da lógica, criando assim a noção de *função lógica*. A partir do supracitado ensaio de Frege, o conceito passou a ser defendido como função, como um tipo de função; também poderíamos dizer a *logicização da função*. Deste modo, os conceitos são funções que necessitam de um complemento, o de um argumento para terem um valor de verdade; as funções são insaturadas. Apesar de expressar generalidade, uma função não consiste em um universal. Uma função é uma função de um valor de verdade. Diante deste novo uso fregeano da função, ela passou a ser considerada como um novo conceito de conceito. Assim, temos a logicização do conceito, ou a formalização em termos de função lógica, cuja função é a de um valor de verdade.

Agora, vamos à explicitação do funcionamento da estrutura argumento/função. Uma frase asserida analisada por meio deste par de conceitos lógicos terá como a sua parte variável a do argumento, e sua parte fixa a da função. Por exemplo,

*Florianópolis é a capital de Santa Catarina.*

Desta frase, a depender do que tomamos como argumento(s) e do que tomamos como função, para o conteúdo dela temos a possibilidade da formação de três estruturas lógicas diferentes construídas a partir do modelo de argumento/função, duas de um argumento e uma de dois argumentos. A saber, quando substituímos o nome *Florianópolis* por uma letra que designe a generalidade (ou simplesmente poderíamos deixar um espaço em branco, abrir uma lacuna), passamos a ter como expressão “ $x$  é a capital de Santa Catarina”, na qual  $x$  marca a parte variável da expressão, lugar em que podemos acrescentar um argumento, um conteúdo objetual; e “é a capital de Santa Catarina” é o elemento fixo, a função (o conteúdo conceitual). Se optarmos em substituir o nome *Santa Catarina* por uma variável, então temos a expressão “Florianópolis é a capital de  $y$ ”, sendo  $y$  o lugar onde é acrescentado o argumento e “Florianópolis é a capital de” surge como a função. Estes dois casos são exemplos de estruturas lógicas de argumento/função com apenas um argumento. O mesmo conteúdo frasal serve como exemplo de frase que pode ser particionada de modo tal que forme uma função com dois lugares para argumentos; este terceiro caso consiste na substituição ao mesmo tempo dos nomes *Florianópolis* e

*Santa Catarina* por letras distintas. Assim, temos a expressão: “ $x$  é a capital de  $y$ ”. Neste caso,  $x$  e  $y$  são as variáveis que serão substituídas pelos argumentos e “é a capital de” é a função. A estrutura lógica de *argumento/função/argumento* em “ $x$  é a capital de  $y$ ” é uma função binária que expressa uma relação de objetos distintos.

Também podemos expressar uma relação que um objeto mantém consigo mesmo, ao modo como foi realizado no § 9 da *Conceitografia* com a frase “Cato matou Cato” expressada na estrutura *argumento/função*. Poderíamos particioná-la da mesma forma que as anteriores em duas funções de um argumento, bem como em uma função de dois argumentos. Para os dois primeiros casos, temos a formação das funções: “Cato matou  $x$ ” e “ $x$  matou Cato”. Para o último caso, então temos: “ $x$  matou  $x$ ”. O uso de uma mesma letra,  $x$ , já indica que o mesmo argumento ocupará ambos os lugares da expressão<sup>128</sup>.

No caso das frases “*Porto Alegre é a capital gaúcha*”; e “*Florianópolis é a capital gaúcha*”, se optarmos em particionar do mesmo modo as duas frases, a função será a mesma: “ $x$  é a capital gaúcha”, o que se distinguirá serão os argumentos. Agora no caso de tomarmos como argumento “*a capital gaúcha*”, assim teremos funções distintas “*Porto Alegre é  $x$* ” e “*Florianópolis é  $x$* ” para o mesmo argumento “*a capital gaúcha*”.

A substituição das letras expressoras de generalidade por cada um dos argumentos possíveis mostra a universalidade da fórmula, uma vez que podemos agora nos perguntar para cada argumento se o conteúdo dele cai ou não cai sob o conceito, ou seja, se é um fato ou não o que a frase diz, pois podemos colocar no lugar de  $x$  o nome (ou expressões designadoras) de todos os possíveis argumentos e assim questionarmos quanto à possibilidade de asserirmos uma frase, quer ela seja afirmativa ou negativa, para cada argumento fornecido. Com os exemplos dados acima, vimos funções de um e dois argumentos, mas poderão haver quantos argumentos uma expressão possibilitar particioná-la.

Acabamos de deixar claro que a linguagem de fórmulas de Frege é capaz de expressar qualquer conteúdo objetual ou conceitual. Com isso, atingimos a explicitação de um traço de universalidade da linguagem de fórmulas fregeana. Ela foi criada para exibir conteúdos independentemente de que forma linguística esses conteúdos foram

---

<sup>128</sup> Cf. FREGE, *OPE*, p. 73. § 9.

decompostos. Este se trata de mais um traço de universalidade. Não importa que linguagem foi utilizada para decompô-los e expressá-los porque além da linguagem de fórmulas ser capaz de operar com os mesmos conteúdos expressos de modos distintos (igualdade como equivalência semântica), simultaneamente podem ser expressos mesmo que eles tenham sido decompostos através de linguagens diferentes. O modo em que o conteúdo foi decomposto não importa, na linguagem de fórmulas vai ser apresentado sob a estrutura de argumento/função. O modo de decomposição do conteúdo é o da linguagem que está sendo analisada através da linguagem de fórmulas, tal como os conteúdos da aritmética que, na análise fregeana, tiveram como metalinguagem a linguagem de fórmulas fregeana.

Mais de uma década depois da *Conceitografia*, em “Função e conceito”, de 1891, encontramos a explicação de que o argumento é completo, saturado, e a função é incompleta, insaturada; quando propomos um argumento para uma função formamos um todo asserível<sup>129</sup>, julgável. Com a introdução fregeana do particionamento do pensamento em termos de argumento/função se dá o rompimento com o foco sobre o sujeito da análise realizada a partir da estrutura gramatical sujeito/predicado, mostrando que a estruturação não é subjacente à gramática da língua, mas antes que ela emerge a partir do modo de análise empregado. Ou seja, “Aqueles objetos que nós reconhecemos como contendo no mundo dependem da estrutura de nossa linguagem”<sup>130</sup>, do modo como os apreendemos, i.e., do conceito que escolhemos arbitrariamente para apreender o conteúdo, explicando: podemos apreender o mesmo conteúdo de modos diferentes, por exemplo, podemos dizer: uma biblioteca ou 1300 volumes ou 30 dicionários, 10 enciclopédias, 500 romances e 400 tratados filosóficos<sup>131</sup>; portanto, o que é apreendido está de acordo com a unidade de medida que analisamos o conteúdo, através do qual o partimos, o objeto que apreendemos varia de acordo com o conceito usado para analisar o conteúdo. Assim, o conceito é tomado como unidade de medida linguística de apreensão de conteúdos, o que vamos tomar como objeto depende do conceito usado para a análise do conteúdo do mundo. O mesmo conteúdo referido acima, a depender do

<sup>129</sup> Cf. FREGE, LFL, p. 86. KS, p. 128.

<sup>130</sup> DUMMETT, M. *Frege: Philosophy of Language*, p. 503. Tradução minha. “What objects we recognize the world as containing depends upon the structure of our language.”

<sup>131</sup> Cf. FREGE, FA, p. 226. FREGE, GLA, p. 51-52; § 22.

local onde se encontrasse, inicialmente poderia também ser dito uma livraria, ou um sebo. No caso de tomarmos como conteúdo mundano um homem, poderíamos expressá-lo sob conceitos de diferentes áreas científicas, tais como em conceitos de uma determinada visão psicológica, física, química, biológica, etnológica etc. Deste modo, a partir de um aparato linguístico se analisa os conteúdos mundanos em termos lógico-semânticos para expressá-los numa frase de acordo com o aparato linguístico elegido para analisar o conteúdo. O que Frege fez foi partir da linguagem, de certos conceitos, para analisar o conteúdo do não-linguístico e voltar ao linguístico com novos modos de expressar linguisticamente o expressado. Desta maneira, vimos que a variação da análise fregeana se dá tanto do ponto de vista do objeto enquanto o submete a distintos conceitos, quanto da perspectiva da análise da estrutura lógica de uma frase, enquanto particiona a frase de diferentes maneiras através dos conceitos lógicos de argumento/função. Diante disso, o modo de análise gramatical clássico seria apenas um dentre outros modos de análise<sup>132</sup>; portanto, a realidade não seria estruturada ao modo pressuposto pela concepção de substância e atributo do modelo sujeito/predicado, o que nos libera para um pluralismo metodológico em lógica. Desta maneira, o que estrutura a realidade também seria o modo de análise (nossos conceitos) a partir do qual submetemos o conteúdo das frases sobre a realidade. Isto é o que se pode concluir da passagem seguinte de “Sobre o Conceito e o Objeto” (1892):

um pensamento<sup>133</sup> pode ser decomposto de diversas maneiras, de tal modo que este ou aquele componente aparecerá ora como sujeito, ora como predicado. O pensamento por si só não é suficiente para determinar o que deve ser tomado como sujeito. Quando se diz ‘o sujeito deste juízo’, só se designa um determinado componente

---

<sup>132</sup> Giusti recorda que foi Trendelenburg quem percebeu que as categorias e a metafísica aristotélica foram plasmadas de acordo com a própria gramática da língua grega (Cf. GIUSTI, E. M. “Lógica, linguagem e ontologia no século XIX: a interpretação das categorias de Aristóteles por Adolf Trendelenburg”), assim Trendelenburg antecipou-se às críticas fregeanas à gramática.

<sup>133</sup> Na *Conceitografia*, o que é chamado de *conteúdo asserível* (“*beurteilbar Inhalt*”) é o que é nomeado nessa passagem como pensamento. Um conteúdo asserível pode vir a ser tomado como um juízo; enquanto uma frase é considerada apenas como um conteúdo asserível não há o comprometimento acerca de sua verdade, trata-se de um conteúdo sugerido como objeto de investigação.

quando, simultaneamente, se indica uma determinada maneira de decomposição.<sup>134</sup>

Como vimos através de nossos exemplos, um pensamento pode ser decomposto de distintas maneiras com relação àquilo que pode ser tomado como argumento(s) e do que pode ser tomado como função. Portanto, o que surge como resultado da análise é uma mescla, uma junção da estrutura linguística em que se instancia o pensamento com a arbitrariedade do modo de análise imposto – as possibilidades de escolha de decomposição –, uma mescla entre a estrutura linguística em que o pensamento está instanciado e uma construção racionalista. Com isso, podemos dizer que encontramos na concepção fregeana o fazer ciência como um trabalho conjunto entre uma base linguística de dados submetida à análise de um instrumental metodológico da razão humana. Com esse modo de analisar, a teoria fregeana mostra o poder recursivo de seu instrumento de análise diante da variação do que tomamos como argumento e função. Com a construção desse modo de análise fica evidente a insatisfação fregeana com as lógicas antecedentes por elas estarem atreladas à língua e às suas respectivas gramáticas, as quais possibilitam as mais variadas formas de lacunas na expressão do pensamento.

A lógica fregeana representa uma superação da lógica aristotélica enquanto aquela deslocou o foco dos conceitos para o juízo<sup>135</sup>, sendo através da análise desses que se dará a emergência dos

---

<sup>134</sup> FREGE, *LFL*, p. 119. “ein Gedanke mannigfach zerlegt werden kann und daß dadurch bald dies, bald jenes als Subjekt und als Prädikat erscheint. Durch den Gedanken selbst ist noch nicht bestimmt, was als Subjekt aufzufassen ist. Wenn man sagt: "das Subjekt dieses Urteils" so bezeichnet man nur dann etwas Bestimmtes, wenn man zugleich auf eine bestimmte Art der Zerlegung hinweist.” *KS*, 173.

<sup>135</sup> Cf. FREGE, *OPE*, p. 184. Um estudo acerca do desenvolvimento da teoria fregeana do juízo pode ser conferido em: MARTIN, W. M. *Theories of Judgment: Psychology, Logic, Phenomenology*, p. 74-102. Aqui é muito interessante notarmos que nas obras de e sobre lógica da época de Frege, os autores atribuíam este deslocamento dos conceitos para o juízo a Schleiermacher, enquanto se perguntavam pela primariedade ou não dos conceitos (termos) ante os juízos (proposições), atribuindo assim a Schleiermacher a ideia do delineamento inicial da formulação fregeana do princípio do contexto. Para Picardi, exemplos disso são encontrados em Sigwart (1830-1904), “Although Frege never referred to Sigwart in his published work, we know that he was acquainted with Sigwart’s *Logik*. Unfortunately, only a small part of Frege’s *Nachlass* survived the war, and the notes he took on Sigwart’s *Logik* no longer exist.” (PICARDI, Eva. “Sigwart, Husserl and Frege on Truth and Logic, or Is Psychologism Still a Threat?”). Picardi está fazendo menção à descrição de Scholz do material recebido por este do filho adotivo de Frege, Alfred Frege, material que incluía 18 páginas referentes à análise da

conceitos. Apesar da lógica fregeana se chamar *Begriffsschrift – Escrita de conceitos*, nome para o qual o próprio Frege anos depois se mostraria insatisfeito<sup>136</sup>, pois operou com juízos – conteúdos asseridos – e não com conceitos, conforme fica claro na seguinte passagem posterior à *Conceitografia*:

Não parto de conceitos para com eles construir pensamentos ou proposições; pelo contrário, obtenho os componentes de um pensamento pela decomposição (*Zerfällung*) do pensamento. Sob este aspecto, minha *Conceitografia* difere das criações similares de Leibniz e seus sucessores – em que pese seu nome, o qual eu talvez não tenha escolhido muito adequadamente<sup>137</sup>.

Isto corresponde ao que é dito no § 4 da *Conceitografia*, onde encontramos a realização da distinção entre juízos assertóricos diante dos juízos apodícticos. Enquanto a derivação de uma frase feita a partir de juízos apodícticos tem como ponto de partida o pressuposto da existência de juízos universais, a partir dos quais se justifica a derivação; no caso dos juízos assertóricos, não há a pressuposição de tais juízos universais. O que está em questão neste modo de proceder são os “fundamentos do juízo” (“*Urtheilsgründe*”), o que já havia sido explicado algumas páginas antes, no primeiro parágrafo do prefácio, onde se diz que o “estar fundada mais firmemente” (“am festesten zu begründen ist”) de uma frase está “vinculado à estrutura interna da frase considerada.”<sup>138</sup>

E o que é propriamente um juízo assertórico? Segundo o § 3 da *Conceitografia*, quando é apresentado um conteúdo sem o sinal de juízo (a barra vertical na extremidade esquerda da barra de conteúdo, a barra horizontal) não estamos reconhecendo esse conteúdo como verdadeiro. Deste modo, a expressão — A é apenas uma candidata a vir a ser um juízo, uma expressão a ser julgada. Ela possui um estatuto semelhante

---

obra *Logik* de Sigwart, acontecimento também recordado pelos editores do *Nachlass* de Frege (Cf. HERMES, H.; KAMBARTEL, F.; KAULBACH, F., “Premessa dei Curatore”, p. 13).

<sup>136</sup> Frege teria sido mais feliz se a tivesse chamado de *Sprache von Argument/Funktion* – linguagem de argumento/função ou simplesmente de linguagem de fórmulas.

<sup>137</sup> FREGE *apud* ALCOFORADO, P. “Introdução”, p. 14.

<sup>138</sup> FREGE, *OPE*, p. 47. BEG, p. IX. „hängt mit dem innern Wesen des betrachteten Satzes zusammen.“

ao de uma pergunta que pode ser respondida com sim ou não. Quando usamos o sinal de juízo então estaremos asserindo o conteúdo afirmativo como verdadeiro:  $\vdash A$ , e se o conteúdo proposto fosse  $\neg A$ , ao colocarmos a barra de juízo, estaremos asserindo o conteúdo negativo como verdadeiro ( $\vdash \neg A$ ). No todo da linguagem de fórmulas de Frege, apenas existe interesse e comprometimento com frases que podem ser asseridas quer seus conteúdos sejam afirmados (“*bejaht*”) ou negados (“*verneint*”).

Como a linguagem de fórmulas de Frege foi construída para ser uma linguagem científica, ou seja, a preocupação central e única é a expressão de frases que tenham conteúdo objetivo. Estas frases são conteúdos afirmados ou negados que podem ser asseridos como verdadeiros, assim a barra de juízo foi concebida como sinônimo de asserção.

Diante do que vimos na teoria fregeana, é correto dizer que o pensamento (o conteúdo conceitual) é eleito como a unidade minimal de significação e de decomposição, pensamento a partir do qual se pode chegar a conceitos e objetos através de um modo de análise. Deste modo, o conceito apenas surge da análise de um pensamento instanciado em alguma forma de expressão linguística. É apenas através do modo que cortamos uma frase asserível que podemos chegar a uma das possíveis estruturas de argumento/função, para as quais, quando fornecemos um nome designativo, poderemos julgá-las quer sejam negativas ou afirmativas; quando julgamos uma função com um possível argumento, poderemos perceber o juízo como um nome para designar a verdade (fato lógico ou real).

Com o desenvolvido até aqui, podemos perceber que, numa linguagem auxiliar como a fregeana, uma frase não tem qualquer sentido e, por isso, nenhum significado e nenhum valor sem a introdução de uma teoria prévia que determine seus símbolos, especificando qual é o papel de cada um deles, que introduza *o* ou *os* modos de inferências que serão usados ali e, bem como que determine seus axiomas, uma parte de sua semântica e dê pistas de como chegarmos a outra parte. É apenas com uma teoria de fundo que indique como os sinais têm de ser lidos que fará com que eles tenham sentido operativo. Caso contrário, eles não passarão de meros sinais vazios. A linguagem de fórmulas de Frege não fornece margens para a interpretação, o que é dito é dito direta e claramente; ou seja, o conteúdo mesmo é o que é expresso literalmente pelos símbolos, assim ela se torna um poderoso meio intersubjetivo de

expressão de conteúdos no âmbito da comunidade científica. A linguagem de fórmulas de Frege não tem necessidade de ser falada e muito menos ouvida, não foi pensada para satisfazer estas habilidades humanas.

Na nossa introdução, vimos que a interpretação de J. Hintikka ignora na teoria fregeana a distinção entre dizer e mostrar, o que é altamente prejudicial para compreendê-la, pois esta distinção deixa claro que o novo modo de comunicação de Frege dá-se de modo distinto aos da dizibilidade das línguas. Ele é uma linguagem que requer apenas a visão, porque foi pensado para ser executado no plano bidimensional da escrita, uma vez que suas demonstrações não necessitam do uso de sinais audíveis. A linguagem de fórmulas não diz nada sobre as relações entre as partes de uma de suas frases com o seu todo ou da frase com outra(s) frase(s), ela apenas exhibe estas relações para quem está apto a operá-la, ou seja, para quem já se instruiu acerca do seu funcionamento através dos trechos da *Conceitografia* em linguagem da vida, os quais explicam o que cada sinal e suas relações significam. Desta maneira, a sintaxe da linguagem de fórmulas já torna visível na fórmula a estrutura do particionamento do conteúdo; para isso, basta olharmos para a configuração das letras para sabermos que parte cada uma representa do conteúdo do pensamento, se é uma função ou um argumento, o que não está claro no próprio pensamento, já que podemos particioná-lo de modos distintos. O conteúdo dito pode ser mostrado de diferentes modos na fórmula, como mostramos acima variando o particionamento de um mesmo pensamento. Geach é um dos poucos a perceber que a diferença entre dizer e mostrar já está contida na teoria fregeana. Segundo aquele,

Frege já sustentava, e sua filosofia da lógica obrigaria a ele a sustentar, que há distinções-categoriais lógicas que claramente se mostrariam a si mesmas em uma linguagem formalizada bem construída, mas que não podem propriamente ser asseridas na linguagem: as frases em que nós procuramos transcrevê-las no vernáculo são logicamente impróprias e nenhuma tradução admitem em fórmulas bem formadas da lógica simbólica.<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> GEACH, P. T. "Saying and Showing in Frege and Wittgenstein", p. 55. Tradução minha. "Frege already held, and his philosophy of logic would oblige him to hold, that there are

Parte da semântica é dada previamente de fora da linguagem de fórmulas, quem não ler as partes em linguagem da vida da *Conceitografia* não será capaz de operar a linguagem de fórmulas ali construída. Internamente à linguagem de fórmulas, pode-se apreender as relações semânticas que não foram previamente apresentadas através da língua, elas apenas se mostram para todo aquele que se instruiu lendo os trechos em uma língua (no caso do original, em língua alemã) da *Conceitografia*, pois neles é indicada através de pistas a parte da semântica da linguagem de fórmulas que não é dizível numa língua.

No que diz respeito à relação entre lógica e semântica, este é o grande ponto em que a lógica fregeana difere de suas antecedentes e contemporâneas; em vez de construir uma linguagem lógica como mero cálculo para depois fornecer um modelo para a interpretação desses cálculos, a linguagem de fórmulas fregeana foi construída já moldada por princípios de distinção de conteúdos semânticos apreendidos através da análise da língua e de outras linguagens de fórmulas. Há, portanto, uma relação fundamental entre semântica e lógica, aquela por vezes é apenas indicada na linguagem da vida através de pistas e tem de ser apreendida no contexto de uma fórmula. A linguagem de fórmulas é no seu interior semanticamente inefável, pois mesmo as relações semânticas não indicadas previamente, que se mostram dentro da linguagem de fórmulas, são dependentes das relações indicadas em linguagem da vida, é apenas a partir destas relações que podemos indicar aquelas, mas a semântica da linguagem de fórmulas de Frege não é inefável a partir das línguas que podem dar conta de explicar todas as relações semânticas dela através de pistas. A linguagem de fórmulas de Frege já pressupõe distinções semânticas e um âmbito de discurso ao colocar sob análise apenas frases afirmativas ou negativas que podem ser asseridas, ou seja, antes de solicitar o julgamento de uma frase esta já passou pela seleção sob a exigência de ter sentido. Isto se dá porque um mero aglomerado de sinais sem sentido nada pode expressar; uma frase que apenas tem sentido nada pode referir; estas estão fora do conjunto de frases que podem ser asseridas quer sejam afirmativas ou negativas. Somente as frases que têm sentido permitem a passagem para

---

logical category-distinctions which will clearly show themselves in a well-constructed formalized language, but which cannot properly be asserted in language: the sentences in which we seek to convey them in the vernacular are logically improper and admit of no translation into well-formed formulas of symbolic logic.”

a pergunta pelo significado, o qual possibilita podermos ajuizá-las quer sejam afirmativas quer negativas, i.e., deixar expresso em nossa linguagem de fórmulas que o que elas dizem “é um fato”<sup>140</sup> lógico ou real.

Diante dessa construção conjunta, num segundo plano, da teoria semântica para a elaboração de uma linguagem de fórmulas para expressão de conteúdos, podemos perceber que a linguagem de fórmulas de Frege é um construto para ser operacionalizado no uso que fazemos de uma ferramenta que amplia uma capacidade que nossas mãos têm. A linguagem de fórmulas é um construto linguístico que se assemelha à língua como quando comparamos o uso que fazemos de uma ferramenta ante o uso que fazemos de nossas próprias mãos. Enquanto as mãos têm a capacidade de se adequarem a múltiplas situações dentro de seus limites, o mesmo não ocorre com uma chave de fenda. Esta foi criada para desempenhar uma atividade específica, como uma extensão da própria mão, enquanto estende uma capacidade que a mão já não é mais capaz de executar. Se a chave de fenda desempenha bem este uso para o qual foi criada, ela já cumpriu seu papel, por mais que ela seja utilizada para outros empregos e sirva com eficiência na execução deles. Na concepção fregeana, como já mostramos acima, algo semelhante ao uso da chave de fenda acontece com uma linguagem de fórmulas. Já julgamos e asserimos frases nas línguas e em outras linguagens científicas, as linguagens de fórmulas são tentativas de executar esses processos de forma completamente rigorosa. Assim como uma chave de fenda, alguém que esteja ciente das instruções operacionais, independente de quem seja, pode operar com a linguagem de fórmulas da *Conceitografia*. Esta característica de ser indiferente quem a opera se trata de mais um traço de universalidade da linguagem de fórmulas de Frege.

O que conseguimos fazer com uma linguagem de fórmulas não é algo totalmente novo ao que já fazemos na língua, pois nesta também fazemos inferências; no entanto, sem a garantia dada pelo rigor dos princípios e definições lógicas. A linguagem de fórmulas de Frege tem a dependência de alguém que a opere, mas é indiferente quem seja esse alguém já que não há margem para a interpretação<sup>141</sup>. Bem sabemos que

<sup>140</sup> FREGE, *BEG*, p. 4, 13. *OPE*, p. 61, 70. §§ 3, 7. “*ist eine Thatsache*”.

<sup>141</sup> Hoje em dia ela pode ser operada por um computador cf. MACINNIS, R.; MCKINNA, J.; PARSONS, J.; DYCKHOFF, R. “A mechanised environment for Frege’s *Begriffsschrift* notation”.

a sua construção deu-se a partir da língua alemã como metalinguagem, tendo uma dependência dela; no entanto, esta dependência é genérica tendo em vista que não necessariamente teria de ser a língua alemã, poderia ser outra língua que tenha conceitos matemáticos e filosóficos que possibilitem a tradução. Diante disso, efetivamente, não poderia ser qualquer outra língua, mas em potencial qualquer língua estaria aberta à possibilidade de vir a dar expressão a qualquer conteúdo expressado em outra língua devido à sua plasticidade. Evidência disso é o fato de podermos traduzir a metalinguagem da *Conceitografia* para outras línguas, e todos poderem vir a compreendê-la de modo eficiente desde que compreendam suas instruções operacionais, já que “Pode apenas acontecer que, depois de construída a linguagem de sinais matemáticos por meio do pensar efetivo, ela o seja de tal maneira que passe, por assim dizer, a pensar por nós.”<sup>142</sup> Isso se torna evidente quando observamos que podemos pegar um livro de matemática básica em alemão e compreender as operações demonstradas nele sem saber ler uma palavra em alemão; para isso acontecer, basta estarmos cientes de como funciona a linguagem matemática contida nele. Assim, da mesma forma que um livro de matemática, na *Conceitografia* apenas se requer traduzir a metalinguagem, a linguagem de fórmulas permanece a mesma, ela não precisa ser traduzida, a única coisa que podemos fazer com ela é transcrevê-la através de novos símbolos, processo que não envolve interpretação, por isso não é tradução, mas transcrição; o que vem sendo feito com a linguagem de fórmulas de Frege com o intuito de superar a estranheza da simbologia gráfica adotada por Frege em pró de notações desenvolvidas depois dela. Tanto a possibilidade de transcrição quanto a de não requerer tradução são outros aspectos da universalidade da linguagem de fórmulas fregeana; quanto ao traço de universalidade referente à não-necessidade de tradução é um traço efetivo de universalidade da linguagem de fórmulas, o traço da possibilidade da transcrição revela um aspecto de *universalidade em potencial*.

Para além da possibilidade de testarmos todos os argumentos possíveis para uma função, de ser indiferente quem opere, da possibilidade de transcrição e da indiferença de que língua adotarmos como metalinguagem, que outras características garantiriam o *status* de

---

<sup>142</sup> FREGE, FA, p. 204. “Es ist nur möglich, nachdem durch wirkliches Denken die mathematische Zeichensprache so ausgebildet ist, dass sie, wie man sagt, für einen denkt.” GLA, p. 17.

linguagem universal à linguagem de fórmulas de Frege? E quais são os limites de sua aplicabilidade?

Outro aspecto de universalidade consiste nos seguintes avanços da linguagem de fórmulas de Frege diante das linguagens lógicas construídas anteriormente a ela, os quais Heijenoort esclarece. Para ele, na teoria fregeana há uma imagem de lógica que não é apresentada de forma clara, mas, no entanto, a guiaria. Heijenoort apresenta os aspectos dessa imagem da lógica fregeana sob o conceito de *lógica como linguagem*, contrastando-os perante as lógicas dos contemporâneos de Frege adeptos do viés de *lógica como cálculo*. Como não é nosso objetivo entrar nessa contraposição, fixamos o foco apenas nos aspectos que nos interessam dessa imagem de lógica; a qual, na interpretação de Heijenoort, foi nomeada de universalidade da lógica de Frege. Os aspectos são os seguintes:

Esta universalidade da *lingua characterica* de Frege é, primeiramente, a universalidade que a teoria da quantificação tem em seu vocabulário, da qual o cálculo proposicional carece. [...] Com a introdução de letras predicativas, variáveis e quantificadores, a proposição torna-se articulada e pode expressar um significado (*meaning*). A nova notação permite a transcrição simbólica de áreas inteiras do conhecimento científico, talvez de sua totalidade, uma tarefa que está completamente fora do alcance do cálculo proposicional. Agora nós temos uma *lingua*, não simplesmente um cálculo. [...] No sistema de Frege, o cálculo proposicional subsiste acoplado à teoria da quantificação; a oposição entre *lingua* e *calculus* é, a este respeito, não excludente, e isto é porque Frege escreve que sua própria lógica *não é meramente um calculus ratiocinator*.<sup>143</sup>

---

<sup>143</sup> HEIJENOORT, J. v. “Logic as calculus and logic as language”, p. 324-5. Tradução minha. “This universality of Frege’s *lingua characterica* is, first, the universality that quantification theory has in its vocabulary and that the propositional calculus lacks. [...] With the introduction of predicate letters, variables, and quantifiers, the proposition becomes articulated and can express a meaning. The new notation allows the symbolic rewriting of whole tracts of scientific knowledge, perhaps of all of it, a task that is altogether beyond the reach of the propositional calculus. We now have a *lingua*, not simply a calculus. [...] In Frege’s system the propositional calculus subsists embedded in quantification theory; the opposition between *lingua* and

Outro ponto central na interpretação de Heijenoort refere-se a uma questão não tratada na teoria fregeana, a da inefabilidade da semântica da *lingua characterica*. Trecho que podemos utilizar para reforçar nossa contraposição às interpretações de J. Hintikka e de Kusch da linguagem de fórmulas fregeana, pois a interpretação de Heijenoort deixa claro que o sistema (a linguagem de fórmulas) é uma coisa e o meio (língua) a partir de onde se expõem estas regras é outra coisa externa, vejamos:

Outra importante consequência da universalidade da lógica é aquela que nada pode ser, ou tem de ser dito fora do sistema. E, na verdade, Frege nunca levantou qualquer questão metassistemática (consistência, independência de axiomas, completude). Frege estava de certo completamente consciente que qualquer sistema formal requer regras que não são expressas no sistema; mas estas regras são vazias de qualquer lógica intuitiva; elas são 'regras para o uso de nossos signos'. Em tal manipulação dos signos, de que qualquer lógica argumentativa foi limpada, Frege viu precisamente a vantagem de um sistema formal.<sup>144</sup>

Discordamos de Heijenoort de que Frege nunca teria introduzido questões metassistemáticas porque ele pelo menos expôs uma questão metassistemática, tardiamente é verdade, a saber, a distinção entre linguagem auxiliar e linguagem de exposição, a qual veremos adiante. Se, conforme a passagem anterior, nada pode ser dito fora do sistema, então ele não é universal num sentido amplo que abarca a possibilidade de autorreflexão, mas apenas num sentido restrito,

---

*calculus* is, in this respect, not exclusive, and that is why Frege writes that his own logic is *not merely a calculus ratiocinator*.”

<sup>144</sup> HEIJENOORT, J. v. “Logic as calculus and logic as language”, p. 326. “Another important consequence of the universality of logic is that nothing can be, or has to be, said outside of the system. And, in fact, Frege never raises any metassystematic question (consistency, independence of axioms, completeness). Frege is indeed fully aware that any formal system requires rules that are not expressed in the system; but these rules are void of any intuitive logic; they are 'rules for the use of our signs'. In such a manipulation of signs, from which any argumentative logic has been squeezed out, Frege sees precisely the advantage of a formal system.”

enquanto uma linguagem auxiliar que opera com um tipo específico de frases, as assertivas; a universalidade da linguagem de fórmulas fregeana se limita a este escopo, ou seja, ela pode expressar qualquer frase assertiva. A universalidade do quantificador universal é apenas uma parte da instanciação da universalidade, pois as fórmulas da linguagem de Frege, contendo ou não o quantificador universal, também garantem sua universalidade para qualquer argumento que torne a frase assertível. Esta universalidade é garantida pelas fórmulas que podem mostrar diretamente qualquer conteúdo de qualquer frase assertiva; trata-se de uma gramática filosófica tal como no sentido muito bem sintetizado por Salmon, para quem uma gramática filosófica seria aquela “em que a estrutura das sentenças refletiria a estrutura universal do pensamento”<sup>145</sup>, o que na teoria fregeana se chama de fórmula lógica do pensamento, de qualquer pensamento que pode vir a ser expresso sob as estruturas gramaticais impuras das mais diversas linguagens.

Apesar daqueles precursores, apenas Leibniz veio a conceber em teoria uma possível linguagem universal em termos lógicos e matemáticos. Na filosofia fregeana, a estrutura universal do pensamento se dá sob a constatação de que tudo o que é tomado como objeto numa frase cai sob um conceito, em termos da lógica de Frege, de que todo argumento cai sob uma função, enquanto nas línguas “os nomes próprios correspondem aos objetos, [e] os termos conceituais (*nomina appellativa*) aos conceitos.”<sup>146</sup> Uma das novidades da lógica fregeana foi a delimitação do escopo do quantificador universal<sup>147</sup> apenas sobre uma parte da frase<sup>148</sup>, como, por exemplo, no seu nono axioma:  $(\forall x) \varphi(x) \rightarrow \varphi(\mathbf{a})$ , ou seja, se para todo  $x$ ,  $x$  cai sob o conceito de  $\varphi$ , então o conteúdo do argumento  $\mathbf{a}$  cai sob o conceito de  $\varphi$ , exemplificando: se para todo  $x$ ,  $x$  é brasileiro então o conteúdo do argumento  $\mathbf{a}$  cai sob o conceito de *ser brasileiro*. Deste modo, fica-nos claro que a generalidade da linguagem de fórmulas de Frege está nas fórmulas.

Com toda razão, Angelelli argumenta que a preocupação central da lógica de Frege não fora a inferência, mas antes a generalidade, nas palavras de Angelelli:

---

<sup>145</sup> SALMON, V. “The universal language problem”, 917. “in which the structure of sentences would reflect the universal structure of thought.”

<sup>146</sup> FREGE, LFL, p. 190.

<sup>147</sup> Expresso na simbologia fregeana com uma concavidade na barra de juízo.

<sup>148</sup> Cf. FREGE, LFL, p. 78-79.

En efecto, ya el prefacio dei *Begriffsschrift* de 1879, donde Frege expone por primera vez su programa filosófico, muestra que lo que interesa a su autor en lo que él llama «lógica», cuando habla de probar que la aritmética es *rein logisch* (puramente lógica), no es la inferencia sino la *generalidade la universalidade máxima* propia de cualquier verdad lógica, que vale para todo objeto y toda propiedad.<sup>149</sup>

Em termos mais familiares, essa generalidade de universalidade máxima pode receber como um exemplo uma fórmula como a seguinte:

$$\forall x \varphi x$$

As letras expressoras de generalidade quando regidas pelo quantificador universal fornecem à fórmula a sua validade universal enquanto deixa expressar a aplicabilidade universal do conceito ao objeto, dando assim à fórmula o estatuto de lei, ou seja, não há caso em que o argumento posto no lugar da variável  $x$  não seja apreendido pelo conceito  $\varphi$ . Neste caso, temos  $x$  como marcando o lugar para um argumento;  $\varphi$  como um conceito de primeiro nível que apreende um argumento; o quantificador universal não diz nada sobre o argumento, mas diz algo da função  $\varphi$ , que ela se aplica a todos os argumentos. Deste modo, podemos perceber aqui que temos dois níveis de conceitos:  $\varphi$  como um conceito de primeiro nível, já que apreende um objeto; e o conceito de quantificador universal como um conceito de nível superior, de segundo nível, uma vez que incide sobre um conceito de primeiro nível. Toda vez que temos a incidência do quantificador universal sobre o todo restante de uma fórmula temos uma lei. Lei aqui no duplo sentido dessa palavra, pois

Em um sentido ela diz o que é, em outro ela prescreve o que deve ser. Apenas nestes sentidos as leis lógicas podem ser chamadas leis do pensar, ao estabelecerem o modo como se há de pensar. Toda lei que diz o que é pode conceber-se também como uma prescrição, posto que há que se pensar de acordo com ela, e neste sentido é portanto uma

---

<sup>149</sup> ANGELELLI, I. “En los orígenes de las tradiciones analítica y continental: Frege y Husserl”, p. 365.

lei do pensar. Isto vale para as leis geométricas e físicas não menos do que para as lógicas.<sup>150</sup>

Enquanto o pensar lógico-científico está relacionado com a atividade do raciocínio dedutivo, por sua vez, o que na teoria fregeana se chamou de pensamento é o que temos de comum em diferentes expressões linguísticas que designam o mesmo, como, por exemplo, nas seis vestimentas distintas proporcionadas pelas línguas para o mesmo pensamento:

“A torre Eiffel fica em Paris.”  
 “The Eiffel Tower is in Paris.”  
 “Der Eiffelturm liegt in Paris.”  
 “La Torre Eiffel è a Parigi.”  
 “La Torre Eiffel esta en París”.  
 “La Tour Eiffel est à Paris.”

Diante desses exemplos, não há como não concordar com a concepção fregeana de que por trás desses diferentes modos de expressão proporcionados pelas línguas está o mesmo fato, aquilo que é designado por qualquer uma dessas frases, o fato de que aquela grandiosa estrutura de ferro que se denomina Torre Eiffel localiza-se na cidade de Paris. É o conteúdo conceitual referente aos fatos, quer empíricos quer lógicos, que se almejava expressar em sua clareza por meio da linguagem de fórmulas. A busca para expressar *o que temos de comum em diferentes expressões linguísticas que designam o mesmo* pode ser visto como o conceito de tradução na teoria fregeana. O aparato fregeano expressa qualquer conteúdo que cumpra esta condição de ser designado como o mesmo em diferentes modos de expressões linguísticas. Diante disso, como nas traduções entre línguas sempre há perdas referentes aos conteúdos do âmbito subjetivo, podemos defender, via a teoria fregeana, a inescapabilidade da língua pelo menos no que diz respeito aos conteúdos subjetivos.

---

<sup>150</sup> FREGE, **PLB**, p. 26-27. **GGA**, p. XV. “In dem einen Sinne besagt es, was ist, in dem andern schreibt es vor, was sein soll. Nur in diesem Sinne können die logischen Gesetze Denkgesetze genannt werden, indem sie festsetzen, wie gedacht werden soll. Jedes Gesetz, das besagt, was ist, kann aufgefasst werden als vorschreibend, es solle im Einklange damit gedacht werden, und ist also in dem Sinne ein Denkgesetz. Das gilt von den geometrischen und physikalischen nicht minder als von den logischen.”

Para o pensamento fregeano, o lógico que se dedicar à aprendizagem de diferentes línguas aguçarà seu poder de percepção desse conteúdo relevante à medida que ele vai aprender a percebê-lo expresso em diferentes línguas e de forma independente dos ornamentos provenientes do sentir e da imaginação também expressados nas várias vestimentas linguísticas:

É verdade que nós podemos expressar o mesmo pensamento em diferentes línguas; mas os adereços psicológicos, a roupagem do pensamento, serão em geral diferentes. Por isso é que o aprendizado de línguas estrangeiras é útil para a educação lógica. Ao ver que o mesmo pensamento pode ser dito de modos diferentes, nós aprendemos melhor a distinguir a casca verbal da semente com que, em qualquer língua, ela aparece organicamente associada. Assim é que as diferenças entre as línguas podem facilitar a nossa apreensão do que é lógico.<sup>151</sup>

Apesar de um conteúdo relevante – ou um pensamento – requerer alguma forma de expressão, de “casca verbal”, ele é independente dos tipos de expressão, o conteúdo relevante é o mesmo que se encontra nas diversas vestimentas linguísticas. Assim, o papel da linguagem de fórmulas pretendido na teoria fregeana é o de ser meramente um instrumento mediador direto desse conteúdo relevante, do pensamento, através de um meio rígido, porém completamente eficiente para o que nos propomos a dar conta. O ser relevante significa ser importante para a sequência inferencial da cadeia de inferências. Diante dos objetivos do projeto fregeano de nada interessava as nuances psicológicas, intuitivas, naturalistas que uma frase possa ter quando ela for traduzida para o plano da linguagem de fórmulas e fizer parte das sequências inferenciais dessa linguagem objetiva. No plano científico, todas as vestes ornamentadas da frase são irrelevantes, o que interessa é

---

<sup>151</sup> FREGE, SLS, p. 60. “Man kann zwar denselben Gedanken in verschiedenen Sprachen ausdrücken; aber das psychologische Beiwerk, die Einkleidung des Gedankens, wird vielfach dabei verschieden sein. Man erkennt hieraus den Wert der Erlernung fremder Sprachen für die logische Ausbildung. Indem sich die Einkleidung des Gedankens als verschieden erweist, lernen wir sie von dem Kerne deutlicher unterscheiden, mit dem sie in der einzelnen Sprache verwachsen erscheint. So wird durch die Verschiedenheit der Sprachen die Erfassung des Logischen erleichtert.”

aquilo que possa ser dito intersubjetivo, i.e., o que possa ser reconhecido como o mesmo por qualquer sujeito que saiba operar a linguagem de fórmulas.

No decorrer das obras de Frege, encontramos dois exemplos (na *Conceitografia* e no ensaio “Lógica”, respectivamente) que ilustram essa busca fregeana pela expressão do conteúdo comum, ambos explorando apenas a língua alemã. 1. a) “Em Platéia os gregos derrotaram os persas” e b) “Em Platéia os persas foram derrotados pelos gregos”<sup>152</sup>; 2. a) “Este cachorro latiu a noite inteira” e b) “Este vira-lata latiu a noite inteira”<sup>153</sup>. No primeiro caso, mesmo que venhamos a admitir uma leve mudança no sentido do conteúdo entre uma e outra frase com a passagem da voz ativa para a passiva, respectivamente, o conteúdo conceitual é o mesmo. No segundo caso, a diferença de sentido das frases provocada pelas palavras “cachorro” (“*Hund*”) e “vira-lata” (“*Köter*”<sup>154</sup>) salta aos olhos de forma muito mais clara; no entanto, mesmo nestes dois modos distintos de designação, o conteúdo conceitual é o mesmo. Diante da neutralidade da palavra “cachorro”, a acepção pejorativa da palavra “vira-lata” não faz parte do pensamento mesmo (conteúdo conceitual), mas antes das associações psicológicas que colorem a linguagem da vida, porque quer com a palavra “cachorro” quer com a palavra “vira-lata” o significado é o mesmo. Deste modo, podemos perceber que o que é importante para a linguagem de fórmulas de Frege consiste naquilo que, apesar dos distintos modos de expressão, emerge como o mesmo, como o mínimo denominador comum dos diferentes modos de expressão. Deste modo, asseridas estas frases, tanto no primeiro caso quanto no segundo, quando substituímos, respectivamente, numa cadeia de inferências a) por b), têm de manter as mesmas consequências lógicas. Por ser um instrumento objetivo, ou seja, por ter todos os passos passíveis de ser compreendidos por qualquer um que entrar na linguagem de fórmulas, esta elimina a expressão dos conteúdos subjetivos. Um exemplo de formas distintas de expressão do mesmo pensamento em sua generalidade podem ser estes dois modos de fórmulas lógicas para o quantificador existencial:  $\neg \forall a \neg \beta a$  e  $\exists a \beta a$ .

<sup>152</sup> FREGE, *OPE*, p. 90. *BEG*, p. 3. § 3. “,bei Plataeae siegten die Griechen über die Perser‘ und, bei Plataeae wurden die Perser von den Griechen besiegt”.

<sup>153</sup> Cf. FREGE, *SLS*, p. 56-57. “,Dieser Hund hat die ganze Nacht geheult‘ und ,Dieser Köter hat die ganze Nacht geheult”.

<sup>154</sup> A palavra “Köter” deriva de “Kot” que significa: lodo, lama, imundície, excrementos.

O sexto traço de universalidade que garantiria o *status* de linguagem universal à linguagem de fórmulas está entre aqueles traços que denominamos de *universalidade em potencial*. O próprio texto fregeano deixa claro que para outras aplicações, para além de sua pretendida aplicação à aritmética, a linguagem de fórmulas da *Conceitografia* poderia receber novos símbolos e novos modos de inferências. O que ocorreu na própria reconstrução da linguagem de fórmulas em *As Leis Básicas da Aritmética*, na qual podemos constatar os refinamentos lógico-semânticos alcançados após a publicação da *Conceitografia*. Refinamentos estes como o novo conceito de igualdade conquistado com o estabelecimento da distinção entre “*Sinn*” e “*Bedeutung*”. Deste modo, podemos perceber que também uma linguagem de fórmulas tem sua dimensão produtiva, plástica que é moldada de forma quase sempre completamente consciente em prol da ampliação de seu poder de dar conta de uma tarefa com suas especificidades e amplitude próprias. Na elaboração da *Conceitografia*, já estava indicado o que foi expresso claramente em *Os Fundamentos da Aritmética* na defesa da concepção de que “Sabe-se que para o mesmo outros sinais poderiam ter sido estipulados”<sup>155</sup>, o que mais de uma década depois em “Sobre sentido e significado” (1892) recebe a seguinte formulação: “Ninguém pode ser impedido de empregar qualquer objeto ou evento arbitrariamente produzido como um sinal para qualquer coisa.”<sup>156</sup> Diante dessa assunção da arbitrariedade do signo, do sinal, a capacidade expressiva da linguagem de fórmulas é alçada ao infinito, sim ao infinito, pois sempre poderíamos introduzir novos símbolos diante de novas tarefas que nos propomos a dar conta. Com isso, podemos vir a produzir uma linguagem de fórmulas sempre mais poderosa para verter o sentido de frases assertivas pertencentes a quaisquer âmbitos científicos.

Obviamente que essa alçada ao infinito em termos de ampliação dessa linguagem é válida apenas dentro de alguns escopos do discurso científico, isto é, de todo discurso “onde tiver especial importância a exatidão de uma prova”<sup>157</sup>: este era o limite almejado com a linguagem universal. Ela não serve para traduzirmos discursos como os religiosos,

---

<sup>155</sup> FREGE, FA, p. 222. FREGE, GLA, p. 45. “Man ist sich bewußt, daß andere Zeichen für dasselbe hätten festgesetzt werden können.”

<sup>156</sup> FREGE, LFL, p. 130.

<sup>157</sup> FREGE, OPE, p. 49. FREGE, BEG, p. XII. “wo ein besonderer Werth auf die Blündigkeit der Beweisführung gelegt werden muss”.

míticos, do senso comum e poéticos, para os quais não se pode chegar a uma conclusão objetiva sobre sua verdade, tampouco os discursos científicos sobre as representações subjetivas de um sujeito. O âmbito do operar com uma linguagem de fórmulas não é o do discurso da conjectura, mas o dos fatos, mais precisamente sobre o universo de discurso de uma ciência, sobre aquilo que se dá e tem num plano linguístico-científico um modo de ser dado, e não sobre um possível mundo. Com este poder expansivo restrito à aplicação a alguns discursos científicos, a linguagem de fórmulas de Frege se mostra como uma base para dar conta apenas de parte das grandiosas pretensões que Leibniz teve de uma *lingua universalis*.

Em lugar da universalidade dependente de teorias de modelos das lógicas algébricas *à la* Boole<sup>158</sup>, a universalidade da linguagem de fórmulas é garantida através da teoria da quantificação (da universalidade do quantificador universal), da generalidade de suas fórmulas e por meio da possibilidade de incrementação de novos símbolos quando forem necessários.

Pode-se concluir que, diante da arbitrária atribuição consciente do signo, não há um vínculo intrínseco entre as linguagens e as coisas referenciadas. Não existe uma ligação mística onde os sinais expressariam as próprias coisas como parte inseparável delas, portanto, não há uma ontologia linguística. A linguagem de fórmulas fregeana é neutra ontologicamente, viés este que, portanto, nos libera para a construção de linguagens de fórmulas a nosso bel-prazer a partir da base da intuição linguística daqueles que falam uma língua, já que nem tudo pode ser definível<sup>159</sup>. Por isso, as leis fundamentais são “enunciados que não podem ser deduzidos de outros”<sup>160</sup>; no entanto, todos os pressupostos devem ser listados<sup>161</sup>, “e não se dá nenhum passo que não

---

<sup>158</sup> Enquanto Frege construiu a sintaxe de sua linguagem de fórmulas regida por princípios semânticos – por mais que estes em sua totalidade não sejam expressados de forma clara –, Boole por sua vez tinha construído sua lógica algébrica apenas pela estipulação da sintaxe. Aqui, a semântica vem depois por meio de um modelo ou domínio, uma interpretação daquela linguagem formal, por isso há a possibilidade de várias interpretações distintas dessa linguagem formal; com modelos diferentes podemos aplicar a mesma linguagem formal para tarefas distintas. É graças a essa possibilidade reinterpretativa que a lógica algébrica de Boole tornou-se um dos modelos fundamentais da computação.

<sup>159</sup> Cf. FREGE, *LFL*, p. 115; 112. *FBB*, 50; 47-48.

<sup>160</sup> FREGE, *PLB*, p. 14. “Es muss hierbei Sätze geben, die nicht aus andern abgeleitet werden.” *GGA*, p. VI. *GGA*, p. VI.

<sup>161</sup> Cf. FREGE, *LFL*, p. 45.

cumpra estas regras.”<sup>162</sup> Isto é o que é explicitado na seguinte passagem de *As Leis Básicas da Aritmética*:

Que tudo seja demonstrado, isto certamente não se pode exigir, porque é impossível; mas, pode-se exigir que todos os enunciados utilizados sem demonstração sejam declarados explicitamente como tais, para que se veja claramente sobre o que descansa a construção inteira. Por isso há que se esforçar para reduzir ao máximo o número de leis primitivas, demonstrando tudo o que seja demonstrável. Além disso, e assim vou mais além de Euclides, exijo que se mencionem previamente todos os modos de dedução e de inferência empregados. Do contrário não se pode assegurar o cumprimento da primeira exigência. No essencial, eu acredito haver alcançado este ideal.<sup>163</sup>

Cumprindo estas exigências, a construção da linguagem de fórmulas é a conquista de um instrumento que desempenha o papel de árbitro, de juizador de disputas, ou seja, este instrumento é um plano intersubjetivo, objetivo a partir do qual se busca o acordo e, com isso, cessar a disputa, porque nos permitirá saber com certeza quando estamos falando do mesmo e quando não<sup>164</sup>. Na seguinte passagem de *As Leis Básicas da Aritmética* se argumenta que

Se não pudéssemos conceber mais do que está em nós mesmos, seria impossível uma disputa de opiniões, uma compreensão mútua, porque faltaria o terreno comum, e este não pode ser uma representação no sentido da psicologia. Não

---

<sup>162</sup> FREGE, **PLB**, p. 14. “und kein Uebergang geschieht, der nicht diesen Regeln gemäss wäre.” **GGA**, p. VI.

<sup>163</sup> FREGE, **PLB**, p. 15. **GGA**, p. VI. “Dass Alles bewiesen werde, kann zwar nicht verlangt werden, weil es unmöglich ist; aber man kann fordern, dass alle Sätze, die man braucht, ohne sie zu beweisen, ausdrücklich als solche ausgesprochen werden, damit man deutlich erkenne, worauf der ganze Bau beruhe. Es muss danach gestrebt werden, die Anzahl dieser Urgesetze möglichst zu verringern, indem man Alles beweist, was beweisbar ist. Ferner, und darin gehe ich über Euklid hinaus, verlange ich, dass alle Schluss- und Folgerungsweisen, die zur Anwendung kommen, vorher aufgeführt werden. Sonst ist die Erfüllung jener ersten Forderung nicht sicher zu stellen. Dieses Ideal glaube ich nun im Wesentlichen erreicht zu haben.”

<sup>164</sup> Cf. FREGE, **IL**, p. 21-23 **LU**, p. 38-39.

haveria nada parecido com a lógica, que estivesse encarregado de arbitrar a disputa de opiniões.<sup>165</sup>

Por exemplo, caso estivermos na condição de não poder dizer se um nome tem ou não um portador, então não conseguimos sair do âmbito da poesia – da “asserção aparente”<sup>166</sup> –, onde cada sujeito terá sua própria representação desse nome; assim, ninguém pode chegar a um solo comum com outrem acerca daquilo que há de comum entre seus usos designativos do nome para além de suas subjetivas representações associadas a este nome, porque não há um âmbito de verdade ou falsidade de representações. Elas não podem ser afirmadas nem negadas, pois não possibilitam alguma forma de constatação intersubjetiva, uma vez que a minha representação da Ilha de Santa Catarina é a minha representação, a de João é a de João, e a de Pedro não é a minha nem a de João, mas a de Pedro, e assim por diante. O pensamento fregeano tinha por certo que “A superposição de uma coisa por uma representação somente seria possível se a coisa fosse também uma representação.”<sup>167</sup> Mas se o nome tiver um portador então podemos operar no plano da verdade (da constatação intersubjetiva de fatos, de ser o caso de ser assim), aceitando que o que é o portador desse nome existe independente de nós, bem como da representação que fazamos dele. Deste modo, posso categoricamente fazer uma afirmação sobre ele e ajuizar com outrem a partir das leis do ser verdadeiro sobre a verdade ou a falsidade do que estamos dizendo sobre o portador<sup>168</sup>, isto apenas pode se dar porque no pensar o que estão em questão não são conexões

---

<sup>165</sup> FREGE, **PLB**, p. 32. “Wenn wir nichts erfassen könnten, als was in uns selbst ist, so wäre ein Widerstreit der Meinungen, eine gegenseitige Verständigung unmöglich, weil ein gemeinsamer Boden fehlte, und ein solcher kann keine Vorstellung im Sinne der Psychologie sein. Es gäbe keine Logik, die berufen wäre, Schiedsrichterin im Streite der Meinungen zu sein.” **GGA**, p. XIX.

<sup>166</sup> FREGE, **IL**, p. 18. **LU**, p. 36. “Scheinbehauptung”.

<sup>167</sup> FREGE, **IL**, p. 13. **LU**, p. 32. “Eine Vorstellung mit einem Dinge zur Deckung zu bringen, wäre nur möglich, wenn auch das Ding eine Vorstellung wäre.” Bowie observa que Schleiermacher tinha antecipado a mesma objeção em sua *Dialektik* (BOWIE, A. “The philosophical significance of Schleiermacher’s hermeneutics”, p. 78.), nela Schleiermacher escreve: “Pode-se dizer, a concordância do pensamento com o ser é um pensamento vazio por causa da absoluta diversidade e incomensurabilidade de ambos.” (“Man könnte sagen, Übereinstimmung des Gedankens mit dem Sein sei ein leerer Gedanke wegen absoluter Verschiedenartigkeit und Inkommensurabilität beider.” SCHLEIERMACHER, F. D. E. *Dialektik* (Band 1), p. 190; § 101. Tradução minha.)

<sup>168</sup> Cf. FREGE, **PLB**, p. 35. **GGA**, p. XXI.

de representações, “mas coisas, propriedades, conceitos e relações.”<sup>169</sup> A longa, porém muito elucidativa passagem seguinte deixa claro o que significa conhecer da perspectiva não-subjetivista fregeana, vejamos:

Se queremos sair do subjetivo, devemos conceber o conhecimento como uma atividade que não produz o conhecido, mas que agarra (*ergreift*) algo que já existe. A imagem do agarrar é muito adequada para explicar a questão. Se eu agarro um lápis, ocorrem em meu corpo certos processos: excitações nervosas, alterações na tensão e na pressão dos músculos, tendões e ossos, modificações na circulação sanguínea. Mas, o conjunto desses processos não é o lápis, nem o produz. Este subsiste independente de tais processos. E é essencial para o agarrar que haja aí algo que seja agarrado; as modificações internas por si só não são o agarrar. Assim, também, o que apreendemos mentalmente subsiste independentemente dessa atividade, das representações e suas modificações, que pertencem ou acompanham essa apreensão; não é nem a totalidade desses processos, nem é produzido por eles como parte de nossa vida mental.<sup>170</sup>

Quando esse agarrar se dá no âmbito do conhecimento produzido de acordo com as leis lógicas, segundo Rivenc, a teoria fregeana teria enfocado uma relação mais forte do que a de consequência, ela seria a

---

<sup>169</sup> FREGE, **SLS**, p. 23. “Beim Denken werden nicht eigentlich Vorstellungen verknüpft, sondern Dinge, Eigenschaften, Begriffe, Beziehungen.

<sup>170</sup> FREGE, **PLB**, p. 39. “Wenn wir überhaupt aus dem Subjectiven herauskommen wollen, so müssen wir das Erkennen auffassen als eine Thätigkeit, die das Erkannte nicht erzeugt, sondern das schon Vorhandene ergreift. Das Bild des Ergreifens ist recht geeignet, die Sache zu erläutern. Wenn ich einen Bleistift ergreife, so geht dabei in meinem Leibe mancherlei vor: Nervenerregungen, Veränderungen der Spannung und des Druckes von Muskeln, Sehnen und Knochen, Veränderungen der Blutbewegung. Aber die Gesamtheit dieser Vorgänge ist weder der Bleistift, noch erzeugt sie ihn. Dieser besteht unabhängig von diesen Vorgängen. Und es ist wesentlich für das Ergreifen, dass etwas da ist, was ergriffen wird; die innern Veränderungen allein sind das Ergreifen nicht. So besteht auch das, was wir geistig erfassen, unabhängig von dieser Thätigkeit, von den Vorstellungen und deren Veränderungen, die zu diesem Erfassen gehören oder es begleiten, ist weder die Gesamtheit dieser Vorgänge, noch wird es durch sie als Theil unseres seelischen Lebens erzeugt.” **GGA**, p. XXIV.

relação de dedutibilidade, porque nela B não é consequência de A, antes B é derivado de A, pois o que está em jogo ali é

a relação que tem lugar entre afirmações, A e B, a qual permite postular ou separar B da base de A. É em virtude desta relação que, A sendo verdadeira, segue-se B (cf. § 6 da *Begriffsschrift*, por exemplo). Assim, movemo-nos, em lógica, de verdadeiro para verdadeiro. É neste sentido que a lógica de Frege é uma lógica da ciência e não uma ficção.<sup>171</sup>

Diante disso, segue-se a exigência da atribuição rigorosa de referência para os termos. Este movimento de uma verdade para outra verdade conduzida pela dedutibilidade (ou derivabilidade) de conteúdo revela a produção de conhecimento objetivo por meio das fórmulas inferenciais. Com isso, a linguagem de fórmulas fregeana dá um passo além de todo psicologismo e empirismo, já que as verdades resultantes de consequências lógicas não necessitam do apelo à dimensão empírica muito menos à dimensão das representações, produzindo novos conhecimentos apenas pela via dedutiva. Prado, com razão, nomeia este feito fregeano como “o ‘Elogio da razão pura’”, elogio este que culmina em “uma revalorização epistemológica da razão pura enquanto faculdade cognitiva apta a proporcionar conhecimentos extensivos e não meramente explicativos, o que se dará no reino da lógica e da aritmética.”<sup>172</sup>

Concordamos com Sluga que, na *Conceitografia*, em momento algum há a preocupação em explicitar uma teoria acerca dos conceitos de verdade e falsidade, mas disto não se segue nosso acordo com Sluga quando este defende que os conceitos de falsidade e verdade estariam completamente ausentes da *Conceitografia*<sup>173</sup>, pois não é isso o que encontramos nela, eles apenas não são tematizados ali. Já que por seis vezes é utilizado o conceito de verdade (“*Wahrheit*”), quatro delas no

<sup>171</sup> RIVENC, F. “Husserl, With and Against Frege”, p. 100. Tradução minha. “a relation which takes place between two utterances, A and B, and which permits positing or detaching B on the basis of A. It is in virtue of this relation that, A being true, B follows (cf. §6 of the *Begriffsschrift*, for example). Thus we move, in logic, from true to true. It is in this sense that for Frege logic is a logic of science and not of fiction.”

<sup>172</sup> PRADO, L. L. “Frege e o ‘Elogio da Razão Pura’”, p. 268.

<sup>173</sup> Cf. SLUGA, H. “Frege on Meaning”, p. 22.

“Prefácio”, mais propriamente na defesa da existência de verdades científicas que em partes apenas podem ser provadas por apelo à demonstração lógica. As poucas menções de que há frases falsas e verdadeiras são suficientes para nos contrapormos neste ponto à mencionada defesa de Sluga da ausência dos conceitos de verdade e falsidade, o mais correto talvez seja arguir que os conceitos de verdade e falsidade usados na *Conceitografia*, incluem-se entre aqueles conceitos que o próprio Sluga diz que Frege toma como dados pelo seu contexto filosófico de formação acadêmica.

Frege ressalva que estaria satisfeito com o sucesso de sua linguagem de fórmulas como um instrumento mesmo se este não conduzisse a novas verdades. Se assim tivesse ocorrido, a linguagem de fórmulas de Frege seria epistemologicamente neutra, mas ela conduziu ao conhecimento de novas verdades por via da dedutibilidade com base em sua axiomática<sup>174</sup>, aquelas verdades que são mencionadas no § 6 da *Conceitografia*, as quais são conquistadas pelos modos de inferência. Segundo Novaes,

Para Frege, a lógica é um instrumento epistemológico que permite a produção de novo conhecimento, a qual ocorre quando uma pessoa efetua a passagem inferencial de juízos (premissas) para novos juízos (conclusão), a passagem em si mesma será um juízo também. Deste modo, o objetivo de Frege era a clareza epistemológica, não o ‘raciocínio mecânico’ por si mesmo, embora o requisito para que não oculte considerações conteudísticas seja incorporado na aplicação de regras poder ser lido como uma demanda para uma aplicação ‘maquínica’ de regras. Deste modo, alguém pode dizer que o formal como computável não era um fim em si

---

<sup>174</sup> Heis afirma que o primeiro a ir para além de questões envolvendo o mero pensamento e questões metafísicas no âmbito da lógica foi Schleiermacher em sua *Dialektik* ao incluir a questão do conhecimento enquanto concebeu a lógica como um “organon” (como um instrumento necessário para o desenvolvimento do conhecimento), opondo-se a Kant que a concebeu apenas como um mero “canon” (conjunto de regras). A teoria de Schleiermacher foi seguida por lógicos alemães como Trendelenburg, Lotze, Sigwart e Ueberweg (cf. HEIS, J. *Attempts to Rethink Logic*, 109-110).

para Frege, mas antes um meio em direção à transparência epistêmica.<sup>175</sup>

Então, o grande ganho com a adoção de uma linguagem construída conscientemente de forma completamente formalizada é a possibilidade que se abre de controlarmos a sua aplicação. Esse controle é possibilitado pela adoção de rigorosos fundamentos lógicos na sua construção, uma vez que em uma linguagem de fórmulas os sinais não apresentam variabilidade de usos, não são polissêmicos.

De acordo com a teoria fregeana, a linguagem de fórmulas tem o papel de ser uma substituição à língua e ao mesmo tempo um instrumento auxiliar seguro para substituir as linguagens científicas imperfeitas anteriores na esfera científica. Dessa forma, deixamos claro que o objetivo fregeano com a construção de uma linguagem de fórmulas não é a substituição da língua por uma linguagem de fórmulas, mas substituir aquela por esta em partes dos âmbitos científicos, nos quais suas linguagens formulares estão permitindo obscuridades no pensar e conseqüentemente o surgimento de mal-entendidos. Mas ela não se limita a isso, ela pode ser usada como instrumento intersubjetivo para a explicitação de conteúdos semânticos divergentes para além da esfera científica. Onde está em jogo a verdade, independentemente de ser uma área científica ou não, e se quer ter em conta conteúdos objetivos para além do sentido, ou seja, onde também se almeja ter em consideração o significado, ali está uma possibilidade de aplicação da linguagem de fórmulas fregeana. Uma linguagem auxiliar é um instrumento de exposição dos pensamentos sem as vestimentas coloridas das línguas; assim, uma linguagem auxiliar fornece a possibilidade de chegarmos a resultados claros e objetivos quando a aplicamos em um âmbito específico. Isso fica explícito já na *Conceitografia*: ali, a linguagem de fórmulas teve “um objetivo científico determinado para servir como meio de auxílio, que por isso não se pode condená-la

---

<sup>175</sup> NOVAES, C. D. *Formal Languages in Logic*. A Philosophical and Cognitive Analysis, p. 19-20. Tradução minha. “For Frege, logic is an epistemological tool allowing for the production of new knowledge, which takes place when a person effects the inferential passage from judgments (premises) to new judgments (conclusion), the passage itself being a judgment as well. Thus, Frege’s goal was epistemological clarity, not ‘mechanical reasoning’ as such, although the requirement that no hidden contentual considerations be incorporated into the application of rules can be read as a demand for a ‘mechanical’ application of rules. Thus, one may say that the formal as computable was not an end as such for Frege, but rather a means towards epistemic transparency.”

porque não serve para nada mais.”<sup>176</sup>

Na perspectiva fregeana, uma eficiente linguagem de fórmulas deverá possuir uma gramática bem construída, isto consiste na apresentação de um alfabeto (sua sintaxe) e, além disso, deverá determinar claramente regras para dizer que tipo de expressão deverá ser considerada válida em oposição a outras que não passarão de um mero amontoado de sinais, sem consequências no interior do sistema inferencial, sendo descartadas por serem desprovidas de sentido, e, conseqüentemente, não poderem receber um valor de verdade – seu significado. Essas medidas permitirão formular expressões bem formadas para o desenvolvimento de cálculos lógicos. O grande ganho com este tipo de linguagem de fórmulas está no fato dela garantir a univocidade de cada determinado sinal, ou seja, no interior de um domínio de expressão um sinal específico designará sempre o mesmo significado, independentemente de onde o sinal ocorra.

Esta invariabilidade pré-estabelecida dos sinais fornece a garantia de contarmos com um rigoroso controle sobre nossas inferências, fornecendo assim a possibilidade da confirmação através de demonstrações. Todo o aparato de controle da linguagem de fórmulas de Frege permite que ela seja utilizada como um instrumento para aplicações restritas em âmbitos do conhecimento científico, nos quais se exige um rigoroso controle de seus dados, perante a exigência da obtenção de resultados precisos. O grande proveito com o uso de uma linguagem de fórmulas consiste em podermos contar com a garantia de demonstrar tais resultados. Com isso, Frege tinha como objetivo dar clareza e distinção aos conceitos através dos quais os matemáticos desenvolvem seu trabalho, fundamentando-os em uma linguagem de fórmulas clara, objetiva, com critérios formais rigorosos e livres de ambigüidades.

Assim, a linguagem de fórmulas de Frege é um instrumento lógico, é uma linguagem lógica rigorosa que possibilita exibir os pensamentos em sua estrutura e seus conteúdos conceitual/objetual sem os termos equívocos e intransparentes de uma língua; através de seus modos de apresentação temos diretamente o conteúdo, não temos que interpretá-los, uma vez que seu modo claro de apresentação não permite

---

<sup>176</sup> FREGE, **BEG**, p. XI. Tradução minha. “So ist diese Begriffsschrift ein für bestimmte wissenschaftliche Zwecke ersonnenes Hilfsmittel, das man nicht deshalb verurtheilen darf, weil es für andere nichts taugt.”

que tenhamos dúvidas. Com a linguagem de fórmulas, buscou-se a resolução do problema da pluralidade das línguas, da ambiguidade e da polissemia delas, bem como se buscou a resolução de problemas semelhantes encontráveis também nas linguagens científicas construídas a partir das estruturas gramaticais das línguas, visando à expressão completamente clara de conteúdos para pelo menos parte do âmbito científico e onde quer que esteja em consideração o ser verdadeiro de um conteúdo.

Com a teoria fregeana, aprendemos como fazer ciência rigorosa a partir do terreno comum da intuição linguística de nossas próprias línguas em vista de ultrapassar o poder dessas de expressabilidade da verdade – do verdadeiro – através da construção a partir daquelas de um “meio de auxílio” (“*Hilfsmittel*”<sup>177</sup>), o qual se trata de uma linguagem emergente, emergente como um “produto humano”, cultural, como é expresso por Angelelli<sup>178</sup>; produto este que surge como um puro instrumento construído sobre tomadas de decisões a partir do que se mostrou como os mais básicos princípios lógicos e semânticos claros à razão humana pertencente à tradição proveniente desde Aristóteles. Seguindo parte desses princípios para construí-la e expandi-la, e inovando em termos de conceitos lógicos de análise de conteúdos, a linguagem de fórmulas de Frege, ou um desenvolvimento dela, é universal porque pode expressar toda frase científica assertiva na estrutura de argumento/função, ou seja, toda frase afirmativa ou negativa que pode ser asserida como verdadeira, mantendo completamente claro o conteúdo conceitual em sua universalidade.

### 2.3 O PRINCÍPIO DO CONTEXTO E A QUESTÃO DA SIGNIFICAÇÃO

Vimos que na linguagem de fórmulas de Frege há letras que marcam lugares para argumentos e funções, i.e., para designar conteúdos de objetos e conceitos, respectivamente. Bem como, notamos que os conteúdos semânticos que ocupam esses espaços são provenientes de outros modos de expressão como o de uma língua ou o

---

<sup>177</sup> FREGE, **BEG**, p. XI.

<sup>178</sup> Cf. ANGELELLI, I. “Lógica y lenguaje en la historia de la filosofía. Los sentidos del verbo ‘ser’”, p. 19-20.

de uma linguagem instrumental científica qualquer como são os conteúdos expressos pela linguagem da aritmética e de outras linguagens instrumentais. Também percebemos nas partes anteriores deste capítulo que tanto as línguas quanto as linguagens matemáticas e lógicas antecedentes à linguagem de fórmulas de Frege não eram nada confiáveis para a expressão dos pensamentos, principalmente porque a expressão destas outras em partes é realizada através de uma língua. Esta não assegura a ausência de problemas de expressão, tais como a ambiguidade<sup>179</sup>, a existência de lacunas através do uso de premissas implícitas, bem como por serem insuficientes, pois não podemos expressar determinados conteúdos das linguagens científicas através de uma língua, já que não temos como manter a univocidade desses conteúdos. Já vimos que estes conteúdos apreendidos, a partir de frases dessas outras linguagens, são dispostos na linguagem de fórmulas de Frege de acordo com a estrutura lógica de argumento/função. Diante disso, emerge a pergunta: como a teoria fregeana resolveu os problemas inerentes às línguas e às linguagens científicas plasmadas pelas estruturas daquelas no momento de identificar e transcrever esses dados lógicos das linguagens imperfeitas para a linguagem de fórmulas sem conduzir os problemas delas para a linguagem de fórmulas? Como a teoria fregeana resolve as ambiguidades de expressão da língua e das linguagens científicas plasmadas próximas à primeira, as quais permitem confundir por vezes conceito com objeto, o sinal com o objeto, o conceito com representações, objetos com representações sem apelar para o fisicalismo ou ao psicologismo?

As respostas a essas perguntas são o cerne desta parte deste capítulo. Resumindo de forma concentrada parte do que vimos até agora e introduzindo a questão deste subcapítulo, na interpretação de Braidá, argumenta-se em favor de que o que encontramos na teoria fregeana é o

problema de explicitar a diferença entre a função semântica da expressão conceitual em relação àquelas expressões em função designativa de objetos. Frege explicitou essa diferença de função

---

<sup>179</sup> Um exemplo fornecido por Frege é Boole. Segundo Frege, a linguagem de fórmulas de Boole usa sinais tanto com sentido lógico quanto aritmético, ademais não apresenta sinais para simbolizar os indivíduos, portanto, não faz a diferença entre conceito e objeto; além disso, a teoria booleana não faz a diferença entre as relações de um objeto cair sob um conceito e a de um conceito ser subordinado a outro conceito. Cf. FREGE, *OPE*, p. 182, 183, 184. BEG, p. 98, 99, 100. Cf. SLUGA, H. “Frege Against the Booleans”.

semântica introduzindo os conceitos de função e de argumento como conceitos utilizados na análise do conteúdo semântico de uma frase que está em relações de implicação e acarretamento com outras frases em função de seu valor de verdade. O ponto central é a introdução da análise em termos de função e argumento junto com a tese da prioridade do juízo sobre o conteúdo, mas esta fundada na propriedade de ter um valor de verdade. Essa é a novidade de Frege frente a tese de Schleiermacher e outros que já haviam proposto essa tese,<sup>180</sup> pois eles não associavam seu princípio da prioridade do juízo sobre suas partes ao conceito de ser capaz de ser avaliado como verdadeiro ou falso.<sup>181</sup>

Essa prioridade do juízo é desenvolvida de maneira clara na concepção fregeana através do dito princípio do contexto introduzido inicialmente para dar conta de responder como os números são dados como objetos lógicos. No entanto, sua aplicação não se restringiu a essa

---

<sup>180</sup> “Na edição de 1874 do *Der System der Logik*, Ueberweg considera o problema da prioridade do conceito em relação ao juízo; cita Schleiermacher como defensor da tese da mútua dependência (p. 153, §66), indicando que George, Sigwart e Hartsen concebiam a teoria do juízo como anterior à teoria do conceito. Ele mesmo defende que os conceitos ou representações são anteriores, no sentido de que o juízo é uma síntese de representações, mas aceitava como válida a tese da mútua dependência quando se tratasse de sistemas completos de ciência. Esta última posição foi claramente defendida por Frege no texto “Über das Trägheitgesetz”, de 1891, e nos textos de 1879 a 1884, defendeu claramente a precedência do juízo sobre suas partes.” (BRAIDA, C. R. “Sobre o conceito de conceito em Frege”). Em *Hermenêutica e crítica*, Schleiermacher defendeu a frase como unidade minimal para o compreender: “Satz als Einheit ist auch das kleinste für das Verstehen und Mißvertehen” (SCHLEIERMACHER, HK, p. 98. *Hermenêutica e crítica* (p. 121).

Segundo Hermes, Kambartel e Kaulbach, Heinrich Scholz confirma que Frege leu Ueberweg – Scholz foi o primeiro a receber os escritos póstumos de Frege do filho adotivo deste, Alfred Frege – segundo aqueles, “Nell’elenco di Scholz sono menzionati anche le note e gli appunti che Frege aveva tratto da opere di Erdmann, Helmholtz, Herbart, Keferstein, Kronecker, Leibniz, Mill, Schlämilch, Schuppe, Snell e Ueberweg, nonché diciotto pagine di appunti sulla Logik di Christoph Sigwart.” (HERMES, H.; KAMBARTEL, F.; KAULBACH, F., “Premessa dei Curatore”, p. 13). Para Milkov, “the Aristotelian Renaissance itself was part and parcel of a massive movement against Kant’s formalism that was started in Germany by Friedrich Schleiermacher and was continued by such philosophers and logicians like Trendelenburg, Lotze and also Frege. The latter, in particular, insisted that his logic, in contrast to that of George Boole, is not formal but logic of content.” (MILKOV, N. “Carl Stumpf’s Debt to Hermann Lotze”, p. 5.)

<sup>181</sup> BRAIDA, C. R. “Sobre o conceito de conceito em Frege”. (Ensaio em preparação).

tarifa, sua primeira formulação indica seu caráter metodológico aplicativo geral. Apesar de este princípio ser conhecido com este nome apenas depois de Frege, seu uso e formulação, como indica Braid, remetem aos primeiros momentos da emergência da hermenêutica filosófica de Schleiermacher, este que parece ter sido o primeiro a começar a questionar a primazia dos conceitos sobre o juízo<sup>182</sup>, problema este desenvolvido nas teorias lógicas e nas teorias do juízo a partir do século XIX.

Apesar de apelos ao contexto frasal terem sido realizados na *Conceitografia*, a formulação fregeana do princípio do contexto de forma clara e tida como clássica se deu apenas em *Os Fundamentos da Aritmética*. Nele, a aplicação do princípio do contexto foi realizada para determinar o significado de ocorrências numéricas numa frase. Como na língua, a mudança de uso dos sinais não é na maioria dos casos introduzida previamente, ou seja, não se trata de um ato sempre consciente, de uma convenção. Cientes disso, surgiu a necessidade de levarmos em consideração um princípio auxiliar que permita a compreensão do uso de um sinal numa frase, ou seja, que possibilite sanar as dificuldades impostas pela polissemia das línguas e das linguagens lógicas, filosóficas e científicas plasmadas em partes a partir das línguas, enquanto elas não possuem modos de sempre deixar claro quando se está a tratar de conceitos, de objetos, de sinais e de representações. Para a tarefa fregeana, estas distinções são de suma importância, enquanto as três primeiras são objetivas e, portanto, são dignas de investigação lógica, a quarta é considerada *objeto* de estudo

---

<sup>182</sup> Schleiermacher já tinha fornecido as seguintes formulações muito aproximadas às formulações fregeanas: Em tradução minha: “O sentido de cada palavra em uma dada passagem deve ser determinado conforme sua colaboração com aquelas que a cercam.” („Der Sinn eines jeden Wortes an einer gegebenen Stelle muß bestimmt werden nach seinem Zusammensein mit denen, die es umgeben.“ SCHLEIERMACHER, F. D. E. *Hermeneutik und Kritik*, p. 116. Cf. SCHLEIERMACHER, F. D. E. *Hermenêutica e crítica*, p. 140.) “Em muitos casos, pode-se certamente provar que uma palavra não pode ter senão um significado bem determinado em um dado contexto” (SCHLEIERMACHER, *Hermenêutica*, p. 35. “Man kann in vielen Fällen wohl beweisen – [...] –, daß ein Wort in einer gegebenen Verbindung keine andere als eine bestimmte Bedeutung haben könne;” SCHLEIERMACHER, *Hermeneutik und Kritik*, p. 317). Observa-se que, ao contrário das formulações do princípio do contexto de *Os Fundamentos da Aritmética*, Schleiermacher deixa margem para exceções. Schleiermacher se utiliza do princípio de forma continuamente abrangente. Explicamos: através dele se busca o significado de uma palavra no contexto de uma frase, a da frase num contexto ainda mais amplo, ampliando até a compreensão do significado dos planos da ação do autor do texto e do significado do autor para uma época, para um gênero literário, e porque não para a literatura universal, ou seja, envolvendo o contexto de proferimento e de recepção.

da psicologia, pois ali o que está em questão são aspectos relativos ao sentir e ao imaginar, não ao domínio lógico – o domínio inferencial dedutivo. Numa nota no § 27 de *Os Fundamentos da Aritmética* fica claro que não devemos confundir a representação de uma posição com a própria posição, para superar essa ambiguidade, temos de ter em conta a seguinte diferença:

Representação em sentido subjetivo é aquilo a que se referem às leis psicológicas da associação; sua natureza é sensível, figurativa. Representação em sentido objetivo pertence à lógica, sendo essencialmente não sensível, embora a palavra que significa uma representação objetiva freqüentemente carregue consigo também uma subjetiva, que não é contudo seu significado. A representação subjetiva, na maioria dos casos, é nitidamente diferente em diferentes pessoas, a objetiva é a mesma para todas. As representações objetivas podem-se classificar em objetos e conceitos. Para evitar confusão, empregarei ‘representação’ apenas em sentido subjetivo.<sup>183</sup>

No momento, vamos dizer que as “representações” objetivas, os modos de dar-se intersubjetivos são as representações simbólicas dos conteúdos semânticos dos objetos e dos conceitos, os quais podem variar quando particionamos uma frase, pois o que por ora tomamos como conceito e o que tomamos como objeto pode mudar. Isso é explicitado em outra nota de *Os Fundamentos da Aritmética*:

Conceito é, para mim, um predicado possível de um conteúdo judicável singular, objeto um sujeito possível de tal conteúdo. Se na proposição ‘a direção do eixo do telescópio é igual à direção do

---

<sup>183</sup> FREGE, FA, p. 231. GLA, p. 59; § 27. “Die Vorstellung im subjektiven Sinne ist das, worauf sich die psychologischen Assoziationsgesetze beziehen; sie ist von sinnlicher, bildhafter Beschaffenheit. Die Vorstellung im objektiven Sinne gehört der Logik an und ist wesentlich unsinnlich, obwohl das Wort, welches eine objektive Vorstellung bedeutet, oft auch eine subjektive mit sich führt, die jedoch nicht seine Bedeutung ist. Die subjektive Vorstellung ist oft nachweisbar verschieden in verschiedenen Menschen, die objektive für alle dieselbe. Die objektiven Vorstellungen kann man einteilen in Gegenstände und Begriffe. Ich werde, um Verwirrung zu vermeiden, „Vorstellung“ nur im subjektiven Sinne gebrauchen.”

eixo da Terra' encarmos a direção do eixo do telescópio como sujeito, o predicado será 'igual à direção do eixo da Terra'. Este é um conceito. Mas a direção do eixo da Terra será apenas uma parte do predicado, será um objeto, pois poderá também ser convertido em sujeito.<sup>184</sup>

Como base para o estabelecimento destas distinções fregeanas de conceito e objeto, três princípios foram listados, os quais foram nomeados de princípios fundamentais ("*Grundsätze*") de seu operar explicitativo-constutivo das linguagens, a saber:

É precisamente separado o psicológico do lógico, o subjetivo do objetivo;  
deve-se perguntar pelo significado das palavras no contexto da frase, não no seu isolamento;  
é para não perder de vista a distinção entre conceito e objeto.<sup>185</sup>

Não é dito que o segundo princípio seja o mais fundamental, mas há uma hierarquia desses princípios que se faz notar, pois no mesmo contexto é dito que a não observância do segundo princípio implicaria necessariamente a impossibilidade do estabelecimento da distinção enunciada no primeiro princípio (*Princípio de distinção entre o lógico e o psicológico*). Assim, a efetivação da distinção enunciada no primeiro princípio requer a aplicação do segundo princípio. Com a aplicação deste, separamos o que importa para o âmbito lógico (o conteúdo conceitual) do joio psicológico (as representações).

O princípio do contexto consiste na tese de que todo dado linguístico a ser analisado tem de ser verificado no contexto de uma frase. A interpretação de Dummett considera este dado apenas do ponto

---

<sup>184</sup> FREGE, FA, p. 256. GLA, p. 98; § 66. "Begriff ist für mich ein mögliches Prädikat eines singulären beurtheilbaren Inhalts, Gegenstand ein mögliches Subjekt eines solchen. Wenn wir in dem Satze „Die Richtung der Fernrohrachse ist gleich der Richtung der Erdachse“ die Richtung der Fernrohrachse als Subjekt ansehen, so ist das Prädikat „gleich der Richtung der Erdachse“. Dies ist ein Begriff. Aber die Richtung der Erdachse ist nur ein Teil des Prädikates; sie ist ein Gegenstand, da sie auch zum Subjekte gemacht werden kann."

<sup>185</sup> FREGE, FA, p. 208. FREGE, GLA, p. 23. "Es ist das Psychologische von dem Logischen, das Subjektive von dem Objektiven scharf zu trennen; Nach der Bedeutung der Wörter muß im Satzzusammenhange, nicht in ihrer Vereinzelung gefragt werden; Der Unterschied zwischen Begriff und Gegenstand ist im Auge zu behalten."

de vista lógico, pois, corretamente, segundo ela, “Perguntar pelo significado de uma palavra no contexto de uma frase em que ela pode ocorrer é explicá-la em termos de sua contribuição para o que é requerido para determinar uma frase como verdadeira.”<sup>186</sup> Este procedimento descrito por Dummett consiste na novidade fregeana perante a tradição antecedente. Ademais, a aplicação do princípio do contexto também fornece a explicitação da contribuição do conteúdo de uma palavra a uma frase que não podemos asserir.

Com isso, o viés fregeano estava a rechaçar os apelos fisicalistas dos matemáticos daquele tempo; os quais, seguindo Mill, confundiam conceito com objeto. Bem como, Frege estava a recusar o apelo ao psicologismo dos lógicos, como o elaborado na teoria de Stricker que confundiria os objetos com as representações mentais. Na concepção fregeana, apenas se é capaz de evitar a confusão entre os âmbitos do psicológico (subjetivo) com o do lógico (objetivo) constituído de funções e argumentos (de designações de objetos efetivos e não-efetivos) quando levamos em consideração que o significado de uma palavra não se dá de forma isolada, podendo ser esclarecido apenas no contexto de uma frase, onde se pode chegar ao significado claro em que a palavra está sendo empregada. Assim, é elegido um terceiro âmbito de doação de sentido e conteúdo, que não é nem o dos objetos físicos nem o âmbito imanente das representações, mas o âmbito efetivo de frases de uma linguagem qualquer, a partir da unidade mínima de uma frase. Deste modo, dá-se o deslocamento da análise semântica da palavra para a unidade da frase. É o que é melhor explicitado na seguinte passagem de *Os Fundamentos da Aritmética*:

Deve-se porém atentar sempre a uma frase completa. Apenas nela têm as palavras propriamente um significado. As imagens internas que porventura nos venham à mente não precisam corresponder a elementos lógicos do juízo. É suficiente que a frase como um todo tenha sentido; isto faz com que também suas partes ganhem conteúdo.<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup> DUMMETT, M. *Frege: Philosophy of Mathematics*, p. 21-22. Tradução minha. “To ask after the meaning of a word in the context of a sentence in which it may occur is to explain it in terms of its contribution to what is required to determine such a sentence as true.”

<sup>187</sup> FREGE, FA, p. 252-3. FREGE, GLA, p. 92-3. § 60. “Man muß aber immer einen vollständigen Satz ins Auge fassen. Nur in ihm haben die Wörter eigentlich eine Bedeutung.

Em *Os Fundamentos da Aritmética*, além das duas formulações já citadas, encontramos mais três formulações distintas do princípio em mais quatro ocorrências dele, nem todas as formulações dizem o mesmo. Estas têm um carácter mais restritivo, pois elas foram ali introduzidas para determinar o significado dos numerais numa frase; no entanto, o princípio do contexto não se restringe a esse escopo, tendo aplicação para a determinação do conteúdo semântico em geral, vindo a ser um princípio metodológico e semântico de suma importância no desenvolvimento da posterior filosofia da linguagem, sendo ponto de partida para obras de peso na filosofia posterior<sup>188</sup>.

Como já vimos acima, em *Os Fundamentos da Aritmética*, a primeira formulação do princípio do contexto está na “Introdução”. Esta se trata da formulação mais geral, a qual versa que “deve-se perguntar pelo significado das palavras no contexto da frase, não no seu isolamento”<sup>189</sup>. Ela é a formulação mais conhecida deste princípio. Tanto Braida<sup>190</sup> quanto Stainton<sup>191</sup> a qualificam de metodológica, assim o fazem por ela ter sido formulada como uma exigência, como um imperativo. Ela fora repetida através de uma nova vestimenta quase ao final da obra já sob um carácter de revisão do seu feito até aquela altura, no § 106. As duas formulações já citadas deixam clara a recusa ao apelo ao conteúdo das representações como significados das palavras.

Nas demais formulações, podemos perceber o foco aplicativo do princípio do contexto com o qual, num único golpe, atinge-se tanto o psicologismo quanto a mais enganosa alternativa a ele, o fisicalismo. Nelas fica ainda mais claro o que se estava querendo evitar com a introdução deste princípio, onde ele foi aplicado para não permitir que as palavras (termos singulares) que se referem a números recebessem conteúdos fisicalistas ou psicologistas como determinantes de seus significados, eis a formulação:

Die innern Bilder, die uns dabei etwa vorschweben, brauchen nicht den logischen Bestandtheilen des Urtheils zu entsprechen. Es genügt, wenn der Satz als Ganzes einen Sinn hat; dadurch erhalten auch seine Teile ihren Inhalt.”

<sup>188</sup> Ex.: Wittgenstein (*Tractatus logico-philosophicus*), Puntel (*Estrutura e Ser*).

<sup>189</sup> FREGE, FA, p. 208. “Nach der Bedeutung der Wörter muß im Satzzusammenhange, nicht in ihrer Vereinzelung gefragt werden”. FREGE, GLA, p. 23.

<sup>190</sup> BRAIDA, C. R. “A análise lógico-semântica de linguagem e as teorias de G. Frege”, p. 83.

<sup>191</sup> STAINTON, R. J. “Context Principle”.

Estabelecemos então o princípio de que *o significado de uma palavra não deve ser definido isoladamente, e sim no contexto de uma frase*, cuja obediência basta, creio eu, para evitar a concepção física do número sem recair na psicológica.<sup>192</sup>

Com essa exigência metodológica, evita-se a recorrência à atribuição de significados a palavras isoladas, procedimento este quase sempre completamente aberto à aleatoriedade fiscalista ou à fantasia psicologista, principalmente nas línguas.

Quando lemos o ensaio intitulado *Ueber formale Theorien der Arithmetik* (“Sobre as teorias formais da aritmética”), de 1885, entendemos muito melhor a importância dada ao conceito de número para o projeto fregeano, bem como o papel a ser desempenhado pela linguagem de fórmulas desenvolvida na *Conceitografia*, e, assim como, as tomadas de decisões de *Os Fundamentos da Aritmética*. Naquele ensaio, deparamo-nos com a argumentação acerca do motivo pelo qual se deu preferência a uma abordagem conteudística da lógica ante uma meramente formalista:

De todas as razões que falam a favor desta visão [conteudística], aqui eu quero apenas mencionar uma, aquela que está baseada na ampla aplicabilidade das teorias aritméticas. Na realidade, pode-se tão simplesmente contar tudo o que pode ser objeto do pensar: ideal tão bem quanto real, conceitos quanto coisas, temporal tão bem quanto espacial, eventos quanto corpos, métodos tão bem quanto teoremas; também os próprios números pode-se contar novamente.<sup>193</sup>

---

<sup>192</sup> FREGE, FA, p. 280-1. Grifo meu. “Wir stellen nun den Grundsatz auf, daß die Bedeutung eines Wortes nicht vereinzelt, sondern im Zusammenhange eines Satzes zu erklären sei, durch dessen Befolgung allein, wie ich glaube, die physikalische Auffassung der Zahl vermieden werden kann, ohne in die psychologische zu verfallen.” FREGE, GLA, p. 136.

<sup>193</sup> FREGE, KS, p. 103. Tradução minha. „Von allen den Gründen, welche für diese Ansicht sprechen, will ich nur einen hier anführen, der auf der umfassenden Anwendbarkeit der arithmetischen Lehren beruht. In der Tat kann man so ziemlich alles zählen, was Gegenstand des Denkens werden kann: Ideale so gut wie Reales, Begriffe wie Dinge, Zeitliches so gut wie Räumliches, Ereignisse wie Körper, Methoden so gut wie Lehrsätze; auch die Zahlen selbst kann man wieder zählen.“

Se as teorias aritméticas se aplicam a tudo, consequentemente seu conceito mais básico, o de número, também se aplica a tudo; logo surge a necessidade de uma fundação puramente lógica para que esta ampla aplicabilidade seja demonstrada de forma rigorosa em seus conceitos e objetos lógicos mais fundamentais. A expressabilidade da aplicabilidade universal desses tipos de conteúdos objetivos é na verdade o traço mais universal buscado através das possibilidades de expressabilidade da linguagem de fórmulas fregeana, ele é o traço que soluciona a falta de adequabilidade das línguas. A universalidade buscada com a linguagem de fórmulas fregeana é a capacidade de expressar a aplicabilidade universal do conteúdo expressado<sup>194</sup>.

Como vimos, em *Os Fundamentos da Aritmética*, a introdução do princípio do contexto serviu para dar conta de uma tarefa bem particular, a de determinar a significatividade dos numerais<sup>195</sup>, ou seja, apresentou o modo de designação dos objetos não-efetivos, como forma de recusar qualquer apelo a explicações fisicalistas ou psicológicas para a significatividade dos nomes desse tipo de objetos. Assim, elegeu-se o âmbito da frase, de uma linguagem qualquer, como a dimensão de doação de conteúdo aos considerados objetos não-efetivos<sup>196</sup>, dos quais cujos conteúdos apenas se dão no interior de uma frase. Vimos, anteriormente, a indicação da referencialidade dos arbitrários sinais para os objetos efetivos como o fator de determinação da significatividade linguística desses sinais; já que, diante da arbitrariedade do sinal, não há uma ligação essencial entre a coisa e o sinal, portanto o objeto não é dado conceitualmente de modo completo pelos sinais que remetem a ele.

Em “Função e conceito”, fica-nos claro que não podemos fazer uma análise lógica do objeto, dizer o que ele é por uma via positiva, apenas podemos fazer uma aproximação ao objeto ao dizermos o que o objeto não é<sup>197</sup>. Diante desta indefinibilidade do objeto (o que já tinha sido indicado no “Prefácio” da *Conceitografia* no anúncio da não-pretensão de dar conta do conceito de forma a expor todas as suas notas); sob a perspectiva de Braidida, assim podemos perceber que a concepção fregeana indica para dois princípios semânticos diferentes de doação (“*Gegebenheit*”), um para os objetos efetivos através de um

<sup>194</sup> Cf.: LEGRIS, J. “On Universality and Formality in 19th Century Symbolic Logic: The Case of Schröder’s “Absolute Algebra””, p. 352-3.

<sup>195</sup> Cf. FREGE, FA, p. 253-4; § 62. GLA, p. 94.

<sup>196</sup> Cf. BRAIDA, C. R. *Ensaio semântico*, p. 14.

<sup>197</sup> Cf. FREGE, LFL, p. 96.

modelo dito referencialista; e outro para os objetos não-efetivos através de um modelo inferencialista. Neste, o objeto é apreendido apenas como dado linguístico no contexto de uma frase que se pressupõe, previamente, ser significativo<sup>198</sup>, aqui se faz valer o dito fregeano de que “Geralmente é impossível falar de um objeto sem de alguma forma indicá-lo ou nomeá-lo”<sup>199</sup>. Diante dos objetos não-efetivos então, segundo Dummett, “Frege foi o primeiro a perguntar por uma questão *não*-linguística e retornar uma resposta linguística”<sup>200</sup>, ou seja, a pôr o domínio de doação de objetividade no plano de uma frase.

Para além da determinação da significatividade dos nomes de objetos não-efetivos, como os dos números, o princípio do contexto como princípio semântico vem a corrigir, a ser uma ferramenta para dar conta da polissemia dos significados das palavras nas línguas. Mas isto não se estende apenas a frases de uma língua, pois também é usado para a determinação dos significados de partes de uma frase nas linguagens de fórmulas, como, por exemplo, nos casos em que a semântica não é dada por completo durante a construção da linguagem de fórmulas.

Scruton esclarece que a aparente contradição entre o ganho de significado das partes a partir do todo (princípio do contexto) e do todo a partir das partes (princípio composicional) é apenas aparente, visto que

Essa dependência mútua da parte do todo e do todo da parte é característica da língua. Como os lingüistas começaram a perceber, é isso que torna possível aprender a língua. Se o sentido da sentença é determinado pelo sentido de suas partes, então, conhecendo apenas um vocabulário finito, posso entender indefinidamente muitas sentenças. Meu uso da língua é automaticamente ‘criativo’ e me dá a capacidade de pensamento ilimitado.<sup>201</sup>

<sup>198</sup> Cf. BRAIDA, C. R. *Ensaio semânticos*, p. 13.

<sup>199</sup> FREGE, GLA, p. 82; § 47. Tradução minha. “Überhaupt ist es unmöglich, von einem Gegenstande zu sprechen, ohne ihn irgendwie zu bezeichnen oder zu benennen.”

<sup>200</sup> DUMMETT, M. *Frege: Philosophy of Mathematics*, p. 112. Tradução minha. Grifo do autor. “Frege was the first to ask a *non*-linguistic question and return a linguistic answer”.

<sup>201</sup> SCRUTON, R. “Frege”, p. 8. SCRUTON, R. “Frege”, p. 245. “This mutual dependence of part on whole and whole on part is characteristic of language. As linguists have begun to realise, it is what makes language learnable. If the meaning of the sentence is determined by the meaning of its parts, then, knowing only a finite vocabulary, I may yet understand

É graças a este uso criativo de forma recursiva que chegamos a nossas várias línguas, utilizando-se de uma quantidade pequena de sinais e sons, tanto de um ponto de vista sintático – composicional – quanto de um viés semântico – contextual. Mesmo numa linguagem formalizada como a da aritmética há exceções que não são composicionais como no caso, por exemplo, do numeral 111, no qual a posição sintática de cada parte determina valores diferentes para cada ocorrência de 1.

Deste modo, podemos perceber que a análise de um dado linguístico é eleita como o procedimento crítico-metodológico para explicitarmos o que estamos a dizer sobre aquilo do qual se diz algo, não confundindo jamais os limites entre o que se diz de algo com o próprio algo do qual dizemos alguma coisa, ou seja, é feita a demarcação nítida da diferença entre o linguístico e o não-linguístico.

Diante dos objetivos científicos fregeanos, a aplicação do princípio do contexto foi restrita à frase, enquanto fosse compreendida literalmente, pois estes objetivos científicos não incluíam a consideração dos pensamentos ornamentados que uma frase pudesse carregar, os ditos pensamentos secundários. Isso se dá porque numa cadeia de inferências de pensamentos “Não nos interessa aqui as intenções e motivos que teria o locutor para dizer justamente isto e não aquilo: só nos interessa aquilo que ele efetivamente disse.”<sup>202</sup>

Há várias interpretações, por exemplo, como a de Dummett, que defendem que o princípio do contexto teria sido abandonado após *Os Fundamentos da Aritmética* simplesmente por não mais ter sido usado de forma explícita. Na contramão destes, nossa posição é a de que ele jamais foi abandonado na teoria fregeana, mas sim passou a ser tomado como um princípio óbvio e sendo usado de modo tácito, implícito após *Os Fundamentos da Aritmética*. Esta interpretação se justifica porque o princípio do contexto está pressuposto em dois momentos importantíssimos da argumentação fregeana, a saber, no refinamento dos sentidos do verbo ser e na crítica ao psicologismo, a qual perpassa sua obra. Passemos a estes momentos.

Uma das aplicações fregeanas mais produtivas do princípio do contexto para a linguagem de fórmulas encontramos nas explicitações

---

indefinitely many sentences. My language-use is automatically ‘creative’, and gives me the capacity for unlimited thought.” (Sic.)

<sup>202</sup> FREGE, IL, p. 77. LU, p. 80. “Welche Absichten und Beweggründe der Redner habe, gerade dies zu sagen und jenes nicht, geht uns hier gar nichts an, sondern nur das, was er sagt.”

dos cinco distintos sentidos do verbo ser, a saber: identidade, predicação ou subsunção, existência (“*Existenz*”), asserção (“*Behauptung*”) e subordinação (“*Unterordnung*”). Para além de *Os Fundamentos da Aritmética*, o princípio do contexto é aplicado de forma tácita nestas distinções de uso do verbo ser. Não há outra forma de identificar o significado em que o verbo ser (e suas declinações) está sendo usado nas línguas em geral a não ser analisando-o no contexto da frase em que ele ocorre; estas distinções estão espalhadas ao longo dos trabalhos posteriores de Frege.

Em “*Sobre o conceito e o objeto*”, de 1892, é realizada a distinção de dois sentidos para as ocorrências do verbo ser, a saber, o de predicação e o de identidade. Naquele ensaio, mostra-se que os sentidos do verbo ser são distintos no contexto de duas frases como: “Essa rosa é vermelha” e “A estrela matutina é Vênus.” No primeiro caso, trata-se de uma predicação gramatical, na qual o “é” tem papel de cópula, isto é tão evidente que podemos suprimir o verbo ser e mesmo assim estar dizendo a mesma coisa com a frase “Essa rosa vermelha”. Com isso, se asserirmos estas frases, então estaremos atribuindo à rosa a propriedade de ser vermelha com ambas as frases com ou sem a cópula; o conteúdo semântico é o mesmo em ambas<sup>203</sup>. No caso de “A estrela matutina é Vênus”, não estamos realizando uma predicação, mas atribuindo uma identidade, ou seja, dizendo que a expressão complexa “A estrela matutina” e o nome próprio “Vênus” se referem ao mesmo objeto. Notemos que, no caso da predicação, o que se segue ao verbo *ser* numa frase é parte do conceito. Neste caso, o verbo ser faz parte do predicado; no caso da identidade o que se segue ao “é” é um termo singular – nome –, assim aqui o verbo *ser* está por estabelecer a identidade entre o conteúdo de um nome próprio – Vênus – e o conteúdo de um termo singular complexo – A estrela matutina. Para não criarmos confusão com os sentidos de ser como predicação e de ser como identidade, Angelelli fornece a seguinte observação,

Un signo externo de la diferencia de usos está en la conmutatividad que se puede aplicar a la identidad, pero que no vale para la pura

---

<sup>203</sup> Cf. também: FREGE, LFL, p. 184. SLS, p. 16-17.

predicación. De a-b se sigue que b-a pero de a es b no se sigue en general que b es a.<sup>204</sup>

Exemplificando: para o caso de identidade temos: “Florianópolis é a capital de Santa Catarina” ou poderíamos dizer “A capital de Santa Catarina é Florianópolis”. Assim, podemos perceber que a permutabilidade entre nome próprio e termo singular complexo não altera em nada o sentido do todo dessas duas frases independentemente de que lado do verbo ser eles estiverem. Já no caso da predicação pura, a permutabilidade não se realiza, como, por exemplo, no caso da frase “Patos são mortais”, nesta o verbo “ser” apenas diz que os patos têm a propriedade, dentre outras, de serem mortais, ou seja, que eles pertencem ao conjunto dos mortais; mas não podemos dizer que “Mortais são patos” como se o conjunto dos mortais se restringisse aos patos.

Com a linguagem de fórmulas se consegue a eliminação de qualquer recorrência ao contexto externo (situação de proferimento) às fórmulas, porque não se tem mais a necessidade de apreender de forma interpretativa os conteúdos expressos. No entanto, o princípio do contexto continuou sendo de fundamental importância no momento de apreender esses conteúdos expressos em outras linguagens com o fim de transcrevê-los de modo totalmente claro para a linguagem de fórmulas.

O outro momento ainda mais claro da aplicação do princípio do contexto está em toda a crítica ao psicologismo que perpassa a obra fregeana, ou seja, o princípio do contexto não é abandonado apesar de não ser mais mencionado após *Os Fundamentos da Aritmética*. Vimos que o princípio do contexto é fundamental para os outros dois princípios listados na “Introdução” de *Os Fundamentos da Aritmética*, a saber, princípio de separar o lógico do psicológico e o princípio de distinção entre conceito e objeto. Estes dois princípios complementares de análise jamais foram abandonados por Frege, e estes princípios de distinções semânticas são dependentes da aplicação do princípio do contexto. Se não fosse assim, a partir de onde se seguiu estabelecendo as distinções entre conceito, representação e objeto? E a partir de onde se determinou o ser aparente de um nome e o ter sentido ou não de uma frase depois de *Os Fundamentos da Aritmética*? Distinções fundamentais para separar as frases que têm apenas sentido daquelas que possuem significado, bem

---

<sup>204</sup> ANGELELLI, I. “Lógica y lenguaje en la historia de la filosofía. Los sentidos del verbo ‘ser’”, p. 11.

como para irmos a aplicar a estas últimas a análise sob a estrutura de argumento/função. Pelo menos para a análise de frases de uma língua, o passo para o reconhecimento do ser verdadeiro de uma frase pressupõe e é posterior à análise realizada a partir do princípio do contexto, apenas aplicando este podemos chegar a distinguir uma frase com sentido diante de um aglomerado de sinais sem sentido; ademais, ele é necessário para distinguir uma frase que apenas tem sentido de uma que também possui um significado. Deste modo, o princípio do contexto é um instrumental que possibilita diferenciarmos a escrita de sinais aleatórios realizada por uma criança iletrada dos sinais que compõem um discurso meramente literário, e, bem como diferenciarmos estes dois tipos de sinais daqueles sinais que compõem um discurso científico.

Além disso, nos textos fregeanos encontramos uma versão generalizada, alargada do contexto frasal para o contexto de proferimento ao modo de Schleiermacher. Assim, mostramos não apenas que o princípio do contexto não é abandonado, mas retomado de forma alargada, enquanto colocou-se o próprio contexto de proferimento sob análise conforme já havia sido explicitado na *Conceitografia*. Nela o princípio do contexto de proferimento não é formulado, mas a partir da indicação de que podemos fazer com que o ouvinte perceba relações entre juízos que o fará ter a “apreensão do contexto completo”<sup>205</sup>, parece certo arguirmos que podemos admitir uma formulação mais ampla do princípio do contexto para a língua da seguinte forma: *deve-se perguntar pelo significado de uma frase no contexto de suas relações com outras frases, e não isoladamente*. Assim, temos duas percepções gerais: a primeira trata-se da primeira consideração do contexto em obras de Frege, ela está dada também num sentido amplo de conversação ao modo de Schleiermacher; a segunda percepção é a formulação clássica do princípio do contexto da “Introdução” de *Os Fundamentos da Aritmética* consiste numa formulação metodologicamente restringida à unidade da frase.

---

<sup>205</sup> FREGE, **BEG**, p. 3. Tradução minha. “ die Auffassung des ganzen Zusammenhanges”. Cf. FREGE, **OPE**, p. 60.

## 2.4 A EXPRESSABILIDADE UNIVERSAL

“São iguais as coisas que, salvo a verdade, podem ser substituídas uma pela outra.”<sup>206</sup>

Para atingirmos a meta da expressabilidade universal é necessário estabelecermos quando temos o mesmo para além de uma mera tautologia, ou seja, quando temos uma equivalência semântica e lógica, portanto, de conteúdo, com valor cognitivo que represente ganho de saber em modos de expressão que não são equivalentes linguisticamente como no caso do conteúdo semântico de água e H<sub>2</sub>O; Florianópolis e a capital de Santa Catarina; etc. Ao explicitarmos o primeiro caso, “água” é um modo de expressão da língua portuguesa para um dado conteúdo do mundo, enquanto H<sub>2</sub>O é o modo de expressão do mesmo conteúdo a partir da tabela periódica dos elementos químicos, ou seja, da decomposição do mesmo conteúdo da realidade a partir da linguagem instrumental da tabela periódica. Diante da igualdade semântica dos supracitados pares, numa cadeia de inferência quando substituímos um pelo outro continuamos a derivar o mesmo. Diante disso, surge o problema de estabelecermos em que sentido duas frases diferentes, dois modos de expressão distintos, podem ser postas em uma relação de equivalência; a partir do que podem ser ditas iguais e a partir do que podem ser ditas diferentes a ponto de reconhecermos a expressão de um conhecimento? Aqui mais uma vez seguimos o pensamento de Frege.

Iniciemos pela explicitação do que sejam os sinais em termos de suas propriedades e funções. Os sinais utilizados na linguagem de fórmulas são marcas no papel, estas podem estar, como já vimos, representando a generalidade de uma fórmula; portanto, neste caso, não podem ser confundidos com conteúdos, mas como lugares para determinados tipos de conteúdos semânticos. Quanto aos sinais que representam conteúdos, temos aqueles que exercem meramente papéis operativos e outros que estão por conteúdos como os de argumento e função. Um sinal de argumento se refere diretamente a algo (a um conteúdo semântico de objeto – efetivo ou não-efetivo), tornando-o visível; as propriedades do sinal não devem ser confundidas com as

---

<sup>206</sup> LEIBNIZ *apud* FREGE, FA / GLA, § 65. “*Eadem sunt quorum unum potest substitui alteri salva veritate.*”

propriedades do algo (conteúdo) para o qual ele se refere e vice-versa. Como já indicamos, é totalmente arbitrário o uso de um sinal, haja vista que não há um vínculo essencial entre ele e o referenciado; assim, a efetividade de um sinal não fornece efetividade aos objetos do domínio objetivo não-efetivo. Não havendo vínculo essencial entre sinal e referenciado, numa linguagem auxiliar podemos mudar nossos sinais à vontade em diferentes aplicações desde que sejam previamente indicadas essas mudanças<sup>207</sup>, mudança esta que ocorre tanto de forma premeditada quanto inconsciente nas línguas.

Para quem conhece o caminho do projeto de Frege, bem o sabe que a introdução da distinção entre sentido e significado foi elaborada para reformular sua concepção de igualdade apresentada na *Conceitografia*. A explicitação que fazemos aqui tem por objetivo apropriar-se desses esclarecimentos visando à utilização da distinção desses conceitos semânticos em favor da análise tanto de uma língua quanto de uma linguagem de fórmulas. Na língua nos utilizamos muitas vezes dos mesmos sinais para nos referirmos a coisas diferentes, como ocorre na língua portuguesa no caso da palavra “manga” que pode ser usada tanto para referir à manga de uma camisa ou à fruta que assim se nomeia, etc.; ou como no caso da palavra “lua”, que ora aparece como nome próprio para designar o satélite natural da terra ora está por um termo geral para designar uma série de objetos.

Por outro lado, a teoria fregeana também tem em conta que através de sinais diferentes podemos designar a mesma coisa. Foi neste ponto que se deu a maior contribuição fregeana com a distinção entre sentido e significado, entendendo aqui sempre o significado com relação aos termos designativos, como a marcação da posição do conteúdo semântico do objeto, o referenciado, através de um de seus modos de designação, quer o objeto seja objeto efetivo quer não-efetivo: lógicos (como foram compreendidos os números); e os valores de verdade: verdadeiro e falso como os significados de frases.

Na *Conceitografia*, o conceito de “conteúdo conceitual”<sup>208</sup> fora utilizado para expressar o conteúdo objetivo de uma frase para além de seus ornamentos, tendo em consideração apenas o que tem importância para a sequência inferencial. Este conteúdo pode ser judicável ou não; um conteúdo judicável pode vir a ser julgado, ou seja, pode-se julgar se

<sup>207</sup> Sobre sinal cf.: FREGE, **PLB**, p. 23, 24. **LFL**, p. 82, 130.

<sup>208</sup> FREGE, **OPE**, p. 47. “begrifflichen Inhalt”.

este é verdadeiro ou falso. No entanto, ali não fica muito claro o que estaria envolvido neste conteúdo conceitual. Na *Conceitografia*, Frege indica apenas para a leve mudança de sentido quando passamos frases da voz ativa para a passiva<sup>209</sup>. Ademais, podemos observar que o sentido da frase se altera quando nela substituímos uma palavra por outra, pois o restante da frase é agora avaliado sob as suas relações com a palavra ali inserida<sup>210</sup>.

Nada é dito sobre a distinção conceitual entre “*Sinn*” (sentido) e “*Bedeutung*” (significado) na *Conceitografia*. Nela, essas palavras eram utilizadas como sinônimas, uso este comum na língua alemã na época de Frege e até hoje. Tampouco há o estabelecimento dessa distinção em *Os Fundamentos da Aritmética*, de 1884, mas ali já a encontramos sendo usada sem ter sido introduzida, uma vez que, seguindo o viés de Leibniz, a teoria fregeana defendeu que podemos dizer o mesmo de modos diferentes, tendo em conta que “a” e “b” são retas paralelas, então podemos dizer que a direção de “a” é a mesma que a direção de “b”<sup>211</sup>. Após esse uso tácito, e diante da falta de clareza do conceito de conteúdo conceitual, este foi refinado posteriormente enquanto se estabeleceu a distinção entre sentido (“*Sinn*”) e significado (“*Bedeutung*”); primeiramente, no ensaio “Sobre conceito e objeto” (1892) e, posteriormente, de forma mais detida em “Sobre sentido e significado”, de 1892. Neste ensaio, com este refinamento conceitual, é proposta uma solução para a problemática da igualdade de conteúdo apresentado anteriormente na *Conceitografia*. Nela, a igualdade havia sido definida como uma relação “entre nomes ou sinais de objetos”<sup>212</sup>; assim, “a” e “b” seriam apenas sinais distintos para o mesmo conteúdo conceitual. A diferença entre “a” e “b” recairia toda nos próprios sinais, e não no conteúdo conceitual. Como esta definição se tornou insatisfatória, tendo em vista que se “a” e “b” são apenas nomes diferentes para a mesma coisa, a igualdade “a=b” não representa um ganho cognitivo diante da igualdade “a=a” que vale *a priori*, por mais que, às vezes, queiramos dizer exatamente isso. Um dos limites imposto por esta perspectiva é o de que se “a” e “b” são ditos nomes diferentes de um objeto, a relação de igualdade se manteria apenas se eles designassem algo, o que não acontece nas frases que têm apenas

<sup>209</sup> Cf. FREGE, BEG, p. 3.

<sup>210</sup> Cf. FREGE, OPE, p. 72. BEG, p. 15.

<sup>211</sup> FREGE, FA / GLA, § 65.

<sup>212</sup> FREGE, LFL, p. 129. “oder zwischen Namen oder Zeichen für Gegenstände”. KS, p. 143.

sentido, cujo nome(s) presente(s) nela(s) nada designa(m) de objetivo. A relação de “a” e “b” – dos nomes – com a coisa é arbitrária porque posso designar coisas diferentes com o mesmo sinal, e designar a mesma coisa com sinais diferentes. Desta maneira, o que se deve levar em consideração não é apenas o fato de “a” e “b” serem diferentes enquanto nomes de objeto, ou seja, enquanto modos de nomear, mas enquanto nomes que representam distintos modos de designar uma coisa. Uma vez que, tendo em consideração “a=a” e “a=b”, “Uma diferença entre elas apenas poderá aparecer se à diferença entre os sinais corresponda uma diferença no modo de ser dado do designado.”<sup>213</sup> Ou seja, a diferença de “a” e “b” não pode se limitar a uma mera diferença de sinal ou nome, ela é incidência de modos distintos de “ser dado de um objeto”. Ao levarmos em consideração o modo de designação do designado, “a=a” diz que um dado modo de ser dado é igual a si mesmo, enquanto “a=b” diz que há dois modos do designado ser dado. Com isso, passamos a saber que “a” e “b” são modos distintos de designar um mesmo objeto, ou seja, neste último caso há um ganho cognitivo. Diante disso, a teoria fregeana passou a marcar a distinção dos conceitos de sentido e significado do seguinte modo:

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de seu significado (*Bedeutung*), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (*Sinn*) do sinal, onde está contido o modo de ser dado. Conseqüentemente, segundo nosso exemplo acima, o significado das expressões ‘o ponto de interseção de a e b’ e ‘o ponto de interseção de b e c’ seria a mesma, mas não os seus sentidos. O significado de ‘estrela da tarde’ e ‘estrela da manhã’ é o mesmo, mas não o sentido.<sup>214</sup>

---

<sup>213</sup> FREGE, *LFL*, p. 130; “Eine Verschiedenheit kann nur dadurch zustande kommen, daß der Unterschied des Zeichens einem Unterschiede in der Art des Gegebenseins des Bezeichneten entspricht.” FREGE, *KS*, p. 143-4.

<sup>214</sup> FREGE, *LFL*, p. 131; “Es liegt nun nahe, mit einem Zeichen (Namen, Wortverbindung, Schriftzeichen) außer dem Bezeichneten, was die Bedeutung des Zeichens heißen möge, noch das verbunden zu denken, was ich den Sinn des Zeichens nennen möchte, worin die Art des Gegebenseins enthalten ist. Es würde danach in unserm Beispiele zwar die \ Bedeutung der Ausdrücke “der Schnittpunkt von a und b” und “der Schnittpunkt von b und c” dieselbe sein,

Deste modo, um objeto pode ser apreendido por nomes diferentes, cada um desses nomes pode estar associado a sentidos distintos que se referem ao mesmo designado. Esta distinção fregeana fornece a vantagem de não confundirmos o fazer sentido de um nome com a obrigatoriedade dele ter um significado num âmbito científico, porque

A conexão regular entre um sinal, seu sentido e seu significado é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde um significado determinado, enquanto um significado (um objeto) pode receber mais de um sinal. E ainda, um mesmo sentido tem em diferentes línguas ou até na mesma, diferentes expressões. É verdade que exceções a essa regra ocorrem.<sup>215</sup>

Assim, segundo a teoria fregeana, podemos dizer a mesma coisa com modos de expressões distintos, bem como podemos dizer coisas diferentes através do mesmo modo de expressão, como, por exemplo, variando o contexto de proferimento de uma frase. Para uma linguagem de fórmulas, é necessário manter a exigência estipulada, exposta na citação acima, de correspondência entre um sinal, um sentido e um significado.

No caso de nomes, o significado é sempre um objeto – quer efetivo quer não –, enquanto no caso de uma frase seu significado é sempre seu valor de verdade, ou seja, verdadeiro ou falso. Com isso, todas as frases cujo valor de verdade é o verdadeiro, designam um fato, o qual não necessariamente precisa ser um fato da realidade percebida pelos sentidos<sup>216</sup>, pode ser um fato lógico, tal como o da identidade. Assim, todas as frases que possuem o valor de verdade verdadeiro

---

aber nicht ihr Sinn. Es würde die Bedeutung von “Abendstern” und “Morgenstern” dieselbe sein, aber nicht der Sinn.” **KS**, p. 144.

<sup>215</sup> FREGE, **LFL**, p. 132. “Die regelmäßige Verknüpfung zwischen dem Zeichen, dessen Sinne und dessen Bedeutung ist der Art, daß dem Zeichen ein bestimmter Sinn und diesem wieder eine bestimmte Bedeutung entspricht, während zu einer Bedeutung (einem Gegenstande) nicht nur ein Zeichen zugehört. Derselbe Sinn hat in verschiedenen Sprachen, já auch in derselben verschiedene Ausdrücke. Freilich kommen Ausnahmen von diesem regelmäßigen Verhalten vor.” **KS**, p. 144.

<sup>216</sup> Cf. FREGE, **IL**, p. 12. **LU**, p. 31.

possuem o mesmo significado, pois elas designam o mesmo, a saber, o verdadeiro, pois “Um fato é um pensamento que é verdadeiro.”<sup>217</sup> O caso contrário, o do valor de verdade falso, todas as frases ditas falsas terão o mesmo significado, o falso.

Ao considerarmos o plano da frase, para Braida,

A semântica fregeana estava constituída a partir da noção de conteúdo asserível (*beurtheilbarer Inhalt*), à medida que esta esclarece as propriedades semânticas de uma cadeia de raciocínio. Este privilégio do valor inferencial é justificado por Frege justamente através da tese da prioridade lógica do juízo sobre os conceitos nos quais ele pode ser decomposto. As matrizes semânticas seriam as relações que se estabelecem no interior de uma cadeia discursiva ou de uma sequência inferencial pelo fato de que é o juízo que tem precedência lógica sobre as partes<sup>218</sup>.

Não havendo aplicabilidade de um conceito, não podemos dizer que o argumento de uma função designa algo. No plano científico, a constatação de que uma frase apenas tem sentido não basta, é necessário que ela tenha também significado para podermos mostrá-la com força assertiva (“*Behauptender Kraft*”). Alcoforado esclarece no que consiste a ação de asserir e seu consequente. Segundo ele,

A asserção é o *conteúdo* relativo a esse *ato* de asserir. As linguagens naturais, ao contrário da conceitografia, não se utilizam de um sinal para indicar que um juízo é verdadeiro ou que foi asserido. Cumpre também dizer que associar a uma proposição a expressão ‘é verdade que ...’ tampouco fornece força assertiva a um pensamento. O que imprime asserção a um conteúdo asserível (a mera apreensão de um pensamento) é um certo modo de expressá-lo, é uma certa maneira de proferi-lo, é o contexto de seriedade e compenetração que o envolve<sup>219</sup>

<sup>217</sup> FREGE, IL. p. 34. LU, p. 50. “Eine Tatsache ist ein Gedanke, der wahr ist.”

<sup>218</sup> BRAIDA C. R. *Ensaio semânticos*, p. 69, nota 2.

<sup>219</sup> ALCOFORADO, P. In: FREGE, LFL, p. 130; nota 5.

A força assertiva, na linguagem de fórmulas de Frege, é mostrada através de um sinal – pela barra de juízo –, o qual está afirmando um pensamento como verdadeiro ou como falso; enquanto através de uma frase de uma língua qualquer a asserção é apenas pressuposta, ao passo que nas línguas se pressupõem a princípio tacitamente que o que o outro diz é verdadeiro, o que não distingue a apresentação de um mero pensamento apreendido de um pensamento asserido. Nas línguas não há um sinal para indicar a asserção como há para indicar a interrogação e a exclamação. Esta falta de rigor das línguas para a indicação de quando estamos asserindo ou não um pensamento faz com que tomemos muitas vezes um pensamento apreendido dito por outrem como se este outrem estivesse o asserindo, o que muitas vezes não é o caso. Por isso, como alerta Alcoforado, temos de levar em consideração o modo e contexto de seriedade do proferimento deste pensamento, mesmo não havendo sequer uma diferença entre as formas de apresentação de um pensamento nos diferentes lugares em que ele possa ser proferido, em algumas situações poderemos asserir as frases como verdadeiras quando está em questão um fato, o que não poderemos fazer nas situações em que as frases são proferidas como pseudo-asserções, como, por exemplo, no teatro. Agora nos fica claro que além de expressões diferentes terem o mesmo sentido, também há os casos em que uma expressão tem diferentes forças de expressão a depender do contexto de uso dela.

Como nos âmbitos científicos não há interesse em pseudo-asserções, a exigência da passagem do sentido para o significado é justificada do seguinte modo na concepção fregeana:

O pensamento perde valor para nós tão logo reconhecemos que o significado de uma de suas partes está faltando. Estamos assim justificados por não ficarmos satisfeitos apenas com o sentido de uma sentença, sendo assim levados a perguntar também por seu significado. Mas por que queremos que cada nome próprio tenha não apenas um sentido, mas também um significado? Por que o pensamento não nos é suficiente? Porque estamos preocupados com seu valor de verdade. O que nem sempre é o caso. Ao ouvir um poema épico, além da eufonia da língua, estamos interessados apenas no sentido das sentenças e nas

imagens e sentimentos que este sentido evoca. A questão da verdade nos faria abandonar o encanto estético por uma atitude de investigação científica. Daí decorre ser totalmente irrelevante para nós se o nome “Ulisses”, digamos, tem significado, contanto que aceitemos o poema como uma obra de arte. É, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para o significado.<sup>220</sup>

Diante disso, podemos perceber que, aqui, a expressão explícita daquilo que se quer dizer e afirmar se torna o problema central. Para que uma frase venha a integrar uma cadeia de raciocínio é necessária a determinação dos termos “sinal”, “sentido”, “significado”, “força de asserção” e “valor de verdade” relacionados com ela.

Quando estamos diante da sinonímia de palavras que possam ser substituídas uma pela outra num pensamento, a força assertiva não recai sobre as diferenças que elas possam ter, mas, exatamente pelo contrário, recai sob o pensamento<sup>221</sup>. Se quisermos expressar um pensamento sem se comprometer com a força assertiva temos que formulá-la com a estrutura de uma frase subordinada, ou situá-la num contexto ficcional como, por exemplo, o da fala de um ator numa apresentação teatral<sup>222</sup>.

No entanto, o conteúdo semântico de uma frase não se restringe ao conteúdo asserível, o qual é o que conta para a cadeia inferencial. Além do conteúdo asserível, o conteúdo semântico possui outros aspectos relevantes para outras esferas do humano como, por exemplo,

---

<sup>220</sup> FREGE, **LFL**, p. 138. **KS**, p. 149. “Der Gedanke verliert für uns an Wert, sobald wir erkennen, daß zu einem seiner Teile die Bedeutung fehlt. Wir sind also wohl berechtigt, uns nicht mit dem Sinne eines Satzes zu begnügen, sondern auch nach seiner Bedeutung zu fragen. Warum wollen wir denn aber, daß jeder Eigenname nicht nur einen Sinn, sondern auch eine Bedeutung habe? Warum genügt uns der Gedanke nicht? Weil und soweit es uns auf seinen Wahrheitswert ankommt. Nicht immer ist dies der Fall. Beim Anhören eines Epos z. B. fesseln uns neben dem Wohlklange der Sprache allein der Sinn der Sätze und die davon erweckten Vorstellungen und Gefühle. Mit der Frage nach der Wahrheit würden wir den Kunstgenuß verlassen und uns einer wissenschaftlichen Betrachtung zuwenden. Daher ist es uns auch gleichgültig, ob der Name "Odysseus" z. B. eine Bedeutung habe, solange wir das Gedicht als Kunstwerk aufnehmen. Das Streben nach Wahrheit also ist es, was uns überall vom Sinn zur Bedeutung vorzudringen treibt.”

<sup>221</sup> FREGE, **IL**, p. 19. **LU**, p. 37. “Ob ich das Wort „Pferd“ oder „Roß“ oder „Gaul“ oder „Mähre“ gebrauche, macht keinen Unterschied im Gedanken. Die behauptende Kraft erstreckt sich nicht auf das, wodurch sich diese Wörter unterscheiden.”

<sup>222</sup> FREGE, **LFL**, p. 212.

nas artes. Dentre esses aspectos, destaca-se a iluminação (“*Beleuchtung*”) e os coloridos e sombreados (“*Färbung*”) de uma frase. Estes emergem como adendos, ornamentos ao pensamento<sup>223</sup>, os quais têm muito valor no âmbito literário e retórico, mas emergem como complicações na esfera científica, sendo apenas pensamentos secundários quando se apreende o conteúdo de uma frase para transcrevê-la no processo de formalização extensional para uma linguagem de fórmulas. Sobre a relevância desses pensamentos secundários na língua tratamos a seguir.

A expressabilidade universal buscada na *Conceitografia* serve ainda hoje como modelo norteador para o fazer ciência e filosofia, enquanto nela se mostrou que há um modo de conquistar novos conhecimentos que não depende diretamente da experiência empírica, mas antes do modo de expressão lógico rigoroso de conteúdos semanticamente equivalentes, o qual permite mostrarmos a aplicabilidade universal de parte desses conteúdos, os conteúdos referentes às funções, dentro de uma cadeia inferencial. Diante disso, a distinção conceitual entre sentido e significado em que se chega a um conceito simples de sentido como um modo de apresentação do significado é primordial para a realização da tarefa que se almeja com a construção de uma linguagem universal.

## 2.5 OS SENTIDOS DE UNIVERSALIDADE NA LINGUAGEM DE FÓRMULAS

Um dos objetivos deste subcapítulo é explicitar a concepção de língua que encontramos nas obras de Frege de um ponto de vista positivo a partir do uso comunicativo na dimensão da vida. Quando analisamos acima os traços da língua, os quais foram apresentados quase sempre negativamente ou estão em segundo plano nos textos fregeanos, percebemos que os aspectos da língua caracterizados como negativos o foram assim qualificados apenas em decorrência dos objetivos lógicos do projeto fregeano. Ao apresentarmos a concepção fregeana de língua também de forma descritiva e positiva, vamos torná-la clara por si mesma. Outro objetivo deste subcapítulo será o de tecer algumas

---

<sup>223</sup> FREGE, IL, p. 19. LU, p. 37. “Was man Stimmung, Duft, Beleuchtung in einer Dichtung nennen kann, was durch Tonfall und Rhythmus gemalt wird, gehört nicht zum Gedanken.”

considerações gerais acerca do capítulo como um todo, frisando principalmente a questão dos sentidos de universalidade nas concepções fregeanas de linguagem de fórmulas e de língua. Uma vez feito isso, podemos posicionar nossas explicitações de língua e linguagem de fórmulas na teoria fregeana diante da subsunção realizada por J. Hintikka e por Kusch ao conceito de linguagem como *medium* universal.

Primeiramente, detemo-nos aqui, principalmente, a uma caracterização dos traços positivos da concepção fregeana da língua comunicativa.

A concepção fregeana de língua está pressuposta na perspectiva de inserção da análise lógica e semântica das linguagens em geral como método filosófico, o que já está implícito na crítica à língua diante dos objetivos lógicos do projeto fregeano, como aclaramos acima; a concepção fregeana de língua também está em segundo plano na explicitação dos motivos para a introdução do princípio do contexto como princípio metodológico-semântico.

A língua se tornou uma faca de dois gumes para o projeto fregeano, porque, por um lado, a língua se constituiu em um grande empecilho para a expressão do conhecimento científico quando se buscou expressá-lo por meio dela, sendo esta a maior motivação para a elaboração da linguagem de fórmulas. Por outro lado, uma língua é o principal modo de expressão do domínio público de pensamentos, sendo ela a base para introdução de novas linguagens de fórmulas.

Não foi por acaso que, no ensaio publicado postumamente intitulado “Generalidade lógica” (escrito provavelmente entre 1923/1925), a língua alemã tenha sido chamada de “*Darlegungssprache*”<sup>224</sup> (língua de apresentação) em contraposição à linguagem auxiliar (“*Hilfssprache*”), o meio auxiliar (“*Hilfsmittel*”). Há todo um percurso que conduziu o viés fregeano a fazer esta distinção, a qual nos é primária para nos contrapormos à subsunção de J. Hintikka e de Kusch da linguagem de fórmulas ao conceito de linguagem como *medium* universal. Mesmo na década de noventa, mais propriamente no decorrer de *As Leis Básicas da Aritmética* já se nomeia as partes da obra em língua alemã através das quais se apresenta a linguagem de fórmulas com a palavra “*Darlegung*”<sup>225</sup> (exposição).

---

<sup>224</sup> Cf. FREGE, **II**, p. 97. A expressão *linguagem de apresentação* antecipa o termo *metalinguagem* inserido alguns anos depois por Tarski.

<sup>225</sup> Cf. FREGE, **GGA**, p. XI, XII, 3, 5.

A língua que adotarmos como a linguagem de apresentação será usada para tomar as frases da linguagem auxiliar como objetos. Esta diferença entre linguagem de apresentação e linguagem auxiliar já havia sido usada, mas não tematizada, na *Conceitografia*. Ela foi utilizada enquanto se fez notar ali que as regras e leis “não podem ser expressas na linguagem de fórmulas, porque elas constituem sua base”<sup>226</sup>, restando apenas então indicá-las discursivamente. Aqui está um aspecto primário de uma linguagem de apresentação, o de permitir introduzir uma linguagem auxiliar; sendo assim, uma linguagem de apresentação é universalmente necessária. Em “*Sobre o conceito e o objeto*”, encontramos a recomendação de que mesmo para a introdução de um princípio lógico se o faça a partir de distinções linguísticas,

porque sem a língua, nós não podemos nos entender um ao outro e, em última instância, temos de confiar em que os outros compreendam as palavras, as formas e a construção da frase, no essencial, identicamente a nós mesmos.<sup>227</sup>

A chegada à compreensão intersubjetiva de um núcleo idêntico de conteúdo é a busca primeira de todo o esforço com a construção de uma linguagem universal. Esta tarefa se mostra como o ideal da expressabilidade completa.

Os textos fregeanos nos são paradigmáticos, porque neles parece não haver o uso da palavra “*Sprache*” num sentido amplo que abarcaria tanto a concepção de linguagem de fórmulas quanto a de língua<sup>228</sup> como os fizeram J. Hintikka e Kusch. Os usos fregeanos da palavra “*Sprache*” sem adjetivação estão a nomear àquilo que aqui vamos usar da palavra “*língua*” para expressar; deste modo, marcamos bem a contraposição com a linguagem de fórmulas. Apesar de, na maioria das vezes, a palavra “*Sprache*” ter sido usada apenas para fazer menção a uma língua, também há usos dela sem adjetivá-la em poucos contextos em que ela é explicitamente utilizada para nomear o

<sup>226</sup> FREGE, OPE, p. 91. BEG, p. 25. § 13. “Diese Regeln und die Gesetze, deren Abbilder sie sind, können in der Begriffsschrift deshalb nicht ausgedrückt werden, weil sie ihr zu Grunde liegen.”

<sup>227</sup> FREGE, LFL, p. 115. KS, p. 169. “weil wir uns ohne die Sprache nicht verständigen können und daher zuletzt doch immer auf das Vertrauen angewiesen sind, der andere verstehe die Worte, die Formen und die Satzbildung im wesentlichen so wie wir selbst.”

<sup>228</sup> Dizemos “parece” porque não tivemos acesso ao todo da obra de Frege no original.

instrumento lógico<sup>229</sup>. Com exceção desses casos, em todos os demais a palavra alemã “*Sprache*” foi utilizada no sentido de língua, na maioria das vezes, para fazer menção à língua alemã. Não encontramos uso da palavra “*Sprache*” sem uma qualificação ou de forma descontextualizada para nomear a lógica fregeana, que mais frequentemente foi chamada de “*Formelsprache*” – linguagem de fórmulas. Portanto, quando em citação de texto fregeano aparecer a palavra “*Sprache*” sem qualquer adjetivo e em contexto em que não se está tratando da linguagem de fórmulas, ela está pela nossa palavra “língua”. Cientes dessa distinção, queremos marcá-la de forma rigorosa para não cairmos em confusões interpretativas como as realizadas pelos Hintikkas e Kusch, conforme já apontamos acima.

A defesa fregeana de que a tarefa do lógico é a de libertar-se da língua, apenas quer dizer que se deve evitar o uso de partes de uma língua no âmbito de uma linguagem de fórmulas, como parte da estrutura desta. Esta tarefa não implica o objetivo de substituir a língua por uma linguagem de fórmulas para além do âmbito científico (por mais que Frege tenha defendido que a lógica devia servir de juíza à língua), pois na linguagem de fórmula apenas se pode mostrar as possibilidades de generalizar o conteúdo particionando-o a partir da distinção argumento/função, asserti-lo e tirar as consequências inferenciais na relação dele com outras frases assertidas.

Em outras palavras, o que pretendemos explicitar aqui é como na concepção fregeana foi caracterizada a língua (“*Sprache*”) que nós geralmente chamamos de *linguagem natural* ou *linguagem histórica*<sup>230</sup> que nada mais é do que as línguas particulares como o português, o alemão, o inglês etc. Para tratar de uma língua, geralmente, a língua alemã, além da palavra “*Sprache*”, nas obras fregeanas se fez uso dela acompanhada de alguns qualitativos. Dentre as expressões utilizadas estão as seguintes: língua da vida (“*Sprache des Lebens*”<sup>231</sup>), usada pela primeira vez na “Introdução” da *Conceitografia*, e, posteriormente, no ensaio intitulado “Lógica”, de 1897; a língua também foi chamada de

<sup>229</sup> Cf. FREGE, OPE, p. 61. BEG, p. 4. § 3.

<sup>230</sup> Segundo Paulo Alcoforado, Frege jamais teria usado a expressão atualmente costumeira de “*Natursprache*”, *linguagem natural* (No entanto, Alcoforado traduz “*Sprachen*” justamente como *linguagens naturais* em LFL, p. 132, 146). Cf. FREGE, LFL, p. 219, nota 10. Por esse motivo, vamos evitá-la, bem como evitaremos o uso de *linguagem histórica* em contexto de explicitação do pensamento fregeano.

<sup>231</sup> Cf. FREGE, BEG, p. XI. SLS, p. 51. Expressão já encontrada em Herder e Humboldt.

“*Wortsprache*”<sup>232</sup>, língua discursiva, literalmente: *língua de palavra*, em “Sobre a justificação científica de uma Conceitografia”, de 1882, em “Sobre a finalidade da Conceitografia” de 1882-3, em “Função e conceito” de 1891 e no § 13 do primeiro volume de *As Leis Básicas da Aritmética*, de 1893; ainda foi nomeada de *língua de som* ou *língua falada* (“*Lautsprache*”<sup>233</sup>) em “As fontes de conhecimento em matemática e em ciências naturais matemáticas” (c. 1924). Estas expressões já antecipam a perspectiva fregeana acerca da língua, bem como mostram a ambiguidade da palavra “*Sprache*” em língua alemã, tendo em vista a necessidade do acréscimo de adjetivos para deixar claro em que sentido ela estava sendo usada. Ambiguidade esta que pensamos superar traduzindo “*Sprache*” como “língua” quando dos idiomas se trata e como “língua” nos demais casos.

Na *Conceitografia*, pouco é dito sobre a “*Sprache*” enquanto língua. Ali, via analogia, as propriedades da língua são comparadas às propriedades dos olhos<sup>234</sup> e, em “Sobre a justificação científica de uma Conceitografia”, são comparadas às propriedades das mãos em contraposição, respectivamente, ao microscópio e às ferramentas que substituem as mãos. A comparação das mãos com a língua aclara a capacidade dela de adequar-se às mais variadas situações em que ela é usada, pois sua mobilidade, aplicabilidade variada e plasticidade são semelhantes às propriedades das mãos, as quais se adaptam a um gigantesco leque de situações, apesar delas se mostrarem inadequadas para determinados objetivos como o de perfurar uma rocha, ação que fazemos com mais eficiência quando utilizamos ferramentas como, por exemplo, uma furadeira; algo semelhante acontece quando pretendemos dar cabo a certos objetivos científicos através de uma linguagem de fórmulas em vez de tentar executá-los por meio de uma língua.

E o que contribui para as recém-mencionadas características da língua? Dentre os principais, a concepção fregeana lista fatores que ocasionam mudanças de sentido de uma palavra, como, por exemplo: o autor, o ouvinte, o leitor e a própria língua. A mutabilidade de uma língua não se dá apenas com relação à mudança de sentido de uma palavra. Com o passar do tempo, na língua, até mesmo uma frase pode vir a ter um sentido diferente do empregado em outra época<sup>235</sup>, devido a

<sup>232</sup> FREGE, BEG, p. 100. GGA, p. 24, 25. FBB, p. 9, 73, 74.

<sup>233</sup> FREGE, LFL, p. 219.

<sup>234</sup> Cf. FREGE, OPE, p. 48. BEG, p. XI.

<sup>235</sup> Cf. FREGE, IL, p. 37.

isso é comum também que uma frase tida como expressão de um pensamento verdadeiro num tempo seja considerada como expressão de um pensamento falso noutra época<sup>236</sup>. Esta mudança é da ordem da expressão linguística e não do ser verdadeiro, com a mudança de sentido da frase, ela tornou-se inadequada para a expressão do pensamento.

Além disso, na *Conceitografia* argumenta-se que na língua o falante requer a atenção do ouvinte para conduzi-lo a perceber as conexões dos juízos formulados via a estrutura sujeito-predicado, para com isso fazê-lo vir a compreender. Vejamos:

A posição do sujeito na série de palavras possui para a língua a significação de uma posição distinta, na qual se põe aquilo sobre o que se deseja especialmente atrair a atenção do ouvinte. (Ver também o § 9). Isto pode ter, por exemplo, o objetivo de indicar uma relação deste juízo com outros, e dessa maneira facilitar para o ouvinte a apreensão do contexto completo. Agora, todos os fenômenos da língua que resultam apenas da interação do falante e do ouvinte, enquanto o falante, p. ex., leva em consideração a expectativa do ouvinte e procura trazê-lo para a pista correta ainda antes do pronunciar de uma frase.<sup>237</sup>

Apesar disso, é no pequeno artigo intitulado “Sobre a justificação científica de uma Conceitografia” que temos os melhores indícios, de forma mais concentrada, para explicitarmos a concepção fregeana sobre a língua. Ali se diz que ela apresenta “certa maleabilidade e instabilidade [...], que são, aliás, a condição de sua

---

<sup>236</sup> Cf. FREGE, SLS, p. 49.

<sup>237</sup> FREGE, BEG, p. 3. §3. Tradução minha. “Die Stelle des Subjects in der Wortreihe hat für die Sprache die Bedeutung einer *ausgezeichneten* Stelle, an die man dasjenige bringt, worauf man die Aufmerksamkeit des Hörens besonders hinlenken will. (Siehe auch § 9). Dies kann beispielsweise den Zweck haben, eine Beziehung dieses Urtheils zu andern anzudeuten, und dadurch dem Hörer die Auffassung des ganzen Zusammenhanges zu erleichtern. Alle Erscheinungen nun in der Sprache, die nur aus der Wechselwirkung des Sprechenden und des Hörenden hervorgehen, indem der Sprechenden z. B. auf die Erwartungen des Hörenden Rücksicht nimmt und diese schon vor dem Aussprechen eines Satzes auf die richtige Fährte zu bringen sucht”.

capacidade de evoluir e de seus inúmeros recursos.”<sup>238</sup> Este caráter flexível e mutável da língua é o que permite a ela se transformar<sup>239</sup>.

Dado que “*pensamos com palavras*, e quando não o fazemos com palavras, o fazemos com sinais matemáticos ou de outro tipo”<sup>240</sup>. Deste modo, não estamos presos à capacidade de fala, a qual, aliás, devido ao vínculo com a dimensão subjetiva, torna nítida a necessidade da instanciação escrita<sup>241</sup> como a melhor forma para expressar os pensamentos; o apelo à escrita não necessariamente tem que ser realizado por meio de uma língua, tendo em vista que pode ser feito através de uma linguagem instrumental. O processo de pensar dos humanos requer algum tipo de instanciação sensível, uma das evidências disso é a intrínseca relação entre pensar e falar. O falar é aclarado apenas como uma forma de instanciação do pensar, o qual pode ser efetivado de outras formas, como se dá através dos sinais matemáticos<sup>242</sup>. E isso apenas se tornou possível pelo uso dos sinais que possibilitaram chegarmos ao nível de abstração em “que tornam presente aquilo que está ausente, invisível ou mesmo inacessível aos sentidos”<sup>243</sup>, o que significa dizer que “o sensível nos abre o mundo do não-sensível.”<sup>244</sup> Deste modo, os sinais se tornaram indispensáveis. Estes sinais na interação falante/ouvinte na língua não são unívocos, são antes polissêmicos, e, às vezes, a variação dos significados das palavras é sutil, porém ela não pode ser ignorada. A primazia das relações da língua se dá com o ouvir e o falar e não com a visão (sentido que tem primazia nas investigações científicas e lógicas), pois, o falar e o ouvir são os dois processos responsáveis pela flexibilização da língua, processos estes que causam reflexos no modo escrito da língua e possuem como último objetivo o de fazer com que o outro compreenda o que se está dizendo. Esta flexibilização se realiza porque na língua os

---

<sup>238</sup> FREGE, **LFL**, p. 62. **FBB**, p. 72. “gewissen Weichheit und Veränderlichkeit der Sprache, die andererseits Bedingung ihrer Entwicklungsfähigkeit und vielseitigen Tauglichkeit ist.”

<sup>239</sup> Cf. FREGE, **SLS**, p. 57-58.

<sup>240</sup> FREGE, **LFL**, p. 60. **FBB**, p. 71. “denn in Worten denken wir trotzdem und wenn nicht in Worten, doch in mathematischen oder andern Zeichen.”

<sup>241</sup> Cf. FREGE, **LFL**, p. 62, 63, 64. **FBB**, p. 72, 73, 74.

<sup>242</sup> Cf. FREGE, **LFL**, p. 217.

<sup>243</sup> FREGE, **LFL**, p. 60. **FBB**, p. 70. “die uns gegenwärtig machen, was abwesend, unsichtbar, vielleicht unsinnlich ist.”

<sup>244</sup> FREGE, **LFL**, p. 60. **FBB**, p. 71. “erschließt uns das Sinnliche die Welt des Unsinnlichen.”

sons e a voz humana estão em relações de proximidade mais acentuadas com as emoções do que aquilo que é apreendido pela visão<sup>245</sup>.

Em “Sobre sentido e significado”, defendeu-se que o plano das representações é onde as nuances emocionais afloram, porque diferentes sujeitos podem associar representações distintas às palavras. Ademais,

Pertencem ainda a essas possíveis diferenças os coloridos e os sombreados que a arte poética e a eloquência procuram dar ao sentido. Tais coloridos e sombreados não são objetivos, mas devem ser evocados pelo próprio ouvinte ou leitor, conforme as sugestões do poeta ou do orador. Se não houvesse alguma afinidade entre as representações humanas, a arte seria certamente impossível, embora não se possa averiguar exatamente até onde estas correspondem às intenções do poeta.<sup>246</sup>

Apesar de a teoria fregeana negar a interpretação atrelada à tese da *mens auctoris* como método, admite que a flexibilidade da língua dá-se porque a representação está vinculada a alguém e ao seu tempo<sup>247</sup>, ou seja, ao autor e ao seu contexto. Por mais que alguém possa vir a associar representações diferentes a uma palavra, dois sujeitos não podem compartilhar a mesma representação, cada um possui a sua própria representação, e quando cada um deles for expressar um pensamento na língua vai fazer com que a sua representação seja refletida no modo de expressão. Isto acontece porque

A língua não é regida por leis lógicas, de maneira que a mera observância da gramática seja

---

<sup>245</sup> Cf. FREGE, **LFL**, p. 63. **FBB**, p. 73.

<sup>246</sup> FREGE, **LFL**, p. 136. **KS**, p. 147. “Zu den hier noch möglichen Unterschieden gehören die Färbungen und Beleuchtungen, welche Dichtkunst Beredsamkeit dem Sinne zu geben suchen. Diese Färbungen und Beleuchtungen sind nicht objektiv, sondern jeder Hörer und Leser muß sie sich selbst nach den Winken des Dichters oder Redners hinzuschaffen. Ohne eine Verwandtschaft des menschlichen Vorstellens wäre freilich die Kunst nicht möglich; wieweit aber den Absichten des Dichters entsprochen wird, kann nie genau ermittelt werden.”

<sup>247</sup> Cf. FREGE, **LFL**, p. 135. **KS**, p. 146.

suficiente para garantir a correção formal do curso do pensamento.<sup>248</sup>

Quando estamos a operar na língua, mesmo quando tentamos operacionalizá-la de forma rigorosa, enquanto nos utilizamos da lógica como “fio de prumo”<sup>249</sup>, ainda assim não há como ter garantias de que não haverá lacunas e premissas implícitas no nosso raciocínio, ou seja, sempre corremos o risco de estarmos deixando algo de não-dito, cuja percepção apenas se dará posteriormente em revisão nossa ou de outrem. Estas premissas implícitas mais tarde, em “Sobre sentido e significado”, foram chamadas de “os pensamentos secundários (*Nebengedanken*)”, estes não são “explicitamente expressos associados ao pensamento principal”<sup>250</sup>, antes, às vezes, são associados pelo próprio ouvinte por via psicológica<sup>251</sup>. Assim, a língua não é subsumível à lógica.

No pensamento fregeano, a língua e a própria razão foram explicitadas como resultantes de um processo de desenvolvimento contínuo, reflexivo e recursivo – reiterativo, reapplicativo<sup>252</sup>. Isso é o que podemos constatar na próxima citação quando não a lemos por alto e, bem como, quando não nos esquecemos de aplicar as analogias indicadas ali entre a relação da física e os seus aparelhos técnicos e a relação entre razão e língua. Vejamos:

É impossível, poderia ser dito, que através de uma conceitografia se possa fazer progredir a ciência, pois a invenção da primeira já pressupõe a realização desta última. Com a língua também se dá a mesma dificuldade aparente. Com efeito, supõe-se que ela tenha tornado possível o desenvolvimento da razão; mas como poderia o homem ter criado a língua sem a razão? Para descobrir as leis da natureza há que se utilizar instrumentos físicos; mas estes só podem ser produzidos mediante uma tecnologia avançada

<sup>248</sup> FREGE, **LFL**, p. 61. **FBB**, p. 71. “Die Sprache ist nicht in der Weise durch logische Gesetze beherrscht, daß die Befolgung der Grammatik schon die formale Richtigkeit der Gedankenbewegung verbürgte.”

<sup>249</sup> FREGE, **LFL**, p. 62. **FBB**, p. 72. “Richtschnur”

<sup>250</sup> FREGE, **LFL**, p. 152.

<sup>251</sup> Cf. FREGE, **LFL**, p. 153-4.

<sup>252</sup> Cf. FREGE, **IL**, p. 67. **LU**, p. 72.

que, por sua vez, se apóia sobre o conhecimento das leis da natureza. Em todos esses casos o círculo se resolve da mesma maneira: um progresso em física resulta num progresso em tecnologia, e esta torna possível a construção de novos instrumentos mediante os quais a física por sua vez progride. A aplicação ao nosso caso é evidente.<sup>253</sup>

O rompimento do círculo conduz a percebermos que apenas aparentemente as relações dos processos mencionados acima (ciência e conceitografia; língua e razão; física e aparelhos físicos) se dão de forma circular. A melhor imagem para explicitarmos estes processos é a de um espiral crescente, no qual à medida que buscamos seu início mais perdemos a sua nitidez, apesar de estar em constante progresso acumulativo. Nesta passagem, a relação entre humanos e língua é tida de modo mutuamente performativo<sup>254</sup>.

Num dos últimos textos fregeanos, o intitulado “As fontes de conhecimento em matemática e em ciências naturais matemáticas”<sup>255</sup>, encontramos uma rápida indicação de como se dá esse processo de racionalização dos humanos através do processo de aquisição de novos conhecimentos que acontece com as crianças:

Como ensinar uma criança a entender os adultos? Não que ela disponha do conhecimento de algumas palavras e construções gramaticais, e assim tudo o que cumpre fazer seja apenas explicar o que ela não sabe por meio do

---

<sup>253</sup> FREGE, **LFL**, p. 65. **FBB**, p. 75. “Unmöglich, sagt man, kann durch eine Begriffsschrift die Wissenschaft gefördert werden; denn die Erfindung der ersteren setzt die Vollendung der letzteren schon voraus. Ganz dieselbe Scheinschwierigkeit erhebt sich schon bei der Sprache. Diese sol die Entwicklung der Vernunft möglich gemacht haben; aber wie konnte der Mensch die Sprache schaffen ohne Vernunft? Zur Erforschung der Naturgesetze dienen die physikalischen Apparate; diese können nur durch eine fortgeschrittene Technik hervorgebracht werden, welche wieder auf der Kenntnis der Naturgesetze fußt. Der Kreis löst sich in allen Fällen auf dieselbe Weise. Ein Fortschritt in der Physik hat einen solchen in der Technik zur Folge, und dieser macht es möglich, neue Apparate zu bauen, mittels deren wieder die Physik gefördert wird. Die Anwendung auf unseren Fall ergibt sich von selbst.”

<sup>254</sup> Ao modo que já havia antecipado Schleiermacher, porém, de uma maneira mais branda, já que para Frege a língua é apenas uma das formas em que se dá o pensar. Cf. SCHLEIERMACHER, F. D. E. “Sobre os diferentes métodos de traduzir”, p. 48, 49.

<sup>255</sup> FREGE, **LFL**, p. 215-225.

conhecimento lingüístico que ela já possui. Na verdade, as crianças são apenas dotadas de potencialidade lingüística (*Sprachliche Anlage*). Deve-se poder contar que elas venham ao encontro do entendimento, tal como se dá com os animais com os quais os seres humanos podem chegar a um entendimento recíproco. Sem este encontro de entendimento não é possível tornar compreensível as expressões que designam um conteúdo logicamente indecomponível.<sup>256</sup>

Pensamos que essa defesa da tese de que *as crianças são apenas dotadas de potencialidade lingüística* seja uma indicação claríssima de que no pensamento filosófico fregeano não se pressupõe uma língua universal *a priori*, mas, antes, que a língua emerge como um construto desse *encontro de entendimento* que requer ensino. Para haver este encontro de entendimento não basta que os interlocutores sejam falantes, por exemplo, de alemão ou de outra língua qualquer, pois quando eles não sabem que estão falando do mesmo, eles “não falam a mesma língua.”<sup>257</sup> Quando surgem casos de incompreensão, ou seja, quando as línguas não dão conta de expressar o conteúdo de forma clara, Frege sugere que uma linguagem de fórmulas emergiria como um instrumento mediador para possibilitar o entendimento entre os indivíduos, possibilitando-lhes perceberem que podem estar falando do mesmo através de modos de apresentação distintos, mas semanticamente equivalentes.

Para a filosofia fregeana, o pensamento possui fortes vínculos com a língua, mas ela não exclui outras formas de pensar como a realizada por intermédio de sinais matemáticos<sup>258</sup>. Deste modo, o pensar que se realiza na consciência individual não se reduz ao pensar que se realiza através da língua, ou seja, de que “não se deriva o pensar do falar; pelo contrário, o pensar surge prioritariamente (*als das Erste*)”<sup>259</sup>.

<sup>256</sup> FREGE, LFL, p. 220. Em texto de Schleiermacher, encontramos a defesa de que os primeiros começos do pensar e do falar não devem se diferenciar daquele que se dá pelas crianças paulatinamente desenvolvido à medida que começam a estabelecer pontos de comparação. Cf. SCHLEIERMACHER, F. D. E. *Hermenêutica: A arte e técnica da interpretação*, p. 44; 45.

<sup>257</sup> FREGE, IL, p. 21 (Cf. p. 22). LU, p. 39. “sprechen [...] nicht dieselbe Sprache”; “nicht dieselbe Sprache reden”.

<sup>258</sup> FREGE, LFL, p. 217.

<sup>259</sup> FREGE, LFL, p. 219.

O falar é apenas uma das formas de expressar o pensar. No entanto, o encontro de entendimento que se realiza na comunicação desenvolvida através de uma língua, essa com base numa comunidade de fala, é fundamental para a introdução de qualquer linguagem de fórmulas e de outros tipos de linguagens iniciadas por pura convenção<sup>260</sup>. Visto que, como Angelelli defende,

Lo que los idólatras del lenguaje ordinario, que ellos llaman ‘natural’, parecen no advertir es que ese lenguaje es una compleja y profunda acumulación, como de capas geológicas, en que han intervenido decisiones y convenciones humanas, todas ellas tan artificiales como el Begriffsschrift de Frege, acertadas o no, a lo largo de muchos siglos.<sup>261</sup>

Em “As fontes de conhecimento em matemática e em ciências naturais matemáticas” encontramos a defesa de que a necessidade de um pensamento ser expresso por meio de uma sentença, ou seja, através de algo sensível, é uma necessidade condicionada aos humanos, os quais inventaram a língua com este fim. Vários fatores influem sobre a língua, para além do fator lógico, porque tanto as aptidões lógicas quanto as poéticas dos humanos são consideradas à plasmação da língua. Estas convicções fregeanas estavam amparadas sobre a tese de que

A língua é uma criação do homem; e o homem tinha, assim parece, a capacidade de plasmá-la segundo as aptidões lógicas (*logischen Anlage*) nele existentes. Por certo, também a aptidão lógica do homem foi atuante na formação da língua, conjuntamente com outras aptidões, tal como a aptidão poética. E, assim, a língua não é traçada

---

<sup>260</sup> Hodiernamente, a teoria de Frege tem em sua defesa todo o conhecimento que temos acerca das linguagens desenvolvidas entre os surdos-mudos, as quais, para além de uma base formal, também se desenvolve como a língua com a formação de novos modos de dizer, modismos, gírias etc.

<sup>261</sup> ANGELELLI, I. “Lógica y lenguaje en la historia de la filosofía. Los sentidos del verbo ‘ser’”, p. 20.

de acordo com uma régua lógica (*logische Lineal*).<sup>262</sup>

Ainda no mesmo ensaio, é ressaltada a capacidade da língua de criar nomes próprios fictícios, os quais se são um grande empecilho para a utilização da língua de um ponto de vista lógico e científico, são uma das condições de possibilidade para a poesia, para a dimensão da literatura. Deste modo, podemos perceber que o essencial é relativo ao objetivo que se tem com a língua, pois aquilo tudo que o lógico procura evitar emerge como produtivo em âmbitos onde o que importa não é o rigor, mas a beleza da língua<sup>263</sup>, onde a parte lógica da língua está inseparavelmente ligada com os sentimentos e a imaginação<sup>264</sup>, porque

Na poesia temos pensamentos que se expressam sem que, apesar da força assertiva da sentença, sejam postos como verdadeiros; e ainda com a solicitação para que o ouvinte o julgue favoravelmente. Portanto, mesmo que uma sentença assertiva se apresente sob esta forma, devemos sempre perguntar se ela realmente contém uma asserção. E esta pergunta deve ser respondida negativamente, se faltar a necessária seriedade. Aqui, é irrelevante se a palavra ‘verdadeiro’ foi ou não utilizada.<sup>265</sup>

As asserções aparentes dos discursos poéticos e também da prosa possuem um terceiro elemento, o qual apenas se aplica ao sentido e não à asserção. O que se busca com ele é a afetabilidade sobre a dimensão psicológica do ouvinte, interferindo nos sentimentos e imaginação.<sup>266</sup>

Num dos últimos textos de Frege (“A generalidade lógica”), esta língua da poesia, da prosa e da vida em geral é qualificada como

---

<sup>262</sup> FREGE, *LFL*, p. 218.

<sup>263</sup> Cf. FREGE, *IL*, p. 20. *LU*, p. 37.

<sup>264</sup> Cf. FREGE, *SLS*, p. 59-60.

<sup>265</sup> FREGE, *IL*, p. 18. *LU*, p. 36. “In der Dichtung haben wir den Fall, daß Gedanken ausgedrückt werden, ohne daß sie trotz der Form des Behauptungssatzes wirklich als wahr hingestellt werden, obwohl es dem Hörer nahegelegt werden mag, selbst ein zustimmendes Urteil zu fällen. Also auch bei dem, was sich der Form nach als Behauptungssatz darstellt, ist immer noch zu fragen, ob es wirklich eine Behauptung enthalte. Und diese Frage ist zu verneinen, wenn der dazu nötige Ernst fehlt. Ob das Wort „wahr“ dabei gebraucht wird, ist unerheblich.”

<sup>266</sup> FREGE, *IL*, p. 18. *LU*, p. 36.

“*Darlegungssprache*”<sup>267</sup>, linguagem de exposição; qualificação realizada em contexto em que ela é contrastada com a linguagem auxiliar, a qual é introduzida, explicada e explicitada através da língua alemã, esta que foi a linguagem de apresentação usada por Frege. É apenas o uso da língua como linguagem de apresentação que permite que

Como em outras ciências também em lógica é permitido cunhar expressões técnicas, sem se preocupar se na língua da vida (*Sprache des Lebens*) as palavras sempre são usadas desse modo. Na fixação do significado não importa se se adequa ao uso linguístico ou se a derivação é justificada, mas sim tornar a palavra o mais adequada possível para expressar leis. Mas, quanto mais adequado é um conjunto de expressões técnicas, tanto mais breve permite reproduzir precisamente o inteiro sistema de leis.<sup>268</sup>

Deste modo, podemos perceber que a flexibilidade da língua é um recurso importante até mesmo para o âmbito das ciências e da lógica, enquanto esta característica possibilita a construção de termos técnicos, o que no caso dos feitos de Frege foi favorecido pela própria gramática da língua alemã que tem esse processo de construção gramaticalmente previsto. Isso significa que nesses casos a flexibilidade da língua é usada contra ela mesma à medida que permite com isso que venhamos a servir de parte dela de modo enrijecido para usos técnicos; ou seja, as propriedades da língua, as quais tornam inviáveis a tarefa do fazer lógica através da língua, são as mesmas que a partir dela possibilitam a introdução de uma linguagem técnica e lógica, com a diferença que essa produtividade da língua nas áreas científicas se realiza de forma consciente, ao contrário da maioria dos casos de

---

<sup>267</sup> Cf. FREGE, *IL*, p. 97. *SLS*, p. 169-170.

<sup>268</sup> FREGE, *SLS*, p. 51. “Wie in anderen Wissenschaften wird es auch in der Logik erlaubt sein, Kunstausdrücke zu prägen, unbekümmert darum, ob in der Sprache des Lebens die Wörter immer genauso gebraucht werden. Es kommt bei der Festsetzung der Bedeutung gar nicht darauf an, den Sprachgebrauch genau zu treffen oder der Ableitung) gerecht zu werden, sondern das Wort möglichst geeignet für den Ausdruck der Gesetze zu machen. Um so geeigneter aber ist ein Ganzes von Kunstausdrücken, je kürzer es die gesamte Gesetzmäßigkeit genau wiederzugeben vermag.”

produtividade que se realizam na esfera de uma comunidade de fala. Assim, perceber o uso técnico da língua não consiste em querer transformá-la numa linguagem de fórmulas, se tentássemos suprimir totalmente a falta de univocidade da língua causaríamos a “repugna à sensibilidade desta [ante] a prolixidade que decorre do fato de nada querer omitir.”<sup>269</sup>

Não esqueçamos que a linguagem de fórmulas fregeana plasmou a da aritmética que enquanto uma “linguagem de fórmulas (“*Formelsprache*”) da matemática é uma criação tão humana quanto a língua falada (“*Lautsprache*”), mas radicalmente distinta desta.”<sup>270</sup> Pode-se concluir dessas indicações de Angelelli e de Frege que as linguagens de fórmulas são criações humanas, e o que as fazem completamente diferentes é que uma linguagem de fórmulas como a de Frege é 100% convencional (apesar de necessitar de uma língua para ser introduzida), ou pelo menos pretende ser, uma vez que foi construída de forma ‘completamente’ consciente, mas não independente do percurso de evolução da história da lógica<sup>271</sup>.

O fato de uma linguagem de fórmulas ser fruto de uma decisão a faz radicalmente distinta de uma língua, mas não completamente distinta, já que as línguas não são apenas o resultado de decisões, pelo menos não o foram no seu início e não o são na sua totalidade por mais gramaticalizadas que elas sejam, aqui recordando daquela minoria entre elas que já possuem gramática. Em acordo com a argumentação de Novaes, temos de ter em consideração que dicotomias estanques como natural x cultural/artificial são problemáticas, visto que em diferentes línguas temporariamente concomitantes encontramos diferenças de graus desses processos de artificialização<sup>272</sup>.

O objeto de trabalho de Frege são frases e seus encadeamentos inferenciais em termos de funções e argumentos, e o mundo de Frege não são os objetos da realidade, mas a significatividade das partes de uma frase no interior do todo dessa frase, o mundo pressuposto pela linguagem analisada. Se essa linguagem pressupõe uma ontologia, o compromisso ontológico não é da linguagem de fórmulas de Frege, mas

---

<sup>269</sup> FREGE, LFL, p. 62.

<sup>270</sup> FREGE, p. LFL, p. 219.

<sup>271</sup> Cf. NOVAES, C. D. *Formal Languages in Logic*. A Philosophical and Cognitive Analysis, p. 3-4.

<sup>272</sup> Cf. NOVAES, C. D. *Formal Languages in Logic*. A Philosophical and Cognitive Analysis, p. 46.

da linguagem analisada. A linguagem de fórmulas de Frege se oferece como um instrumento rígido para expressar os conteúdos dessas linguagens pouco rigorosas na sua forma de expressão. O máximo que se pode dizer é que a linguagem de fórmulas de Frege pressupõe que a linguagem da aritmética, as línguas e outras linguagens de fórmulas pressupõem que há objetos designados pelos nomes ou pelos termos singulares que caem sob um conceito. O compromisso assumido pela teoria fregeana foi fornecer uma linguagem rigorosa em que os conteúdos semânticos das frases que possam ser particionados como designadores de objetos ou como conceitos destas linguagens sejam marcados e exibidos de forma rígida nela, já que não havia nas outras linguagens de sinais a preocupação de uma divisão rigorosa entre os sinais para designarem funções daqueles para designarem argumentos; antes, por vezes, era comum a situação de que nelas os mesmos sinais designavam tanto conceitos quanto objetos. Com a linguagem de fórmulas de Frege, almejou-se acabar com essa confusão no modo de expressão. Não estamos aqui chamando a atenção para a concepção problemática de Frege de tomar os números como objetos lógicos, mas, mesmo neste caso, os números apenas se dão através da análise do contexto de uma frase. Resumindo, a construção da linguagem de fórmulas de Frege possui três tipos de conteúdos semânticos, estes referentes: aos objetos, aos conceitos e o que não é nem um nem outro faz parte de sua base lógica. Para todos os âmbitos que querem expressar suas frases científicas em termos de objetos e conceitos, os desenvolvimentos de Frege fornecem um modo de analisar e de expressar o conteúdo dessas frases apenas em seus conteúdos objetivos, fazendo variar o que este conteúdo representa à medida que, como mostramos, isso depende do que tomamos como argumento e do que tomamos como função.

Vimos que o único sentido em que as línguas são universais na concepção fregeana diz respeito a nossa necessidade de partirmos de uma delas para a introdução de, pelo menos, da primeira linguagem instrumental. Por sua vez, a linguagem de fórmulas fregeana garante sua universalidade de expressão efetiva de conteúdos asseríveis por meio de oito características: a) por meio das variáveis de suas fórmulas, as quais nos permitem testar todos os argumentos possíveis para uma dada função; b) por intermédio do uso do quantificador universal sobre parte da fórmula ou sobre a fórmula inteira. c) por ser expansível mediante o acréscimo de novos símbolos e modos de inferência para dar conta de

novas tarefas. d) pela possibilidade de transcrevê-la através de outras simbologias. e) por não necessitar de tradução. f) por ser indiferente quem a opere. g) por expressar conteúdos independente dos modos linguísticos em que eles foram decompostos; h) e, finalmente, por fazer distinções claras entre os símbolos lógicos e os símbolos expressores de conteúdos semânticos de argumentos e funções, permitindo a expressão dos conteúdos de forma unívoca e da universalidade lógica, o que permitiu mostrar a aplicabilidade universal de conceitos lógicos; bem como por tornar clara a forma lógica das cadeias de inferências. A linguagem de fórmulas fregeana foi construída para trazer à expressão a aplicabilidade geral de conteúdos tal como o do conceito de número, universalmente aplicável a tudo o que pode vir a ser tomado como um objeto de nosso pensar intersubjetivo. A satisfação dessa exigência de expressabilidade do universal não significa nada mais do que ter um modo que dê conta de expressar o mutuamente compreensível, o intersubjetivo. Diante disso, independente de qual seja o conteúdo, se for mutuamente compreensível, seria expressável na linguagem de fórmulas de Frege. Os traços c e d podemos chamá-los de universalidade em potencial, enquanto os demais vamos chamá-los de universalidade efetiva.

Estes são os sentidos em que a linguagem de fórmulas fregeana pode ser dita universal, podemos chamá-la de uma linguagem universal, enquanto ela abarca as caracterizações listadas em a, b, c, d, e, f, g, h. Entretanto, ela não pode ser dita uma linguagem científica universal, ou seja, uma linguagem universal no sentido que pudesse expressar qualquer âmbito científico; como já dissemos, ela é limitada, e este limite se dá mesmo diante de áreas científicas. Encontramos no prefácio da *Conceitografia* a arguição de que a linguagem de fórmulas seria facilmente aplicável à geometria, bastando para isso que introduzíssemos símbolos para dar conta das relações intuitivas; no entanto, no ensaio *Über formale Theorien der Arithmetik*, encontramos a oposição entre aritmética e geometria. Como o projeto fregeano pretendia poder reduzir a aritmética à lógica, este mencionado contraste da geometria diz respeito à oposição dela à lógica. No supracitado ensaio de Frege, argumenta-se acerca da impossibilidade da geometria ser considerada formal, i.e., puramente lógica, o que, como vimos, significa estar ancorada apenas em leis lógicas e definições; tal impossibilidade da geometria ser formal se daria porque seus princípios mais básicos possuem suas aplicações dependentes da intuição, pois

seus axiomas expressam peculiaridades da esfera espacial, ou seja, os pontos de partida da geometria contêm intuições espaciais<sup>273</sup>, peculiaridades de objetos.

Diante do apresentado acima, sobre as concepções fregeanas de linguagem de fórmulas e de língua, agora podemos recordar dos apontamentos que fizemos na nossa introdução de que um dos grandes problemas da abordagem kuschiana se dá pelo fato de ela estar seguindo a generalização linguístico-naturalista da filosofia de J. Hintikka, a qual não estabelece uma distinção entre língua e linguagem de fórmulas, as quais são unificadas sob o rótulo de “nossa linguagem ordinária”. A distinção entre língua e linguagem de fórmulas veio a ser confirmada através de nossa explicitação da clara realização dela na teoria fregeana, enquanto nesta se distingue, respectivamente, linguagem de apresentação e linguagem auxiliar.

A concepção naturalista, que une língua e linguagem de fórmulas na interpretação da teoria fregeana, realizada pela filosofia de J. Hintikka erra o centro do alvo pelo seu extremismo. Não podemos concordar com o naturalismo linguístico radical de J. Hintikka (aceito na obra de Kusch) que concebe a linguagem de fórmulas de Frege como uma parte estilizada daquilo que J. Hintikka chama de linguagem natural; entretanto, não temos como recusar que o início da emergência de uma língua como a portuguesa, a alemã etc. se dá sob um ponto de vista naturalista, salvo raras exceções de línguas que tiveram suas bases criadas. Por outro lado, como vimos acima com Angelelli, não podemos esquecer que as línguas também são produtos tão culturais e artificiais, frutos de acúmulos, convenções e decisões arbitrárias, quanto é uma linguagem de fórmulas como a de Frege.

Para uma melhor compreensão do advento fregeano em lógica, seguimos em completo acordo com a interpretação de Legris. Com isso, vamos nos contrapor a não-separação de língua e linguagem de fórmulas realizada por J. Hintikka e por Kusch, e a consequente subsunção da linguagem de fórmulas fregeana ao conceito de linguagem como *medium* universal. A linguagem universal de Frege representa uma das duas frentes de concepções de linguagem formais em lógica simbólica. *Lingua characterica* e *calculus ratiocinator* são dois modos distintos de defesas de maneiras diferentes de lidar com a formalidade e com a questão da construção de notações universais; caracterizações estas que

---

<sup>273</sup> Cf. FREGE, KS, p. 103, 104.

incidem diretamente no modo de como nelas se lida com a questão da semântica. No caso da *lingua characterica*, a semântica é fixa e dada na própria construção da linguagem de fórmulas, apreendida completamente apenas por aquele que entrar nela, ela oferece um conteúdo epistêmico autêntico, enquanto seus símbolos expressam pensamentos com valor epistemológico já nos seus axiomas. No caso do viés do *calculus ratiocinator*, o conteúdo epistêmico autêntico não existe, seus próprios axiomas não possuem um conteúdo epistêmico autêntico, pois a semântica é dada externamente; por isso, uma lógica como *calculus ratiocinator* está aberta à reinterpretabilidade aplicativa infinita. Esta característica indica para seu traço de universalidade, porque esta reinterpretabilidade fornece a possibilidade de aplicar sempre uma nova semântica, a semântica correspondente ao novo domínio científico em que se quer usar a linguagem formal. Enquanto as linguagens formais caracterizadas como lógica como linguagem foram desenvolvidas com o fim de solucionar problemas epistemológicos, por sua vez as linguagens formais caracterizadas como lógica como cálculo foram sistemas simbólicos desenvolvidos com a função de ser meio para a solução de problemas lógicos<sup>274</sup>.

Agora endossamos nossa preliminar preferência feita em nossa introdução pela terminologia heijenoortiana em lógica do que pela a de J. Hintikka de linguagem como *medium* universal e linguagem como cálculo, porque lógica como cálculo e lógica como linguagem são caracterizações muito mais esclarecedoras e afins com a concepção fregeana descrita acima, a qual separa língua e linguagem de fórmulas. A terminologia heijenoortiana de lógica como linguagem mostra-se como um rótulo mais explicitador da concepção fregeana de linguagem universal do que a de linguagem como *medium* universal, porque a linguagem de fórmulas fregeana não é um *medium* (condição) universal, mas um meio de expressão de conteúdos universalmente aplicáveis.

Ante o que vimos até aqui, o viés fregeano de uma linguagem universal subscreve apenas parte das teses da concepção de linguagem como *medium* universal, disso a análise de Kusch já o sabia; mas vamos discordar dela, principalmente, com relação à tese principal da concepção de linguagem como *medium* universal, a da inacessibilidade da semântica porque ela seria inesgotável, no sentido da impossibilidade

---

<sup>274</sup> Cf.: LEGRIS, J. "On Universality and Formality in 19th Century Symbolic Logic: The Case of Schröder's "Absolute Algebra"".

de darmos uma semântica completa, logo ela seria inefável em seu todo. No entanto, da inefabilidade da linguagem de fórmulas de Frege não se segue a inacessibilidade nem a inesgotabilidade, isto se torna claro apenas quando fazemos a distinção entre língua e linguagem de fórmulas. Da inefabilidade de alguns conteúdos que podem ser expressados pela linguagem de fórmulas de Frege não se segue que não possamos apreendê-los racionalmente em suas relações semânticas. Eles são acessíveis e esgotáveis, pois toda aplicação da linguagem de fórmulas é finita, podemos utilizar de uma metalinguagem para tentar explicitar a semântica fregeana.

Com o apresentado anteriormente, parece-nos claro que a concepção fregeana de linguagem universal subscreve pelo menos as seguintes teses da concepção de linguagem como *medium* universal; aqui, não almejamos nos posicionar acerca de todas elas, mas apenas diante daquelas diretamente relacionadas com os problemas da inefabilidade da semântica; as teses divergentes ao modelo de Kusch foram reformuladas e apresentadas em itálico. *A semântica é acessível (esgotável) para quem entrar na linguagem de fórmulas, mas não é operável em seu todo numa língua devido a alguns tipos de conteúdos universais expressos na linguagem universal fregeana não serem expressáveis diretamente de outro modo, as relações semânticas apenas são exibidas nas fórmulas.* Deste modo, de saída, a linguagem de fórmulas de Frege é uma contraposição efetiva às linguagens meramente formais em lógicas. Há um único sistema de relações semânticas na linguagem de fórmulas dado em partes em linguagem de exposição e em partes através de pistas, não aceitando a concepção de mundos possíveis; no entanto, aceita a pluralidade de teorias de modelos e de seus aparatos de análise, já que a análise por decomposição de um conteúdo, buscando a equivalência semântica, e o particionamento de frases com a estrutura de argumento/função não tem nada de essencial, não são os únicos modos possíveis de proceder, mas escolhas arbitrárias dos fundamentos da lógica fregeana que regeram a construção da linguagem de fórmulas. Enquanto *aceita o pluralismo das línguas e dos meios instrumentais em lógica, a teoria fregeana recusa o relativismo linguístico porque na língua a tradução continua como uma possibilidade em quase todos os casos com exceção da poesia, bem como a transcrição para o caso das linguagens de fórmulas, já que neste caso a escolha dos sinais é totalmente arbitrária. A metalinguagem é possível dada a clara distinção entre língua e*

*linguagem de fórmulas. No entanto, uma língua pode ser usada como metalinguagem sempre apenas de modo parcial, devido à universalidade aplicativa dos conteúdos expressos, e a inefabilidade de parte desses conteúdos que não são expressáveis em palavras.* Por sua vez, a linguagem de fórmulas fregeana pode ser metalinguagem de outra linguagem de fórmulas como Frege a usou para expressar a linguagem da aritmética. Levando-se em consideração a equivalência semântica de modos distintos de apresentar o mesmo, a teoria fregeana *recusa a teoria da verdade como correspondência*, pois o que corresponde é apenas a parte objetiva de dois modos distintos de apresentação, seus conteúdos semânticos equivalentes.

A nossa consideração da distinção entre língua e linguagem de fórmulas, como explicitamos na teoria fregeana, proporcionou-nos percebermos que o conceito de inefabilidade da semântica de J. Hintikka e de Kusch não é um conceito adequado para explicitar a linguagem de fórmulas fregeana. O que está em questão no conceito de inefabilidade da semântica de J. Hintikka não é a questão da impossibilidade da autorreferência da linguagem, por ela não ter termos que possibilitem dizer a relação entre linguagem e mundo, tese esta que norteia o conceito mais comumente utilizado de inefabilidade da semântica, mas a impossibilidade de pôr-se fora da linguagem, a impossibilidade da semântica completa, ou seja, estes conceitos de inefabilidade da semântica de início estão correlacionados com conceitos distintos de linguagem. O conceito de inefabilidade da semântica que rege a perspectiva da linguagem como *medium* universal pressupõe a impossibilidade de uma semântica completa, visto que por tomar um conceito de linguagem amplo e genérico, não separando língua e linguagens instrumentais, não admite a possibilidade da metalinguagem. O conceito de inefabilidade da semântica como impossibilidade de apreendermos a semântica completa não se aplica à linguagem de fórmulas de Frege, porque podemos apreendê-la desde que estejamos dispostos a entrar nela e fazermos o esforço para apreender também aquela parte dos conteúdos apenas exibidos nela e não operáveis em outra linguagem. Apenas podemos falar de inefabilidade da semântica da linguagem de fórmulas fregeana quando explicitarmos o conceito de inefabilidade da semântica como impossibilidade da autorreferência das fórmulas da linguagem de fórmulas. Esta é a única possibilidade que resta para um conceito de inefabilidade da semântica que dê conta de uma característica da linguagem de fórmulas fregeana quando não

seguimos mais o conceito de infabilidade da semântica explicitado como caracterizador da perspectiva de linguagem como *medium* universal. Conclui-se deste modo que a linguagem de fórmulas fregeana não é abarcável pelo conceito de linguagem como *medium* universal.

Para finalizar, no decorrer do percurso deste capítulo, percebemos que também na lógica, enquanto teoria da dedutibilidade em cadeias de raciocínio, está em questão um apreender compreensivo rigoroso que visa a superar o mal-entendido tanto com respeito ao pensar reto do lógico consigo mesmo na construção de demonstrações quanto na busca do entendimento do outro. A implementação dos conceitos lógico-sintático-semânticos da teoria lógica fregeana na linguagem de fórmulas, numa linguagem conteudística, visou, sobretudo, ser uma linguagem instrumental com o fim de ser o intermeio para a solução de obscuridades e litígios que não eram solucionáveis com o máximo de clareza por meio das línguas e das outras linguagens instrumentais.



### 3 A UNIVERSALIDADE DA LÍNGUA VIA GADAMER

Mas então não há uma linguagem geral.<sup>275</sup>

Eu não acredito na linguagem universal da humanidade.<sup>276</sup>

Acima, cumprimos o primeiro passo do proposto na introdução, mostrando que a generalização realizada através do conceito de linguagem como *medium* universal aplicada pelos Hintikkas e Kusch se mostra equívoca quando aplicada para a análise da linguagem de fórmulas de Frege, porque a aplicação do conceito de linguagem como *medium* universal tem como pressuposto de saída que a linguagem de fórmulas de Frege e uma língua poderiam ser vistas como um mesmo tipo, sob o termo geral e genérico de “linguagem”, por supostamente serem abarcáveis pelo mesmo conceito de inefabilidade da semântica como impossibilidade do estabelecimento de uma semântica completa. No pensamento de Frege, vimos que nem a linguagem de fórmulas e sequer a concepção de língua poderiam ser pensadas como *medium* inescapável, infável, infinito e dado *a priori*, pressupostos máximos do conceito de linguagem como *medium* universal; visto que a língua é considerada universal apenas enquanto é universalmente necessária para a introdução, pelo menos, de uma primeira linguagem de fórmulas; pois a segunda poder-se-ia introduzir a partir da primeira. Bem como, vimos que, diante da não-aplicabilidade do conceito de linguagem como *medium* universal, a concepção fregeana de linguagem de fórmulas e a explicitação fregeana de língua não compartilham sequer um traço de universalidade, se queremos encontrar um traço comum temos que forjar um novo conceito de linguagem que apreenda uma dimensão de expressabilidade comum a ambas.

Por ora, passamos ao segundo passo de nossa tarefa. Adiante, explicitaremos a concepção gadameriana de língua em alguns de seus conceitos mais basilares para então avaliarmos os limites da aplicação

---

<sup>275</sup> SCHLEIERMACHER, *Hermeneutik und Kritik*, p. 461. Tradução minha. “Nun aber gibt es keine allgemeine Sprache.”

<sup>276</sup> GADAMER, **GW10**, p. 30; [**HR**, p. 33]. “Ich glaube nicht an die Universalsprache der Menschheit.”

do conceito de linguagem como *medium* universal à concepção gadameriana da universalidade da língua. Com este objetivo geral satisfeito, estaremos em condições de propormos no capítulo posterior desta investigação um conceito mais apropriado para aproximarmos as concepções de linguagem universal e universalidade da língua, já que a aplicação do conceito de linguagem como *medium* universal malogrou ao explicitarmos as concepções fregeanas de linguagem de fórmulas e de língua, porque o conceito de linguagem como *medium* universal proposto por J. Hintikka mostrou-se não ser uma boa alternativa para a perspectiva fregeana de língua como instrumento muito menos para a linguagem de fórmulas fregeana. Portanto, mesmo que o conceito de linguagem como *medium* universal venha a dar conta de caracterizar a concepção gadameriana de língua, o conceito de linguagem como *medium* universal não será apropriado para a indicação de uma base comum, requerendo de nós a introdução de um novo conceito de linguagem.

Diante disso, visamos explicitar a concepção de língua da filosofia gadameriana para respondermos até que ponto o conceito de linguagem como *medium* universal subscreve a teoria gadameriana da universalidade da língua, principalmente ao que se refere à questão da inefabilidade da semântica, se ela o é, visamos explicitar em que sentido ela é inefável. A inefabilidade da semântica na teoria gadameriana da língua seria melhor caracterizada sob qual dos conceitos de inefabilidade da semântica que explicitamos acima: o posto pela concepção de linguagem como *medium* universal como impossibilidade de uma semântica completa ou seria melhor caracterizada pelo conceito de inefabilidade da semântica que aclaramos como impossibilidade da autorreferência, sob o qual apreendemos as fórmulas da linguagem de fórmulas de Frege?

Para satisfazer este objetivo, de modo geral, visamos analisar o modo como a questão da universalidade da língua foi concebida na filosofia hermenêutica gadameriana a partir da estrutura de jogo do diálogo de perguntas e respostas. Em passos delineados, adiante visamos esclarecer, primeiramente se a concepção gadameriana de língua pode de alguma forma ser caracterizada como um instrumento ou se como um dado ao modo que é concebido pela concepção de linguagem como *medium* universal de J. Hintikka e de Kusch. Caso ela não for explicitada nem como instrumento nem como dado, pretendemos aclarar qual é então o seu modo de realização, de ser. Posteriormente,

focaremos na explicitação do processo de compreender-se, para posteriormente, delinear-mos como este se realiza na língua enquanto jogaremos luzes sobre a estrutura da conversa, visando tornar claro o fazer-se da língua. Feito isso, visaremos compreender de que modo a universalidade da língua e a universalidade da hermenêutica se congregam.

### 3.1 LÍNGUA

“A língua é a luz do mundo”<sup>277</sup>

A seguir, começamos a aclarar o conceito de língua na filosofia gadameriana com a pretensão de avaliar se podemos subsumi-lo sob o conceito de linguagem como *medium* universal, que concebe a linguagem de maneira genérica e como um dado *a priori*.

A partir daqui, veremos parte da argumentação gadameriana referente à explicitação da concepção de língua. Se a língua não é um dado *a priori*, o que ela é?

Para início de uma tentativa de resposta, como já alertamos na nossa introdução e vimos nos usos feitos por Frege, uma das questões problemáticas já está em torno do modo como compreendemos e traduzimos a polissêmica palavra “*Sprache*”, a qual também na concepção universalista gadameriana requer uma atenção especial. Apesar do foco gadameriano ser a explicitação da língua discursiva<sup>278</sup> (uma língua qualquer), também encontramos o uso de “*Sprache*” para referir-se a um conceito mais amplo e genérico de linguagem, o qual, por vezes, não inclui a acepção de língua, como, por exemplo, no caso da expressão *linguagens dos animais* (“*Tiersprachen*”). Ao considerarmos essa polissemia, sempre que ficar claro que “*Sprache*” estiver significando idioma, com a palavra “língua” vamos traduzir, para os demais casos utilizaremos da palavra “linguagem”.

Não é difícil de nos depararmos com a ênfase gadameriana de

---

<sup>277</sup> “Die Sprache ist das Licht der Welt”, este é o título do anúncio da morte de Gadamer no *site* do jornal alemão *ZEIT ONLINE* no dia de seu falecimento, seguido de pequenos textos de Charles Taylor, Gianni Vattimo, Richard Rorty, Jürgen Habermas, Albrecht Wellmer e Rüdiger Bubner.

<sup>278</sup> GADAMER, **GW8**, p. 350. “Mas, obviamente, no centro de minhas reflexões está a língua discursiva.” Tradução minha. “Im Zentrum meiner Überlegungen wird aber selbstverständlich die Wortsprache stehen.”

que o tema da língua sempre se constituiu num dos pontos mais obscuros para a reflexão humana. Isso se daria principalmente porque nossos hábitos linguísticos apresentam, em certa medida, um caráter inconsciente<sup>279</sup> de nossos *pré-juízos* que não se deixam reduzir pela abstração e indução dos esquemas das lógicas e pelo tratamento objetivador dado à linguagem pela tradição filosófica.

O posicionamento da filosofia gadameriana deixa claro que ela se trata de um levante contra a tradição instrumentalista da linguagem, a qual perpassaria a maior parte da tradição instrumentalista da linguagem desde o posicionamento de Platão até os da filosofia da linguagem de cunho semanticista. Este percurso se deu a partir da ênfase na análise da linguagem em apenas um dos “fenômenos de indicação”<sup>280</sup>, a saber, o do sinal (signo). Os dois principais fenômenos institucionais de indicação são o sinal e o símbolo. Aqui, apenas vamos tratar do sinal, brevemente, somente como forma de prepararmos o caminho para o posicionamento da própria filosofia hermenêutica de Gadamer. O que caracterizamos como fenômenos institucionais de indicação apresenta como ponto comum o fato de terem como pressuposto uma intencionalidade que a cada um lhes atribui um determinado significado. Adiante, apresentamos, segundo a perspectiva de Gadamer, os traços que singularizam o fenômeno do sinal. A explicitação gadameriana do conceito de sinal se caracteriza como “o *puro referir*”<sup>281</sup>,

pois um sinal não é nada mais que aquilo que exige a sua função; e essa é a de apontar para fora de si. Para poder preencher essa função, é preciso que, de início, ele atraia a atenção para si. Precisa chamar a atenção, ou seja, precisa destacar-se nitidamente e mostrar seu conteúdo referencial, como um cartaz<sup>282</sup>.

Como o sinal não tem uma função por si mesmo, ela tem de ser estipulada. Com isso, explicita-se o caráter convencional e arbitrário da

---

<sup>279</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 357; [272].

<sup>280</sup> GADAMER, **WM1**, p. 215; [157]. “Phänomene von Verweisung”.

<sup>281</sup> GADAMER, **WM1**, p. 215; [157]. “das *reine Verweisen*”. Grifo do autor.

<sup>282</sup> GADAMER, **WM1**, p. 215; [157]. “Denn ein Zeichen ist nichts anderes, als was seine Funktion fordert; und die ist, von sich wegzuverweisen. Um diese Funktion erfüllen zu können, muß es freilich zunächst einmal auf sich ziehen. Es muß auffüllen, das heißt, sich deutlich abheben und in seinem Verweisungsgehalt darstellen – wie ein Plakat.”

referencialidade do sinal. Ao voltar às raízes do tratamento da língua como signo, o pensamento gadameriano retornou para o período iluminista da filosofia grega que ao tratar a palavra apenas como nome (atribuição convencionada) a desvinculou da coisa nomeada, de uma relação mais forte do que a da mera convenção. Diante disso, estava legitimada a mudança do nome aleatoriamente, da arbitrariedade de indicação. Isto se deu principalmente nas teses apresentadas por Platão no diálogo *Crátilo*, no qual é negada a possibilidade de atingirmos a verdade pelas palavras, bem como a possibilidade de chegarmos a conhecer os entes através das próprias palavras. Para o pensamento de Platão desenvolvido naquela obra, a verdade e o conhecer apenas podem se dar através da dialética do pensamento puro, deixando à palavra o *status* de mero instrumento do qual nos servimos como meio para comunicar.

Os fenômenos de indicação denominados sinais ou signos estão fundados numa tomada de decisão consciente, o que os tornam produções institucionais, e, portanto, não teriam um vínculo direto com aquilo de que se fala. Para a teoria gadameriana, este não seria o caso da palavra, pois esta é descrita nela como possuindo um estatuto ontológico com relação àquilo de que se fala correlato ao estatuto ontológico da imagem com relação ao representado por ela. Essa crítica da filosofia gadameriana, fê-la seguir outro caminho, aquele de correlacionar o estatuto da imagem ao da palavra, e, como o pensamento gadameriano alerta, trata-se “da” palavra<sup>283</sup>, uma palavra qualquer, e não de A Palavra; porque “Uma verdadeira palavra é aquela que se oferece por si ao falar a partir de vocabulários e usos de linguagem pré-esquemmatizados.”<sup>284</sup>

Enquanto as essências do sinal e do símbolo mostram-se como “extremos da apresentação”<sup>285</sup>, “a essência da imagem”<sup>286</sup> apresentar-se-ia como o ponto intermediário entre eles, o qual também é concebido à palavra. A imagem difere dos fenômenos institucionais de indicação à medida que ela não é o fruto de uma convenção firmada, institucional como no caso do signo, visto que a imagem caracteriza-se como um

---

<sup>283</sup> Cf. GADAMER, HOA, p. 25.

<sup>284</sup> GADAMER, WM2, p. 242; [205-6]. “Das erst ist wirkliches Wort, was sich aus noch so sehr vorschematisiertem Sprachschatz und Sprachgebrauch im Sprechen von sich aus anbietet.”

<sup>285</sup> GADAMER, WM1, p. 215; [157]. “Extreme von Darstellung”.

<sup>286</sup> GADAMER, WM1, p. 215; [157]. “Das Wesen des Bildes”.

processo ontológico. Este carácter ontológico já se tornaria evidente “por trás da misteriosa duplicidade do [conceito] de ‘imagem’ (*Bild*), o qual inclui tanto cópia (*Nachbild*) quanto modelo (*Vorbild*).”<sup>287</sup> Esta duplicidade revela tanto o carácter de ter passado da imagem, ou seja, de sua origem ter dependido de outra coisa, quanto o seu carácter de abertura para algo novo à proporção que a imagem pode ser base para a criação de algo novo diferente dela, criado a partir de algo que ainda não faz remissão a ela, mas futuramente pode fazê-lo.

O estatuto ontológico da imagem a situa num caminho intermediário entre os extremos representados pelo carácter referencial do signo e pelo carácter representativo do símbolo, tal como acontece, respectivamente, com uma placa que indica uma curva na estrada e o brasão de um clube de futebol. Por isso, a imagem tanto cumpre o papel do referir quanto o de representar, ou seja, de estar no lugar de outrem. Mas, além disso, ela tem um terceiro aspecto que lhe dá singularidade, a saber, o de ter um conteúdo significativo por si mesma.

A imagem desempenha o papel de referir quando ela remete para o original, do mesmo modo como acontece no caso de um retrato, uma vez que este, enquanto imagem, “então deve atrair a atenção para si a ponto de alguém se demorar junto a ele”<sup>288</sup>, pois aqui além do original não presente se visa também o que está presente sob os olhos do observador, ou seja, o próprio retrato. Mas no caso da imagem o que é referido está presente nela mesma.<sup>289</sup> O “próprio conteúdo da imagem nos convida a nos demorarmos”<sup>290</sup> diante dela, visto que ela está aí para mostrar-se a si mesma, não requer a abstração para outra coisa que não seja ela. Na perspectiva gadameriana, a imagem

realiza sua indicação ao apresentado apenas através de seu próprio conteúdo. Ao nos aprofundarmos nele, atingimos também o apresentado. A imagem faz indicação a outra coisa à medida que permite que nos demoremos nela. Pois o que perfaz aquela valência ontológica que acentuamos é o fato de que não está

<sup>287</sup> GADAMER, **WM1**, p. 46; [17]. “hinter der geheimnisvollen Doppelseitigkeit zurück, mit der ‘Bild’ Nachbild und Vorbild zugleich umfaßt”.

<sup>288</sup> GADAMER, **WM1**, p. 215; [157]. “Es darf [...] so auf sich ziehen, daß es bei sich verweilen läßt”.

<sup>289</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 217; [158].

<sup>290</sup> GADAMER, **WM1**, p. 215; [157]. “eigenen Bildgehalt zum Verweilen einladen.”

simplesmente separada daquilo que apresenta, mas participa de seu ser. Vimos que o apresentado surge na imagem para si mesmo. Ele experimenta um crescimento de ser. Isso significa que ele está presente na própria imagem.<sup>291</sup>

Uma imagem, do mesmo modo que um quadro, caracteriza-se por sua “participação ontológica” que lhe faz ultrapassar o mero referir, proporcionando que “por seu próprio ser participa daquilo que reproduz.”<sup>292</sup> Consequentemente, com esta participação, há o acréscimo de ser. O pensamento gadameriano concebe o estatuto da palavra como imagem.

Uma das principais consequências da relação entre a imagem e a coisa é que a imagem não está completamente separada da coisa, apesar da imagem ser algo por si mesma, ela está fundada em algo que é independente e prévio à própria imagem. A teoria gadameriana viu nesta relação um ponto em comum com a relação entre palavra e aquilo que se reproduz na fala, ou seja, a palavra não está completamente separada daquilo de que se fala. Apesar da palavra ganhar independência com relação àquilo de que se fala, ela está fundada nele, o qual apenas é enquanto vem à palavra. A busca da palavra que expresse a experiência faz parte da própria experiência. A palavra apenas vem a ser a partir dos traços provenientes do fluxo dos fenômenos retidos na memória, levando à idealidade da palavra, ou seja, à formação conceitual<sup>293</sup>, a qual, devido às línguas históricas serem contingências, tem como resultado conceitos indeterminados<sup>294</sup>, o que mantém viva a tarefa explicitativa da filosofia. A correlação entre *imagem e aquilo que se reproduz* e *palavra e aquilo de que se fala* é um ponto central para a teoria gadameriana começar a estabelecer sua contraposição à visão convencionalista proveniente desde Platão da palavra vista apenas sob a

---

<sup>291</sup> GADAMER, **WMI**, p. 216; [158]. “Das Bild dagegen erfüllt seine Verweisung auf das Dargestellte allein durch seinen eigenen Gehalt. Indem man sich in es vertieft, ist man zugleich bei dem Dargestellten. Das Bild ist verweisend, indem es verweilen läßt. Das macht jene Seinsvalenz aus, die wir betonten, daß es von dem, was es darstellt, nicht schlechthin geschieden ist, sondern an dessen Sein teilhat. Wir sahen, das Dargestellte kommt im Bilde zu sich selbst. Es erfährt einen Seinszuwachs. Das heißt aber, es ist im Bilde selber da.”

<sup>292</sup> GADAMER, **WMI**, p. 216; [158].

<sup>293</sup> GADAMER, **WMI**, p. 539; [421]. Neste ponto, ver o original ou a tradução espanhola (**WMI**, p. 501), porque na tradução portuguesa a supressão de um “não” inverte a primeira tese do parágrafo.

<sup>294</sup> Cf. GADAMER, **WMI**, p. 537; [419].

concepção instrumental de signo, a qual separa arbitrariamente linguagem e mundo. A transferência da correlação da imagem para a palavra serve de guia para a tomada de consciência da não-arbitrariedade entre palavra e aquilo de que se fala, entre língua e mundo, da impossibilidade de se estabelecer uma separabilidade completa.

Com esta postura crítica, a filosofia gadameriana entrou no caminho aberto em seu tempo inicialmente pelo pensamento de Heidegger, uma vez que seguiu o levante deste contra o tratamento objetivante da língua realizado pela tradição metafísica e pelas ciências da língua, as quais a concebem unicamente como redutível e objetivável por meio da lógica do juízo enunciativo. O pensamento de Gadamer não recusa que a língua também em partes seja concebida como enunciado objetivável – basta percebermos a relevância que Gadamer atribui à semântica<sup>295</sup>. As contraposições gadamerianas emergem contra a universalidade da concepção do enunciado objetivável, ou seja, contra quaisquer teses que defendam que a língua seria abarcada por meio de métodos científicos<sup>296</sup>, mas não negam as contribuições desses modos de análises, apesar de tirar deles a primazia de análise; porque o que está em questão são os limites dos métodos científicos e não os das ciências. A teoria gadameriana também já havia encontrado este levante contra o modo de caracterizar a língua como signo nos escritos de Wilhelm von Humboldt. Nestes, encontramos a tese de que as línguas em suas bases não são arbitrárias, ou seja, não são determinadas por convenção, antes elas refletiriam as características peculiares mais íntimas de pensar e sentir dos povos<sup>297</sup>.

Para a filosofia gadameriana, se por um lado a lógica do

---

<sup>295</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 204-16; [174-83].

<sup>296</sup> Grondin defende que a *Teoria generale della Interpretazione* de Emilio Betti, de 1955, é uma reação à perspectiva ontológica de interpretação de *Ser e Tempo* de Heidegger (cf. GRONDIN, J. “La hermenéutica como ciencia rigurosa según Emilio Betti (1890-1968)”), também nos parece coerente dizer que a concepção de linguagem contida em *Verdade e Método I* (1960) pode ser vista como uma reação de Gadamer à concepção de linguagem como signo de *Teoria generale della Interpretazione*. Apesar das diferenças dessas obras, podemos visualizá-las como complementares enquanto Betti busca princípios normativos de como proceder em questões de interpretação, Gadamer buscou descrever o como vem se dando o acontecer da interpretação em seus pressupostos que ultrapassam em muito a atitude normativa. A descrição de Gadamer não deixa de ter um caráter orientador de como procedermos, porque sempre esperamos que o que vem acontecendo mantenha certo núcleo.

<sup>297</sup> Cf. HUMBOLDT, W. von. “Sobre la influencia del diverso carácter de las lenguas en la literatura y en la formación del espíritu”, p. 61.

enunciado obscurece o que seja a língua, por outro, a obscuridade da língua pode ganhar nitidez se começarmos a explicitá-la a partir da tomada de consciência de que “a consciência articulada linguisticamente determina o ser material da práxis da vida”, ou seja, a realidade social “também se dá na língua.”<sup>298</sup>

A língua não se caracteriza como um objeto – instrumento – que alguém poderia possuir e, depois de usá-la, seria capaz de colocá-la de lado; antes, ela é concebida como *medium* da experiência hermenêutica, ou seja, os entrelaçados processos do compreender e do interpretar se realizam no ambiente, no corpo da língua. Já na “*Habilitationsschrift*” há indicação para a inerente intersubjetividade da conversa, visto que nela o desenvolvimento de “todo falar é falar-com-alguém”<sup>299</sup>, é sempre palavra direcionada para alguém, é a palavra que institui o mundo no movimento de mútuo intercâmbio do “falar um com o outro”<sup>300</sup>.

No processo do compreender aquilo de que se fala, a língua é o *medium* responsável pelo desempenho e produtividade que culmina no entrelace de horizontes entre os interlocutores sobre aquilo de que se fala<sup>301</sup>. Na língua, ambos os interlocutores estão a serviço de algo que os precedeu, subsume-os e os ultrapassará. Esta fusão de horizontes, a qual resulta no polimento e crescimento daquilo de que se fala, consiste num processo em que um eu e um tu se deixam experienciar mutuamente no constante intercâmbio de fala e escuta que sempre estão a visar a objetividade (“*Sachlichkeit*”<sup>302</sup>) do dito sobre aquilo de que se fala. A interpretação gadameriana viu na “enigmática superioridade dos gregos” mais uma vez o caminho a ser seguido, pois eles foram os grandes mestres da ““contenção da subjetividade””<sup>303</sup> (Stenzel), à medida que moviam seus esforços em favor daquilo de que se fala, “abandonavam-

<sup>298</sup> GADAMER, **WM2**, p. 286; [245]. “das sprachlich artikulierte Bewußtsein das materielle Sein der Lebenspraxis bestimmt [...] sie geschieht auch in der Sprache.”

<sup>299</sup> GADAMER, **GW5**, p. 27; [PDE, p. 35]. “ist jedes Sprechen mit-Jemandem-Sprechen”. Cf. GADAMER, **WM1**, p. 514; [401].

<sup>300</sup> GADAMER, **WM1**, p. 576; [450]. “die miteinander sprechen.”

<sup>301</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 492; [383].

<sup>302</sup> Como não temos na língua portuguesa duas palavras para as diferentes formas de objetividade estamos indicando em cada ocorrência de qual se trata, visto que estas perspectivas não dizem o mesmo sobre aquilo de que se fala: com “*Sachlichkeit*” se está apontando para a objetividade referente àquilo de que se fala (“*Sache*”), objetividade esta que se constrói, emerge na conversa; enquanto o uso de “*Objektivität*” é para referir-se à objetividade metodológica da ciência moderna.

<sup>303</sup> GADAMER, **WM2**, p. 552; [485]. ““Abdämpfung der Subjektivität””. Cf. **WM1**, p. 594; [464].

se pela entrega no pensar ao movimento do pensado em uma extrema inocência.”<sup>304</sup>

Através da formação dos conceitos, processo este que na filosofia gadameriana também se chama de formação da essência da língua, a língua possibilita ao pensamento um acervo memorial do conhecimento do comum, do qual o pensamento pode servir-se para seu próprio aprimoramento<sup>305</sup>. A língua está aí em obra, portanto, não é dada *a priori*.

O fazer-se da língua não se deixa apreender e reger pelos moldes científicos impositivos da gramática, ele é antes um acontecer onde se institui os conceitos<sup>306</sup>. Se ainda não temos claro o escopo do conceito de língua na filosofia gadameriana, na passagem seguinte, o conceito de língua é delimitado de forma a não deixar dúvidas de qual fora o enfoque principal:

Não cabe duvidar de que a *Sprache* não apenas deve ser considerada como língua discursiva, senão como forma de comunicação. Isto significa que há um conceito mais amplo de linguagem junto a um mais estrito. No sentido mais amplo, a linguagem refere-se a toda comunicação, não apenas à fala, senão também a todos os gestos que estão em jogo no trato linguístico dos humanos. Agora há as denominadas linguagens dos animais. Esse é um tema particular mesmo. Contra isso, é para mim especialmente importante ter em conta a forma intermediária que, sem dúvida, é uma forma de comunicação de um tipo particular, a linguagem que o homem fala com os animais, a qual certas espécies de animais domésticos, de alguma forma, compreendem. Mas, obviamente, no centro de minhas reflexões está a língua discursiva.<sup>307</sup>

---

<sup>304</sup> GADAMER, **WM2**, p. 552; [485]. “daß sie aus selbstvergessener Hingabe an das Denken sich der Bewegung des Gedankens in maßloser Unschuld überließen.”

<sup>305</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 554; [433].

<sup>306</sup> GADAMER, **WM1**, p. 552; [431].

<sup>307</sup> GADAMER, **GW8**, p. 350. Tradução minha. “Es besteht wohl kein Zweifel, daß Sprache nicht nur als Wortsprache, sondern als Kommunikationsform gesehen werden muß. Das bedeutet, daß ein weiter Begriff von Sprache neben einen engeren zu stehen kommt. Sprache meint im weiteren Sinne alle Kommunikation, nicht nur Rede, sondern auch alle Gestik, die im sprachlichen Umgang der Menschen mitspielt. Nun gibt es die sogenannten Tiersprachen.

Com este enfoque na linguagem discursiva, já podemos perceber que a concepção gadameriana de língua não é caracterizada como instrumento, como produto de pura convenção, mas como a realização de um construto intersubjetivo, como um *medium* de comunicação. Diante desta perspectiva, a língua não é mais vista como um construto arbitrário no qual linguagem e mundo não teriam um vínculo determinante, mas como um construto inseparável do mundo que vem à palavra por intermédio dela.

Com enfoque na concepção gadameriana na língua discursiva, vejamos como a língua é caracterizada como o ambiente no qual se desenrola o processo de compreender intersubjetivo acerca daquilo de que se fala.

### 3.2 A LÍNGUA COMO *MEDIUM* DO PROCESSO DE COMPREENDER

“Quem pensa ‘língua’ já sempre se movimenta em um para além da subjetividade.”<sup>308</sup>

No presente subcapítulo, pretendemos explicitar como o conceito de língua é aclarado em seus vínculos com o conceito de compreender e como estas conexões são sustentadas na filosofia hermenêutica gadameriana.

A relevância desta explicitação entre este vínculo de língua e compreender dá-se ante a convicção de que na língua

a universalidade da linguisticidade humana mostra-se como um elemento ilimitado que sustenta tudo, não somente a cultura transmitida pela língua, mas simplesmente tudo, porque tudo é

---

Doch das ist ein eigenes Thema. Dagegen ist es mir besonders wichtig, die Zwischenform zu beachten, die ohne Zweifel eine Kommunikationsform von eigenem Typus ist, die Sprache, die der Mensch mit Tieren redet und die bei gewissen domestizierten Tierarten irgendwie verstanden wird. Im Zentrum meiner Überlegungen wird aber selbstverständlich die Wortsprache stehen.” Neste trecho, podemos perceber a dificuldade imposta pela polissemia da palavra “*Sprache*”, a qual se transfere para a língua portuguesa.

<sup>308</sup> GADAMER, HR, p. 111; [GW10, p. 99]. “Wer ‘Sprache’ denkt, bewegt sich schon immer in einem Jenseits der Subjektivität.”

assumido pela compreensibilidade na qual nos relacionamos uns com os outros.<sup>309</sup>

Mas o que mesmo significa o fenômeno do compreender que se realiza na língua numa perspectiva hermenêutica em termos mínimos, ao molde de uma aproximação a um conceito? Até a filosofia de Schleiermacher as teses hermenêuticas se particularizaram no tratamento de questões relacionadas aos supostos conteúdos objetivos apenas referentes ao nível textual dos âmbitos teológico, jurídico e filosófico-filológico, sendo ele um divisor de águas entre as hermenêuticas particulares e a hermenêutica filosófica. A partir da concepção de Schleiermacher, a hermenêutica deu os primeiros passos para uma mudança de direção extremamente significativa, enquanto se percebeu que os problemas do compreender e do interpretar também estão relacionados com a dimensão da conversa cotidiana. Desde Schleiermacher, a hermenêutica veio a ser retomada e desenvolvida em uma crescente problematização histórica por Dilthey, Heidegger e outros, sendo sintetizada e desenvolvida em toda a sua radicalidade na filosofia gadameriana. Nesta, a problematização da história representou um percurso rumo à busca da superação da metafísica<sup>310</sup>.

Foi uma tese de Schleiermacher que aflorou como o ponto de partida e o crivo da segunda parte de *Verdade e Método I*, a partir da qual a análise gadameriana primeiramente avalia a tradição antecedente à hermenêutica romântica e a ela própria, enquanto fora desenvolvida a partir de Schleiermacher; o que envolveu um percurso que passa ainda pelas amarras epistemológicas do historicismo e pelas produtivas contribuições da fenomenologia (no tópico “Preliminares históricas”), para em seguida desenvolvê-lo em todos os seus pressupostos e consequências. Trata-se da seguinte ideia contida na *Estética* (“*Ästhetik*”) de Schleiermacher: “**compreender significa, de princípio, compreender-se uns aos outros**’.”<sup>311</sup> Essa tese fornece os delineamentos da segunda parte de *Verdade e Método I*, culminando na exigência

<sup>309</sup> GADAMER, WM2, p. 276; [237]. “die Universalität der menschlichen Sprachlichkeit als ein in sich grenzenloses Element, das alles trägt, nicht nur die durch Sprache überlieferte Kultur, sondern schlechthin alles, weil alles in die Verständlichkeit hereingeholt wird, in der wir uns miteinander bewegen.”

<sup>310</sup> Cf. WM2, p. 38; [28].

<sup>311</sup> WM1, p. 248; [183]. Duplo grifo meu. “Verstehen heißt zunächst, sich miteinander verstehen’.” Cf. WM2, p. 119; [98]. O que é constatável em Schleiermacher, por exemplo, em: SCHLEIERMACHER, *Hermenêutica*, p. 26, 32.

explicitativa de que “*É tarefa da hermenêutica esclarecer o milagre do compreender*, que não é uma comunicação misteriosa entre as almas, mas *participação num sentido comum*.”<sup>312</sup> Daqui por diante, tomamos essa explicitação como uma espécie de aproximação a uma definição do conceito de compreender.

O conceito de compreender como participação num sentido comum é válido mesmo para o pensar, foi assim que Gadamer aprendeu também com a hermenêutica de Schleiermacher de que no fim das contas “Nós pensamos em palavras.”<sup>313</sup> Ao desenvolver esta perspectiva de compreender indicada por Schleiermacher, a filosofia gadameriana ultrapassou toda a tradição que a precedeu, visto que diante do conceito de autocompreensão cunhado pelo Idealismo e do conceito de autocompreensão forjado pela crítica que se levantou contra o próprio Idealismo, podemos dizer, junto ao viés gadameriano, que nenhum desses conceitos de autocompreensão se libertou da prisão do si mesmo; uma vez que seguindo essa perspectiva, a teoria gadameriana se liberou dos resquícios teológicos da transparência da concepção idealista do compreender como autocompreensão. Por sua vez, o conceito gadameriano de compreender significa a radical tomada de consciência de “*que no compreender está um momento de perda-de-si-mesmo*.”<sup>314</sup> Retornaremos a tirar as demais consequências dessas percepções mais adiante.

Por ora, vamos recordar ainda que, na filosofia hermenêutica gadameriana, a abordagem ontológica é realizada de uma forma indireta<sup>315</sup>, já que, como a filosofia prática de Aristóteles, a filosofia

---

<sup>312</sup> WM2, p. 73; [58]. Grifos meus. “Es ist die Aufgabe der Hermeneutik, dies Wunder des Verstehens aufzuklären, das nicht eine geheimnisvolle Kommunion der Seelen, sondern eine Teilhabe am gemeinsamen Sinn ist.” Esta formulação aparece inicialmente em *Do círculo do compreender* (“*Vom Zirkel der Verstehens*” – atualmente em WM2, p. 72-81; [57-65]) de 1959, sendo repetida em *Verdade e Método I*. Cf. WM1, p. 387; [297].

<sup>313</sup> WM2, p. 234; [200]. “Wir denken in Worten.”

<sup>314</sup> WM2, p. 151; [126]. Grifo meu. “daß im Verstehen ein Moment der Selbstlosigkeit ist”. Com o hífen em “*Selbstlosigkeit*” Gadamer quis chamar a atenção para o que realmente significa “*Selbstlosigkeit*” – conforme traduzimos acima –, esta última pode ser traduzida como *desinteresse*, *abnegação*, *altruísmo*. O sufixo “*losigkeit*” quando posposto a um substantivo ou a um advérbio significa *falta de*, *ausência de*. Sentido que na língua portuguesa preserva-se pelo prefixo – de origem latina – *ab* que tem o sentido de *distanciamento*; e pelo prefixo *des* – também de origem latina – que significa *falta*, *oposição*, *negação* etc.

<sup>315</sup> Sirvo-me da distinção de Gauvin, este lembra que há dois tipos de discursos filosóficos, a saber: o diretamente ontológico que opera estagnado no plano conceitual e o discurso indiretamente ontológico que lida com o nível conceitual, tendo como seu fio de prumo a

gadameriana caracteriza o universal, o plano do conceito, como emergente da prática e reajustável pelas especificidades desta, uma vez que recorre à contingência da experiência da língua no seu uso efetivo para pronunciar-se sobre *o que é*. Através desta concepção, *o que é* passa a ser conhecido pela via do reconhecimento. Como a questão do reconhecimento de algo (uma coisa, “*ein Ding*”) da realidade (“*Realität*”) é concebida pelo viés gadameriano? Recorrendo à filosofia de Aristóteles (*An. Post* B19, 100a12), pois nela se esclarece como se dá a formação na memória por meio do acúmulo obtido a partir de nossas experiências perceptivas, as quais vêm a ser a base de nosso saber e de nossas habilidades<sup>316</sup>. Em outras palavras, como se realiza a transição das “muitas particularidades para o saber do geral”<sup>317</sup>. A explicitação mais clara deste processo de retenção foi realizada na seguinte passagem:

Aqui e ali, a partir da fuga dos fenômenos cambiantes, começamos a perceber algo de comum e assim, aos poucos, pelos reconhecimentos que vão se acumulando, os quais chamamos de experiências, forma-se a unidade da experiência. Pela experiência dispomos expressamente daquilo que experimentamos, nos moldes de um conhecimento do comum.<sup>318</sup>

Primeiramente, nota-se que defender esta perspectiva implica a aceitação do pressuposto de que os particulares são pressupostos e experienciados e, além disso, é pressuposto que estes *fenômenos cambiantes* são estruturados, sendo graças à apreensão da estrutura comum de uma série deles (pelo menos dois, pois o conhecer apenas se efetiva como reconhecimento de algo como algo, portanto não pode dar-se num primeiro contato) que chegamos à unidade universal que os concentram sob uma palavra, o que é denominado de “*Sache*”.

---

consideração da experiência da práxis. Cf. ROHDEN, L. *Hermenêutica filosófica*, p. 111-2 (nota 2).

<sup>316</sup> Cf. **GW8**, p. 354.

<sup>317</sup> **GW8**, p. 354. Tradução minha. “*vielen Einzelheiten das Wissen von Allgemeinem*”.

<sup>318</sup> **WM2**, 177; [149]. “Es wird aus der Flucht wechselnder Erscheinungen hier und da ein Gemeinsames herausgesehen, und so kommt langsam aus sich häufenden Wiedererkennungen, die wir Erfahrungen nennen, die Einheit der Erfahrung zustande. In ihr aber entspringt das ausdrückliche Verfügen über das so Erfahrene in der Weise des Wissens des Allgemeinen.” Cf. **AB**, p. 71-2; [**GW8**, p. 137].

A concepção filosófico-hermenêutica gadameriana aceita a percepção como ponto de partida do conhecimento, como base inicial para instituir o âmbito linguístico; no entanto, o fazer filosófico realiza-se como análise a partir do âmbito de uma língua fazendo os movimentos da palavra ao conceito e do conceito à palavra. O objeto da filosofia como hermenêutica ontológica não são os objetos particulares que as nossas ciências contemporâneas investigam, mas o comum apreendido do fluxo contínuo dos fenômenos sedimentados no plano linguístico; segundo esta concepção, é apenas a análise conceitual (a principal tarefa da filosofia) desse comum sedimentado na língua que vai nos dar o que é aquilo de que se fala (“*Sache*”), o ser dele, o qual é uma configuração de sentido. Afinal de contas, para o pensamento gadameriano,

não temos outro caminho para a ordenação e orientação a não ser aquele que nos leva dos dados apresentados na experiência para pontos de orientação que nós conhecemos como o conceito ou como o universal, para o qual o que se dá a cada vez passa a ser considerado um caso particular seu.<sup>319</sup>

Diante disso, a defesa da tese de que os limites da língua são determinados apenas pelos limites da realidade (“*Realität*”) não-linguística dos entes, não-humana, certamente, seria uma afirmação forte demais; mas com certeza não estamos autorizados a defender o contrário, tendo em vista que, sob esta perspectiva gadameriana, a língua deve à experiência humana com a realidade não-linguística o seu impulso primeiro na emergência da palavra como modo de expressão do comum das experiências. Além disso, acima temos uma indicação de como é caracterizado o universal na teoria gadameriana, como o conceito, o qual é indicado como pontos de orientação.

Diante desse modo de teorizar uma ontologia indireta, Gadamer está entre aqueles filósofos tais como Apel, Davidson etc., que

---

<sup>319</sup> WM2, 177; [149]. “wir keinen anderen Weg Zum Ordnen und Orientieren haben als den, der aus den jeweils sich uns anbietenden Erfahrungsgegebenheiten zu Orientierungspunkten geführt hat, die wir als den Begriff oder als das Allgemeine kennen, für das das Jeweilige ein einzelner Fall ist.”

colocaram “a ontologia nos limites da linguagem”<sup>320</sup> – mais propriamente da língua, no caso da filosofia de Gadamer –, ao elegerem o esforço da análise da linguagem como o modo de estabelecer: conhecer e ser. A tese defendida na hermenêutica ontológica gadameriana é a de que “o mundo intermediário da língua” se mostraria “como a verdadeira dimensão, o que é dado.”<sup>321</sup> Para se chegar a esse dado se requer da análise que tenha em consideração o ouvir, o sentir, num direcionamento da visada que se volte para trás, para o compreendido, para o comum com o outro, com a pretensão de buscar a “interpretação correta do compreendido”<sup>322</sup> sob os atuais condicionamentos do intérprete numa relação triádica, que envolve o enquanto do intérprete delimitado aos limites das distâncias com relação àquilo de que se fala (“*Sache*”) e com quem se fala, interlocutor.

Diante dessa perspectiva, apenas a compreensão do que seja a língua pode nos permitir compreender o que seja a linguisticidade<sup>323</sup> do compreender. Para a explicitação da “base ontológica da língua”<sup>324</sup>, a qual foi denominada como linguisticidade, necessitamos ter em consideração que a linguisticidade da conversa constitui-se num momento hermenêutico primário<sup>325</sup> da experiência humana de mundo, e de toda a formação da dimensão social<sup>326</sup>. Com a constante instituição de ser realizada na e pela língua em sua vigência produtiva na conversa, a língua impossibilita qualquer pretensão desmedida de um humano de alcançar “o acesso à experiência originária de ser”<sup>327</sup>. A língua está implicada em toda interpretação e compreensão<sup>328</sup> de ser, enquanto ela “forma a base de todo perguntar”<sup>329</sup>, possuindo assim um caráter universal que se caracteriza como o seu próprio “modo de realização” –

---

<sup>320</sup> BRAIDA, C. R. “Semântica formal ou Ontologia”, p. 6. O próprio Gadamer utiliza-se da expressão “Nos limites da linguagem” (“*An den Grenzen Sprache*”) para intitular a seção onde estão quatro trabalhos tardios – de 1985 a 1992 – que formam parte da série de ensaios que compõem o **GW8**. Com isso, Gadamer indica onde estava a operar.

<sup>321</sup> **GW2**, p. 391; [339]. “Die Zwischenwelt der Sprache erweist sich [...] als die eigentliche Dimension dessen, was gegeben ist.”

<sup>322</sup> **GW1**, p. 1; [29]. “der rechten Auslegung des Verstandenen”.

<sup>323</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 242; [206].

<sup>324</sup> SCHMIDT, L. K. “Respecting others: The hermeneutic virtue”, p. 374.

<sup>325</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 391; [339].

<sup>326</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 272; [234]. Cf. GADAMER, **WM2**, p. 278-9; [239].

<sup>327</sup> GADAMER, **WM2**, p. 90; [73]. “ursprünglicher Seinserfahrung abschließt.”

<sup>328</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 216, 507-8; [184, 436]. **WM1**, p. 254; [188].

<sup>329</sup> GADAMER, **WM1**, p. 493; [384]. “die ihrerseits dem Fragen zugrunde liegt”.

que conjuga tanto os seus traços hermenêuticos quanto os retóricos<sup>330</sup> –, como a sua realidade (“*Wirklichkeit*”) mais básica. A língua significa “a realização de nosso aí, do ‘aí’ que nós somos.”<sup>331</sup> Esse aí que nós somos não é meramente o dado presencial, mas o dado presente como o resultante de um percurso de acontecimentos que nos perpassaram, enquanto crescemos envolvidos num mundo de sentido de uma língua e de uma tradição histórica. Desse modo, fica-nos evidente o aspecto de *medium* da linguisticidade, ou seja, do fazer sentido linguístico, pois este é o resultante de um todo no compreender instituído no plano intersubjetivo na vida comunitária com outrem na língua. Esta que é “compartilhamento, participação, uma possibilidade de ter parte em...”<sup>332</sup>, ou seja, a língua nos dá a possibilidade de sermos seres participativos, compartilhativos, enquanto ela possibilita nos reconhecermos como o que somos, como seres resultantes e pertencentes a um dado tempo e espaço hominídeo; pois, como esclarece a interpretação de Portocarrero, na filosofia gadameriana,

o *homo* verdadeiramente *humanus* não é o *cogito* solipsista. Este é uma pura abstração. É o homem concreto, que a filosofia reflexiva escamoteou, o homem enraizado geográfica e culturalmente, o homem da *praxis*, o homem-tempo, o existente vulnerável, um ser em interação, que não age motivado por instintos, nem é senhor do seu destino, à maneira do sujeito reflexivo tradicional. Pelo contrário, pertence-lhe como, aliás, à história do ser irremediavelmente com outros.<sup>333</sup>

A universalidade da linguisticidade abrange todas as consciências, da pré-hermenêutica a todas que se desenvolvem como hermenêuticas<sup>334</sup>, incluindo até mesmo as silenciosas formas de compreender, tais como a do “consentimento tácito” (“*stillen Einverständnisses*”) ou a do “adivinhar tácito” (“*das stille*

---

<sup>330</sup> Cf. GADAMER, WM2, p. 277; [238].

<sup>331</sup> GADAMER, HR, p. 118; [GW10, p. 105]. “der Vollzug unseres Da, des ‘Da’, das wir sind.”

<sup>332</sup> GADAMER, HR, p. 118; [GW10, p. 106].

<sup>333</sup> PORTOCARRERO, L. “H.-G. Gadamer: a Europa e o destino das ciências humanas”, p. 18.

<sup>334</sup> Cf. GADAMER, WM1, p. 21; [GW2, p. 444].

*Erraten*”); modos esses que a filosofia gadameriana considera como as formas de compreender mais elevadas<sup>335</sup>, porque elas caracterizam-se “como a comunidade da orientação de mundo”<sup>336</sup>, enquanto essas pareceram a ela “uma verdade fundamental”<sup>337</sup>. Para a perspectiva gadameriana, a linguisticidade que se realiza na conversa é muito mais um *acontecer de fazer sentido* conduzido pelo assunto mesmo do que um processo premeditado pelos próprios interlocutores. Visto que

A linguisticidade do compreender é a *concreção da consciência da história dos efeitos*.

A relação essencial entre linguisticidade e compreender se mostra de imediato no fato de que a essência da tradição existe no *medium* da língua, de tal modo que o *objeto* primordial da interpretação tem natureza linguística.<sup>338</sup>

Deste modo, não haveria experiência humana que não seria articulada pela linguisticidade enquanto somos seres no mundo<sup>339</sup>, esta experiência não se restringe apenas àquela cunhagem consciente de produção de sentido que emerge no fazer dos romancistas, poetas, filósofos etc.; antes ela se realiza também em cada conversa particular. Com isso, pretendemos explicitar que a origem de uma dita gíria ou de um mero modismo passageiro, i.e., de uma nova palavra ou do acréscimo de um novo sentido para uma velha palavra está fundada sob a necessidade de dar conta, de fornecer expressividade a uma nova experiência de sentido emergente do âmbito da práxis, da vida social.

O fenômeno da atuação da produtividade linguística

É uma abertura ilimitada para a formação contínua que se situa na língua. Nenhuma língua é o sistema de regras que tem na cabeça o professor

<sup>335</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 216-7-8; [184-5-6].

<sup>336</sup> GADAMER, **WM2**, p. 220; [188]. “als die Gemeinsamkeit der Weltorientierung”.

<sup>337</sup> GADAMER, **WM2**, P. 218; [186]. “Das scheint mir eine Grundwahrheit”.

<sup>338</sup> GADAMER, GADAMER, **WM1**, p. 504; [393]. Grifo do autor. “Die Sprachlichkeit des Verstehens ist die *Konkretion des wirkungsgeschichtlichen Bewußtseins*.”

Der Wesensbezug zwischen Sprachlichkeit und Verstehen zeigt sich zunächst in der Weise, daß es das Wesen der Überlieferung ist, im Medium der Sprache zu existieren, so daß der bevorzugte Gegenstand der Auslegung sprachlicher Natur ist.” GADAMER, **VM1**, p. 468. *Ver*: GADAMER, **WM2**, p. 278-9-80; [239-41].

<sup>339</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 607; [475].

da escola ou que abstrai o gramático. Qualquer língua está permanentemente no caminho de modificar-se. Pode ser ainda que nossas línguas desgastem-se em suas estruturas gramaticais, enquanto elas se enriquecem no vocabulário. No entanto, torna-se bem claro numa gramática que vai desgastando-se sempre ainda se conserva algo da riqueza prosódica que se encontra no falar.<sup>340</sup>

Esses fenômenos vêm a confirmar que toda fala viva não é regida conscientemente pelas normas das ciências da língua<sup>341</sup>. Em outras palavras, o vir à fala do sentido e da verdade consiste numa experiência antipredicativa<sup>342</sup>, porque precede à consciência de qualquer estruturação convencional, tendo em vista que

O que aprendemos na escola como gramática ou como ortografia é mera convenção. Aquilo que expurgamos de nossas crianças na idade genial de dois a três anos, todos esses belos erros de fala, nos quais elas são tão inventivas, exatamente isso atesta a vida da língua.<sup>343</sup>

Primeiramente, o que na citação acima é chamado de idade genial, deveríamos chamar de idade criativa espontânea. Para a perspectiva gadameriana, a língua se forma de maneira nova em cada nova situação de comunicação. Isso não quer dizer que ela se forma de modo completamente novo, mas que ela está constantemente sofrendo

---

<sup>340</sup> GADAMER, **GW8**, p. 357. Tradução minha. “Es ist eine unbegrenzte Offenheit für Weiterbildung, die in der Sprache liegt. Keine Sprache ist das Regelsystem, das der Schulmeister im Kopfe hat oder das der Grammatiker abstrahiert. Jede Sprache ist ständig auf dem Wege, sich zu verändern. Es mag zwar sein, daß unsere Sprachen sich in ihrer grammatischen Struktur abschleifen, während sie sich im Vokabular bereichern. Doch wird sich wohl auch in einer sich abschleifenden Grammatik immer noch etwas von dem prosodischen Reichtum bewahren, der im Sprechen liegt.”

<sup>341</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 178; [150]. Isto foi dito em “Homem e linguagem” de 1966, hoje as ciências das línguas não são mais normativas, mas descritivas, salvo poucos defensores da gramática.

<sup>342</sup> Cf. VIGO, A. G. “Hans-Georg Gadamer y La Filosofía Hermenéutica: La Comprensión Como Ideal y Tarea”, p. 239.

<sup>343</sup> GADAMER, **HR**, p. 291; [**GW10**, p. 275]. “Was man in der Schule als Grammatik lernt oder als Rechtschreibung, ist bloße Konvention. Was wir unseren Kindern in ihrem genialen Alter von zwei bis drei Jahren austreiben, all diese schönen Sprachfehler, in denen sie so erfinderisch sind, genau das bezeugt das Leben der Sprache.”

uma mudança aqui, outra ali, como resultado das contingências do falar e do escrever, sem tomarmos consciência imediata dessas mudanças. Os erros inventivos mantêm a produtividade da língua através da qual as crianças estão sendo perpassadas, pois eles são parte dessas mudanças. Um exemplo desses erros inventivos, estamos experienciando na língua portuguesa brasileira com a transformação do “para” em “pra”.

Um fenômeno atual comportamental-linguístico é resultante da “articulação linguística de mundo”<sup>344</sup>, articulação entre um modo de ação e a sua expressividade linguística da coisa, onde “Toda experiência realiza-se numa constante ampliação comunicativa de nosso conhecimento de mundo. Ela mesma é conhecimento do conhecido num sentido muito profundo e comum”<sup>345</sup> que abarca a tradição e a contemporaneidade em seus efetivos condicionamentos. A dimensão do humano, do humanizar-se, apenas segue graças à produtividade da língua onde se corporifica a própria linguísticidade da língua, porque a língua depende de que indivíduos sejam perpassados por ela para que mantenha a sua própria existência, de que nascidos de humanos continuem a ser seres linguísticos, portanto, sejam submetidos à língua já em processo de estar sendo constituída pelos antecedentes a eles.

Uma confirmação da linguísticidade da língua está em qualquer compreender que, superando o distanciamento, o estranho, culmina na fusão produtiva de conceptualidades distintas, ao modo como ocorre com as conceptualidades do *passado* com as do presente, as do eu com as do outro etc. Com isso, o pensamento gadameriano não está apenas querendo evidenciar que a língua é o *medium* da distância histórica,

mas sim antes de tudo que a conscienciosidade histórica específica é tal mediação em obra. O que torna correto que a posição central do fenômeno da linguísticidade não está somente dominando o modo de trabalhar da interpretação histórica, mas sim é a forma como se transmitiu sempre o passado e as coisas passadas.<sup>346</sup>

---

<sup>344</sup> GADAMER, **WM2**, p. 136; [112]. “sprachlichen Weltartikulation”.

<sup>345</sup> GADAMER, **WM2**, p. 136; [112]. “Alle Erfahrung vollzieht sich in beständiger kommunikativer Fortbildung unserer Welterkenntnis. Sie ist selber stets Erkenntnis von Erkanntem in einem viel tieferen und allgemeineren Sinne”.

<sup>346</sup> GADAMER, **WM2**, p. 170; [143]. “sondern vor aller spezifisch historischen Bewußtheit ist solche Vermittlung am Werk. Das macht gerade die zentrale Stellung des Phänomens der

É graças a esse processo de fusão conceitual – linguística, o qual por vezes se realiza de forma inconsciente e por outras conscientes, que se determina todo acontecer compreensivo, permitindo que o *passado* se encontre com o presente, ou seja, ainda tenha vigência “na linguisticidade essencial da experiência humana de mundo, cujo modo de realização é o da concomitância em constante renovar-se.”<sup>347</sup> Isso se torna evidente ante a conjugação de conceptualidades<sup>348</sup>, processo esse em que as mesmas palavras do *passado* acabam adquirindo sentidos diferentes. Para a teoria de Gadamer, esta apropriação produtiva do comportamento humano determinado pela linguisticidade torna-se claro diante da problemática modelar da apropriação do estranho que é realizada em toda tradução, porém, parcial ante a multiplicidade de comportamentos linguísticos humanos<sup>349</sup>. Esta problemática evidencia a produtividade da língua enquanto traz à luz a capacidade da língua de perpassar o novo com velhos modos de dizer. A linguisticidade, o fazer sentido linguístico, realiza-se na língua e ao mesmo tempo é a condição que fornece para esta a possibilidade de permanecer atualizada, visto que a linguisticidade é a propriedade plástica que permite a língua estar sempre apta a dar conta das novas experiências de sentido do contemporâneo. A linguisticidade caracteriza-se como a constante atividade renovativa do fazer sentido que se dá na língua. A linguisticidade da língua é o que permite o constante estar atualizado da língua como um acontecer que se realizou em decorrência da própria conversa; o que faz a língua diferente de qualquer linguagem instrumental que, se não for atualizada por um ato consciente de alguém, pode vir a ser abandonada devido as suas limitações diante das novas exigências de expressividade de sentido da práxis.

Com a linguisticidade que se dá na conversa, estamos indicando para o poder renovativo, à capacidade de encontrar uma nova palavra, à expressividade que busca dar conta de um novo sentido do contemporâneo. No processo da linguisticidade, a palavra se mantém

---

Sprachlichkeit aus, daß es nicht nur das Verfahren der historischen Interpretation beherrscht, sondern ebenso die Form ist, in der von jeher Vergangenheit, Vergangenes, tradiert wurde.”

<sup>347</sup> GADAMER, **WM2**, p. 270; [232]. “an der essentiellen Sprachlichkeit aller menschlichen Welterfahrung heraustreten, deren Vollzugsweise beständig sich erneuernde Gleichzeitigkeit ist.”

<sup>348</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 170; [143].

<sup>349</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 271; [232]. **PH**, p. 19.

atualizada a cada vez que é materializada em seu corpo sonoro, a cada novo vir-à-fala na contingência de seu uso. Com a linguisticidade da experiência de mundo se quer dizer que a própria ação de compreender e aquilo que é compreendido também são linguísticos, que o processo de compreender apenas realiza-se na dimensão relacional do nós, onde o tu pode ser outro eu, um texto, uma obra de arte etc.

Vimos que a língua se realiza, faz-se na fusão de horizontes dos interlocutores enquanto estes buscam, pelo esforço de chegar ao entendimento, a formação de um fazer sentido comum, da participação num sentido comum. Essa caracterização gadameriana do processo do apreender compreensivo se afasta do modelo de J. Hintikka, no qual o que estaria em questão seria a apreensão da fórmula lógica da linguagem que espelharia a realidade e não a objetividade do dito. O que tem de ser compreendido pela via da conversa não é algo que está pronto e acabado e tem de ser encontrado, apreendido como um dado linguístico que espelharia o mundo, mas é algo que exige o esforço da interpretação e do entendimento em vista da fusão de horizontes e do consequente alargamento do mundo comum. Assim, a língua não é um óculo de uma determinada cor que nos faria interpretar tudo apenas de um modo, mas algo que faz sentido na interpretação cada vez em uma situação com condicionantes hermenêuticos ocasionais.

Com o apresentado acima, já podemos perceber que o conceito de linguagem como *medium* universal já não se mostra como uma boa caracterização da concepção gadameriana de língua, visto que a concepção de linguagem como *medium* universal pressupõe a linguagem como dada *a priori*, como um universal que meramente tem de ser apreendido, e não como língua viva como é explicitada na filosofia gadameriana. Da perspectiva da linguagem como *medium* universal, as línguas e uma linguagem de fórmulas como a fregeana seriam apenas fragmentos daquilo que nela se caracteriza como linguagem. Para a filosofia gadameriana, língua é um horizonte de mundo, um modo da experiência humana fazer sentido.

### 3.3 A VIGÊNCIA DA PRÓPRIA COISA NA CONVERSA HERMENÊUTICA<sup>350</sup>

Vimos acima que o falar apenas se dá significativamente enquanto no interior de uma língua, enquanto o falante tenha sido perpassado por parte dela. A língua se torna a luz de parte do mundo para o indivíduo, a qual fornece a ele a possibilidade de ter acesso a outras partes do mundo humano que se realizam na sua própria língua e em outras línguas. Agora passamos a explicitar como o falar dá ares de saber, ou seja, tenta esclarecer-se e seduzir para elevar-se ao nível de um saber comum regido pela própria coisa que conduz os interlocutores na conversa e o que é isso que surge ali como coisa, como um constante acréscimo de ser. Trata-se de explicitar como se dá a relação entre língua e mundo.

Em via gadameriana, tranquilamente, podemos defender que a hermenêutica começou timidamente a se voltar para a conversa com Schleiermacher<sup>351</sup>, uma vez que já para este o ““verdadeiro diálogo”” é aquele “que busca um saber comum do sentido”<sup>352</sup>. O verdadeiro diálogo tem implicado um conteúdo, a comunicação desse e, portanto, o comportar-se diante de outro que culmina na tese gadameriana de que o processo de *compreender* realiza-se no âmbito relacional do nós, como “*participação num sentido comum*”<sup>353</sup>.

A contribuição da filosofia gadameriana para o ápice desta guinada, por sua vez, tem como principal objetivo a defesa do modelo da dialética socrático-platônica apresentada nas estruturações dos diálogos socrático-platônicos. Na dialética dialógica socrática, a verdade emerge do consenso dos interlocutores. Esta apropriação consciente da

---

<sup>350</sup> Além da conversa hermenêutica, Gadamer explicita mais dois tipos de estruturas de conversa, a saber: a conversa de conhecimento do interlocutor, nela o que está em foco é conhecer o interlocutor e não propriamente um assunto; e a conversa degenerada, na qual pelo menos um dos interlocutores não tem como objetivo principal o assunto, sendo imparcial, busca sempre ter razão.

<sup>351</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 256, 507; [189, 395].

<sup>352</sup> GADAMER, **WM1**, p. 259; [192]. “dem ‘eigentlichen Gespräch’, das auf das gemeinsame Wissenwollen des Sinns geht”.

<sup>353</sup> GADAMER, **WM2**, p. 73; [58]. Grifos meus. “eine Teilhabe am gemeinsamen Sinn ist.” Esta formulação aparece inicialmente em *Do círculo do compreender* (“*Vom Zirkel der Verstehens*” atualmente em **WM2**, p. 72-81; [57-65]) de 1959, sendo repetida em *Verdade e Método I*. Cf. GADAMER, **WM1**, p. 387; [297].

configuração dos “diálogos socráticos como forma básica do pensar”<sup>354</sup> faz parte da tomada de consciência filosófica-conceitual que passou despercebida pelo mundo grego, mas não pelo Novo Testamento, por Lutero e seus seguidores do romantismo alemão até Gadamer. O pensamento gadameriano tomou parte desse caminho como seu ponto inicial; no pensamento de Platão, esta inconsciência da estrutura formal do diálogo torna-se clara ante a figura de Sócrates que “pressupõe que o *logos* é comum a todos e não exclusividade sua.”<sup>355</sup> Esta forma de dialética dialogal mostrou-se de suma importância para a filosofia gadameriana porque aquela “vive da força do entendimento dialógico, do acompanhar compreensível do outro e é sustentada em cada passo de seu curso da certificação pela aprovação do parceiro.”<sup>356</sup>

Esta dialética nada mais é do que a unificação de Platão entre a dialética eleática e “a arte socrática da conversa”<sup>357</sup>. Esta última é de extrema importância para o pensamento hermenêutico gadameriano porque ali se mostra que:

O diálogo socrático de cunho platônico é sem dúvida um gênero muito especial de conversa, conduzida por um e seguida pelo outro, queira ou não. Mas ele serve de modelo para qualquer conversa, porque nele não se refutam as palavras mas a alma do outro. A conversa socrática não é uma investidura esotérica – e nenhum jogo de disfarce para um saber-melhor. É a verdadeira realização da *anamnesis*, da recordação pensante, a única recordação possível para a alma decaída na finitude do corpóreo que se realiza como conversa.<sup>358</sup>

<sup>354</sup> GADAMER, **WM2**, p. 388; [336]. “sokratischen Dialoges als der Grundform des Denkens”.

<sup>355</sup> GADAMER, **WM2**, p. 388; [336]. “daß der Logos allen gemeinsam ist und nicht der seine.”

<sup>356</sup> GADAMER, **GW5**, p. 15; [PDE, p. 18]. Tradução minha. “lebt aus der Kraft dialogischer Verständigung, aus dem verstehenden Mitgehen des anderen und ist in jedem Schritt ihres Ganges getragen von der Vergewisserung über die Zustimmung des Partners.”

<sup>357</sup> GADAMER, **WM1**, p. 599; [468]. “der sokratischen Gesprächskunst”.

<sup>358</sup> GADAMER, **WM2**, p. 429; [370]. “Der sokratische Dialog platonischer Gestaltung ist gewiß eine sehr besondere Art von Gespräch, das von dem einen geführt wird und dem der andere willig-unwillig zu folgen hat, aber insofern bleibt es doch das Vorbild allen Gesprächsvollzugs, daß in ihm nicht die Worte, sondern die Seele des anderen widerlegt wird. Das sokratische Gespräch ist kein exoterisches Einkleidungs – und Verkleidungsspiel für Besser-Gewußtes, sondern der wahre Vollzug der Anamnesis, der denkenden Erinnerung, die

Enquanto *docta ignorantia*, também ali a dialética apresentava-se de forma negativa, pois nela, para mostrar conhecimento, o participante tem de *conduzir* o discurso até uma resposta final convincente sobre a coisa. Ao buscar pensar a experiência hermenêutica através do *medium* da língua, a filosofia gadameriana também encontrou nela “algo como uma dialética, um fazer da própria coisa, um fazer que, diferentemente da metodologia da ciência moderna, é um padecer, um compreender, que é um acontecer.”<sup>359</sup> A partir deste viés, a dialética tem a “sua origem na língua,”<sup>360</sup> e o seu elemento *especulativo* desenvolve-se na língua enquanto sempre está aberta à negatividade da pergunta.

Na conversa, a dimensão especulativa da hermenêutica se forma na relação estrutural do mútuo espelhamento que na língua se dá através da recíproca fusão de horizontes entre o eu e o outro, a qual se desenvolve por intermédio do jogo de perguntas e respostas, no qual se tem como objetivo alcançar um sentido comum – “a participação num sentido comum” – entre os interlocutores acerca da coisa (“*Sache*”). Quando isso acontece, temos o alargamento da língua comum entre eles; e, conseqüentemente, o crescimento do saber comum acerca da coisa, a qual também se mostra como um construto comum entre os interlocutores que se impõem a eles.

É nesse jogo de reflexos (“*Spiegelungen*”), de mútuo espelhamento que se dá na conversa, o lugar em que a língua comum se forma. Também é nele que se busca ampliá-la. Esta ampliação se dá por meio de pergunta e resposta que permite aos interlocutores irem se entendendo através da mútua troca de perguntas e respostas até chegarem ao entendimento ou ao não-entendimento sobre a coisa que está em questão. Esse intercâmbio de pergunta e resposta é o verdadeiro modo de realização da dialética<sup>361</sup>. Para isto se efetivar é necessário que no processo da conversa os parceiros se mantenham abertos à consequência da experiência hermenêutica que consiste no “ouvir imperturbável”<sup>362</sup>, o qual requer o esforço do “ser negativo contra si

---

der in die Endlichkeit des Leiblichen gefallenen Seele allein möglich ist und die als Gespräch sich vollzieht.”

<sup>359</sup> GADAMER, **WM1**, p. 600; [469]. “etwas wie eine Dialektik gefunden, ein Tun der Sache selbst, ein Tun, das im Gegensatz zu der Methodik der modernen Wissenschaft ein Erleiden, ein Verstehen, das ein Geschehen ist.”

<sup>360</sup> GADAMER, **WM2**, p. 429; [370]. “ihren Ursprung in der Sprache.”

<sup>361</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 474; [369].

<sup>362</sup> GADAMER, **WM1**, p. 600; [469]. “die des unbeirraren Hörens”.

mesmo”<sup>363</sup>, do distanciamento de si mesmo em defesa da validade do dito objetivo (“*sachlich*”) do outro sobre a coisa.

Este posicionamento da hermenêutica gadameriana culmina numa nova atitude filosófica, apenas vista antes elaborada em partes de suas consequências nos diálogos platônicos mediante a arte parturiente de Sócrates, a saber, a da *abdicação da posição de soberania* de quem fala em favor da construção de um conhecimento comum acerca da coisa em questão. A posição não-soberana se institui, em outras palavras, num cultivo da língua em favor da posição de equilíbrio de fala, de equilíbrio entre a postura de escuta e crítica que permite a vigência daquilo que é comum do saber dos interlocutores sobre aquilo de que se fala. Nesta disposição, ambos os parceiros de conversa estão dispostos a baixarem a guarda, abandonando a posição ditatorial – confortável – da palavra que faz do outro um mero receptor – destinatário – para assumir a posição na qual ouvimos o que o outro tem a dizer sobre aquilo de que se fala; nesta posição não-soberana deixa-se o outro apresentar algo, uma razão (um argumento) ou uma pergunta a respeito da coisa, quando ele toma a palavra na conversa. É o que podemos notar na passagem seguinte:

O entendimento na conversa implica que os companheiros estejam dispostos a isso, abrindo espaço para acolher o estranho e o adverso. Quando isto ocorre de ambas as partes e cada companheiro sopesa os contra-argumentos, ao mesmo tempo que mantém suas próprias razões, pode-se, por uma recíproca, imperceptível e involuntária transferência dos pontos de vistas (o que chamamos de intercâmbio de opiniões) chegar finalmente a uma língua e uma decisão comuns.<sup>364</sup>

Diante desta postura intercambiável de fala e escuta do eu e do outro, ou seja, as condições da posição de um e outro são tomados como

<sup>363</sup> GADAMER, **WM1**, p. 600; [469]. “negativ gegen sich selbst zu sein”.

<sup>364</sup> GADAMER, **WM1**, p. 501; [390]. “Verständigung im Gespräch schließt ein, daß die Partner für dieselbe bereit sind und versuchen, das Fremde und Gegnerische bei sich selber gelten zu lassen. Wenn das gegenseitig geschieht und jeder der Partner, indem er gleichzeitig seine eigenen Gründe festhält, die Gegen Gründe miterwägt, kann man schließlich in einer unmerklichen und unwillkürlichen Wechselübertragung der Gesichtspunkte (wir nennen das Austausch der Meinungen) zu einer gemeinsamen Sprache und einem gemeinsamen Spruch gelangen.”

indexicais que recebem o seu conteúdo em cada conversa. As mesmas condições se alternam no vai e vem da troca de perguntas e respostas dos parceiros de conversa, sem ter uma base fixa<sup>365</sup>. Quem está com a fala está temporariamente na posição ativa, enquanto o ouvinte, obviamente, está temporariamente na posição passiva – de “*pathos*”. Quando este assume a palavra, ele está nas mesmas condições da posição do eu quando este estava falando e o eu agora está nas mesmas condições do outro, ou seja, na posição de ouvinte. Na conversa viva entre duas pessoas, poderíamos dizer que as posições do eu e do tu – um e outro – são meros indexicais, as quais poderiam ser vistas apenas como as duas posições alternantes entre os interlocutores, de modo que quem estivesse falando estaria na posição do eu e quem estivesse ouvindo estaria na posição do outro. Mas como a conversa hermenêutica não se restringe à conversa entre duas pessoas, não podemos ver tais posições como indexicais. Manteremos as posições fixas do eu – um – e do tu – outro – porque no caso dos textos as objeções hermenêuticas se realizam apenas do lado do intérprete. Caso contrário, podemos dizer que, na conversa viva entre duas pessoas, as posições de eu e tu estão em pé de igualdade, nenhuma possui algum privilégio quando os interlocutores possuem um nível semelhante de conhecimento. É claro que há casos em que existe certa disparidade entre os interlocutores, tal como, por exemplo, dá-se no encontro entre o leigo e a autoridade em um assunto, entre o aluno e o professor, entre aquele que deseja participar de uma tradição e ela própria. Este intercâmbio que se realiza nesses encontros – essa troca entre – é o movimento constante da conversa centrada naquilo de que se fala. É somente a partir do respeito à igualdade de condições entre os interlocutores que um entendimento objetivo (“*sachlich*”) pode se efetivar. Assim, “O que se manifesta no falar não é a mera fixação de um sentido pretendido, mas um intento em constante mudança ou, mais precisamente, uma tentativa reiterada de deixar-se tomar por algo e com alguém. Mas isto significa expor-se.”<sup>366</sup> A mútua exposição aos riscos das objeções do companheiro e a mútua liberdade são exigências fundamentais em toda e qualquer conversa em que se almeja um resultado que possa ser dito científico, pois somente

---

<sup>365</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 151; [126].

<sup>366</sup> GADAMER, **WM2**, p. 387; [335]. “Was im Sprechen herauskommt, ist nicht eine bloße Fixierung von intendiertem Sinn, sondern ein beständig sich wandelnder Versuch oder besser, eine ständig sich wiederholende Versuchung, sich auf etwas einzulassen und sich mit jemandem einzulassen. Das aber heißt, sich aussetzen.”

há objetividade (“*Sachlichkeit*”) onde ambos os interlocutores estão livres para aprovar ou desaprovar as razões apresentadas sobre aquilo de que se fala; não havendo a concessão dessa liberdade recíproca, não há um entendimento objetivo, visto que ali aquilo de que se fala (“*Sache*”) não foi o centro norteador da ‘conversa’. Para uma conversa produzir um resultado objetivo, ela necessariamente tem de ter aquilo de que se fala (“*Sache*”) como seu núcleo. Aqui o pressuposto de fundo se centraliza em torno do “sentido primário do Logos é o *estar em discurso*, o dar conta como indicação da razão.”<sup>367</sup> Estando no plano de uma expectativa comum de razoabilidade da justificação que leve em consideração a inseparabilidade entre *logos* e *ethos*, quando isto se realiza então temos que, “Como demonstração fundada, o *discurso* eleva a pretensão distintiva, afirmando o semelhante como geral e necessário sobre o ente individual.”<sup>368</sup>

Nesse ato de consideração do outro como também digno de assumir as mesmas condições da posição de eu, mais radicalmente, essa posição gadameriana não-soberana é uma defesa da primazia do ouvir ante ao falar; o que consiste em ter em primeiro plano a disposição a correr o risco da impertinência da pergunta alheia acerca daquilo de que se fala, consequência assumida por todos aqueles que em proveito do levar a diante a explicitação da coisa respeitam a disciplina do diálogo. Nessa perspectiva, quando o eu leva a sério a objetividade do apresentado pelo dito do outro, o eu tem a tarefa de até mesmo reforçar os argumentos do outro<sup>369</sup> sobre a coisa em questão. Esta atitude defendida pela filosofia hermenêutica de Gadamer está em sincronia com

o que Platão chamou de ‘*eumeneis elenchoi*’ [um questionamento amigável]. O que é dizer, um eu não vai identificando as deficiências do que a outra pessoa afirma para provar que ele está sempre certo, mas ele em vez disso procura até se possível reforçar o ponto de vista do outro para

<sup>367</sup> GADAMER, **GW5**, p. 22; [PDE, p. 27]. Tradução minha. Grifo do autor. “Der primäre Sinn des Logos also ist das *Redestehen*, die Rechenschaftsgabe als Angabe des Grundes.”

<sup>368</sup> GADAMER, **GW5**, p. 23; [PDE, p. 28]. Tradução minha. Grifo do autor. “Als begründende Aufweisung erhebt die *Rede* den ausgezeichneten Anspruch, über das einzelne Seiende als Derartiges allgemein und notwendig auszusagen. Damit ist solche Rede in ausgezeichneter Weise ein *Sprechen*, das den Anderen *mitsprechen läßt*.”

<sup>369</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 386; [297].

que o que a outra pessoa tenha dito torne-se claro.<sup>370</sup>

Esse *eumeneis elenchoi* tem como sua formulação extrema a gadameriana, a qual defende que o outro pode ter razão<sup>371</sup> em seu argumento sobre aquilo de que se fala. O pensamento gadameriano elegeu essa exigência de manter-se aberto à objetividade do dito do outro na conversa como o princípio superior da hermenêutica. Esta exigência está como pano de fundo para a reabilitação gadameriana da autoridade, visto que este princípio superior “implica sempre o possível direito de reconhecer de antemão a superioridade do interlocutor.”<sup>372</sup> O que está por trás dessa postura de pensar, como podemos perceber na descrição gadameriana da conversa hermenêutica, é o seu operar sob o pressuposto de que os interlocutores de conversa estão dispostos em se entenderem para ampliar o saber sobre aquilo de que se fala. Aqui, as subjetividades dos interlocutores entram como partes dos elementos ocasionais do jogo linguístico da conversa acerca daquilo de que se fala, a subjetividade é vista sob a acepção de estar sujeita. As subjetividades não têm primazia no vai e vem da conversa regida pelo fazer-se daquilo de que se fala, mas disso não se segue que elas sejam neutras de suas particularidades irreduzíveis<sup>373</sup>, pois o fazer-se próprio daquilo de que se fala possui como seu reflexo subjetivo o falar<sup>374</sup>. Ou seja, a relação do fazer-se daquilo de que se fala é triádica, tratando-se de uma relação sujeito/sujeito (ou texto)/aquilo de que se fala. Sob esta perspectiva, uma conversa termina com o entendimento ou com o não-entendimento entre os interlocutores sobre os argumentos apresentados acerca daquilo de que se fala. Na conversa sob estes delineamentos de objetividade centrados na coisa em questão, fica-nos nítido que investigar significa

---

<sup>370</sup> GADAMER *apud* SCHMIDT, L. K. “Respecting others: The hermeneutic virtue”, p. 360. Tradução minha a partir da citação de Schmidt: “what Plato called ‘eumeneis elenchoi’ [a friendly questioning]. That is to say, one does not go about identifying the weaknesses of what another person says in order to prove that one is always right, but one seeks instead as far as possible to strengthen the other’s viewpoint so that what the other person has to say becomes illuminating”.

<sup>371</sup> Acerca da posição não soberana *cf.*: GADAMER, **HR**, p. 38, 80-1, 109, 142-3, 290; [GW10, p. 28-9, 70, 97, 130, 274].

<sup>372</sup> GADAMER, **WM2**, p. 576; [505]. “heißt stets, das mögliche Recht, ja die Überlegenheit des Gesprächspartners im voraus anzuerkennen.”

<sup>373</sup> *Cf.* GADAMER, **WMI**, p. 610; [477]. *Cf.* FLICKINGER, H.-G. *Gadamer e a educação*, p. 56.

<sup>374</sup> *Cf.* GADAMER, **WMI**, p. 612; [478].

“o procurar pela razão.”<sup>375</sup>

Em resumo, por meio da explicitação dos conceitos gadamerianos, o que podemos dizer a respeito do fazer-se daquilo de que se fala na conversa legitimamente hermenêutica é o seguinte: no caso de acordo dos interlocutores acerca daquilo de que se fala, a(s) razão(ões) apresenta(s) no movimento da conversa foi (foram) aceita(s) e com isso a conversa termina. Nela, quando a justificação aceita foi apresentada pelo um, então o outro teve a sua visão acerca daquilo de que se fala ampliada. Quando a justificação aceita na conversa foi apresentada pelo outro, então o um teve seu horizonte alargado sobre aquilo de que se fala. Bem sabemos que o mais comum em uma conversa é a aceitação mútua de justificações até a chegada ao ponto em que ambos nada mais têm a acrescentar. Neste caso, os dois companheiros expandiram a sua visão sobre aquilo de que falavam, levaram-no à frente. Portanto, a pretensão de saber acerca daquilo de que se fala pode ser feita tanto pelo um quanto pelo outro dos interlocutores.

No trecho seguinte de *A ética dialética de Platão* (1929), o assentimento do outro para a reivindicação de saber sobre aquilo de que se fala do um é tida como a forma deste tê-la como um conhecimento objetivo, um conhecimento pautado naquilo de que se fala, vejamos:

A pretensão do saber se confirma no entendimento. No consentimento do outro se confirma se o verdadeiro *logos* dado é capaz de realmente mostrar inteligivelmente aquilo de que se fala. Mas aqui fica para o falar, como uma possibilidade da existência humana, uma possibilidade específica do ser-impróprio.<sup>376</sup>

E este não é um posicionamento que seria abandonado posteriormente, mas, pelo contrário, perpassa a trajetória dos escritos de Gadamer. Neste momento, é proveitoso termos um momento

---

<sup>375</sup> GADAMER, **GW5**, p. 26; [PDE, p. 34]. Tradução minha. “Forschung also ist Suchen des Grundes.”

<sup>376</sup> GADAMER, **GW5**, p. 33; [PDE, p. 40]. Tradução minha. “Der Anspruch des Wissens bestätigt sich in der Verständigung. An der Zustimmung des Andern bewährt sich, ob der gegebene Logos wirklich imstande ist, die Sache einsichtig aufzuweisen. Hier aber liegt für das Sprechen als eine Möglichkeit der menschlichen Existenz eine spezifische Möglichkeit des Uneigentlichseins”.

cronológico no desenvolvimento do pensamento gadameriano, visto que 25 anos depois, em “A verdade nas ciências do espírito” – de 1953, em um momento em que se ressalta a importância da legitimação social para a pesquisa das ciências do espírito se ressalta que nelas o consentimento do outro tem importância devido à incerteza que as perpassam enquanto ciências.<sup>377</sup> Certamente, a essa altura já deve estar claro o que propomos... Mas continuemos... 44 anos depois, no ensaio “A incapacidade para a conversa”, reitera-se que se está seguindo a percepção de Platão a respeito da importância do consentimento do outro para a razão apresentada para aquilo de que se fala no diálogo; segundo a interpretação de Gadamer, a filosofia de Platão

Viu ali um princípio da verdade, segundo o qual a palavra apenas encontra confirmação pela recepção e consentimento do outro, e a consequência do pensar, que não é ao mesmo tempo um acompanhar do outro com o pensado do um, fica sem força concluinte.<sup>378</sup>

Podemos perceber que a questão da verdade também está relacionada com a questão da recepção e do consentimento do outro, ou seja, a questão da verdade acerca daquilo de que se fala se caracteriza como intersubjetiva. Quando o pensar do um manifestado no seu falar não conduz ao consentimento, não levou a uma conclusão, “o outro compreende refutar.”<sup>379</sup> Tira-se as seguintes consequências deste modo de pensar sobre o papel do outro no constituir-se da verdade sobre aquilo de que se fala na língua. O outro expandiria nossa individualidade enquanto nos proporciona novos acréscimos de ser, fazendo-nos ver aquilo de que se fala sob uma nova perspectiva para se chegar a uma língua comum<sup>380</sup>, a um estar a falar do mesmo.

Certificando o que já dissemos, na conversa verdadeiramente hermenêutica as mesmas condições são respeitadas tanto para o um quanto para o outro dos interlocutores poderem contribuir para o

---

<sup>377</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 54; [41].

<sup>378</sup> GADAMER, **WM2**, p. 246; [210]. “Er hatte darin ein Prinzip der Wahrheit gesehen, daß das Wort nur durch die Aufnahme im anderen und die Zustimmung des anderen seine Bewährung findet und daß die Konsequenz des Denkens, die nicht zugleich ein Mitgehen des anderen mit den Gedanken des einen ist, ohne zwingende Kraft bliebe.”

<sup>379</sup> GADAMER, **GW5**, p. 34; [**PDE**, p. 45]. Tradução minha. “Andere zu widerlegen versteht.

<sup>380</sup> Cf. GADAMER, **HR**, p. 290; [**GW10**, p. 274].

instituir-se daquilo de que se fala. Com isso, temos como resultante duas situações: quando a língua comum não existe, ela se faz na busca dos interlocutores em se entenderem; quando ela já existe, com o entendimento ela amplia-se. Se o segundo caso é o mais comum, o primeiro em sua radicalidade pode ser ilustrado com a situação onde dois falantes de línguas diferentes, dispostos a se entenderem, estando na situação em que desconhecem completamente as línguas um do outro, e não possuindo uma terceira via, apenas lhes resta a de buscarem se entender paulatinamente na tentativa de desenvolverem uma língua comum a partir de outros meios, tal como o de mímicas, imitações acompanhadas de palavras de suas respectivas línguas.

Já vimos como se dá o instituir-se daquilo de que se fala através da reivindicação do um pelo outro, agora resta a tarefa de explicitarmos o instituir-se daquilo de que se fala por meio da reivindicação do outro pelo um. Este esclarecimento dá-se na seguinte passagem:

Contanto que ele [o outro] partilhe a compreensão antecedente daquilo de que se fala com o um e este tenha a disposição para o exame objetivo, é seu consentimento objetivo o único critério suficiente para a adequabilidade objetiva do *logos*, e não o pré-juízo de uma opinião dominante.<sup>381</sup>

Com isso, mostramos o respeito à igualdade de condições que ocorre numa conversa hermenêutica quando ela termina tendo como resultado o acontecer do entendimento regido por aquilo de que se fala. Também fica evidente que tanto o um quanto o outro como seres humanos impróprios não instituem saber sobre aquilo de que se fala por si mesmos, mas apenas reivindicações que passaram a constituir-se como saber se ganharem o assentimento daquele para quem dirige-se a reivindicação. Não há instituição de saber na solidão. O saber constitui-se como uma dimensão comum na fusão de horizontes, o que não implica a superação da outridade do companheiro, porque a fusão de horizontes acerca daquilo de que se fala é sempre parcial, jamais poderíamos pela via gadameriana arguir que *sou você enquanto sou eu*,

---

<sup>381</sup> GADAMER, *GW5*, p. 31; [PDE, p. 40]. Tradução minha. “Sofern er das vorgängige Verständnis der Sache mit einem teilt und diese Bereitschaft zur sachlichen Prüfung besitzt, ist seine sachliche Zustimmung der allein zureichende Maßstab für die Sachangemessenheit des Logos, und nicht das Vorurteil einer herrschenden Meinung.”

mas antes que também *sou parte do tu enquanto sou eu e o tu também é parte de mim*, isso porque partilhamos uma língua comum, uma dimensão de saber e ser. Deste modo, fica-nos evidente que a dimensão social, regida pela amizade, pela solidariedade etc. está pela base de todo saber e filosofar sobre aquilo de que se fala que se realiza através das contingências do âmbito histórico-linguístico de ação humana.

A mesma lógica interna da conversa se efetiva com relação às refutações das razões apresentadas sobre a coisa pelos interlocutores da conversa hermenêutica. Ou seja, quando o um tem sua tentativa de justificação refutada pelo outro, assim o um aprimora a sua visão daquilo de que se fala enquanto não mais a vê sob aquela perspectiva equívoca. Quando o outro tem a sua tentativa de justificação refutada pelo um, nesta ocasião é o outro que deixa de ver aquilo de que se fala de uma concepção errônea. Da mesma forma que as justificações, também as refutações poderão acontecer de ambos os lados, ou seja, o encontro da conversa poderá render aos dois interlocutores um saldo positivo que consiste no liberar-se de perspectivas não-objetivas acerca daquilo de que se fala. É nesta mútua ajuda, neste modo de solidariedade científica, que o conhecimento objetivo institui-se centrado naquilo de que se fala, onde os interlocutores de conversa deixam-se levar pelo sentido objetivo do dito do interlocutor, fazendo o esforço de abstrair dos seus próprios desejos e das afecções comportamentais que afloram no companheiro. Este operar sob a regência daquilo de que se fala requer a disposição máxima de ambos os interlocutores para assumir, diante do companheiro, algo expressável num dito semelhante a este: *Sim, sim você está certo. Eu não havia pensado nisso*. Deste modo, não podemos dizer que o entendimento dos parceiros de conversa a respeito da razão fundante daquilo de que se fala significa a submissão daquele que aceitou a justificação apresentada pelo seu companheiro – independentemente se o consentimento foi dado pelo um ou pelo outro, o que foi conquistado significa um alargamento da base comum, da língua comum sobre aquilo de que se fala –, pois as condições de liberdade eram iguais. Ademais, não podemos esquecer que apesar do entendimento final da conversa efetivar-se, o que temos ali é meramente o alargamento da base comum entre os parceiros de uma conversa que está aberta a conversas infinitas na esfera dos encontros entre os humanos e tudo o que venha a fazer parte de suas experiências. Acerca disso, pronuncia-se Gadamer, dizendo:

Se eu falo em meus próprios trabalhos sobre a necessidade de que o horizonte de um venha a se fundir com o horizonte do outro em todo compreender, então essa afirmação também não visa verdadeiramente a um uno permanente e identificável, mas essa fusão acontece na conversa que prossegue.<sup>382</sup>

Ou seja, o entendimento não significa que todas as distâncias entre os interlocutores foram superadas, nem mesmo aquelas acerca daquilo de que se fala, porque esta ganhará novos acréscimos de ser nas próximas conversas. O pensamento gadameriano opera sob o pressuposto da intransparência parcial da razão de cada um dos sujeitos para si mesmos, uma vez que nenhum deles têm consciência sob que pré-juízos estão operando durante uma dada conversa; pré-juízos que apenas poderão vir à consciência em outras conversas, quer com outrem quer consigo mesmo. Isto é estar aberto à outridade inesgotável do saber do outro – à “individualidade irreduzível do outro”<sup>383</sup> e à individualidade irreduzível de si mesmo. É necessário recordar que a conversa consigo mesmo apenas é possível graças ao perpassamento do indivíduo por uma língua, portanto, o interlocutor não chegou tarde diante do pensar que pensa a si mesmo quer seja do eu quer seja do outro, mas a chegada do interlocutor na conversa representa uma nova possibilidade de acréscimo de ser. Todo este contínuo processo de fusão de horizontes vai alargando a língua comum dos interlocutores, o que nos faz perceber que a língua comum não é estanque, ela não está pronta e acabada, antes ela está em processo constante de realização no acontecer contínuo e ampliativo acerca do saber sobre a própria coisa de cada conversa.

Em outro lugar, fora indicado para o mesmo caminho enquanto é recordada “a opacidade da outridade do outro”<sup>384</sup> – do interlocutor de conversa. Isso fica claro no seguinte trecho, quando se esclarece que:

A mera presença do outro, mesmo que ele nada diga, ajuda a revelar e desfazer a própria clausura

---

<sup>382</sup> GADAMER, HR, p. 142; [GW10, p. 130]. “Wenn ich in meinen eigenen Arbeiten von der Notwendigkeit spreche, daß in allem Verstehen der Horizont des einen mit dem Horizont des anderen sich verschmilzt, so meint auch dies wahrlich kein bleibendes und identifizierbares Eines, sondern geschieht in dem weitergehenden Gespräch.”

<sup>383</sup> GADAMER, WM1, p. 403; [310]. “unauflöselichen Individualität des Anderen”.

<sup>384</sup> GADAMER, WM2, p. 388; [336]. “die Undurchdringlichkeit der Andersheit des anderen”.

e estreitamento. A experiência dialógica produzida aqui não se limita à esfera das razões e objeções de uma e outra parte, cujo intercâmbio e coincidência podem definir o sentido de todo debate. Há algo mais, como mostram as experiências descritas; uma potencialidade da outridade, por assim dizer, que está além de todo entendimento comum.<sup>385</sup>

Além da outridade inesgotável, esta passagem também indica que a ajuda do outro no processo do compreender aquilo de que se fala se dá mesmo quando o outro nada fala, isto se realiza porque ali entram outros fatores que ultrapassam a fala e suas variações de tonalidades produtivas; estas vêm junto a algo mais, tais como as linguagens dos gestos, dos olhares, das feições, do riso, do choro, do sorriso, das fisionomias, dos acenos etc.<sup>386</sup> A potencialidade da outridade para nos fazer ir para além do acordo sobre aquilo de que se fala já estabelecido anteriormente ao início de uma conversa nos revela que não há uma língua comum universal de alguma forma dada aos humanos.

Com as suas contínuas alternâncias das mesmas condições entre as posições eu e tu – do um e do outro – os interlocutores de conversa chegam à fusão de horizontes a respeito daquilo de que se fala, chegando (ou ampliando) a um saber e a uma língua comuns. Esta fusão pode dar-se de três modos: o eu aceita as razões do outro, e por isso amplia a sua visão acerca daquilo de que se fala; o outro alarga a sua concepção por ter aceitado as razões apresentadas pelo eu; e o caso que nos parece mais corriqueiro a se desenvolver numa conversa hermenêutica, aquele em que ambos os interlocutores saem da conversa tendo suspenso alguma de suas razões em favor de uma razão acerca daquilo de que se fala mais aceitável do interlocutor de conversa.

Esta posição de equilíbrio apenas é possível porque a opinião sobre aquilo de que se fala apresentada pelo outro que o eu toma

---

<sup>385</sup> GADAMER, **WM2**, p. 387; [335-6]. “Die bloße Präsenz des anderen hilft, dem wir begegnen, noch bevor er zur Entgegnung den Mund aufmacht, die eigene Befangenheit und Enge aufzudecken und aufzulösen. Was uns hier zur dialogischen Erfahrung wird, beschränkt sich nicht auf die Sphäre der Gründe und Gegengründe, in deren Austausch und Vereinigung der Sinn jeder Auseinandersetzung enden mag. Es ist vielmehr, wie die beschriebenen Erfahrungen zeigen, noch etwas anderes darin, sozusagen eine Potentialität des Andersseins, die über jede Verständigung im Gemeinsamen noch hinaus liegt.”

<sup>386</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 230, 557; [168, 449]. GADAMER, **WM2**, p. 12, 240; [5, 204].

conhecimento não requer que este chegue a compartilhá-la com aquele<sup>387</sup>; na conversa, ambos os interlocutores têm o direito de apresentar razões sobre aquilo de que se fala que mostram o seu desacordo com relação às razões do interlocutor. Esta abertura para a outridade do pensar do outro é o caminho que possibilita a chegada à construção de um conhecimento científico objetivo acerca daquilo de que se fala. De modo geral, esta exigência independe de quem seja o interlocutor de conversa, visto que tanto no diálogo entre intérprete e texto quanto na conversa oral entre duas pessoas, em que os participantes realmente querem compreender-se mutuamente, têm como exigência de fundo a subordinação dos interlocutores à disposição de colaborar na ampliação do saber comum acerca daquilo de que se fala; não obstante, as diferenças estruturais entre tais encontros dialógicos em sentido estrito, visto que enquanto no caso da conversa oral a disposição para a abertura receptiva é mútua. No caso da conversa com o texto, a abertura dá-se apenas por parte do intérprete. Estruturalmente, essa diferença da conversa com o texto surge porque o texto não faz objeções (apesar de os textos escritos terem perguntas) na concomitância (sintonia) que podem estar duas pessoas na conversa oral, porque o texto não ouve como uma pessoa, não tem a sensibilidade de perceber que uma pessoa possui para perceber em que nível seu companheiro de conversa está entendendo-o nas suas razões apresentadas sobre aquilo de que se fala, apenas esta percepção possibilita a ênfase em um determinado ponto sobre aquilo de que se fala ainda obscuro para o parceiro. Além disso, esta sensibilidade da concomitância viva da conversa evita-nos de perdermos tempo com repetições cansativas a respeito daquilo que o outro já compreendeu sobre aquilo de que se fala, tais como por vezes ocorre nos textos. Na relação conversacional entre intérprete e texto, o único ouvir que se realiza aí é o do intérprete, um ouvir interior. No entanto, tanto um texto escrito como um dito não escrito apresenta algo, transmite algo que nos interpela de forma inesgotável. É apenas o ouvir imperturbável o que o outro tem a nos dizer que permite então nos posicionarmos diante de seu dito acerca daquilo de que se fala.

Por ora, tratamos aqui e seguimos tratando do compreender de texto em língua materna. O processo do compreender textual na mesma língua apresenta algumas peculiaridades na dialética de pergunta e

---

<sup>387</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 357; [273].

resposta que o diferencia daquele entre o eu e o tu, visto que “um texto não nos fala como o faria um tu”<sup>388</sup>, uma vez que ele não faz objeções sobre aquilo de que se fala na concomitância do compreender do outro. Mesmo diante das peculiaridades estruturais da relação entre um eu e um texto, o intuito de um eu para compreender aquilo de que se fala de um texto exige do eu a disposição para deixar que o texto “lhe diga alguma coisa”<sup>389</sup>, deixando este apresentar a sua outridade com relação às próprias expectativas anteriores de sentido desse eu com relação à coisa que o texto trata.

Nesta relação entre um eu e um texto, a autenticidade (“*Authentizität*”) da interpretação realizada pelos seres humanos como ser-com (“*Mitsein*”) refere-se ao ler e ao compreender que buscam “restituir à mensagem sua autenticidade original.”<sup>390</sup> Mas exatamente o que significa isso? Para o pensamento gadameriano, trata-se de alcançar a compreensão correta do outro (texto, orador etc.) não se pautando apenas pela intenção originária daquele (tendo por suposto um sentido anacrônico, meramente objetivo, no sentido da objetividade (“*Objektivität*”) científica), mas pelo “que queria dizer se eu tivesse sido seu interlocutor originário.”<sup>391</sup> Ou seja, para alcançar o outro, o intérprete não nega a si mesmo, mas antes ele é o *medium* em que o sentido vem à tona de forma produtiva. Visto que a interpretação é sempre fruto da conformidade do sentido enquanto este consiste em “uma fase na realização de um processo de entendimento.”<sup>392</sup> Este envolve tanto um tu (texto, outro etc.) quanto um eu. Uma “interpretação autêntica” (“*authentische Interpretation*”) do dito do outro sobre aquilo de que se fala é toda aquela que tem em consideração que ela consiste numa aplicação prática a uma determinada situação<sup>393</sup>. A autenticidade de um texto literário – mesmo diante do “primado do conteúdo” – legitima-se ante a constatação que o intérprete não está meramente a decodificar um sentido, mas a realizar uma tarefa na qual ele está envolvido de “uma maneira que se faz sentir

<sup>388</sup> GADAMER, **WM1**, p. 492; [383]. “Zwar redet ein Text nicht so zu uns wie ein Du.”

<sup>389</sup> GADAMER, **WM1**, p. 358; [273]. “ihm etwas sagen”.

<sup>390</sup> GADAMER, **WM2**, p. 398; [345]. “die Kunde auf ihre ursprüngliche Authentizität zurückgeführt wird.”

<sup>391</sup> GADAMER, **WM2**, p. 398; [345]. “sondern was er hat sagen wollen, wenn ich sein ursprünglicher Gesprächspartner gewesen wäre.”

<sup>392</sup> GADAMER, **WM2**, p. 398; [345]. “eine Phase im Vollzug eines Verständigungsgeschehens.”

<sup>393</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 398-9-400; [345-6].

perturbadoramente.”<sup>394</sup> Em outros termos, uma interpretação autêntica é aquela em que o intérprete experiencia a sua participação no sentido que ali emerge, ou seja, não há interpretação neutra, ausente de pré-juízos e de condicionantes situacionais; aquilo de que se fala que surge na conversa é a fusão de horizontes entre os envolvidos no acontecer da interpretação.

Com isso, podemos perceber a dimensão relacional da verdade que se coloca em pé em cada encontro dialogal, o qual se realiza entre um e outro no jogo dialógico entre perguntas e respostas sobre aquilo de que se fala. Aqui, todo ser que emerge da e na língua é a emergência de um sentido, de um caminho, de uma direção *compartilhada* acerca daquilo de que se fala. Apenas aquele perpassado por uma língua um dia poderá chegar ao mútuo conhecimento parcial acerca daquilo de que se fala com o interlocutor de conversa e de reconhecimento de que se entregar ao diálogo com ele é uma ocupação frutífera para a construção de um saber comum sobre aquilo de que se fala. No diálogo, o entendimento crescente se mostra como a base de alargamento do conhecimento e da verdade entre os companheiros da conversa que produzem uma “comunidade de sentido”<sup>395</sup>, ou seja, instituem um terreno comum, o de uma língua comum sobre aquilo de que se fala.

Aceitar a evidência de um argumento significa dizer que “há coisas que falam em seu favor”<sup>396</sup>, as quais legitimam a ele como possuidor de possibilidade e probabilidade aceitáveis. É deixar em aberto a possibilidade de ampliar “o campo do que entra em consideração.”<sup>397</sup> Diante do caráter de evento, de atividade, que perpassam os fenômenos da arte da retórica e da do compreender, elas são aconteceres que se apresentam como autênticas experiências, uma vez que o evidenciar

algo naquilo que foi dito, sem que por isso fique assegurado, julgado, e decidido em todas as possíveis direções, é algo que de fato ocorre cada vez que algo nos fala a partir da tradição. O transmitido impõe-se em seu direito, à medida que

<sup>394</sup> GADAMER, **WM2**, p. 407; [352]. “einer Manier, die sich störend fühlbar macht.”

<sup>395</sup> GADAMER, **WM2**, p. 388; [336]. “Gemeinsamkeit des Sinnes”.

<sup>396</sup> GADAMER, **WM1**, p. 625; [489]. “daß etwas dafür spricht.”

<sup>397</sup> GADAMER, **WM1**, p. 625; [489]. “der Bereich dessen erweitert, was in Betracht kommt.”

é empreendido e amplia o horizonte que até então nos rodeava.<sup>398</sup>

Nessa ampliação de horizontes acerca daquilo de que se fala também a retórica tem seu lugar. O papel fundamental da retórica sustenta a base onde a própria ciência provoca seus efeitos, pois o discurso da ciência não está livre do desejo de querer convencer que seu discurso está correto. Isto se torna ainda mais claro quando o discurso da ciência ultrapassa a linguagem técnica dos especialistas para ganhar vida, ganhar um novo sentido no ambiente da língua cotidiana, no âmbito pluralista do fazer sentido na língua dos leigos. Deste modo, torna-se claro que o fenômeno da retórica apenas tem sentido no fato do entendimento e do consenso sustentarem as relações humanas. É apenas diante da quebra do “consentimento daqueles que ‘são uma conversa’”<sup>399</sup> que a tarefa hermenêutica ganha seu pleno sentido enquanto busca restabelecer o entendimento sobre aquilo de que se fala. Pela via gadameriana, a universalidade dos fenômenos do compreender e do persuadir estaria garantida porque “no fundo a arte de falar não deixa de ser uma capacidade natural do ser humano, assim como a arte de compreender.”<sup>400</sup> Elas compartilham do mesmo solo, a saber: o da racionalidade que emerge na língua do *sensus communis*.

Para finalizar este item, percebemos que na conversa hermenêutica a língua comum dos interlocutores se institui como um novo horizonte de sentido e significado a respeito daquilo de que se fala. Língua comum que, como vimos, apenas emerge diante do esforço dos interlocutores que almejam levar aquilo de que se fala, enquanto unidade de sentidos, enquanto pontos de orientação adiante através da complementação possibilitada pelo saber do um e do outro, pelo acréscimo de ser proporcionado pela fusão de horizontes dos interlocutores. Pensar aquilo de que se fala tanto como uma *unidade de sentidos* quanto como *pontos de orientação* é tê-la pelo conceito, pelo

---

<sup>398</sup> GADAMER, **WM1**, p. 625; [489]. “Daß an etwas Gesagtem etwas einleuchtet, ohne deshalb nach jeder Richtung gesichert, beurteilt und entschieden zu sein, trifft in der Tat überall zu, wo uns aus der Überlieferung etwas anspricht. Das Überlieferte bringt sich in seinem Recht zur Geltung, indem es verstanden wird, und verschiebt den Horizont, der uns bis dahin umschloß.”

<sup>399</sup> GADAMER, **WM2**, p. 277; [238]. “Einverständnis derer, die ‘ein Gespräch sind’”.

<sup>400</sup> GADAMER, **WM2**, p. 245; [297]. “Auch wenn die Kunst der Rede sich besonderer Kunstmittel bedient, die man lernen kann, bleibt sie im Grunde eine natürliche Fähigkeit des Menschen, so gut wie die Kunst des Verstehens.”

universal, por uma configuração de sentido que simplesmente pode ser dito *ser*. Como vimos, ser não se trata de um dado *a priori*, mas de um construto sedimentado e polido linguisticamente no esforço do compreender intersubjetivo.

### 3.3.1 “Ser, que pode ser compreendido, é língua”

A partir da explicitação da tese máxima da filosofia gadameriana, visamos responder se seria possível pensar através dela um conceito de uma linguagem universal ou de uma língua universal que permitisse espelhar o mundo na linguagem tal como o ideal de linguagem proveniente das teorias de J. Hintikka e Kusch?

Com o esclarecimento da tese máxima da filosofia gadameriana, visamos explicitar como a universalidade da língua pode ser defendida de forma apropriativa produtiva e justificada nos textos de Gadamer através da produtividade do fazer sentido linguístico da interpretação. Sob a exigência gadameriana de sermos participativos, pensamos que a tese máxima da filosofia hermenêutica de Gadamer se mostra mais produtiva e mais bem justificada à medida que focarmos o acontecer da produtividade linguística da conversa viva entre duas pessoas, o qual se funda na experiência aventurosa do pensar num caminho onde os limites dos horizontes do compreender se tornam esmaecidos tanto para o passado quanto para o futuro. Deste modo, a filosofia gadameriana é, como argumenta Portocarrero, um “pensamento de fronteira”<sup>401</sup>, um pensamento que aceita o filosofar na vagueza de horizontes abertos pela finitude, condicionalidade e ocasionalidade situacional do tempo histórico humano.

A filosofia hermenêutica gadameriana é uma indicação de uma direção para o pensar e não um sistema; por isso, vamos seguir na direção da produtividade linguística e interpretativa da experiência de sentido e significado emergente no processo do compreender que se realiza no acontecer de uma conversa; pois é nesta onde a filosofia hermenêutica continua buscando os traços essenciais da infinitude conquistados a partir da finitude, ou seja, é apenas “no movimento da conversa em que a palavra e o conceito primeiramente vêm a ser o que

---

<sup>401</sup> Cf. PORTOCARRERO, L. “H.-G. Gadamer: a hermeneutica como pensamento de fronteira”.

eles são.”<sup>402</sup> Na conversa, nem a palavra nem o conceito são estabelecidos de forma rígida convencionalmente<sup>403</sup>.

É esta produtividade do fazer sentido de cada retomada de conversa que institui a universalidade da língua, uma vez que é ali que a língua se renova, cresce, abarcando o novo de cada interpretação. E, com isso, ela está realizando constantemente sua universalidade energética, em constante realização na produtividade do falar tensivo e distensivo sobre aquilo de que se fala do um com o outro dos interlocutores.

Na filosofia hermenêutica gadameriana, temos a defesa da tese de que *ser* é abarcado em sua totalidade pela língua, mas dados os limites do processo de compreender que se dá na língua, a compreensão é sempre parcial. O que está em foco na filosofia gadameriana é a questão do compreender no *medium* produtivo da transmissão de sentido da língua, e não propriamente dita a questão *do ser*, mas a questão do sentido. O escopo de *ser* tratado pela filosofia hermenêutica gadameriana restringe-se ao de *ser* compreendido na mediação linguística comunicativa. Ser é língua, mas sendo língua, “o que é, nunca pode ser completamente compreendido.”<sup>404</sup> Por ora, talvez isso possa parecer muito confuso, mas torna-se mais claro quando melhor compreendermos a tese máxima de Gadamer.

Primeiramente, temos que traduzi-la levando em consideração as duas vírgulas que a compõe, pois elas a tornam clara, o que se torna implícito quando as ignoramos. Em alemão estão lá as vírgulas, tanto na primeira formulação em *Verdade e Método I* quanto nas suas menções posteriores: “*Sein, das verstanden werden kann, ist Sprache.*”<sup>405</sup> A nosso ver, numa tradução fiel para a língua portuguesa temos: “*Ser, que pode ser [ou tornar-se] compreendido, é língua.*” A condição restritiva de possibilidade “pode ser compreendido” recai sobre *ser*; sendo língua, *ser* está aberto à possibilidade de vir a ser compreendido completamente, parcialmente, ou de não ser compreendido, já que depende do *medium* da língua, a qual é o *medium* de experiências de sentido de ser, e como *medium* histórico de todo compreender, ela não é transparente. Dado a finitude efetiva da língua e o domínio parcial dela dos interlocutores, o

---

<sup>402</sup> GADAMER, **WM1**, p. 24; **GW2**, 447. “in der Bewegung des Gesprächs, in dem Wort und Begriff erst werden, was sie sind”.

<sup>403</sup> Cf. **WM2**, p. 20; [11].

<sup>404</sup> **WM2**, p. 386; [334]. “was ist, nie ganz verstanden werden kann.”

<sup>405</sup> GADAMER, **GW1**, p. 478. E em: GADAMER, **GW2**, p. 242, 334, 444, 445.

compreender quase nunca é completo, pois como vimos acima, estamos sempre buscando a formação e ampliação de uma língua comum. A língua não é um vidro transparente e não está dada, o que requer de todo compreender o esforço da formação de uma língua comum, a qual está constantemente aberta a ser alargada via o crescimento de participações em sentidos comuns.

Ao levarmos em consideração o já mencionado delineamento do que seja compreender então se segue que: “*Ser, que pode ser*” “***participação num sentido comum***” “, *é língua.*” Isto quer dizer: ser realiza-se, dá-se na língua. Com isso, temos um reducionismo linguístico para o plano hermenêutico e ontológico; ou seja, apenas podemos compreender e ter acesso ao ser pela via da língua; a ontologia é dependente da língua. Portanto, a virada ontológica da filosofia hermenêutica de Gadamer ontologiza a língua e, com isso, linguistifica o ser, que no plano das línguas nada mais é do que uma configuração de sentidos, a “*Sache*”.

Na cláusula “que pode ser compreendido” se reflete a finitude, a condicionalidade e a intransparência do indivíduo histórico-linguístico que compreende. Porque, segue-se que se *ser é língua, logo, ser pode ser compreendido, como pode não ser compreendido, como no caso dos pré-juízos; ou pode ser parcialmente compreendido.* Esta nossa interpretação está de acordo com o alerta gadameriano de que o caráter restritivo da tese máxima nos mantém conscientes de que “Ela não significa o domínio absoluto daquele que compreende sobre todo ser.”<sup>406</sup> Isto significa dizer que ser não se limita àquilo que vem a ser compreendido por via da língua; por isso, mantém-se aberta à infinita tarefa da explicitação conceitual para a filosofia, pela busca da ampliação do compreender de ser sobre as novas condicionalidades interpretativas. Ou seja, na língua há *ser* que não é compreendido, que não vem à fala como assunto de uma conversa, tais como os *pré-juízos*, pois estes operam nos determinando sentidos de forma inconsciente, despercebida; no entanto, os *pré-juízos* são ser na língua.

Com a tese máxima se procurou “não esquecer o limite implícito em *toda experiência hermenêutica de sentido.*”<sup>407</sup> Estigmatizemos isso em nossas memórias, *experiência hermenêutica é*

<sup>406</sup> GADAMER, WM1, p. 23; [GW2, p. 445-6]. “Er meint nicht das schlechthinnige Herrsein des Verstehenden über das Sein”.

<sup>407</sup> GADAMER, WM2, p. 386; [334]. Grifo meu. “ich meinerseits bemüht, die Grenze nicht zu vergessen, die in aller hermeneutischen Erfahrung von Sinn impliziert ist.”

*experiência de sentido apreendido condicionadamente em cada interpretação.*

Portanto, o reducionismo linguístico que fornece equivalência entre *ser* e língua, por outro lado, não esquece de uma das principais tomadas de consciência da filosofia hermenêutica gadameriana, a saber, a da intransparência, a da inconsciência linguística dos *pré-juízos*, pois não há equiparidade entre *ser* e o compreendido, nem entre língua e o compreendido, porque os *pré-juízos* são *ser* e também são língua, mas não são compreendidos. Deste modo, podemos perceber que o todo de *ser* em sua transparência total é inatingível diante dos limites humanos da finitude, da historicidade etc. em que se realiza a língua, *medium* do compreender de *ser*. Assim, o pensamento gadameriano está apontando para a nossa sempre parcial compreensibilidade e, conseqüentemente, comunicabilidade de sentidos de *ser*.

Este nosso viés de leitura da tese máxima gadameriana se confirma num momento posterior ao da formulação da tese em *Verdade e Método I*. O referido trecho diz algo bem esclarecedor. A nosso ver, numa tradução mais próxima ao sentido original e isso inclui o respeito às vírgulas, temos:

Partimos da constituição ontológica fundamental, segundo essa *ser é língua, i.e., apresentar-se*, como nos tem aberto a experiência hermenêutica de *ser*, mas logo segue disso não apenas o caráter de evento do belo e a estrutura de acontecer de todo compreender.<sup>408</sup>

É isto que quer dizer a tese máxima gadameriana, que *ser é língua* à medida que a *língua é apresentar-se* tanto dela mesma quanto da própria coisa. Como o autoapresentar da *língua* nunca é completamente transparente, a partir da filosofia gadameriana apenas se pode filosofar acerca de *ser* dentro dos limites de *ser* que se apresenta na língua de forma compreensível. A nosso ver, o grifo do texto gadameriano fornece a indicação para esta interpretação da conceituação de *língua* como o do modo de *apresentar-se* de qualquer *ser que pode*

---

<sup>408</sup> GADAMER, **WM1**, p. 627; [490]. “Gehen wir von der ontologischen Grundverfassung aus, wonach Sein *Sprache, d.h. Sichdarstellen* ist, die uns die hermeneutische Seinserfahrung aufgeschlossen hat, dann folgt daraus aber nicht nur der Ereignischarakter des Schönen und die Geschehensstruktur alles Verstehens.”

*ser compreendido*, ou seja, que pode ser conceitualmente. Assim, temos a não-desvinculabilidade entre a língua e o todo de ser que nela se apresenta, pois o que ali se apresenta é também a própria língua, já que ela, em sua linguisticidade – ou seja, em seu próprio fazer sentido –, é produtiva de ser.

No excerto “*ser é língua, i.e., apresentar-se*”, o “*apresentar-se*” específica o todo de ser que pode ser compreendido. Assim, o pensamento gadameriano mantém-se coerente com o caráter inconsciente dos pré-juízos. Esta base é parte constituinte do pano de fundo – da condição da coisa: da “*Sachlage*”<sup>409</sup> – de todo e qualquer compreendido. O pensamento gadameriano defendeu isso diante do caráter aplicativo de todo compreender, uma vez que os *pré-juízos* de uma conversa anterior não poderiam ser vistos nela mesma, pois eles eram condições para ela; entretanto, eles podem vir à consciência dos interlocutores numa conversa atual que toma o acordo e o entendimento resultante daquela como a sua coisa em questão. Ou seja, os *pré-juízos* que sustentam a própria conversa atual (ou uma interpretação qualquer) são insuperáveis dentro dela mesma, antes eles são a base sustentadora para ela, apenas podem tornar-se compreensíveis quando a tomamos como *objeto* a ser analisado em outra conversa posterior àquela<sup>410</sup>.

A filosofia hermenêutica assume a tese de que ser é dito de múltiplos modos (Aristóteles). Como todo dizer de ser se dá na via da intransparência da língua, e raramente pode ser atingido em sua totalidade de modos em que é dito, restou à filosofia hermenêutica gadameriana a dedicação à análise da questão dos sentidos compreendidos de ser, e não propriamente de ser como um todo pronto e acabado, o que exigiria o compreender de todos os seus sentidos para podermos falar de ser, diante dessa quase impossibilidade, ela elegeu o filosofar acerca dos sentidos como seu foco central.

---

<sup>409</sup> Gadamer utiliza-se dessa palavra em duas perspectivas distintas: a primeira em seu sentido corriqueiro como *situação, circunstância*. O outro uso que Gadamer faz é parte da sua apropriação da herança husserliana. Neste sentido técnico, “*Sachlage*” não refere apenas aquilo de que temos consciência, mas também a tudo que serve de fundamento para um comportamento compreensível. A nosso ver, uma tradução dela quando usada neste último sentido se aproximaria das expressões: *pano de fundo daquilo de que se fala, condição daquilo de que se fala*; trata-se do fundamento não visível da coisa (“*Sache*”), o que em língua inglesa poderia ser expresso com a palavra “*underground*” – subsolo – é exatamente o que está em contraste com “*background*” – cenário – que apesar de ser algo que está em segundo plano ainda é visível.

<sup>410</sup> Cf. GADAMER, WM1, p. 500-1; [390]. Cf. SCHMIDT, L. K. “Respecting others: The hermeneutic virtue”, p. 364.

Tudo isso se tornará mais claro depois de explicitarmos o questionamento que nos surge agora: qual será então o sentido do conceito de sentido na hermenêutica gadameriana?

Como caminho a uma resposta, a filosofia gadameriana optou pelo conceito de sentido herdado do pensamento de Heidegger, enquanto este o pensou pela via interrogativa, entendendo o conceito de sentido como “uma direção de caminho do perguntar”<sup>411</sup>, como o que determina a direção do perguntar. Isto já esclarece a primazia do sentido ante a pergunta, essa já está delimitada por uma apreensão de sentido, por um focar algo anterior à expressividade de sentido realizada pela pergunta.

Sentido aqui está por uma orientação de direção, um possível caminho para ser trilhado. É o que é dito em três ocasiões, primeiramente em *Verdade e Método I*: “Sentido quer dizer, todavia, sentido de direção. O sentido da pergunta é a única direção que a resposta pode adotar se quiser ter sentido e ser pertinente.”<sup>412</sup> E, posteriormente, ele repetiu esta formulação em *Verdade e Método II*: “sentido é sempre sentido de direção”<sup>413</sup>. E em outro momento: “‘o sentido é sentido de direção’.”<sup>414</sup> Sentido como determinação de direção está por algo análogo a um par de marcos tomados como referências para nos deslocarmos de um ponto ao outro num ambiente, no qual um dos pontos é o lugar onde estamos, a partir do qual vemos, o outro é aquele para aonde queremos ir. Se não podemos determinar o sentido de um dito, não nos movemos na conversa. É como ter um mapa e não sabermos localizar o lugar do terreno em que estamos. Não conseguimos nos determinar um para aonde ir. Com isso, podemos perceber que sentido emerge sempre numa relação.

Além das supracitadas passagens, outra há bem mais esclarecedora a acerca da questão do sentido em “Poema e conversa”, 1988. Nela se explicita que quando

Perguntamos: Então o que é sentido? Sentido não é exatamente aquele todo disponível, sobre o qual

---

<sup>411</sup> GADAMER, **WM2**, p. 428; [369]. “eine Wegrichtung des Fragens”.

<sup>412</sup> GADAMER, **WM1**, p. 473; [368]. Grifo meu. “Sinn aber ist Richtungssinn. Der Sinn der Frage ist mithin die Richtung, in der die Antwort allein erfolgen kann, wenn sie sinnvolle, sinngemäße Antwort sein will.”

<sup>413</sup> GADAMER, **WM2**, p. 182; [153]. “Sinn ist immer Richtungssinn”.

<sup>414</sup> GADAMER, **WM2**, p. 428; [369]. “Sinn ist Richtungssinn”.

nós sempre já somos todo uno, um mundo de sentido mais além da realidade, um mundo platônico, que desde Nietzsche não se dá. Sentido é, como pode ensinar-nos a língua, sentido de direção. Vê-se em uma direção, assim como o ponteiro do relógio, que gira em um sentido determinado. Assim nós acolhemos tudo, sempre, quando nos é dito algo, a direção para o sentido. Tais formas de concepção de sentido são a poesia, que nós compreendemos e apesar da declaração nunca ser esvaziada, e a conversa, na qual nós somos que, como a conversa infinita da alma consigo mesma, nunca chega ao fim.<sup>415</sup>

Limites estes de nosso compreender de sentido tornam-se mais claros diante de nossas experiências de sentido quando temos por objetivo o compreender textual. Esses limites se dão porque o vir à língua não implica que o que é apresentado seja compreendido, tal como vimos acima no caso dos pré-juízos. Porque ali

O real sentido de um texto, quando ele se dirige ao intérprete, não depende das ocasionalidades que apresentam o autor e seu público original. De qualquer modo, ele não emerge em si. Porque ele é sempre determinado também pela situação histórica do intérprete e assim pelo todo do contexto histórico objetivo.<sup>416</sup>

Inicialmente, para sermos coerentes, Gadamer jamais deveria ter dito que existe *o sentido real de um texto*, já que o sentido emergente

---

<sup>415</sup> GADAMER, **GW9**, p. 340. Tradução minha. “Fragen wir: Was ist denn Sinn? Sinn ist eben nicht jenes verfügbare Ganze, über das wir immer schon alle einig sind, eine Welt des Sinnes jenseits der Wirklichkeit, eine platonische Hinterwelt, die es seit Nietzsche nicht mehr geben soll. Sinn ist, wie uns die Sprache lehren kann, Richtungssinn. Man sieht in eine Richtung, so wie der Uhrzeiger, der sich in einem bestimmten Sinne dreht. So nehmen wir alle, immer, wenn uns etwas gesagt wird, die Richtung auf Sinn. Formen solcher Sinnnahme sind das Gedicht, das wir verstehen und dessen Aussage nie ausgeschöpft ist, und das Gespräch, in dem wir sind und das als das unendliche Gespräch der Seele mit sich selbst nie zu Ende ist.”

<sup>416</sup> GADAMER, **GW1**, p. 392; [301]. “Der wirkliche Sinn eines Textes, wie er den Interpreten anspricht, hängt eben nicht von dem Okkasionellen ab, das der Verfasser und sein ursprüngliches Publikum darstellen. Er geht zum mindesten nicht darin auf. Denn er ist immer auch durch die geschichtliche Situation des Interpreten mitbestimmt und damit durch das Ganze des objektiven Geschichtsganges.”

é sempre mediado. A interpretação de Graeser<sup>417</sup> é a única que encontramos dedicada a uma tentativa de explicitação do conceito de sentido (“*Sinn*”) no pensamento gadameriano. No entanto, de saída, a interpretação de Graeser comete um erro crucial. O de defender que sentido (“*Sinn*”) e significado (“*Bedeutung*”) seriam correspondentes, o que não é o caso; pois, no pensamento gadameriano, “*Bedeutung*” é usada num sentido aproximado àqueles que nós expressamos em língua portuguesa com as palavras *significado*, *importância*, *valorização*, *valor*. Para a filosofia gadameriana, o que chamamos de *sentido do texto* é o sentido emergente pela interpretação do leitor, pois não há como chegarmos a um sentido para o texto a não ser por meio de nossa leitura, a qual não é neutra, ela sempre realça nuances de sentido em detrimento de outras. No entanto, isso não significa que seja o leitor que coloca todos os conteúdos de sentido no texto, mas apenas partes. Por isso, o sentido que emerge se trata de uma fusão de horizontes entre o horizonte do texto e o horizonte do intérprete, o que é de cada um é impossível determinar na própria interpretação, mas apenas fazendo uma interpretação daquela interpretação.

Mesmo os *pré-juízos* de uma interpretação não se tornam problemáticos para a universalidade da língua, visto que

É verdade que a alusão ao indizível, tão próxima, não precisa causar rupturas na universalidade do linguístico. A infinitude da conversa, onde se dá todo compreender, relativiza a validade que alcança em cada caso o indizível.<sup>418</sup>

Ou seja, o que é indizível hoje poderá ter expressão amanhã, na próxima conversa; pois os *pré-juízos* de uma conversa podem vir a se tornarem claros numa próxima conversa, e assim sucessivamente; o mesmo vale para o caso da interpretação. A relativização do indizível também pode se dar pelo surgimento de novos modos de dizer que permitem expor o que não se conseguia dizer anteriormente. Assim, resta à linguisticidade da língua uma tarefa infinita pela busca de expressividade de todo ser compreendido, e de todo ser que ainda não

<sup>417</sup> Cf. GRAESER, A. “Über ‘Sinn’ und ‘Bedeutung’ bei Gadamer”.

<sup>418</sup> GADAMER, WM1, p. 22; [GW2, p. 444-5]. “Zwar, der naheliegende Hinweis auf das Unsagbare braucht der Universalität des Sprachlichen keinen Abbruch zu tun. Die Unendlichkeit des Gesprächs, in dem sich Verstehen vollzieht, läßt die jeweilige Geltendmachung des Unsagbaren selber relativ sein.”

foi compreendido, o qual mesmo inconscientemente está determinando nossos caminhos de sentido.

O conceito de sentido (“*Sinn*”) na filosofia gadameriana não é entendido apenas em sua acepção conversacional, mas também como pré-conversa, isso não significa que a emergência do sentido dá-se fora do âmbito da língua<sup>419</sup> e de suas pré-esquematisações. Como, por exemplo, as primeiras apreensões de sentido de uma criança não se realizam fora do âmbito linguístico, de seu perpassamento necessário pelo espírito da comunidade, visto que independentemente do seu querer ou não, em seu interagir, em seu ser jogante, ela está a cada dia que passa adentrando um pouco mais no mundo, na dimensão histórico-linguística. Entretanto, as primeiras apreensões de sentido da criança não são realizadas pela via da conversa.

A tese que defendemos aqui é que sentido ganha expressão e escapa da possibilidade ideal da mera repetição objetiva (no sentido de “*Objektivität*” das ciências naturais) enquanto ganha expressividade na dimensão linguística na produtividade do vir à fala. No caso da criança pequena que está no início de seu acontecer como humano, enquanto cresce numa comunidade de fala, podemos perceber, por meio de suas primeiras apreensões de sentido, a primazia da apreensão de sentido pré-conversa ante a apreensão de sentido por via linguística. Como exemplo encontramos o seguinte relato de uma situação ocorrida com Gadamer:

Recordo-me de uma pequena observação que fiz uma vez na casa de uma de minhas filhas. Eu lia jornal. A criança devia ter, mais ou menos, dois anos e meio – e indicou subitamente com o dedo para a seção de anúncios com a expressão: “Meck, Meck!”. A princípio eu não tinha nem ideia do que ela queria dizer. Então, eu vi que havia um anúncio para a Cerveja Bock de onde se reproduzia, muito estilizado, um carneiro macho. A criança havia reconhecido o carneiro abstrato melhor do que eu. Tais resultados de abstração representam na consciência de uma criança que se está despertando um primeiro passo de grande alcance.<sup>420</sup>

<sup>419</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 12; [5].

<sup>420</sup> GADAMER, **GW8**, p. 356. Tradução minha. “Ich erinnere mich einer kleinen Beobachtung, die ich einmal bei einer meiner Töchter machte. Ich las Zeitung. Das Kind muß so zweieinhalb

Este é um primeiro passo porque o papel desempenhado pela imagem estilizada de um carneiro macho representa a identificação de indivíduos de uma espécie através da caracterização dos traços gerais, reconhece-se concentrados na imagem os traços comuns de determinados entes.

Ao explicitar que toda tradição se apresenta de modo especulativo, i.e., está aberta à negatividade da pergunta, a filosofia gadameriana defendeu que é necessário superar todo “dogmatismo de todo ‘sentido em si’<sup>421</sup>, reforçando a ideia do emprego da noção de sentido de forma não-dogmática ao relacioná-la ao momento da aplicação por uma consciência, enquanto explicita o caráter especulativo de toda interpretação e o aspecto recreativo de todo compreender. Quando dizemos que toda interpretação de algo tem um caráter especulativo estamos dizendo com isso que ela não é a última palavra, uma vez que nela nós também estamos refletidos, porque as perguntas que conduziram nossa interpretação não são desvinculáveis de nossos condicionamentos perpassativos histórico-linguísticos. Assim, sob novos condicionamentos poderão surgir novos questionamentos que talvez mudem a direção da nossa interpretação. Fazendo menção ao caráter especulativo de toda interpretação e o aspecto recreativo de todo compreender, encontramos a seguinte passagem:

Quando se destacou, com toda razão, que todo sentido tem uma referência ao eu, para o fenômeno hermenêutico essa referência significa que todo sentido da tradição alcança aquela concreção em que é compreendido na relação com o eu que a compreende, e não, por exemplo, na reconstrução de um eu, pertencente à intenção de

---

Jahre gewesen sein – und deutet plötzlich mit dem Finger auf den Annoncenteil mit dem Ausdruck: »Meck-Meck«! Erst wußte ich gar nicht, was sie meinte. Dann sehe ich, da war eine Reklame für das Bock-Bier, wo ein Ziegenbock sehr stilisiert abgebildet war. Das Kind hatte den abstrakten Bock besser erkannt als ich. Solche Abstraktionsleistungen stellen in einem erwachenden Kinderbewußtsein den großen ersten Schritt dar”. A palavra alemã “*Bock*” que dá nome a um tipo de cerveja “*lager*” (clara) significa *carneiro*; não por acaso, este tipo de cerveja quase sempre possui uma representação de um carneiro macho em seus rótulos, o que torna claro o uso da onomatopeia “Meck, Meck!” pela criança diante da visão da representação abstrata de um carneiro.

<sup>421</sup> GADAMER, **WMI**, p. 610; [477]. “den Dogmatismus eines ‘Sinnes an Sich’”.

sentido originária.<sup>422</sup>

A investigação gadameriana apresenta a experiência da obra de arte como o exemplo paradigmático de que o “‘sentido’ não é esgotável pelo compreender conceitual”<sup>423</sup>, porque a obra de arte nos anuncia “algo por si mesma”<sup>424</sup>, compreendê-la implica a tomada de direções, posicionamentos, onde um dos polos do par ordenado da direção de sentido é sempre um eu; ou seja, se está a negar qualquer sentido em si, objetivo, repetível, meramente formal.

Ao contrapor-se à visão cientificista da análise do enunciado isolado, o pensamento gadameriano explicitou que todo enunciado e toda fala têm as suas motivações. Assim, a resposta a uma pergunta tem como tarefa sempre a realização do “sentido da pergunta e, com isso, a base de sua motivação.”<sup>425</sup> É apenas desse modo que a hermenêutica gadameriana pode afirmar que “a língua nos remete tanto para além dela mesma como para além da expressividade que ela apresenta. Não se esgota no que diz, ou seja, no que nela vem à fala.”<sup>426</sup> Ela sempre nos orienta para algo, o que implica o *andar* num determinado caminho, tomar uma direção, pomo-nos em relação com outra coisa tomada como ponto de referência, implica a tomada de decisões e, ao mesmo tempo, o que está em questão é a consideração de outrem, que aparece como o polo de orientação em direção do qual *andamos* para nos aproximar ou nos afastar.

Isto se tornaria claro no caso de todo dito, uma vez que aí há uma compreensão produtiva de sentido que implica tanto orientações explícitas quanto implícitas (um caminho, uma direção pela qual *andamos* sem percebê-la, na qual, por vezes operamos inconscientemente, de modo como acontece na dimensão dos *pré-*

---

<sup>422</sup> GADAMER, **WM1**, p. 610; [477]. “Wenn man - mit Recht - die Ichbezogenheit alles Sinnes hervorgehoben hat, so bedeutet dieselbe für das hermeneutische Phänomen, daß aller Sinn der Überlieferung in der Beziehung auf das verstehende Ich diejenige Konkretion findet, in der er verstanden wird - nicht etwa in der Rekonstruktion eines Ich der ursprünglichen Sinnmeinung.”

<sup>423</sup> GADAMER, **WM2**, p. 535; [471]. “‘Sinn’ für das begriffliche Verstehen nicht ausschöpfbar ist.”

<sup>424</sup> GADAMER, **WM2**, p. 384; [332]. “es selber uns etwas sagt”.

<sup>425</sup> GADAMER, **WM2**, p. 229; [195]. “den Sinn der Frage und damit ihren Motivationshintergrund realisieren.”

<sup>426</sup> GADAMER, **WM2**, p. 209; [178]. “Sprache immer auch hinter sich selber und hinter die Ausdrücklichkeit, die sie darstellt, zurückweist. Sie geht gleichsam nicht auf in dem, was in ihr ausgesagt ist, was in ihr zu Worte kommt.”

*juízos*). No que se refere ao dito, esse é sempre motivado<sup>427</sup> pela pergunta que ele está a responder. Ademais, todo dito oculta um sentido que lhe serve de base. Por exemplo, no dito “Moro em Florianópolis” não está dito que ele pode ser a resposta à pergunta “Onde você mora?” (tampouco que tenho certo domínio da língua portuguesa); por sua vez, nesta pergunta não está dita a sua motivação, ou seja, a presença de outro que provoca a questão, em ambos não está dito que para proferir estes ditos com sentido, no momento adequado, com correção, temos que ter certo conhecimento como falantes da língua portuguesa; esses já são seus pressupostos. No viés do pensamento gadameriano, isso mostra-nos o caráter singular de toda fala, já que essa ocasionalidade é inerente a todo dizer<sup>428</sup>. Essa singularidade aparece de forma clara até mesmo no caso dos enunciados. Neste caso, a filosofia gadameriana fornece como exemplo as enunciações de uma maldição e de uma bênção. Para ela, também esses enunciados possuem seu sentido determinado pelo contexto onde são proferidos<sup>429</sup>, sendo, portanto, um equívoco analisá-los isolados das motivações ocasionais.

Quando aquilo de que se fala é um texto (*outro*), a principal tarefa para atingirmos o sentido consiste em compreender que este processo é sempre uma aplicação mediativa de um *tu* a um eu. Essa aplicação de um texto à contextualidade do intérprete tem de levar em consideração “certo desempenho produtivo da compreensão de sentido”<sup>430</sup>, já que esta compreensão dá-se como resultante do processo de movimento do jogo de imbricação entre tradição e intérprete, ou seja, na fusão de horizontes do sentido do texto com a ocasionalidade de leitura do intérprete. Desta maneira, ante o caráter produtivo do sentido de toda compreensão, compreendemos o sentido do texto sempre de modo diferente<sup>431</sup>, mas não completamente diferente.

O processo do aparecer daquilo que chamamos de sentido do texto somente é possível porque a tradição cumpre o papel de guia do intérprete, permitindo-o a antecipação do sentido do texto (um *tu*). Isso pode realizar-se graças à constituição do intérprete que desde sempre é – enquanto alguém que adentrou o jogo do interpretar – um instituir-se

---

<sup>427</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 210; [179].

<sup>428</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 210; [178-9].

<sup>429</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 211; [179].

<sup>430</sup> GADAMER, **WM1**, p. 438; [339]. “bestimmte produktive Leistung des Sinnverständnisses”. Ver: GADAMER, **WM1**, p. 392; [301].

<sup>431</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 392; [301-2].

como nós com a tradição, uma comunhão com ela<sup>432</sup>. Esta antecipação de sentido apenas é possível ante o sentido do círculo do compreender, pois através do círculo hermenêutico do compreender se revela a estrutura ontológica do compreender, ou seja, todas às vezes que compreendemos estamos a proporcionar um crescimento de ser ao fazermos sentido de modos linguísticos diferentes em cada nova interpretação.

O pressuposto que guia o leitor não consiste apenas numa unidade imanente de sentido (conteudística) do próprio texto, mas ele é guiado “constantemente também por expectativas de sentido transcendentais, que surgem de sua relação com a verdade do que é visado.”<sup>433</sup> Assim, tanto o compreender que se realiza na conversa quanto aquele que se efetiva na leitura do escrito dão-se “numa dimensão de sentido que é compreensível em si mesma”<sup>434</sup>, enquanto forma uma unidade, uma dimensão comum entre o texto e o intérprete. Esse modo de conceber o sentido do texto, como a fusão de horizontes entre o sentido do texto – seu conteúdo – e a historicidade do intérprete na ocasionalidade de suas condições hermenêuticas, garante à filosofia hermenêutica gadameriana a possibilidade de opôr-se às teses psicologistas que dão primazia ao sentido anacrônico do texto como o sentido pretendido pelo autor ou pelo leitor originário. É aquilo de que se fala, aquilo de que o texto trata, que determina a direção de orientação histórico-linguística do intérprete.

Seguramente, podemos dizer agora que confirmamos a explicitação do conceito de compreender indicada no início deste capítulo, a qual a filosofia gadameriana desenvolveu a partir de Schleiermacher<sup>435</sup>. Para recordar, através do delineamento daquela formulação, o compreender é visto primariamente a partir da relação minimal de um eu com outro e da possibilidade destes se compreenderem mutuamente num sentido comum pela comunicação dialogal. Vimos, neste capítulo, na explicitação que fizemos do jogo da conversa em que consiste a linguisticidade do compreender, ou seja:

<sup>432</sup> Cf. GADAMER, **WM1**, p. 388; p. [298].

<sup>433</sup> GADAMER, **WM1**, p. 389; [299]. „auch ständig von transzendenten Sinnerwartungen geleitet, die aus dem Verhältnis zur Wahrheit des Gemeinten entspringen.“

<sup>434</sup> GADAMER, **WM1**, p. 386-7; [297]. *Ver também*: GADAMER, **WM2**, p. 73; [58].

<sup>435</sup> A filosofia gadameriana passa por alto de duas outras contribuições básicas do pensamento de Schleiermacher que, ao contrário do exagerado enfoque gadameriano na fluidez da língua, ressaltou o valor da interpretação gramatical e os elementos fixos da língua que ultrapassam o autor e o leitor através de sua fixação gramatical na língua escrita.

primeiramente, em tese negativa, a linguisticidade do compreender não diz respeito a uma congenialidade, ou seja, a uma apreensão que reduza o compreendido ao sentido daquele que compreendeu como o mesmo sentido daquele que o comunicou. A linguisticidade do compreender é a tomada de consciência do fazer-se do sentido na ocasionalidade de cada compreender.

Como nós somos os resultantes de uma conversa que talvez comece a nos integrar no perpassamento pelo seu exercício ainda mesmo antes de nosso próprio nascimento, o que vem sendo confirmado pelas ciências contemporâneas, porque somos um exercitar que em seu prosseguir nos possibilita o alargamento constante do que seja um interlocutor para o diálogo ao longo de nosso crescimento humanizador; o qual, de forma mais nítida, começa no pequeno círculo familiar, passa pela comunidade e sua educação, pela autoeducação, ganhando o mundo, apenas cessando para uma individualidade com a sua morte. O necessário perpassamento da criança num ambiente linguístico para a construção de sua personalidade<sup>436</sup>, de sua *persona*, de sua individualidade nos mostra que não há uma língua inata nos nascidos de humanos, que pudesse ser dita dada e universal à espécie, mas sim que ela é adquirida no perpassamento que se dá no crescer na interação com outros.

Para dar cabo a este tópico, recordemos que na concepção gadameriana de língua, o que é apreendido no processo do compreender não é um dado *a priori* ao modo que é concebido na concepção de linguagem como *medium* universal, para a qual para apreendermos a realidade temos de apreender a forma lógica da linguagem. Na língua, o compreender o sentido de um discurso se dá no próprio fazer-se da língua em cada nova conversa. A língua não é universal em si, mas a universalidade funda-se na impossibilidade de haver experiência sem língua, ou seja, a língua é universalmente necessária para que haja experiência compreensiva, intersubjetiva, porque o poder ser de um ser humano se efetiva como participação num sentido comum, no pôr-se numa mesma direção, no *medium* da língua que no compreender institui comunidade, pois “*Ser, que pode ser*” “**participação num sentido comum**” “, é língua.”

---

<sup>436</sup> Cf. FLICKINGER, H.-G. *Gadamer e a educação*, p. 70.

### 3.4 UNIVERSALIDADE DA LÍNGUA, UNIVERSALIDADE DA HERMENÊUTICA E LINGUAGEM UNIVERSAL

Neste tópico, visamos explicitar as relações entre os conceitos de universalidade da língua, conforme aclaramos acima, e a universalidade da hermenêutica, e a relação destes com os conceitos de linguagem universal conforme as teorias de J. Hintikka e de Kusch, e ainda ao modo que o explicitamos via a de Frege.

O que vimos até aqui mais seria uma indicação dos limites da língua do que de sua universalidade. No entanto, a filosofia gadameriana é uma defesa da universalidade da língua; diante disso, que processo a mantém viva dando expressabilidade a novas experiências?

A universalidade da hermenêutica se mantém firme ante a virtualidade do plano linguístico das línguas de dar expressão a todo novo sentido que emerge no e diante do comportar-se experiencial dos humanos. Esta busca infinita pela palavra que dê sentido as nossas experiências é o que torna universal a tarefa da hermenêutica. A universalidade da hermenêutica abrange o que se realiza diante do comportar-se humano porque também se trata de um compreender a interpretação linguística que fizemos, mesmo que seja no mero pensar, à proporção que apreendemos, por exemplo, o comportamento de um animal<sup>437</sup> ou o funcionamento de uma máquina, porque saber operá-la, é compreendê-la, é colocar-se num sentido comum com ela. A universalidade hermenêutica se sustenta sob a concepção de que todo compreender é sempre um compreender produtivo, ou seja, todo compreender é uma interpretação. Em última instância, a universalidade hermenêutica é erigida sobre a tese de que tudo é interpretação, e como interpretação está infinitamente aberta para ser produtiva enquanto subordinada às novas condições do fazer sentido que exigirão a produtividade da língua, o fazer-se da língua. O conceito de universalidade da língua está entrelaçado de forma inseparável do conceito de universalidade hermenêutica; todo o compreendido é interpretação. E enquanto estamos falando de humanos, isso tudo não se dá fora da língua. A produtividade da língua no processo de fazer sentido fornece à hermenêutica a sua universalidade virtual, porque na língua está sempre aberta a possibilidade de encontrarmos a palavra

---

<sup>437</sup> Como no caso dos cães adestrados que, para serem cães-guia, requerem treinamento com base em uma teoria para virem a ser parceiros dos portadores de deficiências visuais.

*certa* que atinja o outro, o que faz com que este participe num sentido comum e produtivo; pois

É a consciência, que cada falante em cada instante, em que ele busca a palavra correta – isto é, a palavra que alcance o outro –, tem ao mesmo tempo a consciência que ele não a encontra completamente. Sempre vai um opinar, um intensificar mais além do que realmente na língua do passado, capturado em palavras, que alcança o outro. Um insatisfeito desejo para a palavra encontrada – isto é, provavelmente, o que constitui a verdadeira vida e essência da língua.<sup>438</sup>

Deste modo, assumimos a universalidade da hermenêutica a partir da virtualidade da linguisticidade do compreender, ou seja, da capacidade produtiva da língua que, no seu fazer-se, busca superar a carência de língua comum – tarefa que rege toda conversa, da conversa familiar à conversa com a tradição do fazer filosófico – à medida que a língua dá conta da expressividade comunicativa a todo novo fazer-se de sentido emergente na interpretação. Assim, a primariedade do fáctico fazer sentido precede ao dito.

A universalidade da dimensão hermenêutica não é uma universalidade dada, mas virtual que constantemente está em obra na linguisticidade, no fazer sentido novamente, de todo compreender que, pela interação da conversa, busca expressividade comunicativa para tudo aquilo de que se fala, o que faz parte do campo da experiência participativa de ser dos humanos. O pressuposto de fundo desse operar conceitual gadameriano é o de que, na maioria dos casos, não haveria uma desvinculabilidade entre palavra e aquilo de que se fala. A palavra possuiria o caráter ontológico porque estaria numa relação indissolúvel entre ser algo por si mesma e seu estar apresentando algo. O apresentar da palavra seria o resultado, em grande parte das vezes, de um inconsciente pôr-se de acordo no uso que pressupõe a unidade entre

---

<sup>438</sup> GADAMER, **GW8**, p. 361. Tradução minha. “Es ist das Bewußtsein, daß jeder Sprechende in jedem Augenblick, in dem er das richtige Wort sucht – und das ist das Wort das den anderen erreicht –, zugleich das Bewußtsein hat, daß er es nicht ganz trifft. Immer geht ein Meinen, ein Intendieren über das hinaus, an dem vorbei, was wirklich in Sprache, in Worte gefaßt den anderen erreicht. Ein ungestilltes Verlangen nach dem treffenden Wort – das ist es wohl, was das eigentliche Leben und Wesen der Sprache ausmacht.”

palavra e aquilo de que se fala (“*Sache*”), ou seja, entre palavra e um determinado conteúdo de sentido. Assim, a língua não deve ser vista apenas como meio de comunicação e de referencialidade, visto que quando falamos não estamos meramente a realizar uma troca de sinais, tampouco somente referenciando, mas também revelando nosso conhecimento sobre o que vem à fala.<sup>439</sup>

O primado ontológico da língua fica ainda mais evidente diante da questão da metalinguagem<sup>440</sup>, porque para a construção de uma linguagem instrumental torna-se impreterível o uso de uma língua para a introdução das convenções que permitem a operabilidade da linguagem instrumental, pelo menos de uma primeira linguagem instrumental, já que uma segunda poderia vir a ser apresentada a partir da primeira. Em outras palavras, isso significa dizer que a língua, como diálogo, é a metalinguagem, a instância primeira de quaisquer outras formas operacionais de comunicação e de expressabilidade rigorosa, pois se não depende dela diretamente para ser introduzida, como no caso de uma primeira linguagem instrumental, dependeu indiretamente como no caso de uma linguagem instrumental implementada a partir de uma linguagem instrumental exposta através de uma língua. O que distingue de modo abissal a língua dos tipos de linguagens instrumentais consiste na constatação de que aquela é o único modo de comunicação que é capaz de ser metalinguagem de si mesma e, além disso, de forma produtiva estar em um constante alargamento de suas próprias limitações independente de convenções arbitrárias; enquanto as linguagens instrumentais não conseguem dar conta de si mesmas, e, com o passar do tempo, tornam-se obsoletas e abarcáveis<sup>441</sup> por outra linguagem instrumental mais ampla. Para Gadamer, o caráter autopoiético da língua em uso que busca a expressão de tudo no fundo está na base de toda crítica direcionada à língua<sup>442</sup>.

Este caráter autopoiético atua na virtualidade da língua, enquanto constitui o comportamento daquilo de que se fala (“*Sache*”), o fazer-se daquilo de que se fala. A cunhagem do conceito de

---

<sup>439</sup> Cf. GADAMER, EDT, p. 122-3.

<sup>440</sup> Sobre a questão da metalinguagem em Gadamer cf. GADAMER, WM1, p. 536; [418]. GADAMER, WM2, p. 64; [50] – p. 290; [248].

<sup>441</sup> Diante do que apresentamos acima vemos a linguagem de fórmulas fregeana como um contraexemplo a essa visão gadameriana das linguagens instrumentais.

<sup>442</sup> GADAMER, WM2, p. 217; [185]. Grifo do autor. “Das *Versagen* der Sprache bezeugt ihr *Vermögen*, für alles Ausdruck zu suchen”.

“*Virtualität*”, no sentido em que é utilizado no pensamento gadameriano, encontramos-a pela primeira vez, pelo menos do ponto de vista da língua, brevemente apresentada, sem um desenvolvimento, no pensamento de Wilhelm von Humboldt. Segundo Humboldt:

Considerada do ponto de vista de sua verdadeira essência, a língua é algo que se encontra constantemente e ininterruptamente em transição. Até mesmo sua conservação pela escrita nunca é mais do que mera preservação incompleta, mumificada, que por sua vez sempre exige que busquemos evocar aos sentidos a elocução oral ao escrever. A língua em si não é uma obra acabada (*Ergon*), mas sim uma atividade [*Thätigkeit*] (*Energieia*).<sup>443</sup>

Em *Verdade e Método I*, o conceito de virtualidade é usado em uma passagem em que faz-se menção em nota ao trabalho de Hans Lipp, *Lógica hermenêutica (Hermeneutischen Logik)*. Depois de uma passagem acerca da dialética de Platão, defrontamo-nos com a riquíssima passagem onde está concentrado o núcleo da análise hermenêutica gadameriana das línguas, na qual no primeiro período da citação poderíamos compactar dizendo que ela enuncia um princípio do contexto amplo, de proferimento. A formulação gadameriana inclui o estrito princípio do contexto fregeano, e o segundo *cânon* de Schleiermacher; bem como o contexto maior de proferimento e de pertença histórico-linguística, vejamos:

Mas existe ainda outra dialética da palavra, que atribui a cada uma das palavras uma dimensão interna de multiplicação: cada palavra irrompe de um centro e se relaciona com um todo, e só é palavra em virtude disso. Cada palavra faz ressoar o todo da língua a que pertence, e deixa aparecer o todo da concepção de mundo que lhe subjaz. Por

---

<sup>443</sup> HUMBOLDT, W. “Forma das línguas”. *In: Linguagem, Literatura e Bildung*, p. 98-99. “Die Sprache, in ihrem wirklichen Wesen aufgefasst, ist etwas beständig und in jedem Augenblicke Vorübergehendes. Selbst ihre Erhaltung durch die Schrift ist immer nur eine unvollständige, mumienartige Aufbewahrung, die es doch erst wieder bedarf, dass man dabei den lebendigen Vortrag zu versinnlichen sucht. Sie selbst ist kein Werk (*Ergon*) sondern eine Thätigkeit (*Energieia*).”

isso, como acontecer de seu momento, cada palavra deixa que se torne presente também o não dito, ao qual se refere respondendo e indicando. A ocasionalidade do discurso humano não é uma imperfeição eventual de sua capacidade expressiva – ela é, antes, a expressão lógica da virtualidade viva do discurso, que sem poder dizê-lo inteiramente, põe em jogo um todo de sentido.<sup>444</sup>

No segundo período, deixa aparecer a concepção humboldtiana de língua como visão de mundo. O último período nos faz recordar o passo explicativo da lógica da ocasionalidade que deixa em aberto o todo de sentido, deixando em aberto que uma palavra possa vir a ser empregada num sentido nunca realizado antes, fazendo com que o discurso seja virtualmente vivo diante da lógica de pergunta e resposta, a qual abre um finito discurso humano à infinidade de sentidos frutos dos condicionamentos das novas perguntas que renderão novas interpretações, novas respostas, e assim sucessivamente.

Num contexto em que está sendo apresentada a concepção de Hegel a respeito da religião – o que não nos interessa aqui, localizamos a passagem na qual está sendo indicado como devemos compreender o conceito de virtualidade e o porquê de seu preferencial uso:

Hegel también alude a la religión para decir que ésta no es una palabra vacía, ni meramente una perspectiva que se pierde en la indeterminación, sino que está determinada por el hecho de ser potencialidad – o más bien virtualidad, como yo gusto decir, pues la potencialidad siempre entraña posibilidad de alcanzar una determinada realidad efectiva, mientras que la virtualidad, en el sentido de dirección hacia un futuro indeterminado, queda

---

<sup>444</sup> GADAMER, **WM1**, p. 591; [462]. “Es gibt noch eine andere Dialektik des Wortes, die einem jeden Wort eine innere Dimension der Vielfachung zuordnet: Ein jedes Wort bricht wie aus einer Mitte hervor und hat Bezug auf ein Ganzes, durch das es allein Wort ist. Ein jedes Wort läßt das Ganze der Sprache, der es angehört, antönen und das Ganze der Weltansicht, die ihm zugrundeliegt, erscheinen. Ein jedes Wort läßt daher auch, als das Geschehen seines Augenblicks, das Ungesagte mit da sein, auf das es sich antwortend und winkend bezieht. Die Okkasionalität der menschlichen Rede ist nicht eine gelegentliche Unvollkommenheit ihrer Aussagekraft - sie ist vielmehr der logische Ausdruck der lebendigen Virtualität des Redens, das ein Ganzes von Sinn, ohne es ganz sagen zu können, ins Spiel bringt.”

abierta –,<sup>445</sup>

É graças à impossibilidade da determinação de um sentido pleno, a qual mantém o sentido aberto para o futuro, porque ninguém pode prever em que novo sentido uma palavra passará a ser usada. Diante disso, o pensamento gadameriano pode sustentar que é devido à “virtualidade linguística de nossa razão”<sup>446</sup> que temos a possibilidade de estarmos abertos para a crítica, para o exercício de nossa capacidade de juízo. Na língua, a virtualidade da palavra possibilita uma abertura infinita para a realização destas tarefas, proporcionando-nos “a liberdade do dizer a si mesmo e deixar-se dizer.”<sup>447</sup> Apenas sob esta visão, podemos compreender a produtividade e plasticidade da língua que faz da palavra uma pluralidade de palavras, uma vez que na virtualidade da língua a palavra mantém-se aberta para uma unidade de sentido que não está previamente decidida, mas será ela compreendida mediante a especulação emergente a partir do jogo de perguntas e respostas e da interpretação condicionada às subjetividades constituídas na ocasionalidade histórico-linguística que compõem cada conversa; ou seja, cada palavra é irrepetível, porque aquele que a diz faz parte das contingências de cada ocasionalidade. Nela, sentido instancia-se, vem a ser, apresenta-se na concretude volátil da fala particular; apresenta-se num *repetir*, dissipando-se para apresentar-se em outro *repetir* etc. Esta é a essência do virtual na perspectiva gadameriana. O que é virtual não atinge uma concretização particular definitiva – “uma determinada realidade efetiva” – como pressupõe o conceito de potencialidade, o qual pressupõe que algo se realiza plenamente ali. A virtualidade está aberta para instanciar-se em uma pluralidade de modos distintos de dizer, de apresentar. A unidade de sentido de uma palavra não se dá de forma isolada e não está determinada *a priori*, ela sempre depende do uso ocasional. Esta virtualidade hermenêutica perpassa toda conversa, visto que não há conversa fora do plano virtual que se instancia na relação tensiva e distensível entre um eu e um tu; sendo este o lugar onde a língua se institui, porque

A língua representa o rastro da finitude não somente porque exista uma infinidade de diversas

---

<sup>445</sup> GADAMER, *EFO*, p. 22.

<sup>446</sup> GADAMER, *WM2*, p. 240; [204]. “der sprachlichen Virtualität unserer Vernunft”.

<sup>447</sup> GADAMER, *WM2*, p. 242; [206]. “die Freiheit des Sich-Sagens und Sich-Sagenlassens”.

estruturas humanas de linguagem, mas porque toda língua está em constante formação e desenvolvimento, quanto mais trazer à fala a sua experiência de mundo. Não é finita por não ser ao mesmo tempo todas as demais línguas, mas porque é língua.<sup>448</sup>

Como arma contra a rigidez no tratamento da língua no âmbito filosófico, a filosofia gadameriana recomenda a análise histórico-conceitual; pois, mediante este viés, a tarefa para nos desvencilharmos do tratamento rígido da língua mostra-se como um caminho de mão dupla, o qual primeiramente exige que liberemos a dimensão linguística da filosofia novamente “para a virtualidade do discurso vivo”<sup>449</sup>, para somente depois elevar a palavra viva da língua para o plano do conceito. Tudo isso apenas faz sentido porque é na língua que o mundo se dá para nós,

na diferencialidade e diferenciação ilimitada de seu mostrar-se. A virtualidade da palavra é ao mesmo tempo o *aí* de ser. A linguisticidade é o elemento no qual vivemos, e, por isso, a língua não é tanto objeto – qualquer que seja a sua conjuntura natural ou científica –, mas muito antes a realização de nosso *aí*, do ‘*aí*’ que nós somos<sup>450</sup>

Ou seja, o que se apresenta *aí* – numa situação irrepetível – é a realização da unidade da relação “de nosso ‘*aí*’, do ‘*aí*’ que nós somos”, enquanto ‘*nós*’, como seres que se instituem no plano da experiência relacional histórico-linguística. As aspas no *aí* se justificam já que esse não é compreendido como mera presentificação, mas como um resultante de uma série de relações formativas, perpassativas histórico-

---

<sup>448</sup> GADAMER, **WM1**, p. 590; [461]. “Die Sprache ist die Spur der Endlichkeit nicht deshalb, weil es die Verschiedenartigkeit des menschlichen Sprachbaus gibt, sondern weil eine jede Sprache sich ständig bildet und fortbildet, je mehr sie ihre Erfahrung der Welt zur Sprache bringt. Sie ist nicht deshalb endlich, weil sie nicht zugleich alle anderen Sprachen ist, sondern weil sie Sprache ist.”

<sup>449</sup> GADAMER, **WM2**, p. 110; [90]. “für die Virtualität der lebendigen Rede”.

<sup>450</sup> GADAMER, **HR**, p. 117-8; [**GW10**, p. 105]. “in der unbegrenzten Differenziertheit und Differenzierung ihres Sichzeigens. Die Virtualität des Wortes ist zugleich das ‘Da’ des Seins. Sprachlichkeit ist das Element, in dem wir leben, und daher ist Sprache nicht so sehr Gegenstand - von welcher natürlichen oder wissenschaftlichen Bewandnis immer - als vielmehr der Vollzug unseres Da, des ‘Da’, das wir sind.”

linguísticas incontrolláveis que instituem a subjetividade de cada eu em seus peculiares e diferentes níveis de perpassamento, bem como aquilo de que se fala (“*Sache*”). Cada *aí* da experiência hermenêutica é singular.

A virtualidade da língua institui-se porque a língua é “língua jogante”<sup>451</sup>, ou seja, não está dada, pronta. Isto é válido tanto de um viés sintático quanto semântico, ambos fluem. Como também sendo jogante, a língua está condicionada a aconteceres da realidade concreta que a ultrapassam. Com isso, a filosofia gadameriana ressalta que quando nós entramos numa conversa já estamos com o interlocutor sob um solo comum que possibilita o ir entendendo-se sobre um assunto, este comum é o caráter de *ergon* da língua; o qual, diante da produtividade de todo compreender na realização de toda conversa, vem acompanhado do caráter de atividade, produtivo, o que faz da língua algo inobjetivável em seu todo. O caráter virtual do vir à fala do discurso se efetiva em cada situação, moldando-se às necessidades de expressão, cunhando novas palavras, expressões ou dando novos sentidos às já existentes. Assim, os estudos acerca da língua, como tudo o que é humano, necessitam da constante retomada revisitiva, no duplo sentido da palavra, tanto no sentido de revisar quanto no de visitar, pois seu *ergon* continua a ganhar acréscimos de ser em cada nova experiência de participação produtiva nas conversas que temos. Conversas estas que incluem outras línguas, porque

De certo que quem foi criado numa determinada tradição cultural e linguística vê o mundo de uma maneira diferente daquele que pertence a outras tradições. De certo que os ‘mundos’ históricos, que se dissolvem uns nos outros no decurso da história, são diferentes entre si e também diferentes do mundo atual. E, no entanto, o que se apresenta é sempre um mundo humano, isto é, um mundo estruturado na língua, seja qual for sua tradição. Enquanto estruturado na língua, cada um desses mundos está aberto, a partir de si, a toda concepção possível e, assim, a toda espécie de

---

<sup>451</sup> GADAMER, **WM2**, p. 567; [497]. “spielende Sprache”.

ampliação de sua própria imagem de mundo e, nesse sentido, acessível a outros.<sup>452</sup>

Isto tem como consequência que a defesa gadameriana da virtualidade das línguas lança por terra qualquer acusação de relativismo linguístico calcado sob as diferenças das visões de mundo. Esta superação do relativismo foi formulada na tese máxima gadameriana, através da qual se apresenta a defesa da universalidade da língua enquanto ela é vista como *medium* virtual sem o qual não há experiência de comunicação e entendimento acerca de algo. A superação do relativismo se dá já que, de uma forma ou de outra, uma língua tem a possibilidade de expressar tudo o que é possível dizer em outra língua<sup>453</sup> graças à linguisticidade, a capacidade de fazer, de produzir sentido dessa outra língua através do uso de novas palavras e velhas palavras em novos sentidos via tradução. E onde há a possibilidade da tradução, sempre haverá a possibilidade de novas fusões de horizontes dos diversos mundos linguísticos. Por mais que se aceite a tese da intradutibilidade, na perspectiva da universalidade da língua se deixa em aberto a possibilidade de que um dia ela possa vir a ser feita. Aqui, a questão da tradução não diz respeito apenas à possibilidade de encontrarmos um modo distinto de expressar o designado como na concepção fregeana, mas está em questão também o ter de dar conta dos conteúdos subjetivos, ocasionais, situacionais. Com isso, obtemos uma caracterização de tradução na filosofia gadameriana mais ampla do que a fregeana. Tanto via Frege quanto via Gadamer não se elimina o paradigma do intraduzível, ambos defendem a imperfeição da tradução de textos poéticos, os ditos na filosofia gadameriana textos iminentes, os quais apresentam um maior grau de dificuldades do que os textos científicos e suas linguagens técnicas. Diante da parcial intransparência da língua, o esforço do compreender se torna uma tarefa universal quer no seu nível mais comum da comunicação do dia-a-dia através de uma língua quer através de um instrumento intermediador como a linguagem

---

<sup>452</sup> GADAMER, **WM1**, p. 577; [451]. “Gewiß sehen die in einer bestimmten sprachlichen und kulturellen Tradition Erzeugenen die Welt anders als anderen Traditionen Angehörige. Gewiß sind die geschichtlichen ‘Weltens’, die einander im Laufe der Geschichte ablösen, voneinander und von der heutigen Welt verschieden. Gleichwohl ist es immer eine menschliche, d. h. eine sprachverfaßte Welt, die sich, in welcher Überlieferung auch immer, darstellt. Als sprachlich verfaßte ist eine jede solche Welt von sich aus für jede mögliche Einsicht und damit für jede Erweiterung ihres eigenen Weltbildes offen und entsprechend für andere zugänglich.”

<sup>453</sup> Cf. GADAMER, **HR**, p. 286. **GW10**, p. 270-271.

de fórmulas de Frege.

Com a análise da concepção de linguagem de fórmulas e de língua na filosofia de Frege, explicitamos que o principal problema do conceito de linguagem como *medium* universal foi não distinguir língua e linguagem de fórmulas, respectivamente, em termos gadamerianos: *medium* e meio. Diante da concepção gadameriana de língua, o conceito de linguagem como *medium* universal se torna confuso quando *medium* é entendido nas teorias de J. Hintikka e de Kusch também como meio em sentido instrumental; porque, como na teoria fregeana, também na gadameriana se distingue claramente a língua das linguagens instrumentais, apesar do viés gadameriano de língua realmente ser pensado como *medium*, esta aplicação não se dá sem problemas. A não-aplicação do conceito de linguagem como *medium* universal para o conceito de universalidade da língua não se dá apenas por causa da não-distinção entre *medium* e meio, mas porque o que se está entendendo como *medium* em cada uma delas é algo distinto. Enquanto na concepção de linguagem como *medium* universal, a linguagem é *medium* da forma lógica da realidade, na concepção de universalidade da língua, a língua é *medium* de toda experiência de fazer-se do sentido emergente em cada compreender. Assim, o conceito de linguagem como *medium* universal também não pode ser aplicado à concepção gadameriana de língua de maneira muito menos problemática do que às concepções fregeanas de língua e de linguagem de fórmulas, porque o que acontece é encontrarmos alguns traços ou partes deles (devido a restrições) da concepção de linguagem como *medium* universal na concepção gadameriana de universalidade da língua.

A semântica na concepção gadameriana de universalidade da língua não pode ser dita inacessível. Em momento algum a filosofia gadameriana se preocupa em explicitar a semântica de uma língua, porque semelhante tarefa nos é inesgotável diante da finitude do indivíduo e da vivacidade da língua e, portanto, ela é inefável em seu todo, porque nenhum usuário tem efetivamente o todo da língua para descrever as relações semânticas e como não temos como parar uma língua, apesar dela ser finita, não podemos analisar as relações entre língua e mundo em seu todo. Mas nada nos impede de fazermos semântica das línguas se a aceitarmos como uma tarefa sempre parcial e revisitiva. Um claro exemplo disso é a própria aceitação da possibilidade da tradução, a qual se torna mais clara principalmente diante dos grandes clássicos da literatura mundial, os quais não param

de terem suas traduções revistas e de serem retraduzidos. Se a semântica não fosse pelo menos possível parcialmente nas línguas, a tradução entre línguas não seria apenas uma tarefa árdua, mas impossível. Essa possibilidade da semântica parcial dá-se porque explicitar a língua como *medium* significa que não estamos submetidos a algo dado *a priori*, fechado em si que acessaríamos apenas fragmentariamente, mas que estamos virtualmente abertos para novas fusões de horizontes com outras concepções de mundo. Internamente à própria língua, a produtividade do fazer-se do sentido que se institui na conversa é o esclarecimento de que a semântica é possível pelo menos parcialmente nas línguas. Deste modo, pensamos que o conceito de inefabilidade da semântica formulado com a impossibilidade de uma semântica completa aplica-se à concepção gadameriana de universalidade da língua, mas com a restrição de que isso não invalida a possibilidade da semântica parcial, e o que está em questão não é a apreensão da forma lógica, mas a apreensão produtiva de sentido do dito de outrem. A impossibilidade de uma semântica completa é válida pelo menos quando estamos pensando nas grandes línguas (inglesa, espanhola, portuguesa etc.), mas talvez seja questionável se numa língua de um pequeno povoado não seria possível estabelecermos a semântica completa, pelo menos de forma datada. Quanto ao outro conceito de inefabilidade da semântica que indicamos acima como a impossibilidade da autorreferência, este sim não se aplica a concepção gadameriana de língua, haja a vista que este é um recurso recursivo abundantemente usado nas línguas.

Mostramos que a aplicação do conceito de linguagem como *medium* universal à concepção positiva de língua explicitada pela filosofia hermenêutica gadameriana não se mostra muito produtiva, uma vez que a concepção gadameriana de universalidade da língua apenas subscreve parte das teses da concepção de linguagem como *medium* universal com restrições. A concepção de universalidade da língua não subscreve todas as teses da concepção de linguagem como *medium* universal, e nem foi nosso compromisso darmos conta das oito teses que a caracterizam. Das teses apresentadas a seguir, as que divergem ao modelo apresentado por Kusch estão a seguir em *itálico*, mas há a necessidade de restrições e especificações; deste modo, as teses que apresentamos a seguir foram adaptadas levando em consideração as diferenças entre língua e linguagem de fórmulas, meio e *medium*, inefabilidade da semântica como impossibilidade de uma semântica completa e inefabilidade da semântica como impossibilidade da

autorreferência. Diante da concepção gadameriana de língua, é correto defendermos a inacessibilidade da semântica completa *de uma língua, porque inapreensível na totalidade*, portanto, inefável na totalidade, mas sempre possível parcialmente. Não há um único “sistema” de relações semânticas, uma vez que cada língua representa horizontes diferentes, concepções de mundo distintas; se cada língua fosse um sistema fechado em si mesmo, a tradução seria impossível. Como a tradução é possível, segue-se a rejeição da teoria de mundos possíveis, da relatividade de concepções de mundo, aceita-se sim a multiplicidade e pluralidade de concepções de mundo, as quais sempre partilham de horizontes comuns. A filosofia gadameriana *recusa o relativismo linguístico, a tradução entre línguas, com esforço e mesmo que imperfeita, é possível (e isso, com fim comunicativo via dizibilidade do falar e do escrever, acreditando ser possível a dizibilidade através das línguas mesmo daqueles conteúdos expressos nas linguagens científicas, porque aceita o uso das línguas de forma autorreferente, como metalinguagens uma das outras e das linguagens científicas. Gadamer não tematiza a tese da verdade como correspondência; nem pode haver correspondência entre palavra e aquilo de que se fala, tendo em conta a inseparabilidade, na maioria dos casos, entre o dito e o modo de dizer, porque para haver correspondência temos que ter clara a separação entre um e outro*<sup>454</sup>. E, vimos também que a filosofia gadameriana *recusa qualquer formalismo das línguas como pura convenção*.

Explicitamos que a concepção de Kusch de linguagem como *medium* universal tem sua tese principal na inefabilidade da linguagem pensada como impossibilidade de uma semântica completa, possuindo aqui o conceito de linguagem uma amplitude que abarcaria tanto as línguas quanto sistemas simbólicos com semântica fixa e interna como a linguagem de fórmulas de Frege. Através do conceito genérico de linguagem de J. Hintikka e de Kusch se interdita a possibilidade de dizer as relações entre a linguagem e a realidade, não sendo possível a metalinguagem. No entanto, se para o conceito de linguagem como *medium* universal a linguagem espelharia a realidade, na concepção gadameriana de universalidade da língua não podemos dizer que a língua seja um espelho da realidade<sup>455</sup>, portanto, nos parece complicado

---

<sup>454</sup> Como vimos em Frege, a correspondência teria de ser total. Em termos fregeanos, apenas haveria correspondência se tivéssemos o conceito completamente claro em todas as suas notas características em uma relação biunívoca com as respectivas propriedades do objeto.

<sup>455</sup> Cf. GADAMER, **GW2**, p. 283; [243].

dizer que há uma correspondência entre o espelhado e a imagem do espelho. Em via gadameriana, a língua não espelha o mundo, antes ela é mundo. Na tese linguístico-ontológica de Gadamer, o vínculo entre coisa (“*Sache*”) e palavra é mais forte do que a relação entre o espelhado e a imagem do espelhado no espelho. Nesta relação, podemos distinguir cada um deles. No pensamento gadameriano, não podemos fazer esta distinção, pois a relação entre a coisa e a palavra não possui um vínculo de correspondência, mas de indistinção entre o apresentado e o modo de apresentar. Apenas desse modo, o pensamento gadameriano pôde defender que na e com a língua criamos mundo; nesta perspectiva, a tese da inefabilidade da língua se sustenta mesmo diante da defesa da possibilidade da metalinguagem porque nenhum usuário finito de uma língua possui um domínio completo dela, mas apenas parcial. A tese da metalinguagem é aceita no pensamento gadameriano porque o ponto de partida direto ou indireto de qualquer construção ou análise de uma linguagem científica é o de uma língua; e mesmo a análise de uma língua pode ser feita através de outra, é claro que aqui *sempre* de forma parcial. É correto também dizer que o pensamento gadameriano recusa qualquer formalismo para as línguas, mas isso não implica a possibilidade de estendermos esta recusa para a dimensão das linguagens de fórmulas; pois, no pensamento gadameriano, quando o assunto são as linguagens lógicas, este foi tratado de forma totalmente superficial, esporádica e genérica.

Se na concepção de linguagem como *medium* universal, proveniente de Wittgenstein, defende-se que deveríamos silenciar diante do fracasso da linguagem na tentativa de dizer; no pensamento gadameriano, por sua vez, defende-se justamente o contrário, a língua está iminentemente aberta, e, por isso, com esforço, podemos buscar dizer tudo o que queremos, ou pelo menos estar constantemente tentando dizer. Enquanto o conceito de linguagem como *medium* universal está erigido sobre a concepção de forma lógica, o conceito de universalidade da língua está ancorado no acontecer produtivo da linguisticidade da interpretação condicionada historicamente, o qual se institui como o fazer-se da própria língua.

A concepção de linguagem como *medium* universal de J. Hintikka e de Kusch parece se sustentar em todas as suas teses apenas diante da teoria do primeiro Wittgenstein, já que foi moldada a partir dela; nas demais teorias, apenas visualizamos a aplicação errônea e parcial com restrições e adequações no caso da teoria fregeana, bem

como na concepção gadameriana. A interpretação de Kusch também já tinha visualizado estas aplicações parciais das teses da linguagem como *medium* universal, porém, não nos termos da distinção que colocamos entre língua e linguagem de fórmulas, respectivamente, *medium* e meio. Tampouco percebendo os dois conceitos de inefabilidade da semântica que listamos acima e a distinção entre *medium* da forma lógica e *medium* de sentido no processo de compreender.

A aplicação do conceito de inefabilidade da semântica, conforme formulado por Kusch, como a impossibilidade de uma semântica completa, por não haver um fora da linguagem, não se dá no seu todo na teoria gadameriana da universalidade da língua, porque mesmo que seja impossível determinar a semântica completa de uma língua, a possibilidade da autorreferência continua aberta nas línguas; bem como a possibilidade do esforço tradutório e da metalinguagem tanto do ponto de vista da análise das línguas através de um instrumental científico quanto por meio de uma análise intelectual.

No capítulo anterior, vimos um modo rigoroso de expressabilidade com o objetivo de fazer ver uma generalidade de equivalência semântica entre distintos modos do sentido ser dado com o fim de chegar a um conteúdo comum, intersubjetivo, mínimo sobre o qual se pode pensar retamente e vir a entender-se com outrem sem precisar de esforços interpretativos. No presente capítulo, vimos a explicitação das línguas como *mediuns* de comunicação, nos quais não se busca satisfazer apenas a tarefa da equivalência semântica, a de encontrar um mínimo denominador comum, mas a de dar conta da árdua tarefa de não apenas satisfazer a equivalência semântica num sentido mínimo, mas máximo. Além disso, busca-se dar expressabilidade de modo tal que também se possa almejar dar conta da tarefa de aproximar-se de uma equivalência linguística clara entre os interlocutores para que possam estar convictos de que estão falando do mesmo, entendendo-se no esforço da interpretação o mais amplamente possível sobre o assunto, e assim superando quase sempre apenas parcialmente o mal-entendido enquanto alargam o saber comum a respeito da coisa, instituindo-a no vai e vem mútuo de perguntas e respostas. Acontecer este que além de instituir aquilo de que se fala, enquanto “*Sache*”, como sedimento linguístico do saber comum, também mantém a língua viva no seu próprio fazer-se enquanto *medium*, enquanto elemento condutor dos interlocutores da conversa, levando-os à ampliação do próprio ser e, conseqüentemente, do ser comum, ou seja, do leque comum de

conceitos. Se esta busca do máximo denominador comum na conversa em termos de uma equivalência semântica na formação de uma língua comum é mais evidente, a busca que almeja também suprir a equivalência linguística se torna mais clara na tarefa pela palavra correta no fenômeno do traduzir, uma vez que ali tem de lidar não apenas com a distância dos horizontes dos interlocutores, mas também com a distância entre as línguas e suas respectivas visões de mundo, o que requer ainda mais o esforço condicionado da interpretação a uma situação. Esforço este que mantém assim virtualmente aberta a universalidade da hermenêutica perante os esforços exigidos pelas novas condições de toda a experiência do interpretar condicionado.

Em suma, diante do visto até agora, a concepção de linguagem como *medium* universal não apresenta um conceito minimal de linguagem a partir do qual pudéssemos apreender tanto as concepções fregeanas de língua e de linguagem de fórmulas quanto a concepção gadameriana de língua. Deste modo, cabe-nos pelo menos buscar indicá-lo a partir das explicitações que realizamos acima, visando responder qual seria a característica mínima (o traço comum, universal) de expressabilidade que um construto humano teria que ter para ser conceituado como linguagem.

## 4 INDICAÇÕES PARA REFINAMENTOS CONCEITUAIS

Neste capítulo, vamos apresentar nossa proposta de um conceito de linguagem focada no conceito de sentido como uma alternativa à concepção de linguagem como *medium* universal apresentada por J. Hintikka e seguida por Kusch. Para satisfazer ao nosso propósito, primeiramente, recordaremos e avaliaremos partes das análises anteriores com o objetivo de prepararmos a base para a nossa introdução dos conceitos de língua e de linguagem universal com a meta de chegarmos a um ganho explicitativo, a um compreender melhor as visões linguísticas fregeana e gadameriana através da introdução de um novo conceito comum para abarcá-las.

### 4.1 REAVALIANDO A CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM COMO *MEDIUM* UNIVERSAL

Iniciamos retornando à obra de Kusch. Nela, encontramos dois momentos de exposição em que há uma aproximação ao conceito de sentido. O primeiro se dá nas várias passagens referentes tanto às obras de Frege<sup>456</sup> como às de Husserl<sup>457</sup> em que o conceito fregeano de sentido é posto como basilar enquanto comparado com o conceito husserliano de *noema*. O segundo consiste na sintetização de parte das investigações comparativas entre as teorias de Husserl e as de Frege desenvolvidas a partir de Føllesdal (“*Husserl und Frege*” – 1958)<sup>458</sup>, as quais têm como um dos pontos centrais o conceito de sentido. O conceito de sentido não recebeu na obra de Kusch atenção compatível a sua relevância fundamental, pois não foi explicitado como conceito basilar nas passagens em que a concepção de Frege e tampouco na parte da obra kuschiana dedicada à concepção de Gadamer com o devido peso que tem em ambas. Isto se deu porque ali o viés de Kusch já estava comprometido com o modelo conceitual de J. Hintikka. Assim, foi necessário darmos mais atenção à relevância do conceito de sentido do que lhe foi dada pela análise de Kusch. Com isso, percebemos que a

<sup>456</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 34-35, 78, 103.

<sup>457</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 56, 57, 78, 103, 105, 106, 107, 108, 109. Cf. também: KUSCH, M. “Husserl and Heidegger on meaning”

<sup>458</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 11, 78.

questão da infabilidade da semântica posta como ponto central de interseção entre as concepções de linguagens, as quais foram subsumidas na obra de Kusch através do conceito de linguagem como *medium* universal, já têm como pressuposto o conceito de sentido.

Na obra de Kusch, a não-realização dessa possibilidade de refinamento conceitual rumo ao conceito de sentido ficou prejudicada enquanto o ponto de partida dela fora a perspectiva dos Hintikkas; os quais, nas obras aqui mencionadas, não fazem em suas análises a distinção entre uma linguagem de fórmulas e uma língua<sup>459</sup>, negligenciando este que nós não encontramos em “Logic as calculus and logic as language”, de Heijenoort. A nosso ver, esta não-distinção emerge como a grande fonte primária de vagueza nas concepções de J. Hintikka e de Kusch, pois se eles a tivessem feito não subsumiriam a teoria linguística de Gadamer e tampouco a de Frege sob o conceito de linguagem como *medium* universal. No texto kuschiano, encontramos a passagem da “linguagem lógica como um *medium* universal” (“logical language as a universal medium”) para a “linguagem como o *medium* universal” (“language as the universal medium”)<sup>460</sup> como se estivéssemos dizendo quase o mesmo. Esta confusão pode ser vista claramente na introdução de *Lingua universalis vs. calculus ratiocinator* de J. Hintikka, onde passa a discursar acerca da linguagem coloquial e dessa para as linguagens universais, como as de Leibniz e de Frege, sem qualquer constatação problemática, como se estivéssemos lidando com a mesma coisa. Vimos no decorrer do capítulo 2 desta investigação que não podemos proceder assim nem sequer entre as concepções de linguagens universais de Leibniz e de Frege, dado as pretensões distintas de seus objetivos. Esta confusão se dá pelo fato de J. Hintikka defender que “A *Formelsprache* de Frege não ser um desenvolvimento particular para além de nossa linguagem ordinária; ela é uma versão purificada e estilizada da própria linguagem ordinária inteira”<sup>461</sup>, sendo isso reflexo da concepção wittgensteiniana que junta língua e lógica. Na concepção de J. Hintikka, tanto o que é chamado de linguagem coloquial quanto as linguagens de fórmulas são postas sob o rótulo de “nossa linguagem

<sup>459</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 3. “regardless of whether this home language is formal or natural.”

<sup>460</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 8.

<sup>461</sup> HINTIKKA, J. *Lingua universalis vs. calculus ratiocinator*, p. x. Tradução minha. “Frege’s *Formelsprache* is not a particular development beyond our ordinary language; it is a purified and streamlined version of the entire ordinary language itself.”

atual operante” (“our actual working language”<sup>462</sup>). A concepção de linguagem de J. Hintikka confunde assim linguagens de fórmulas com uso rigoroso de uma língua, o que são coisas distintas; uma coisa é a estilização e uso terminológico da língua como, por exemplo, realiza-se na área do direito e nas demais esferas científicas, outra coisa é a construção de uma linguagem regimentada. Uma linguagem de fórmulas não pode ser vista como um desenvolvimento como que por seleção natural, mas antes ela deve ser vista como um prolongamento proporcionado por um instrumento que desempenha melhor uma atividade, instrumento esse que pode vir a ser abandonado ou aperfeiçoado.

A não-aplicabilidade do conceito de linguagem como *medium* universal à concepção gadameriana de língua também se dá por Kusch não fazer a distinção entre meio e *medium*. Encontramos por várias vezes na obra de Kusch a menção à filosofia gadameriana sobre a língua por meio do rótulo de *filosofia da linguagem* (“Gadamer’s philosophy of language”)<sup>463</sup>, ou seja, na perspectiva de Kusch se toma, em alguns momentos, o pensamento de Gadamer sobre a língua como se ali a língua estivesse sendo tratada como um objeto que poderíamos colocar de lado, e não sob a perspectiva de *medium*, no sentido de condição indispensável para toda experiência humana de mundo. Esta ambiguidade se torna evidente quando percebemos que Kusch, por vezes, substitui na expressão *linguagem como medium universal* o uso da palavra *medium* por “*means*”<sup>464</sup>. Essa imprecisão certamente indica certa falta de clareza na concepção de Kusch a respeito do que se estava entendendo por linguagem, bem como por *medium*, já que com a palavra latina *medium* tradicionalmente em filosofia é indicada a significação de *condição* e não de *meio* (com a acepção de método, instrumento), tradução perfeita para “*means*”. Falta de clareza que é acentuada quando percebemos a imprecisão no uso terminológico tanto de J. Hintikka como de Kusch, e as dificuldades de lidar com um conceito de linguagem tão amplo que não marca a diferença entre língua e

---

<sup>462</sup> Cf. HINTIKKA, J. *Lingua universalis vs. calculus ratiocinator*, p. ix, x, xiii, xv.

<sup>463</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, p. 10, 231, 242, 257 e tal como na página 230: “Since I cannot interpret the philosophy of language of the main figures of post-Heideggerian continental philosophy in anything less than another book-size study, I shall here confine myself to a brief discussion of just one example, Gadamer’s hermeneutics.” Cf. ainda p. 243.

<sup>464</sup> Cf. KUSCH, M. *Language as calculus vs. language as universal medium*, pp. 211, 216.

linguagens instrumentais. Uma vez feita a distinção entre meio e *medium*, poderíamos nos perguntar de que as concepções linguísticas caracterizadas como *mediuns* são *mediuns*. Apesar de não ter sido nosso objetivo aqui aplicar a estrutura de análise da qual partiu a obra de Kusch (revisar o feito dele), a nosso ver, se a aplicação do conceito de *linguagem como medium universal* considerasse, de saída, quando estamos lidando com uma concepção de língua ou com uma concepção de linguagem de fórmulas ou com uma concepção metafísica de linguagem, a aplicação do conceito de linguagem como *medium universal* seria muito mais produtiva, pois forneceria respostas que levariam em consideração de que modo cada concepção de linguagem pretende ser ou meio universal ou *medium universal*<sup>465</sup>. A nosso ver, a concepção de linguagem como *medium universal* requer subcategorias especificando o de que dada concepção de linguagem é *medium*. Deste modo, se assim procedêssemos, levando em consideração a concepção de linguagem como um dado *a priori*, a característica mais básica da concepção de linguagem como *medium universal* de J. Hintikka não seria a da inefabilidade da semântica como impossibilidade de uma semântica completa. Dada à concepção de J. Hintikka de Linguagem, esta seria melhor explicitada como um subtipo da concepção genérica de linguagem como *medium universal*, o da linguagem como *medium universal* da forma lógica. Para não cair na armadilha cunhada na concepção de J. Hintikka, no presente desenvolvimento, tornamos claro que a diferença entre meio e *medium* pode e tem de ser demarcada nitidamente para que percebamos que se trata de conceitos de linguagem distintos, que acarretam diferentes modos de universalidade.

Há quem já havia começado a se contrapor à aplicação dos conceitos de linguagem como *medium universal* e linguagem como cálculo. Para Hartimo, a aplicação da distinção heijenoortiana entre lógica como cálculo e lógica como linguagem para marcar as distintas concepções lógicas de Husserl e de Frege, respectivamente, mostraria-se como uma aplicação valiosa. Para os demais casos, tanto para Hartimo

---

<sup>465</sup> Ademais, partindo da obra de Kusch, poderíamos estar fazendo uma avaliação semelhante a que propomos entre as concepções de linguagens de Frege e de Gadamer, formando outros pares com os autores que Kusch e os Hintikkas submetem sob o conceito de linguagem como *medium universal* como, por exemplo, Heidegger, Wittgenstein, Russell, Derrida, Quine etc., fica aqui a sugestão.

quanto para Dresner, são necessários certos cuidados<sup>466</sup> e muita cautela. Sem ir à interpretação de Kusch, Esquisabel apresenta de maneira breve, ensaística e também cautelosa a submissão de J. Hintikka da concepção de linguagem de Heidegger (interpretada por J. Hintikka via Kusch) sob o conceito de linguagem como *medium* universal<sup>467</sup>.

Além disso, mantendo uma postura cautelosa, a aplicação mais improdutiva do conceito de linguagem como *medium* universal não é a realizada por Kusch sobre a concepção gadameriana de língua, as explicitações que fizemos acima nos conduziram exatamente para a direção oposta. Nossa dúvida maior recaiu sob o valor da aplicação do conceito de linguagem como *medium* universal à concepção fregeana de linguagem de fórmulas, aplicação executada por J. Hintikka, a qual permanecia inquestionada.

Para os desenvolvimentos de J. Hintikka e de Kusch, a semântica apesar de ser sempre possível seria sempre parcial para aquelas concepções de linguagem que eles subsumem sob o conceito de linguagem como *medium* universal, o que não se segue, pois uma concepção de linguagem de fórmulas como a de Frege pode ter a semântica completamente apreendida para aquele que aprender a operá-la. A alegada parcialidade da exposição da semântica dar-se-ia porque mesmo que explicitássemos a semântica *completa* de uma linguagem como a linguagem de fórmulas de Frege ou se tivéssemos a capacidade de explicitar a semântica *completa* de uma língua de um pequeno povoado indígena (como, por exemplo, o Pirahã), mesmo assim, para J. Hintikka, estaríamos apenas explicitando parcialmente a semântica da linguagem. Esta concepção se justificaria porque tanto a linguagem de fórmulas fregeana quanto a língua pirahã seriam meros seguimentos daquilo que J. Hintikka aprendeu com Wittgenstein a chamar de Linguagem. Sob esta visão totalizante de linguagem que, de saída, apenas exclui as lógicas que não fazem a passagem do sentido para o significado – conforme exigência fregeana –, as quais têm a semântica dada externamente à construção da linguagem, o conceito de Linguagem abarcaria tudo o resto, i.e., tudo o que não se encaixa sob o conceito de

---

<sup>466</sup> Cf. HARTIMO, M. “Logic as a Universal Medium or Logic as a Calculus? Husserl and the Presuppositions of ‘the Ultimate Presupposition of Twentieth Century Philosophy’”, p. 578-9. Cf. DRESNER, E. “‘Hintikka’s ‘Language as Calculus vs. Language as a Universal Medium’ Distinction”, p. 420.

<sup>467</sup> Cf. ESQUISABEL, O. M. “Lenguaje como medio universal y lenguaje como cálculo: Hintikka y la hermenéutica”.

linguagem como cálculo. Assim, teríamos a linguagem de fórmulas fregeana, a linguagem da tabela periódica da química, todas as línguas, todos os dialetos, todas as linguagens de sinais para surdos-mudos etc. como meros fragmentos da Linguagem. Deste modo, por maior que seja nossos esforços para buscar a explicitação da semântica destas linguagens sempre estaremos explicitando apenas uma pequena parte da semântica da Linguagem. Para J. Hintikka, para fazermos semântica séria, apenas poderíamos fazê-la sob a perspectiva de linguagem como cálculo, porque deste modo não estaríamos condicionados a nada *a priori*, dado, sobre o qual não temos total controle, como ele acusa a linguagem de fórmulas fregeana de ser um desenvolvimento estilizado das próprias línguas, ou seja, de a linguagem de fórmulas estar condicionada a características das línguas, e uma delas seria a da linguagem de fórmulas ter uma semântica interna, a qual J. Hintikka nomeia negativamente como semântica oculta. Assim o faz porque, para ele, fazer semântica séria é ter uma linguagem instrumental dessemantificada<sup>468</sup> e a partir disso estipular uma semântica para ela, ou seja, dar uma interpretação possível para aquela linguagem, fornecer um modo aleatoriamente convencionado de usar a linguagem conteudisticamente *a posteriori*, a partir de fora da construção da linguagem, e não na própria construção e operacionalização da linguagem como fez Frege em sua linguagem de fórmulas.

#### 4.2 LINGUAGEM UNIVERSAL, UNIVERSALIDADE DA LÍNGUA, EXPRESSÃO E ARTICULAÇÃO DE SENTIDO

No capítulo 2, vimos que Frege foi motivado à construção de uma linguagem de fórmulas por perceber que não poderia executar seu projeto científico através de uma língua, tampouco através de qualquer das linguagens científicas existentes na época. Diante de nossa análise, constatamos que a linguagem universal de fórmulas de Frege apresenta pelo menos oito traços de universalidade. O primeiro traço é

---

<sup>468</sup> Com a criação desse adjetivo em língua portuguesa, estamos seguindo e tentando traduzir o termo usado para denominar a concepção de formal apresentada por Novaes, na qual ela denomina as linguagens que abstraem de todo “*meaning*” como um “processo de dessemantificação” (“process de-semantification”), “o formal como um processo de dessemantificação” (“the formal as de-semantification”). Cf. NOVAES, C. D. *Formal Languages in Logic*, p. 12-13.

apresentado por Heijenoort, sustentando-se sob a introdução do quantificador universal, trata-se do traço claramente mais visível, porque quando surge atua sobre a própria fórmula ou parte dela e tem sua semântica explicitada na construção da linguagem. O segundo traço consiste na generalidade dada pelas variáveis às fórmulas, permitindo testarmos todos os argumentos de um domínio para uma função. O terceiro traço consiste na possibilidade dela ser uma linguagem de fórmulas que pode ser constantemente complementada para ampliar seu poder de expressão para outros domínios; esta extensividade é algo semelhante à forja que um poeta faz de uma palavra nova ou ao uso de uma velha palavra num novo sentido. A correlação entre a decisão de Frege e a do poeta está no ato de que o ter estendido a linguagem foi uma tomada de decisão racional, ou seja, esta produtividade da linguagem enquanto extensível, em ambos os casos, deu-se racionalmente orientada; o poder de expansão de uma linguagem de fórmulas ao infinito garante a sua pretensão de podermos expressar para seus sinais qualquer frase de outra linguagem que possa ser julgada como verdadeira dentro de uma área científica, de um discurso científico, ou em qualquer outro domínio em que se tem o ser verdadeiro como meta. O quarto traço de universalidade é o da possibilidade de transcrevermos a linguagem de fórmulas fregeana por meio de quaisquer outros sinais, dando-lhe uma nova roupagem simbólica. O quinto traço de universalidade diz respeito à não-necessidade de tradução da linguagem de fórmulas, traduz-se apenas a metalinguagem – a linguagem de exposição, como se faria ao traduzir um livro de matemática. O sexto traço de universalidade é o da indiferença de quem opere a linguagem de fórmulas. O sétimo traço diz respeito à capacidade da linguagem de fórmulas fregeana expressar conteúdos independentes do modo linguístico em que eles foram decompostos. O oitavo traço é o mais importante para o projeto fregeano, refere-se à capacidade da linguagem de fórmulas de expressar a universalidade aplicativa de certos conteúdos científicos como os do domínio da aritmética, tal como a aplicabilidade universal dos números. Para dar conta do oitavo traço de universalidade, a nosso ver, Frege subjogou seis dos outros traços de universalidade; a exceção se dá com relação à possibilidade de transcrição.

O traço que visa a expressabilidade rigorosa da universalidade aplicativa do conteúdo é a contraprova de que a concepção fregeana de linguagem de fórmulas não está sendo compreendida quando a

submetemos à concepção de linguagem como *medium* universal, porque a teoria fregeana fornece uma semântica finita e acessível, apreensível para quem entrar nela. Frege apresentou a semântica de sua linguagem de fórmulas enquanto explicitou os conceitos semânticos e deu definições, quer estas explicitações tenham sido feitas através de uma linguagem regimentada como as da matemática quer por meio de uma língua; com exceção de alguns casos em que os conteúdos deles apenas poderão vir a ser dados por meio de pistas por não haver modos de expressá-los em termos de outra linguagem. Para constatarmos a explicitação da semântica feita por Frege basta irmos até a *Conceitografia* e percebermos que, sobretudo, na primeira parte, ele explicita conceitos semânticos. Ou irmos para *As Leis Básicas da Aritmética*, onde toda a primeira parte, intitulada “Darlegung der Begriffsschrift” (“Exposição da Conceitografia”) é dedicada principalmente à explicação semântica.

Vimos ainda que na teoria fregeana se separa rigidamente a língua e a linguagem de fórmulas; nesta, acerca da semântica, podemos dizer que ela é em partes apresentada em língua alemã, no caso do original, e em partes ela é apenas dada através de pistas, ou seja, devido a esta última característica, aquele que quer apreender o conteúdo tem de aprender a operá-la, tem de entrar nela de modo semelhante àquilo que fazemos quando queremos aprender uma língua desconhecida. Esta característica esclarece um pouco do motivo de Heijenoort ter denominado a linguagem de fórmulas de Frege com o rótulo de lógica como linguagem. Deste modo, a aplicação do conceito de linguagem como *medium* universal na teoria fregeana se mostrou ineficiente para apreender tanto a concepção de linguagem de fórmulas quanto a de língua explicitados nela: nos escritos analisados de J. Hintikka e de Kusch apenas encontramos uma aplicação vaga do conceito de linguagem como *medium* universal porque neles não se leva em conta a rigorosa distinção fregeana entre linguagem de apresentação e linguagem auxiliar, antes a priorização de uma visão vaga e obscura de linguagem apriorística que une língua e lógica. A distinção fregeana entre linguagem de apresentação e linguagem auxiliar, apesar de tardia, foi introduzida para esclarecer a separação entre língua e linguagem de fórmulas feita desde a *Conceitografia*.

Na linguagem de fórmulas de Frege, o sujeito exerce o papel de construtor, operador e transcrevedor, mas nunca o de intérprete, pois nela o operador realiza um compreender apreensivo objetivo, pois ela

não requer ser interpretada, já que mostra o próprio conteúdo designado diretamente; o que é expresso pela linguagem de fórmulas é indiferente de quem esteja operando-a.

Vimos que a teoria fregeana elegeu a frase como a unidade mínima de significação; e, fazendo a distinção entre sentido e significado possibilitou separarmos todas as frases que podem receber o *status* de juízo, por elas designarem fatos lógicos ou reais, daquelas frases que apenas têm sentido, as quais são compreensíveis, mas não designam fatos lógicos ou reais. A construção da linguagem de fórmulas fregeana visou garantir a expressão do significado, passar da expressão do sentido para a do significado, sobretudo, nas áreas científicas, mas não apenas. Deste modo, podemos perceber que mesmo no âmbito da lógica fregeana, o conceito básico é o conceito de sentido; o conceito fregeano de sentido é um conceito simples, simples porque não se confunde com as representações subjetivas dos sujeitos e muito menos com o significado das palavras e das frases, e foi explicitado claramente como *modo de apresentação, de instanciação*. Quando dizemos que podemos apreender algo através de sentidos diferentes, estamos a dizer que podemos expressá-lo por meio de *modos distintos de apresentação*.

Apesar de também numa conversa de certa forma ocorrer uma espécie de cálculo não-rígido (como vimos na explicitação do fazer-se daquilo de que se fala na estrutura da conversa hermenêutica), na concepção hermenêutica gadameriana se leva em conta de forma positiva todos aqueles aspectos ocasionais da língua, visto que sempre somos intérpretes na lida com uma língua que está em constante realização na efetividade das relações intersubjetivas. Nela, o poder construtivo ampliativo ocorre muito mais de uma forma inconsciente do que consciente nos acontecimentos em que somos mais jogadores do que jogadores<sup>469</sup>. Nestes acontecimentos, a universalidade da língua se realiza em sua forma energética (como atividade) na constituição linguística da expressabilidade de sentido de toda a nossa experiência de mundo através de velhas ou novas formas de dizer, as quais se realizam por meio do poder recursivo e renovativo da língua instanciada na escrita e no falar um com o outro sobre algo, portanto, trata-se de uma constituição linguístico-ontológica, que não desvincula aquilo de que se fala (“*Sache*”), língua e pensar (conceito, condição mediativa e sujeito,

---

<sup>469</sup> Ou seja, estamos muito mais na posição de pacientes do que agentes. Cf. PICOLI, A. “O conceito de jogo como guia de Gadamer: as diferentes formas e sentidos de apresentação”.

respectivamente). Os processos de pensar chamados de escrever e falar, no pensamento gadameriano, são sempre recordados sob o *slogan* (conceito) de Platão do *diálogo da alma consigo mesma*, o qual, sob a concepção hermenêutica gadameriana, deveria ser formulado sob o dito do *diálogo da consciência histórica do indivíduo consigo mesma*. Como defensora da tese da consciência histórica, a teoria gadameriana precisa ser revista na sua pressuposição de um vínculo inseparável entre coisa e língua, coisa e pensar e língua e pensar; bem como no pressuposto dessa vinculação, o de que na língua as palavras se restringissem a exercer o papel de nome. Seria produtivo se a teoria gadameriana abandonasse também a concepção aristotélico-humboldtiana de que a língua seria um processo da natureza. Um antídoto para esta visão gadameriana vislumbramos na teoria fregeana. Se a teoria gadameriana levasse em consideração a distinção entre sentido e significado de palavras e frases ganharia um poder de refinamento que a possibilitaria amenizar o enfoque na relação entre coisa e palavra, permitindo com isso expandir a análise da língua para além da relação nominativa, enquanto conceito, e abrindo espaço para a consideração do conceito de objeto.

Vimos no segundo capítulo que, confrontando-se com a carência de meios rigorosos de expressão proporcionados pelo instrumento da língua, o pensamento fregeano foi para além das línguas enquanto buscou mostrar fórmulas do pensar que são válidas independentemente do meio de expressão, apesar de necessitar de um meio de expressão para mostrá-las; ou seja, para a filosofia fregeana, não há uma isomorfia entre pensar e falar, o falar é apenas uma forma de expressão do pensar. A consciência do indivíduo não pode ser reduzida à língua<sup>470</sup>, i.e., pode-se pensar utilizando-se de outros modos de expressão para além daqueles fornecidos pelas línguas. Certamente, Gadamer não aceitaria esta tese em 1960, mas nas décadas posteriores começamos a nos deparar com a aceitação de que há outras formas de experiências de compreender para além do compreender comunicativo-interpretativo que se realiza na língua<sup>471</sup>, o que tem implícito a aceitação de que há outras formas de pensar.

Também constatamos que na perspectiva hermenêutica gadameriana não se resolve a pluralidade das línguas, e nem se crê que isso seja possível; antes, passa-se a admiti-la, aceitá-la e passa-se a

---

<sup>470</sup> Cf. FREGE, **LFL**, p. 219.

<sup>471</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 240; [204]. GADAMER, **WM2**, p. 298-9; [256-7].

manter a vigília diante deste problema com o qual se tem de lidar no processo de compreender, o mesmo ocorrendo com a questão da polissemia. Enquanto na teoria de Frege, diante de características como as da mutabilidade e da plasticidade das línguas, preferiu-se não ficar digladiando com elas, pelo menos não no âmbito científico. Ao contrário dos hermeneutas, no pensamento fregeano se propôs a pensar e construir um instrumento para sanar essas dificuldades e vícios pelo menos para suprir as exigências rigorosas de expressabilidade de alguns âmbitos científicos específicos que lidam com linguagens construídas regimentadamente. Nestes âmbitos, a manutenção da exigência de rigor científico através da língua se tornaria uma luta inglória, porque ela não se deixa paralisar.

Contemporaneamente, os filósofos da linguagem têm de admitir o aspecto complementar para a comunicação das várias concepções de linguagens como a linguagem de fórmulas de Frege com as línguas históricas; uma linguagem de fórmulas é desenvolvida como forma de apresentar um modo de expressabilidade que as línguas não fazem com eficiência por mais que venhamos a dedicar esforços para satisfazer esta tarefa. O pensamento fregeano deixou claras as confusões que tais tentativas resultam por não termos meios eficientes nas línguas de distinguirmos o que é objetivo daquilo que é subjetivo etc. A beleza da língua é importante para a dimensão das artes linguísticas e não para a atividade científica, enquanto o rigor e a rigidez de expressabilidade são importantes para a ciência e não necessariamente para as artes<sup>472</sup>. Esta tomada de consciência nos faz percebermos que temos de derrubar o preconceito vigente de que esses diferentes tipos de linguagens se excluiriam mutuamente, bem como temos que superar a concepção oposta que une, sob um único conceito, uma linguagem de fórmulas com a língua como se aquela fosse parte estilizada da língua. Antes se trata de perceber que cada um desses tipos de linguagens desempenha níveis diferentes de rigor de expressabilidade de sentido e de fatos lógicos e reais. Estes níveis de rigor são relevantes ou não a depender do contexto em que usamos nossas linguagens; porque, como é defendido no pensamento fregeano, nos âmbitos científicos temos de ultrapassar o mero plano do sentido, o que não é necessário no plano da poesia, já que aqui não se assere.

---

<sup>472</sup> Que nos digam os poetas contemporâneos, os quais abdicaram das construções formais parnasianas.

Para o pensamento gadameriano, toda metodologização de condicionantes como os das atividades da retórica e da hermenêutica apenas são possíveis por se tornarem apreensões conscientes de regularidades de processos que, a princípio, geralmente se realizam de modo inconsciente nas línguas através das quais estes princípios ficam apenas sugeridos. Condicionamentos estes que a partir do momento que são apreendidos podem passar a ser rotulados como princípios metodológicos que de nada mais se tratam do que de um “aperfeiçoamento de um acontecimento que já vem de longe”<sup>473</sup>. Aperfeiçoamentos estes que, enquanto procedimentos cientificizados conforme as hermenêuticas metodológicas, o sujeito apenas pode aplicá-los artificialmente de forma consciente depois da tomada de consciência desses processos; alguém pode ser um bom intérprete de discursos, mas pode se tornar ainda melhor quando passar a tomar consciência dos legados das tradições hermenêuticas.

Nas línguas, as leis lógicas são expressas por estruturas que não garantem a univocidade de expressão; por isso, se o lógico buscasse expressar suas inferências por meio da língua ficaria correndo os riscos das variações das interpretações, já que as línguas não são plasmadas apenas pelas aptidões lógicas dos humanos; são somente as leis lógicas, as leis do ser verdadeiro, que possibilitam a abertura para a teorização acerca delas e, com isso, da construção de linguagens instrumentais completamente de acordo com estas leis. Assim, a construção de uma linguagem de fórmulas como a de Frege consiste na modelagem de um instrumento preciso para tarefas que as línguas apenas em partes já realizam de forma não-rigorosa. Tarefas estas como as de designação, submissão de um objeto sob um conceito, de submissão de um conceito sob um conceito e inferência entre frases; tarefas que, numa linguagem de fórmulas, são mostradas de forma clara, enquanto elas, nas línguas, são expressas de modo impreciso, sem garantia de univocidade, necessitando de interpretação.

Entrelaçando o visto neste capítulo com o visto anteriormente a ele, temos que ter em conta que mesmo quando temos em consideração a negação de Gadamer e Schleiermacher da possibilidade de uma linguagem universal ou linguagem geral<sup>474</sup>, suas concepções de língua

<sup>473</sup> GADAMER, **GW1**, p. 4. “sondern die Fortbildung eines von weit herkommenden Geschehens.”

<sup>474</sup> Cf. SCHLEIERMACHER, *Hermeneutik und Kritik*, p. 461. Cf. GADAMER, **GW10**, p. 30; [HR, p. 33].

não negam um feito como a linguagem de fórmulas com pretensões principalmente científicas como a de Frege; para a teoria de Frege, uma linguagem universal pelo menos é possível num processo de gradual desenvolvimento principalmente para os âmbitos científicos (mas não apenas), onde necessitamos contar com a possibilidade de demonstração, de construção de prova<sup>475</sup>. O que as teorias de Schleiermacher e de Gadamer estavam a negar é a ideia de uma linguagem universal num sentido amplo como a que almejava Leibniz com o objetivo de vir a substituir a língua não apenas nas ocupações rigorosas dos âmbitos científicos, mas até mesmo na dimensão política. A Schleiermacher, obviamente por motivos cronológicos, não lhe foi permitido conhecer os feitos fregeanos em lógica; para Gadamer, no entanto, lhe faltou em sua formação o interesse pela lógica posterior aos desenvolvimentos de Leibniz, vendo a lógica contemporânea a si mesmo ainda sob os objetivos de Leibniz.

Deste modo, percebemos que é falsa a conclusão de que o foco nas línguas implicaria um abandono da pretensão de uma linguagem universal. Este abandono não se dá porque as linguagens universais, como a de Frege, não se limitam a expressarem as partes objetivas dos conteúdos expressados pelas línguas. Uma linguagem universal tem de tornar possível a expressão de conteúdos que não são dizíveis através das línguas; assim, uma linguagem universal amplia o leque do que é apreensível, do que é compreensível, enquanto é também um modo de expressão de conteúdos intersubjetivos não-dizíveis, mas exibíveis. A tese de que a ênfase nas línguas implicaria o abandono da pretensão de uma linguagem universal apenas é correta diante da pretensiosa busca de Leibniz por uma linguagem universal, mas ela não é correta diante das pretensões aplicativas tais como a pretensão fregeana.

O pensamento gadameriano não abandona o âmbito da experiência existencial (indubitavelmente iniciada pelo passivo ouvir) e o conhecimento pela via intuitiva das línguas, admitindo a possibilidade de conhecimento via a verdade alcançada pela dedutibilidade e generalidade formal independente da efetividade da experiência, mas o vendo como uma mera possibilidade<sup>476</sup>. Como defende Braidão, na hermenêutica, pelo menos, desde Schleiermacher, instaurou-se o

---

<sup>475</sup> FREGE, *OPE*, p. 49. *BEG*, p. XI, XII.

<sup>476</sup> Cf. GADAMER, *WMI*, p. 537-538; [419-420].

primado do efetivo sobre o da possibilidade<sup>477</sup>. Para a filosofia gadameriana, as possibilidades de uma língua estão virtualmente fundadas no uso efetivo dessa língua, pois

Língua, em seu uso livre e variável, é uma possibilidade do humano. Para ele, a língua não é variável apenas no sentido de que existem outras línguas que podem ser aprendidas. Para ele, ela é variável também em si mesma, à medida que lhe dispõe diversas possibilidades de expressar a mesma coisa.<sup>478</sup>

Que o uso de uma língua seja variável certamente é algo de fácil constatação, não gerando controvérsias; característica que, no projeto fregeano, vimos ser um problema para o uso dela no âmbito científico. No entanto, o uso de uma língua não é livre como defende o trecho gadameriano. Na análise da obra fregeana, já constatamos que numa língua estamos condicionados à estrutura sujeito/predicado, condicionamentos que foram aprofundados através da pesquisa dos padrões sintáticos constatados pelas ciências das línguas<sup>479</sup>. O pensamento gadameriano dá tanta ênfase na volatilidade da dimensão semântica da língua, praticamente a reduzindo à questão do sentido dos nomes, à relação entre palavra e aquilo de que se fala; e esquece, salvo em raros momentos, os esquematismos sintáticos emergentes a partir da prática, os quais mantêm os padrões das construções de frases na língua; deixando de lado a sintaxe da língua, o pensamento gadameriano enfatiza a pragmática do uso e a variação semântica, esta apenas em termos de sentido das palavras, sobretudo dos nomes. Este é um tratamento parcial e obscurecedor do que seja uma língua. Como um produto natural-histórico de relações intersubjetivas, língua é um plexo de fusões proporcionadas tanto pela volatilidade semântica do uso quanto pela fixação de padrões sintáticos regidos pelo uso e pelas gramáticas à medida que estas foram se instituindo enquanto

<sup>477</sup> Cf. BRAIDA, C. R. “O primado hermenêutico do efetivo”.

<sup>478</sup> GADAMER, **WMI**, p. 574; [448-9]. “Sprache ist eine in ihrem Gebrauch freie und variable Möglichkeit des Menschen. Für ihn ist die Sprache nicht nur im dem Sinne variabel, daß es andere fremde Sprachen gibt, die man erlernen kann. Sie ist für ihn auch in sich selbst variabel, sofern sie für ihn verschiedene Aussagemöglichkeiten der gleichen Sache bereit hält.”

<sup>479</sup> Cf. BAKER, M. C. *The Atoms of Language: The Mind's Hidden Rules of Grammar*.

instituidoras de normatividade, vigindo até poucas décadas atrás com a virada descritiva das ciências das línguas.

A oposição de Gadamer à visão de Leibniz de uma linguagem universal adâmica até a época de *Verdade e Método* é tão compreensível quanto correta, mas o fato de ele estender sua visão acerca da concepção leibniziana de linguagem universal para as linguagens universais posteriores a de Leibniz é feita por não ter em consideração o escopo mais restrito delas, e dos tipos e funções distintas das linguagens regimentadas logicamente. Destas, umas, enquanto linguagens como cálculo, são instrumentos para o fazer dos lógicos, nelas apenas se lida com o sentido; outras, enquanto linguagens que lidam com o sentido e também com o significado desde sua construção, são, sobretudo, instrumentos para os cientistas. Nessa reformulação dos tipos de lógica como cálculo e de lógica como linguagem, ampliamos o conceito de semântica de J. Hintikka e Kusch, enquanto também marcamos o lugar da questão do sentido em linguagens lógicas. A concepção semântica de J. Hintikka e Kusch está limitada à questão do significado, a uma concepção de conteúdo anterior à distinção fregeana entre sentido e significado. Deste modo, o tipo lógica como cálculo também pode ser dito conteudístico, porque também lida com conteúdos semânticos na própria construção da linguagem: os de sentido, sendo os conteúdos de significado acrescentados a partir de interpretações dadas à linguagem.

Nas linguagens universais posteriores a de Leibniz, um traço de universalidade está pelo dar conta pelo menos da expressão de sentido (lógica como cálculo) e também da significatividade (lógica como linguagem), como no caso da lógica fregeana, via cadeias de inferências, sobretudo dos discursos de um âmbito científico, através da generalidade das fórmulas que expressem todo e qualquer conteúdo com sentido e possa ser julgado, em sua universalidade aplicativa, como verdadeiro ou como falso. Mas, incorretamente, o pensamento gadameriano continuou a apostar no levante do romantismo contra o conceito moderno de linguagem universal enquanto, por outro lado, hipervalorizou de forma desmedida a língua instanciada na dimensão poética. Em vez de hipervalorizarmos uma em demérito da outra, trata-se sim de percebermos que as concepções de linguagem universal e de universalidade da língua não se excluem. Lembremos que a criação fregeana de uma linguagem universal se deu devido à dificuldade de se ter rigor para apresentarmos conteúdos com aplicabilidades universais através da língua. Portanto, sob a exigência gadameriana de que todos

estes feitos técnicos das linguagens científicas devem ser integrados ao modo de pensar dialógico<sup>480</sup>, os conteúdos expressos em uma linguagem universal como a fregeana são verdadeiros desafios de expressão para as línguas, mantendo aberta a tarefa da linguisticidade, do fazer sentido de modo expressável na dizibilidade das línguas; fornecendo assim ao público leigo em linguagens científicas uma, pelo menos, vaga ideia do que está sendo expresso nelas.

Posteriormente a *Verdade e método I*, o pensamento gadameriano começou a tornar-se mais flexível na sua postura diante da lógica. Obviamente, que sempre defendeu a primazia da generalidade da hermenêutica, como é perceptível no excurso a seguir de “Hermenêutica clássica e hermenêutica filosófica”, de 1968; vejamos:

A hermenêutica tem, em todo caso, uma temática própria. Apesar de sua generalidade, não pode ser integrada legitimamente na lógica. Em certo sentido, partilha com a lógica a universalidade. Em outro, chega, porém, a superá-la. É claro que todo conjunto enunciativo pode ser considerado do ponto de vista de sua estrutura lógica: As regras da gramática, da sintaxe e finalmente as leis da dedução lógica podem sempre ser empregadas aos contextos do discurso e do pensamento.<sup>481</sup>

No contexto da supracitada passagem, encontramos que certo sentido é este em que a hermenêutica partilha da universalidade com a lógica. Este sentido seria o de buscar compreender a generalidade lógica, mas vai além enquanto busca compreender também a máxima generalidade de todo discurso enquanto é ocasionalmente resposta a uma pergunta. Lembremos que, na filosofia de Gadamer, defendeu-se a universalidade da experiência hermenêutica independente de qual seja o ponto de partida da investigação acerca do fenômeno hermenêutico<sup>482</sup>.

<sup>480</sup> Cf. GADAMER, **WM2**, p. 240; [204].

<sup>481</sup> GADAMER, **WM2**, p. 133-4; [110]. “Hermeneutik hat jedenfalls eine eigenständige Thematik. Ihrer formalen Allgemeinheit zum Trotz läßt sie sich nicht legitim in die Logik eingliedern. In gewissem Sinne teilt sie mit der Logik die Universalität, in gewissem Sinne übertrifft sie dieselbe sogar an Universalität. Zwar kann jeder Aussagezusammenhang auf seine logische Struktur hin betrachtet werden: Die Regeln der Grammatik, Syntax und schließlich die Gesetze der Konsequenzlogik lassen sich stets auf Rede- und Gedankenzusammenhänge anwenden.”

<sup>482</sup> Cf. GADAMER, **GW2**, p. 9; [3].

Deste modo, a experiência hermenêutica teria de mostrar-se universal também nos âmbitos da lógica. Este modo de dizer da citação anterior nos permite recordar a interpretação de Detel, a qual mostra, justamente no pensamento de Frege, que o apreender a fórmula lógica que se realiza através da análise lógica de uma frase também é uma forma de compreender<sup>483</sup>. Esta parte do compreender talvez seja o modo mais rigoroso em que se realiza parte do apreender de sentido. Ao longo desta investigação, explicitamos pelo menos dois modos de realização do compreender: um compreender completamente apreensivo, o que se realiza quando compreendemos as fórmulas da linguagem de fórmulas de Frege, e um compreender interpretativo, quando nem sempre nos é claro qual é o sentido e não estamos alheios ao próprio fazer-se de sentido. Com isso, concordamos com a defesa gadameriana da primazia da generalidade da hermenêutica diante da generalidade lógica, pois a própria lógica é um modo de compreender. Também há no âmbito da lógica *pré-juízos*, premissas ocultas, por mais que se faça todo o esforço para evitá-las, tais como as premissas ocultas de os *Elementos* de Euclides, ou a contradição da V lei básica do primeiro volume de *As leis Básicas da Aritmética* de Frege, a qual apenas foi descoberta no oitavo ano de publicação daquele volume. Assim, também podemos perceber que muito do que já foi compreendido em lógica como evidente também deixou de sê-lo.

Trinta anos depois de *Verdade e método I*, ou seja, em 1990, neste entrementes, nomes de representantes da dita filosofia analítica se tornam mais frequentes nos textos gadamerianos – o que inclui a consideração de resultados de estudos principalmente da área da semântica –, percebemos que Gadamer se mostra mais lúcido e ciente da relevância dos resultados positivos para a humanidade alcançados após a audaciosa pretensão leibniziana:

As tentativas para desenvolver uma linguagem unitária, uma ‘*Ars combinatoria*’, como foi desenvolvida por Leibniz e pelos matemáticos da época, abriram o caminho para avanços enormes para o desenvolvimento futuro da matemática e, por isso, também para nosso saber técnico.<sup>484</sup>

<sup>483</sup> Cf. DETEL, W. *Geist und Verstehen*, p. 249-260.

<sup>484</sup> GADAMER, **GW8**, p. 342. Tradução minha. “Die Versuche um eine Einheitssprache, um eine ‘*Ars combinatoria*’, wie sie etwa durch Leibniz und die Mathematiker der Zeit entwickelt

Caminhos teóricos e técnicos dos quais suas implicações práticas se tornaram essenciais para a garantia da própria manutenção da espécie humana, tornando a possibilidade de dar um passo para trás como já não mais disponível como uma alternativa viável.<sup>485</sup> Estas tomadas de consciência do pensamento gadameriano com o passar dos anos servem para nós de advertência para a busca de revisões que almejem um diálogo coerente com as nossas atuais necessidades humanas também num discurso filosófico por via da tradição humanista que melhor considere nossa relação com a técnica e as ciências em geral.

Os pensamentos fregeano e gadameriano partem da base fornecida pelas línguas efetivas (e tradições) para erigirem seus projetos filosóficos de concepções linguísticas universais; o primeiro usando a língua como modo de introdução e explicitação da linguagem de fórmulas; o segundo, buscando fundamentar conceitualmente a universalidade da língua em características da própria língua concreta. Deste modo, eles partem da efetividade para a possibilidade. No caso fregeano, com a linguagem de fórmulas se abre a possibilidade da expressão de conteúdos universalmente aplicáveis, como os números; e de chegarmos a novas verdades via a dedutibilidade a partir de verdades primeiras fundadas logicamente por meio de leis lógicas e definições. No caso gadameriano, mantém-se aberta a possibilidade de encontrarmos a palavra que una o outro em nossa comunidade, enquanto estiver aberta a possibilidade de podermos tentar expressar tudo o que queremos através das línguas.

As concepções universalistas de Frege e de Gadamer, cada qual a sua maneira, por partirem da efetividade para a possibilidade, distanciam os seus feitos teóricos de concepções de linguagem tal como as de Leibniz, as quais dão primazia a concepções de linguagens apriorísticas hipostasiadas que seriam independentes dos humanos, e teriam partes instanciadas nas diferentes línguas e linguagens, fazendo o caminho reverso ao daquelas, indo assim da possibilidade para a efetividade. Para as concepções que defendem que *A Linguagem* se realizaria parcialmente em cada língua, nossas línguas seriam apenas momentos, instâncias de *A Linguagem*. *Linguagem* esta que se

---

worden ist, haben für die künftige Entwicklung der Mathematik und damit auch für unser technisches Können ungeheure Fortschritte heraufgeführt.”

<sup>485</sup> Cf. GADAMER, *GW8*, p. 342.

instanciaria parcialmente nas mais diversas línguas e tornaria possíveis instrumentos como as linguagens de fórmulas. Vimos que, nos pensamentos de Frege e de Gadamer, é correto afirmar um apriorismo de uma língua ante um indivíduo temporalmente situado, mas nunca a tese de que existiria *A Linguagem* independente e primária em relação à emergência dos homenídeos.

Quando tomada como pronta e acabada para uma aplicação específica, uma linguagem de fórmulas é – ou pelo menos tem a pretensão de ser e deveria ser – *ergon* puro; ela não vai se modificar durante um uso aplicativo, uma vez que o que cada sinal significa já foi dado de antemão de modo claro ou pode ser conquistado via contexto de uso através de pistas dadas em linguagem de exposição, não permitindo variação. Na concepção fregeana de língua e na concepção gadameriana hermenêutica de língua, alcançamos a consciência de que o plano linguístico enquanto representado por uma língua qualquer é tanto *ergon* quanto atividade (“*energia*”). O que se diferencia é que no pensamento fregeano não se viu a flexibilidade e a produtividade das línguas como garantia de defesa da universalidade da língua como se arguiu no pensamento de Gadamer, porque para o pensamento fregeano alguns conteúdos não são expressáveis via uma língua, requerendo a construção de uma linguagem específica para expressá-los; enquanto no pensamento gadameriano se mantém a esperança e o esforço pela busca de tudo poder ser integrado na dizibilidade das línguas.

Nos passos seguintes, retornamos às questões acerca dos conceitos de linguagem universal e universalidade da língua a fim de revê-los à luz do que fora desenvolvido no entremeio que se segue. Para nossa defesa da não-adequabilidade do conceito de linguagem como *medium* universal para subsumir as concepções de linguagem de fórmulas, pensada como uma linguagem universal, e de língua apresentadas por Frege, e também da inadequabilidade do conceito de linguagem como *medium* universal para dar conta da concepção de universalidade da língua como *medium* universal de compreender interpretativo como encontramos na filosofia hermenêutica de Gadamer, apresentaremos um conceito que pretende ser o denominador comum de uma tentativa de aproximação. Por ter seguido a perspectiva da teoria dos Hintikkas, vimos que o primeiro problema da obra de Kusch é o de que nela não se faz a diferença entre língua e as linguagens de fórmulas, o que acarretou na tomada das duas distintas concepções de linguagens de Frege como se elas fossem uma única coisa. O conceito de linguagem

como *medium* universal, conforme as explicitações de J. Hintikka e de Kusch, não se aplica à linguagem de fórmulas de Frege, porque a elaboração de Kusch não dá conta da diferença entre uma linguagem como meio (“*Mittel*”) em sentido instrumental – Frege construiu um instrumento, elaborado em seus mínimos detalhes, de forma consciente para desempenhar uma determinada tarefa – e uma concepção de linguagem considerada como *medium* – no sentido de ambiente, centro, condição (conforme o sentido da palavra alemã “*Mitte*”). Tampouco o conceito de linguagem como *medium* universal se aplica à concepção gadameriana de língua, a língua é para um humano o modo da experiência de mundo dar-se para ele e instituir-se nele, mundo no qual ele está mergulhado, e ambos estão em permanente construção. A sua língua materna é para um humano algo semelhante ao papel que a água desempenha para a vida de um peixe, ou seja, ela é a condição necessária para um nascido de humanos vir a ser um humano em todas as fases de sua deriva autopoietica do crescer em comunidade. Deste modo, podemos perceber que nem a língua, nem o mundo e nem os seres humanos são explicitados como dados *a priori*, como se tivessem uma essência, antes tanto os seres humanos quanto o mundo são explicitados como efetivos construtos linguísticos.

Por outro lado, a teoria fregeana já tinha estabelecido a diferença entre sua linguagem auxiliar (“*Hilfssprache*”) e a língua a partir da qual foi introduzida a primeira, língua esta que foi denominada de *linguagem de exposição* (“*Darlegungssprache*”). Vimos acima que a linguagem de fórmulas de Frege foi moldada para dar conta, sobretudo, de discursos científicos, ela não foi formulada para ser falada nem ouvida, mas apenas vista. Com ela, não se teve a pretensão de dar conta de discursos como os poéticos, religiosos etc., abertos a interpretações e muito menos podemos com ela referir a si mesma, no sentido de produzirmos frases autorreferentes na sua própria fórmula que diga algo sobre si mesma; processo este extremamente comum de ser feito através de frases quando estamos operando nas línguas. Nestas, expomos suas gramáticas nelas mesmas, cada qual a sua respectiva ou uma da outra, enquanto a linguagem de fórmulas fregeana é dependente do uso de uma língua para apresentarmos a sua gramática.

Como já sugerimos, quando o assunto são concepções lógicas como a linguagem de fórmulas de Frege, deveríamos abandonar a generalização de J. Hintikka e darmos um passo de volta para a

distinção melhor posta de Heijenoort entre lógica como cálculo e lógica como linguagem.

Inicialmente, de forma natural, a nossa expectativa era a de que a aplicação do conceito de linguagem como *medium* universal quando usado para analisar a concepção de linguagem de fórmulas de Frege se mostrasse bem sucedida após a explicitarmos, tendo em vista que a distinção inicial de Heijenoort tenha partido da concepção de Frege; bem como que a aplicação se mostrasse falha quando realizada a uma concepção de língua como a de Gadamer. No entanto, vimos que ela não foi satisfatória em nenhum dos casos. Como já indicamos acima, o conceito de linguagem como *medium* universal se for refinado com a aplicação da pergunta: “*medium* de quê?”, mostra-se como uma boa alternativa para a explicitação de concepções de linguagem que assumam um conceito de linguagem como *medium*, como condição sem a qual não se seguiria a experiência de mundo, desde que de início estabeleçam a diferença entre línguas e linguagens instrumentais. Deste modo, podemos perceber que não é a aplicação do conceito de linguagem como *medium* universal a concepções linguísticas tal como a de Gadamer o problema central; pelo contrário, neste caso, parece-nos que este tipo de aplicação merece os refinamentos que já sugerimos. A aplicação mais problemática se mostra justamente às concepções de linguagem de fórmulas tomadas em análise nas obras de J. Hintikka e de Kusch como partes estilizadas das línguas. Ao disseminar a submissão da concepção de linguagem de fórmulas de Frege sob o conceito de linguagem como *medium* universal, Kusch é, em parte, vítima por ter aceitado esta concepção de seu mestre J. Hintikka sem questioná-la, principalmente, por Kusch ter aceitado a não-distinção entre línguas e linguagens de fórmulas, o que encobriu outras duas distinções conceituais que vimos acima, a saber, entre meio e *medium*; e, entre os conceitos de infabilidade da semântica como impossibilidade de uma semântica completa e infabilidade da semântica como impossibilidade de autorreferência.

#### 4.3 LINGUAGEM COMO MODO DE DAR-SE DE SENTIDO

Vimos no decorrer de nossas explicitações das teorias fregeana e gadameriana que elas operam com o mesmo conceito de fundo, o conceito de sentido, o qual é explicitado em ambas como um *modo de*

*ser dado, um caminho, uma orientação de direção* a ser apreendida nas línguas ou na linguagem de fórmulas e, posteriormente, expressada numa frase, num dito; de modo mais geral, em outro modo linguístico de expressão<sup>486</sup>. Portanto, se quisermos focar um conceito geral de linguagem, uma caracterização tipificadora, que abarque a concepção de língua de Gadamer e as concepções de língua e de linguagem de fórmulas de Frege, devemos estar cientes de que este conceito tem de apreender o conceito básico delas e compartilhado por elas, o de sentido; assim, não encontramos forma mais adequada para caracterizá-lo do que como *linguagem como modo de dar-se de sentido e meio de expressão de sentido*. Tanto segundo a perspectiva fregeana quanto a gadameriana, é no uso da e na língua ou da e na linguagem de fórmulas fregeana que encontramos e apreendemos o sentido dado. Deste modo, as línguas e a linguagem de fórmulas fregeana são diferentes *modos de dar-se, de fixação, de estabelecimento, de articulação, de estruturação, de expressão de sentido*. Todas as línguas e a linguagem de fórmulas fregeana são primariamente modos de expressão de sentido. E a incansável busca pela tradução daquilo que está expresso em uma linguagem científica para os modos de expressão das línguas e da linguagem de fórmulas se mostra como novos modos de dar-se de sentido; o que também se dá quando transcrevemos a linguagem de fórmulas em uma nova roupagem simbólica.

Tanto a concepção fregeana de linguagens quanto a gadameriana admitem perdas e ganhos na tradução, admitem a traduzibilidade daquilo que é compreensível; no entanto, enquanto a primeira visa o mínimo denominador comum, a segunda tem como alvo o máximo denominador comum do conteúdo de sentido intercomunicável. Com sua linguagem de fórmulas, a filosofia fregeana buscou a tradução e expressabilidade em vista do rigor lógico-científico; a filosofia gadameriana, por sua vez, visualizou a tradução como um pôr-se na direção do que é dito onde se escolhe verter o máximo possível de nuances que podem ser expressas no novo modo de dar-se de sentido, preservando o máximo possível as nuances do primeiro modo de dar-se de sentido; ou seja, ambos se preocuparam em traduzir e expressar aquilo que há de intersubjetivo. Em termos de tradução de sentido, tanto a concepção de linguagem universal de Frege quanto a de universalidade da língua de Gadamer seguem o mesmo viés, o de

---

<sup>486</sup> Sobre o conceito de sentido conferir acima: 120s, 192ss.

expressar o sentido comum da melhor forma possível em outro modo de expressão linguística a fim da facilitação de sua apreensão intersubjetiva. Assim, podemos dizer que as perspectivas de tradução de ambos são a mesma? Sim e não, depende do enfoque. A concepção fregeana apresenta o ato tradutório regido pela letra do texto, arguindo em pró de um ideal de que a diferença entre um texto original e uma tradução de palavras, expressões e frases não deveria ultrapassar o plano de provocarem nos sujeitos a associação de representações distintas, mantendo o mesmo sentido e, quando for o caso, também o mesmo significado. Enquanto não há a preocupação com a tradução literal no âmbito científico, para a esfera artística poética com seus coloridos e sombreados, a teoria fregeana chegou ao extremo de defender a interdição da tradução. Interdição compartilhada com a de Gadamer, ali ambas preocupam-se com a letra do texto poético, ambas compartilham do mesmo viés de que ali as palavras são insubstituíveis (segundo assim Humboldt e Schleiermacher); no entanto, a concepção fregeana de tradução para a dimensão artística é mais rígida do que a gadameriana, tendo em vista que enquanto Frege interdita a tradução de poemas em geral, Gadamer admite até a tradução dos poemas herméticos de Paul Celan sob a condição de que estejam lado a lado com o original em alemão<sup>487</sup>. Vimos que, no máximo, podemos dizer que a concepção gadameriana de universalidade da língua admite uma defesa fraca da tese da arbitrariedade da palavra. Enquanto na concepção de linguagem de fórmulas de Frege, encontramos a defesa de uma tese forte da arbitrariedade dos sinais, principalmente para os âmbitos de discurso científico e mais fraca do que a gadameriana para a esfera artística. A nosso ver, já que na concepção gadameriana de universalidade da língua, admite-se que podemos dizer o mesmo com palavras diferentes, para uma maior clareza em pró da universalidade da língua, defendemos, e, com isso, estamos em acordo com a prática tradutória, de que a postura do traduzir como um pôr-se na direção do que foi dito deve ser tomada apenas como a postura mínima. Mesmo que saibamos que, diante das nuances semânticas, o pôr-se na direção do que foi dito esteja visivelmente presente quando avaliarmos o resultado final do ato tradutório, ou seja, buscar o ‘espírito’ da letra deve ser a regra mesmo que essa seja a tarefa mais árdua, a qual mais dificilmente conseguimos

---

<sup>487</sup> Cf. GADAMER *apud* ABI-SÂMARA (Apresentação). In: GADAMER, Hans-Georg. *Quem sou eu, quem és tu?*, p. 32.

alcançar, no entanto, deve ser nosso norte tradutório principalmente quando estamos a lidar com textos técnicos.

O ganho metodológico dessa caracterização tipificadora de linguagem como modo de instanciação de sentido é o de que não partimos de um conceito moldado a partir de uma consequência como o fora o de linguagem como *medium* universal, forjado a partir da consequência da inefabilidade da semântica pensada como impossibilidade de uma semântica completa, e, com isso, comprometido com teses como a da inesgotabilidade e, conseqüentemente, a inacessibilidade da semântica de forma completa. Vimos que a linguagem de fórmulas de Frege apesar de ter conteúdos inefáveis devido a partes dos tipos de conteúdos com os quais ela lida, isso não pressupõe que ela seja inesgotável e inacessível; pois a semântica é em partes realizada enquanto Frege explicitou os conceitos operativos de sua linguagem auxiliar na linguagem de exposição, e, em partes, a semântica é suposta internamente à linguagem de fórmulas, parte esta indicada apenas através de pistas na linguagem de exposição, as quais conduzem aquele que entra na linguagem de fórmulas a apreendê-la, assim se procede porque alguns conteúdos não são completamente expressáveis na linguagem de exposição.

A caracterização tipificada como modos de instanciação de sentido tem a vantagem de partir da base das teorias fregeana e gadameriana, não se comprometendo com nada mais do que uma melhor clarificação do próprio conceito de sentido, que se na teoria fregeana é explicitado como um conceito simples, através do conceito de apresentação ou modo de dar-se do designado; na teoria gadameriana, por sua vez, não se chega a encontrar um conceito simples, permanecendo numa explicitação conceitual complexa e vaga de sentido como *orientação de direção*. Vimos acima que para a filosofia hermenêutica gadameriana todo sentido não seria desvinculável de um eu, isto aconteceria com o sentido da generalidade lógica também? Cremos que sim, porque se não houver um eu que entre na linguagem de fórmulas fregeana e apreenda a parte da semântica dada e a parte da semântica indicada por meio de pistas e congregue a semântica na sintaxe, a linguagem não funciona, não faz sentido. O eu aqui participa do sentido de modo operativo, é meio do fazer sentido, por isso, apesar de se exigir um eu, é indiferente que eu seja, basta que seja um eu capaz de apreender a semântica e a sintaxe e seja capaz de operá-las. Aqui fica implícito que para operá-la é necessário certa formação, um analfabeto

jamais iria apreender a operar a linguagem de fórmulas por si mesmo. Enquanto na teria gadameriana a não-desvinculabilidade dá-se porque a emergência do sentido é uma fusão de horizontes, na qual os horizontes, enquanto âmbitos de orientação, de cada um são vagos, difíceis de delinear os seus contornos; por isso, seus limites estão abertos à interpretação. A definição fregeana de sentido é compatível com sua busca de encontrar um mínimo denominador comum em modos diferentes de apresentação do designado; ou seja, o conceito de sentido é forjado conceitualmente de tal modo que possibilitou a passagem para o significado no discurso científico. Por sua vez, a explicitação gadameriana de sentido é compatível com o objetivo de ter em conta o máximo denominador comum, considerando tudo aquilo que a teoria fregeana deixa de lado como coloridos, sombreados e iluminações, sentidos estes importantes para a poesia, mas não para as cadeias de inferências.

Em decorrência do que vimos, tanto as línguas como as linguagens de fórmulas são construtos linguísticos, ou melhor, histórico-linguísticos, pois estão fundadas num percurso de tradições; elas são, primariamente, distintos *modos de expressão de sentido* implementados de modos diferentes. As línguas são muito mais um construto coletivo do que de particulares, mesmo os grandes escritores apenas se utilizaram de uma pequena parcela da língua e o que cada um criou é quase insignificante diante do todo. Construtos linguísticos com semânticas dadas internamente como as línguas (no e pelo uso) e a linguagem de fórmulas fregeana (estipulada na construção ‘completamente’ racional) são diferentes modos de dar-se de sentido. Por serem construtos como condição, *medium* ou “*Aufbau*”, sugerimos a passarmos a ver as linguagens como artefatos que ganharam “independência em relação aos indivíduos e grupos humanos”<sup>488</sup>; a nosso ver, esta é a tomada de consciência que nos faltava para não remetermos a origem das línguas e linguagens como derivada de uma linguagem universal ou de uma língua universal ou de uma gramática universal hipostasiada, supostamente dada *a priori* à emergência homenídea, quer por uma divindade quer pela própria natureza.

Considerando nossas explicitações da concepção fregeana de uma linguagem universal e da gadameriana de língua, agora estamos aptos a indicarmos caracterizações gerais de linguagem universal e de

---

<sup>488</sup> BRAIDA, C. R. “A provocação dos aparatos tecnológicos”, p. 28.

língua sob a perspectiva do conceito minimal de linguagem como modo de dar-se de sentido. Sob esta perspectiva, língua é, pelo menos, um modo de dar-se de sentido através do qual se visa à expressão do máximo de nuances de sentido compartilhável intersubjetivamente; o desafio imposto pela tradução entre línguas nos dá razões efetivas para sustentar nossa caracterização. Por sua vez, linguagem universal é, pelo menos, um modo de dar-se de sentido por meio do qual se almeja a articulação e expressão de forma unívoca de um mínimo de sentido apreensível intersubjetivamente. Nas duas caracterizações, fizemos uso da expressão de condição mínima “pelo menos” porque, como Frege, defendemos que temos que fazer a passagem do sentido para o significado; isso também no âmbito de uma língua, pelo menos, para certos discursos.

Para finalizar, talvez a caracterização minimal de linguagem como modo de dar-se de sentido possa ser usada como ponto de partida para a análise de outras concepções de linguagem à medida que possuem a questão do sentido como a questão central da filosofia, e caracterizam os construtos linguísticos como expressores de sentido; lembremos que a própria lógica abstrata, a qual fora tão criticada por Frege, apenas permanece na expressão de sentido. Deste modo, evidencia-se o conceito de sentido, para além do modo como diferentes teorias podem ter explicitado o conceito de sentido, como o conceito basilar de grande parte das raízes da filosofia contemporânea.

## CONCLUSÃO

Começamos sob o escopo da problemática da aplicação do conceito metodológico de linguagem como *medium* universal para concepções de linguagens que recaem ou sob o conceito de linguagem universal ou sob o conceito de universalidade da língua. De início, percebemos e mostramos que não podemos negligenciar as diferenças entre uma linguagem de fórmulas e as línguas, e de seus respectivos modos de ser concebidas, como meio e como *medium*; estas distinções foram cruciais para marcarmos os limites das submissões feitas nas teorias de J. Hintikka e de Martin Kusch das concepções fregeanas e gadameriana sob o conceito de linguagem como *medium* universal.

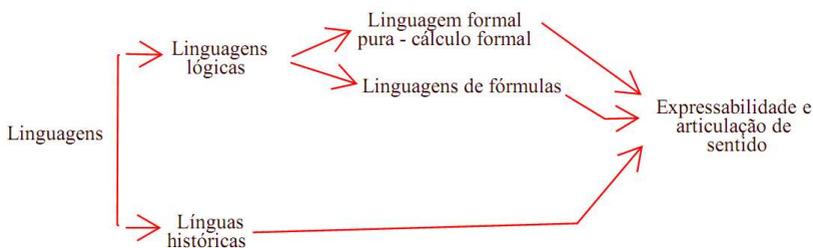
Percebemos que o escopo do conceito gadameriano de universalidade da língua não abarca, como pretenderam as teorias de Kusch e de J. Hintikka, um conceito de linguagem tão genérico e amplo como elas o formularam, que incluísse tanto as línguas quanto uma linguagem de fórmulas como a de Frege, pois a proposta fregeana de uma linguagem de fórmulas e a defesa gadameriana da universalidade da língua se tratam de reivindicações distintas de universalidades. Nelas, a alegada inesgotabilidade da linguagem defendida nos textos de J. Hintikka e de Kusch que, em outras palavras, significa a capacidade inesgotável de expressabilidade, realiza-se de modos distintos: enquanto via a concepção de universalidade da língua, a reivindicação de universalidade se sustenta no acontecer da mutabilidade e adaptabilidade das línguas pelo menos no sentido de nos pormos em direção daquilo que foi dito, portanto, trata-se de uma universalidade energética, em atividade, ou seja, que está constantemente se realizando, quer quando introduzimos uma nova palavra consciente quer inconscientemente no processo de fazer sentido na conversa. Na linguagem universal fregeana, a universalidade se sustenta enquanto ela dá expressabilidade à aplicabilidade de conteúdos universais, bem como por estarmos aptos a inserirmos quantos sinais forem necessários para a designação de conteúdos judicáveis de conceitos e objetos. Estas concepções de universalidades compartilham as características de não serem universalidades dadas *a priori* ou hipostasiadas, mas são humanamente construídas a partir da necessidade efetiva de expressabilidade de sentido através de vias linguísticas.

Para isso, servindo-se de forma equilibrada tanto de uma análise internalista como externalista das concepções de uma linguagem universal via a teoria fregeana e da concepção de universalidade da língua via a filosofia gadameriana, em partes contra as teorias dos Hintikkas e de Kusch, mostramos que a questão da inefabilidade da semântica não é o traço mais básico entre as concepções de linguagem que elegemos (de Frege e de Gadamer) entre aquelas que as obras de Martin Kusch e de J. Hintikka abarcaram sob o conceito de linguagem como *medium* universal, mas o traço de expressabilidade de sentido, o qual é compartilhado por ambas as concepções; porque, segundo elas, sentido se apresenta à compreensibilidade humana, torna-se inteligível, comunicável de forma dizível ou mostrável, sempre por via de alguma forma linguística, ou seja, o que é expressável, aquilo que dá direcionalidade de ser, o sentido, o é via uma linguagem. Nesta pesquisa, vimos como isso se realiza via uma linguagem de fórmulas e via uma língua.

Como a língua já fornece uma interpretação para os que são perpassados por ela no âmbito de uma comunidade, e o domínio da semântica por um usuário da língua é sempre parcial (mesmo para o semanticista). O problema da especificação semântica completa para uma língua é secundário e uma tarefa impossível de ser executada em seu todo, apenas pode ser realizada parcialmente, porque apesar de as relações semânticas de uma língua serem finitas, não podemos parar a língua para analisá-la; nas línguas, o problema mais importante e imediato está no modo de compreender os usos das palavras em cada novo contexto de proferimento. O problema da especificação semântica completa é um problema deslocado das teorias de linguagens regimentadas para as línguas, ou seja, deslocado de sistemas linguísticos fechados numa dada aplicação para “sistemas” linguísticos finitos, mas constantemente abertos e inabarcáveis em seu todo; apesar de se mostrar frutífero também na análise da língua, o problema semântico não pode ter os resultados completos conforme conseguimos na aplicação de uma linguagem regimentada. No percurso histórico-genealógico da língua, a sintaxe e a semântica dela foi moldada e modificada com muito mais frequência do que as das linguagens regimentadas, pela pragmática, pelos usos; exemplo disso é a primazia secular da lógica aristotélica até o século XIX. A sintaxe e a semântica de uma língua se deram e continuam a realizar-se em decorrência da recorrência de usos recursivos, o que no decorrer do tempo vai constituindo e formatando as

bases da sintaxe e da semântica dela, a da sintaxe de forma muito mais rígida e duradoura do que a da semântica.

Esquemáticamente, as concepções que vimos, pelo menos minimamente no decorrer desta pesquisa, podem ser esboçadas assim:



Enquanto buscam a superação da má-compreensão através da explicitação da expressabilidade de sentido intersubjetiva e para o próprio pensar, tanto a concepção gadameriana de língua quanto a concepção e realização fregeana de uma linguagem universal possuem como mínimo denominador comum, apesar da teoria fregeana não restringir-se a isso enquanto busca dar conta do significado, uma concepção de linguagem como modo de doação e expressão de sentido, ou seja, como a expressão de um conteúdo comum compartilhável com outrem. Deste modo, vimos que o conceito de sentido pode ser considerado a pressuposição última das duas teorias analisadas acima; mas podemos ir além, porque quando temos em conta a crítica fregeana às lógicas abstratas, as quais no viés de Frege não dariam o passo do sentido para o significado, somos recordados que a questão do sentido do ponto de vista formal é o ponto chave que se visa dar expressabilidade também na concepção de linguagem instrumental como cálculo; assim, a concepção de lógica abstrata, como mero cálculo também tem como seu objetivo a expressabilidade de sentido apenas do ponto de vista de cálculos meramente formais, como instrumento para os lógicos. Concluímos com a tese de que um conceito amplo de linguagem que abarca tanto os discursos filosóficos explicitativos das línguas quanto das linguagens instrumentais, quer como lógica como cálculo quer como lógica como linguagem, tem de ser formulado do seguinte modo: *linguagem, que pode ser apreendida intersubjetivamente, é, em última instância, expressão de sentido*, um modo de dar-se de sentido. A condição mínima a ser satisfeita para

apreendermos e conceituarmos um construto humano como linguagem é a expressabilidade de sentido pelo menos no que diz respeito à generalidade minimal de sentido puramente formal dos instrumentos dos lógicos; a nosso ver, vindo a atingir a máxima generalidade de sentido nos rigorosos usos técnico-científicos das línguas nas terminologias das mais diversas áreas como no direito, na biologia, ... e na própria filosofia. Explicitando a concepção de linguagem como *medium* universal, encontramos um claro exemplo de concepção de linguagem que não deveríamos seguir, uma vez que parte da possibilidade de uma linguagem dada *a priori* da qual deriva as linguagens efetivas como fragmentos decorrentes daquela. Nossa explicitação da teoria fregeana forneceu uma caracterização de linguagem universal como meio de expressão da aplicabilidade universal de certos conteúdos. Com a explicitação da teoria gadameriana, chegamos à caracterização do conceito de universalidade da língua como condição necessária na e pela qual se dá toda experiência de mundo. Como decorrência das duas últimas, encontramos um mínimo denominador comum, uma característica compartilhada por essas concepções linguísticas, que nos conduziu a formulação do conceito minimal de linguagem como modo de dar-se de sentido. Deste modo, indicamos para um conceito minimal de linguagem que pretende aproximar as concepções de linguagem de fórmulas de Frege e a de língua de Gadamer. Diante de um maior aprofundamento explicativo do conceito de sentido em ambas as concepções talvez seja necessário a introdução de subtipos de linguagens como modo de dar-se de sentido que tenham em consideração a explicitação do conceito de sentido. O nível de explicitação dos conceitos de sentido nas teorias de Frege e de Gadamer está de acordo com os objetivos de seus respectivos projetos. Frege deu ênfase aos sentidos comuns que já se tornaram claros à humanidade num processo de lapidação histórica dos conceitos que se realiza na língua e nas linguagens instrumentais. O sentido seria um dado histórico que, apesar de ser dado para nós numa frase, não está por algo linguístico, já que é apenas um modo de designação de algo dentre outros. Gadamer, por sua vez, enfoca o fazer-se do sentido herdado da tradição enquanto é recepcionado no ato produtivo da fusão de horizontes da interpretação condicionada do intérprete. Enquanto Frege buscou o mínimo denominador comum, o que significa dizer o máximo de objetividade apreensível intersubjetivamente, ele definiu o conceito de sentido como modo de apresentação. Por sua vez, na teoria gadameriana buscou-se a

expressabilidade do máximo denominador comum, o que significa a busca da expressabilidade das nuances mínimas de sentido de um discurso. Isto justifica um conceito vago de sentido como orientação de direção, porque não visa apenas ser um modo de apresentação dos entes, o que foi deixado em segundo plano, mas refletir toda uma concepção de mundo.



## REFERÊNCIAS

ABI-SÂMARA, Raquel. “Uma das últimas entrevistas concedidas por Hans-Georg Gadamer”. In: *Forum Especial* FD9 (2005). (Transcrição: Prof. Dr. Rolf G. Renner, da Albert Ludwigs Universität Freiburg, Alemanha. Tradução: Murilo Jardelino; Heidi Soraia Berg. Heidelberg, 28 de setembro de 2001).

ALCOFORADO, Paulo. “Introdução”. In: FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas: Paulo Alcoforado – 2. ed. amp. e rev. – São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009. P. 9-39.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Dicionário de Questões Vernáculas*. São Paulo: Caminho Suave, 1981.

\_\_\_\_\_. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44. Ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

ANGELELLI, Ignacio. “The topics of the ‘Frege-Husserl’ texts”. In: *Phenomenological Inquiry*. Volume 21, October, 1997, pp. 29-51.

\_\_\_\_\_. “Lógica y lenguaje en la historia de la filosofía. Los sentidos del verbo ‘ser’”. En *Anales de la Academia de Ciencias de Buenos Aires*, tomo XXXVI (1), año 2002, pp. 115-137.

\_\_\_\_\_. “En los orígenes de las tradiciones analítica y continental: Frege y Husserl”. In: ECHEVERRÍA, J.; PENA, L.; LORENZO, J. de (Eds.): *Calculamus... Matemática y Libertad (Homenaje a Miguel Sánchez-Mazas)*. Madrid: Editorial Trotta, 1996. Pp. 363- 373.

\_\_\_\_\_. “Frege and Abstraction”. In: *Philosophia Naturalis*. Archiv für Naturphilosophie und die philosophischen Grenzgebiete der exakten Wissenschaften und Wissenschaftsgeschichte. Meisenheim/Glan: Verlag Anton Hain, 1984. P. 453- 471.

BAKER, Mark C. *The Atoms of Language: The Mind’s Hidden Rules of Grammar*. New York: Basic Books, 2001. (Formato *epub*).

BIAGIONI, João. *A ontologia hermenêutica de H.G. Gadamer: reflexões e perspectivas sobre a 3ª parte de Verdade e método*. Uberlândia: Edufu, 1983.

BOCHENSKI, I. M. *Historia de la lógica formal*. Trad.: Millán Bravo Lozano. Madrid: Editorial Gredos, 1985.

BOWIE, Andrew. “The philosophical significance of Schleiermacher’s hermeneutics”. In: *The Cambridge Companion To Friedrich Schleiermacher*. New York: CUP, 2005. P. 73-90.

BRAIDA, Celso R. *Filosofia da Linguagem*. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2009.

\_\_\_\_\_. “Significatividade, verdade e ontologia”. *Problemata Rev. Int. de Filosofia*. Vol. 02. No. 01. (2011), pp. 5288.

\_\_\_\_\_. “O conceito de conceito em Frege”. *III Encontro de Estudos das Origens da Filosofia Contemporânea*, PUCSP, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. “O primado hermenêutico do efetivo”. *XVII Encontro Nacional da ANPOF*, UFS, Aracajú, 2016.

\_\_\_\_\_. “A análise lógico-semântica de linguagem e as teorias de G. Frege”. In: *Filosofia da Linguagem*. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2009. P. 63-90.

\_\_\_\_\_. “Semântica formal ou Ontologia”. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~braid/>>. Acesso em: 09 jan 2011.

\_\_\_\_\_. *Ensaio Semânticos*. Florianópolis: Rocca Brayde Edições, 2013.

\_\_\_\_\_. “A provocação dos aparatos tecnológicos”. In: *Filosofia e Educação*, Volume 6, Número 3 – Outubro de 2014, pp. 9-41.

BUBNER, Rüdiger... *et al.* “Die Sprache ist das Licht der Welt”. In: *ZEIT ONLINE*: Disponível em:

<[http://www.zeit.de/2002/13/200213\\_gadamer\\_xml](http://www.zeit.de/2002/13/200213_gadamer_xml)>. Acesso em: 08 dez 2008.

COLLINGWOOD, Robin G. *An Essay On Philosophical Method*. New York: Oxford, 2005.

\_\_\_\_\_. *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press, 1939.

DA COSTA, Newton C. A. *Introdução aos fundamentos da matemática*. 3 Ed. São Paulo, Hucitec, 1992.

DETEL, Wolfgang. “Kapitel 6: Verstehen als logische analyse”. In: *Geist und Verstehen: Historische Grundlagen einer modernen Hermeneutik*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2011.

DRESNER, Eli. “‘Hintikka’s ‘Language as Calculus vs. Language as a Universal Medium’ Distinction”. In: *Pragmatics and Cognition* vol. 7, 1999 (pp. 405-421).

DUMMETT, Michael. *Frege: Philosophy of Language*. New York: Harper & How, 1973.

\_\_\_\_\_. *Frege: Philosophy of Mathematics*. London: Duckworth, 1991.

ESQUISABEL, Oscar M.; LEGRIS, Javier. “Lenguaje universal e inefabilidad de la semántica”. In: *Revista Brasileira de Filosofia* 59 (2010), vol 234, pp. 167-182. Versão utilizada disponível em: <[https://www.academia.edu/708129/Lenguaje\\_universal\\_e\\_inefabilidad\\_de\\_la\\_sem%C3%A1ntica](https://www.academia.edu/708129/Lenguaje_universal_e_inefabilidad_de_la_sem%C3%A1ntica)>.

ESQUISABEL, Oscar M. “Lenguaje como medio universal y lenguaje como cálculo: Hintikka y la hermenéutica”. In: BASSO, Leticia; CATOGGIO, Leandro (COMPS.). *Texto, significado y mundo*. “Aproximaciones hermenéuticas y fenomenológicas”. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2012.

FERNÁNDEZ, José Martínez. “El concepto de lenguaje universal”. In: *Quaderns de filosofia i ciència*, 35, 2005, pp. 7-18.

FLICKINGER, Hans-Georg. *Gadamer e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

FØLLESDAL, D. “*Husserl und Frege: A Contribution to Elucidating the Origins of Phenomenological Philosophy*”. In: *Mind, meaning, and mathematics: essays on the philosophical views of Husserl and Frege*. Ed. Leila Haaparanta, Synthese library, v. 237, 1994. Pp. 3-47.

FRÁPOLLI, María J. “Reivindicando el proyecto de Frege. La prioridad de las proposiciones y el carácter expresivo de la lógica”. In: *Disputatio*. Philosophical Research Bulletin. Vol. 6, No. 7 (2017), pp. 1–42.

FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas: Paulo Alcoforado – 2. ed. amp. e rev. – São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Begriffsschrift und andere Aufsätze*; herausg. I. Angelelli. 2. Aufl. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 2007.

\_\_\_\_\_. *Schriften zur Logik und Sprachphilosophie*, aus dem Nachlass; hrsg. G. Gabriel. Hamburg: Felix Meiner, 2001.

\_\_\_\_\_. *Grundgesetze der Arithmetik I/II*. Zürich: Georg Olms Verlag, 1998.

\_\_\_\_\_. *Die Grundlagen der Arithmetik*. Eine logisch mathematische Untersuchung über den Begriff der Zahl. Stuttgart: Reclam, 2001.

\_\_\_\_\_. *Kleine Schriften*. Herausg. I. Anglelli. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967.

\_\_\_\_\_. *Logische Untersuchungen*. Hrsg. und eingeleitet von Günther Patzig. - 4., durchges. und bibliographisch erg. Aufl. - Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1993.

\_\_\_\_\_. *Funktion, Begriff, Bedeutung*. Fünf logische Studien. Herausgegeben und eingeleitet von Günther Patzig. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008.

\_\_\_\_\_. *Scritti Postumi*. Trad.: Eva Picardi. Napoli: Bibliopolis, 1986.

\_\_\_\_\_. *Investigações Lógicas*. Trad. de Paulo Alcoforado. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os primeiros escritos lógicos de Gottlob Frege*. Introdução, tradução, notas e apêndice de: Paulo Alcoforado, Alessandro Duarte e Guilherme Wyllie. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio (Ramon Llull)”, 2012.

\_\_\_\_\_. *Os Fundamentos da Aritmética*. Trad.: Luís Henrique dos Santos. São Paulo: Abril S. A. Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. Prólogo às “Leis Básicas da Aritmética”. In: *Três aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Org., trad. e apr. de Celso R. Braida. Florianópolis: Edições Nefelibata, 2005.

GABRIEL, Gottfried, HULSER, Karlheinz; SCHLOTTER, Sven. “Zur Miete bei Frege – Rudolf Hirzel und die Rezeption der stoischen Logik und Semantik in Jena”. *History and Philosophy of Logic*, vol. 30 (2009), pp. 369–388.

\_\_\_\_\_. “Frege, Lotze, and the Continental Roots of Early Analytic Philosophy”. In: RECK, Erich H (Edited by). *From Frege to Wittgenstein: Perspectives on Early Analytic Philosophy*. New York: Oxford University Press, 2002. P. 39-51.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 6. ed. Trad.: Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Verdade e método II: complementos e índice*. 2. ed. Trad.: Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Hermenêutica em Retrospectiva*. Trad.: Marco Antônio Casanova. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Hermeneutik I: Wahrheit und Methode: Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik*. Tübingen: Mohr, 1999a. (Gesammelte Werke 1).

\_\_\_\_\_. *Hermeneutik II: Wahrheit und Methode: Ergänzungen und Register*. Tübingen: Mohr, 1999b. (Gesammelte Werke 2).

\_\_\_\_\_. *Neuere Philosophie I*. Tübingen: Mohr, 1987. (Gesammelte Werke 3).

\_\_\_\_\_. *Neuere Philosophie II*. Tübingen: Mohr, 1987. (Gesammelte Werke 4).

\_\_\_\_\_. *Ästhetik und Poetik I. Kunst als Aussage*. Tübingen: Mohr, 1993. (Gesammelte Werke 8).

\_\_\_\_\_. *Ästhetik und Poetik II. Hermeneutik im Vollzug*. Tübingen: Mohr, 1993. (Gesammelte Werke 9).

\_\_\_\_\_. *Hermeneutik im Rückblick*. Tübingen: Mohr, 1995. (Gesammelte Werke 10).

\_\_\_\_\_. *Verdad y Metodo. Fundamentos de una hermenéutica filosófica*. Trad.: Ana Agud Aparicio; Rafael de Agapito. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1977. (Hermeneia 7).

\_\_\_\_\_. *Verdad y Metodo II: Contenido*. Trad.: Manuel Olasagasti. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1998. (Hermeneia 34).

\_\_\_\_\_. *Verità e metodo*. Trad.: Gianni Vattimo. Edizione Mondolibri S.p.A., Milano, 1983.

\_\_\_\_\_. *Platos dialektische Ethik: Phänomenologische Interpretationen zum Philebos* (Einleitung; 1. Kapitel § 1-4). In: *Griechische Philosophie I*. Tübingen: Mohr, 1985. (Gesammelte Werke 5).

\_\_\_\_\_. *Plato's Dialectical Ethics: Phenomenological Interpretations Relating to the Philebus*. Trad.: Robert Wallace. New Haven: Yale University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. *Elogio da teoria*. Trad.: João T. Proença. Lisboa: Edições 70, 2001.

\_\_\_\_\_. *Philosophical Hermeneutics*. 2. ed. Translated and Edited by David E. Linge. London, England: University of California Press, 2008.

\_\_\_\_\_. *El inicio de la filosofía occidental*. Trad. Joan Josep Mussarra. Barcelona: Paidós, 1999.

\_\_\_\_\_. *Hermenêutica da obra de arte*. Trad.: Marco Antonio Casanova. São Paulo: wmfmartinsfontes, 2010.

GEACH, P. T. "Saying and Showing in Frege and Wittgenstein". In: *Acta Philosophica Fennica* 28 (1976): 54–70. P. 54-70.

GILLIES, Donald. "La revolución fregeana en lógica". Trad.: Marcela del Pilar Gómez; Angel Rivera Novoa. In: *saga* - revista de estudantes de filosofia. 20 - segundo semestre de 2009. P. 71-107.

GIUSTI, Ernesto Maria. "Lógica, linguagem e ontologia no século XIX: a interpretação das categorias de Aristóteles por Adolf Trendelenburg". In: *Revista Guairacá* - p. 93 - 111 - Número 28 - 2012.

GRAÇA, Adriana Silva. "O modo analítico de fazer filosofia: o 'Sinn' de Frege". *Philosophica* 17/18, Lisboa, 2001, pp. 269-298.

GRAESER, Andreas. "Über 'Sinn' und 'Bedeutung' bei Gadamer". *Zeitschrift für philosophische Forschung*, Bd. 38, H. 3 (Jul. - Oct., 1984), pp. 436-445.

GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*. Trad.: Benno Dischinger São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

\_\_\_\_\_. "La hermenéutica como ciencia rigurosa según Emilio Betti (1890-1968)". In: *Co-herencia*, vol. 8, núm. 15, julio-diciembre, 2011, pp. 15-44.

HAAPARANTA, Leila. "Introduction". In: HAAPARANTA, Leila (Edit.). *The Development of Modern Logic*. New York: Oxford University Press, 2009. P. 3-10.

\_\_\_\_\_. "Frege on existence". In: HAAPARANTA, Leila; HINTIKKA, Jaakko (Edit). *Frege Synthesized: Essays on the Philosophical and Foundational Work of Gottlob Frege*. Dordrecht, Holland: Reidel Publishing Company, 1986. P. 155-174.

HARTIMO, Mirja. "Logic as a Universal Medium or Logic as a Calculus? Husserl and the Presuppositions of "the Ultimate Presupposition of Twentieth Century Philosophy"". In: *The Southern Journal of Philosophy (2006) Vol. XLIV*.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 2. ed. Trad. Márcia de Sá Cavalcanti. Petrópolis: Vozes, 1988. (Parte I).

HEIJENOORT, Jean van. *From Frege to Gödel: A Source Book in Mathematical Logic 1879-1931*. London: Harvard University Press, 1976.

\_\_\_\_\_. "Logic as calculus and logic as language". In: *Synthese* 17 (1967) 324-330.

\_\_\_\_\_. "Sense in Frege". In: *Journal of Philosophical Logic*. Vol. 6, No. 1 (Jan., 1977), pp. 93-102.

HEIS, Jeremy. "Attempts to Rethink Logic". In: WOOD, Allen W.; HAHN, Songsuk Susan. *The Cambridge History of Philosophy in the Nineteenth Century (1790–1870)*. Cambridge: CUP, 2012. P. 95-132.

\_\_\_\_\_. "Frege, Lotze, and Boole". In: RECK, Erich H. (ed.), *The Historical Turn in Analytic Philosophy*. London: Palgrave Macmillan, 2013. Pp 113-138.

HERMES, Hans; KAMBARTEL, Friedrich; KAULBACH, Friedrich. "Premessa dei Curatore". In: FREGE, Gottlob. *Scritti Postumi*. Trad.: Eva Picardi. Napoli: Bibliopolis, 1986.

HINTIKKA, Merrill; HINTIKKA, Jaakko. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Trad.: Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *Investigating Wittgenstein*. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1986.

HINTIKKA, Jaakko. “Frege’s hidden semantics”. In: *Revue Internationale de Philosophie*. Vol. 33, No. 130, FREGE (1879-1979) (1979), pp. 716-722.

\_\_\_\_\_. “Semantics: A revolt against Frege”. In: *Philosophy of language, Philosophical logic (Volume 1)*. Boston/Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers Dordrecht, 1986. Pp 57-82.

\_\_\_\_\_. *Lingua universalis vs. calculus ratiocinator*. An ultimate presupposition of twentieth-century philosophy. Dordrecht: Springer Science+Business Media, 1997. V. 2.

\_\_\_\_\_. “Gadamer: Squaring the hermeneutical circle”. In: *Revue Internationale de Philosophie*. Vol. 54, No. 213 (3), GADAMER: Contemporary philosophers / Philosophes contemporains (SEPTEMBRE 2000), pp. 487-497.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *Linguagem, Literatura e Bildung*. Werner Heidemann, Markus J. Weininger (Orgs.). Florianópolis: UFSC, 2006. (Edição bilíngüe).

\_\_\_\_\_. “Sobre la influencia del diverso carácter de las lenguas en la literatura y en la formación del espíritu”. In: *Escritos sobre el lenguaje*. Edición y traducción de Andrés Sánchez Pascual. Barcelona: ediciones península. Pp.61-66.

KORTE, Tapio. “Frege’s *Begriffsschrift* as a *lingua characteristica*”. In: *Synthese*, May 2010, Volume 174, Issue 2, pp 283-294.

KUSCH, Martin. *Language as calculus vs. language as universal medium: a study in Husserl, Heidegger and Gadamer*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1989.

\_\_\_\_\_. *Linguagem como cálculo versus linguagem como meio universal: Um estudo sobre Husserl, Heidegger e Gadamer*. Trad.: Dankwart Bernsmüller. São Leopoldo. Editora Unisinos, 2003.

\_\_\_\_\_. “Husserl and Heidegger on meaning”. In: *Synthese*, October, 1988, Volume 77, Issue 1, pp 99-127.

\_\_\_\_\_. “Curriculum Vitae: Professor Dr Martin Kusch”. Disponível em: <<https://univie.academia.edu/MartinKusch>>. Acesso: 03 jan 2016.

*Langenscheidt Standard-Dictionary Portuguese*. Versión: 7.5. Paragon Software Group, Berlin and München: 2011.

LEGRIS, Javier. “Chateaubriand on symbolism and logical form”. In: CARNIELLI, Walter A. Carnielli; SILVA, Jairo J. da (eds.). *Logic, Language, and Knowledge. Essays on Chateaubriand's Logical Forms*. Manuscrito – Rev. Int. Fil., Campinas, v. 31, n. 1, p. 203-215, jan.-jun. 2008.

\_\_\_\_\_. “On Two Conceptions of Formality in 19th Century Symbolic Logic”. Disponível em: < <ftp://logica.cle.unicamp.br/pub/e-prints/cle30anos/Legris.pdf>>. Acesso em: 16 jul 2016.

\_\_\_\_\_. “Between Calculus and Semantic Analysis Symbolic Knowledge in the Origins of Mathematical Logic”. In: *Symbolic Knowledge from Leibniz to Husserl*, ed. by Abel Lassalle Casanave. Londres, College Publications, 2012, pp. 79-113.

\_\_\_\_\_. “On Universality and Formality in 19th Century Symbolic Logic: The Case of Schröder’s “Absolute Algebra””. In: Koslow, A. Buchsbaum, A. (eds.). *The Road to Universal Logic*, Studies in Universal Logic. Switzerland: Springer International Publishing, 2015. Pp. 351-359.

MACINNIS, Rob; MCKINNA, James; PARSONS, Josh; DYCKHOFF, Roy. In: “A mechanised environment for Frege’s Begriffsschrift notation”. Disponível em: <<http://www.activemath.org/workshops/MathUI/04/proceedings/Freges>>

BegriffsSchrift/FregesBegriffsSchrift\_MathUI04.pdf>. Acesso em: 12 nov 2015.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia analítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MARGUTTI, Paulo Roberto. “A Conceitografia de Frege: Uma Revolução na História da Lógica”. In: *Kriterion*, v. XXV, n. 72, 1984, pp. 5-34.

\_\_\_\_\_. “O Tractatus de Wittgenstein como obra de iniciação”. In: *Filosofia Unisinos*. Vol. 5, Nº 8, 2004, p. 81-104.

MÁRQUEZ, Víctor Manuel Hernández. “Leibniz y la *língua characterica*”. In: *DIÁNOIA*, Anuario de Filosofía. Año. XLV, Núm. 45 (1999): 35-63.

MARTIN, Wayne M. “The judgment stroke and the truth predicate: Frege and the logical representation of judgment”. In: *Theories of Judgment: Psychology, Logic, Phenomenology*. New York: Cambridge University Press, 2006. Pp. 74-102.

MATES, Benson. *Stoic Logic*. Second printing. Berkeley: University of California Press, 1961.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. 3. Reimpressão. Trad.: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MAZA, Luis Mariano de la. “Fundamentos de la filosofía hermenéutica: Heidegger y Gadamer”. In: *Vida y Teología*, Vol. XLVI (2005), 122-138.

MENDELSON, Richard L. *The Philosophy of Gottlob Frege*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MILKOV, Nikolay. “Carl Stumpf’s Debt to Hermann Lotze”. Disponível em: <<http://philpapers.org/archive/MILCSD-2.pdf>>. Acesso em: 10 out 2015.

MORTARI, Cezar A. *Introdução à lógica*. São Paulo: UNESP, 2001.

MURCHO, Desidério. “Introdução à lógica”. In: Disponível em: <<http://dmurcho.com/docs/introlog.pdf>>. Acesso em: 26 out 2015.

\_\_\_\_\_. “Aspectos da lógica silogística”. Disponível em: <<http://dmurcho.com/docs/silo.pdf>>. Acesso em: 26 out 2015.

\_\_\_\_\_. “Limites do papel da lógica na filosofia”. In: *Revista Filosófica de Coimbra* – nº. 14 (1998), pp. 389-399.

NAVARRO, María González. “El final de una tensión esencial: analíticos y continentales. Hermenéutica filosófica y teorías de la argumentación”. In: *ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura*. CLXXXVI 742 marzo-abril (2010) 321-338.

NOVAES, Catarina Dutilh. *Formal Languages in Logic. A Philosophical and Cognitive Analysis*. Cambridge: CUP, 2012.

ORELLANA, Rodrigo López. “El juicio en Franz Brentano y Gottlob Frege”. In: ORELLANA, Rodrigo López; SÁEZ, Jorge Budrovich (Editores). *Estudios y Preludios: Contribuciones a la filosofía desde Valparaíso*. Valparaíso: Universidad de Valparaíso, 2015. P. 29-48.

PECKHAUS, Volker. “Calculus Ratiocinator vs. Characteristica Universalis? The Two Traditions in Logic, Revisited”. In: *History and Philosophy of Logic*, 25 (1): 3-14 (2004).

\_\_\_\_\_. “Schroder's Logic”. In: GABBAY, Dov M.; WOODS, John (Eds). *Handbook of the History of Logic. The Rise of Modern Logic: From Leibniz to Frege*. Amsterdam: ELSEVIER B.V., 2004. P. 557-609.

PICARDI, Eva. “Sigwart, Husserl and Frege on Truth and Logic, or Is Psychologism Still a Threat?”. In: *European Journal of Philosophy* 5:2, p. 162–182.

PICOLI, Adriano. “O conceito de jogo como guia de Gadamer: as diferentes formas e sentidos de apresentação”. In: *Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia*. Volume VI - Número 16 - Ano 2014. P. 1-34.

PINTO, João Alberto. “Boole e Frege: matematização da lógica vs. Logificação”. Disponível em:  
<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9975.pdf>>. Acesso em: 18 nov 2015. Pp. 178-198.

PIVCEVIC, E. “Husserl versus Frege”. In: *Mind*, New Series, Vol. 76, No. 302, (Apr., 1967), pp. 155-165.

PORTA, Mario A. G. *A Filosofia a partir de seus problemas*. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Estudos Neokantianos*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. “¿Cuál es propiamente la pregunta que Frege remite a la psicología?”. *PHILÓSOPHOS*, GOIÂNIA, V.18, N. 2, P. 205-234, JUL./DEZ. 2013.

\_\_\_\_\_. “Frege y Natorp: Platonismos, Antipsicologismos y Teorías de la Subjetividad”. In: *o que nos faz pensar* n020, dezembro de 2006, p. 163-184.

\_\_\_\_\_. “‘Zurück zu Kant’. (Adolf Trendelenburg, la superación del idealismo y los orígenes de la filosofía contemporánea)”. In: *dois pontos*, Curitiba, São Carlos, vol. 2, n. 2, p.35-59, outubro, 2005.

PORTOCARRERO, Luísa. “H.-G. Gadamer: a Europa e o destino das ciências humanas”. In: REIMÃO, Cassiano (Org). *H.-G. Gadamer: Experiência, Linguagem e Interpretação*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003. P. 13-28.

\_\_\_\_\_. “Razão e Memória em H.-G. Gadamer”. In: *Revista Portuguesa de Filosofia*. A idade hermenêutica da filosofia: Hans-Georg Gadamer. T. LVI, jul-dez 2000. P. 333-44.

\_\_\_\_\_. “H.-G . Gadamer: a hermenêutica como pensamento de fronteira”. In: VICENTE, Jesús Ríos (coord.); VILLAVARDE, Marcelino Agís (coord.). *Pensadores en la frontera*, VI Encuentros internacionales de filosofía en el Camino de Santiago. Santiago de Compostela: Universidade da Coruña, Servicio de Publicaciones, 2003. Pp. 255-266.

PRADO, Lúcio Lourenço. “Aspectos do antipsicologismo e da crítica ao empirismo milliano em Frege”. In: *Revista Guairacá* - p. 57 - 91 - Número 28 – 2012.

\_\_\_\_\_. “Frege e o ‘Elogio da Razão Pura’”. In: *Cognitio*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 267-280, jul./dez. 2009.

RAUL NETO, Fernando. “O *Begriffsschrift* de Frege”. Disponível em: <<http://docslide.de/download/link/4-o-begriffsschrift-de-frege>>. Acesso em: 18 nov 2015.

RIVENC, François. “Husserl, With and Against Frege”. Transl.: Elizabeth Davis. In: Disponível em: <<http://www.harvardphilosophy.com/issues/1996/Rivenc.pdf>>. Acesso em: 13 nov 2015.

ROHDEN, Luiz. *Hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

\_\_\_\_\_. “Hermenêutica filosófica: entre Heidegger e Gadamer!”. In: *Natureza Humana*. vol.14 no.2 São Paulo 2012.

\_\_\_\_\_. “Hermenêutica filosófica: uma configuração entre a amizade Aristotélica e a dialética dialógica.” *Síntese* - Rev. de Filosofia V. 31 N. 100 (2004): 191-212.

ROSSBERG, Marcus. “Blanchette on Frege on Analysis and Content”. In: *Journal for the History of Analytical Philosophy*. Volume 3, (2015), Number 7 (2015), pp. 1-11.

RUEDA, Luis Sáez. *Movimientos filosóficos actuales*. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

\_\_\_\_\_. *El conflicto entre continentales y analíticos: Dos tradiciones filosóficas*. Barcelona: Crítica, 2002.

SALMON, Vivian. “The universal language problem”. In: *Sprachphilosophie = Philosophy of language* / hrsg. von Marcelo Dascal ... — Berlin ; New York : de Gruyter. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft; Bd. 7). P. 916-928.

SANTUÁRIO, Luiz Carlos. “Filosofia e psicanálise: a linguagem em Lacan, Apel e Gadamer”. In: *Revista de Filosofia*, Curitiba, v. 17 n.20, p. 147-163, jan./jun. 2005.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. D. E. *Hermeneutik und Kritik*. Herausgegeben und eingeleitet von Manfred Frank. Frankfurt: Suhrkamp, 1977.

\_\_\_\_\_. *Dialektik*. Herausgegeben und eingeleitet von Manfred Frank. Baden: Suhrkamp, 2001. (Band 1).

\_\_\_\_\_. *Dialektik*. Herausgegeben und eingeleitet von Manfred Frank. Baden: Suhrkamp, 2001. (Band 2).

\_\_\_\_\_. *Dialektik*. Mit Unterstützung der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Herausgegeben von Dr. I. Halpern. Berlin: Mayerz & Müluer, 1908.

\_\_\_\_\_. *Hermenêutica: A arte e técnica da interpretação*. 5. ed. Trad.: Celso Reni Braidá. Bragança Paulista: Edusf, 2006.

\_\_\_\_\_. “Sobre os diferentes métodos de traduzir”. Trad.: Celso Reni Braidá. In: HEIDERMAN, Werner (Org.). *Clássicos da teoria da tradução*. 2. Ed., revisada e ampliada. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, 2010. V. I. P. 37-101. (Antologia Bilingue).

\_\_\_\_\_. *Hermenêutica e crítica*. Trad.: Aloísio Ruedell. Ijuí: Unijui, 2005. V.1.

SCHMIDT, Lawrence K. “Respecting others: The hermeneutic virtue”. In: *Continental Philosophy Review* 33: 359–379, 2000.

SCRUTON, Roger. “Frege”. In: *A Short History of Modern Philosophy: From Descartes to Wittgenstein*. Second edition. London and New York: Routledge, 1995. P. 237- 249.

\_\_\_\_\_. “Frege”. Trad.: CEFA. Disponível em: <<https://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/frege.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2015.).

\_\_\_\_\_. “Leibniz”. In: *A Short History of Modern Philosophy: From Descartes to Wittgenstein*. Second edition. London and New York: Routledge, 1995. P. 64- 75.

SIMONS, Peter. “Euclid's context principle”. In: *Hermathena*, No. 191, Philosophy and Mathematics II (Winter 2011), pp. 5-24.

SILVA, Jairo José da. *Filosofias da matemática*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SLUGA, Hans. “Frege on Meaning”. In: GLOCK, *Ratio*, vol. 9, reprinted in *The Rise of Analytic Philosophy*, ed. H. J. Glock, Oxford 1997. P. 17–34.

\_\_\_\_\_. *Gottlob Frege: The Arguments of the Philosophers*. New York: Routledge, 1999.

\_\_\_\_\_. “Frege Against the Booleans”. In: *Notre Dame Journal of Formal Logic*. Volume 28, Number 1, January 1987, pp. 80-98.

STAINTON, R. J. “Context Principle”. In: BROWN, Keith (Editor-in-Chief). *Encyclopedia of Language & Linguistics*. Second Edition, Oxford: Elsevier, (2006). Vol. 3. P. 108–115.

TRENDELENBURG, Adolf. *Historische Beiträge zur Philosophie*. Berlin. Verlag Von G. Bethge. 1867. (Dritter Band). Pp. 1-47.

VALIÑO, Valeria Sol. “¿Es la *Begriffsschrift* de Frege un sistema diagramático?”. In: ESQUISABEL, Oscar M.; SAUTTER, Frank Th. (Editores). *Conocimiento simbólico y conocimiento gráfico: historia y teoría*. La Plata: Oscar M. Esquisabel, 2013.

VIGO, Alejandro G. “Hans-Georg Gadamer y La Filosofía Hermenéutica: La Comprensión Como Ideal y Tarea”. In: *Estudios Públicos*, 87 (invierno 2002). P. 235-49.

VILKKO, Risto. “The Reception of Frege’s *Begriffsschrift*”. In: *Historia Mathematica*, 25 (1998), 412–422.

WISCHIN, Kurt. “Sentido, significado y el principio de contexto en Frege”. In: *Disputatio*. Philosophical Research Bulletin, Vol.1 No. 2, Dec. 2012, pp. 94-104.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad.: José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

\_\_\_\_\_. “Algumas observações sobre a forma lógica”. Trad.: Eduardo Coutinho Lourenço de Lima. In: *Contextura* 1: 58–61, 2004.

WOLEŃSKI, Jan. “Logic as Calculus Versus Logic as Language, Language as Calculus Versus Language as Universal Medium, and Syntax Versus Semantics”. In: *Logica Universalis*. December 2012, Volume 6, Issue 3, pp 587-596.